



MSc NATHÁLIA MARIA MONTENEGRO DINIZ
orientanda

PROF^a DR^a BEATRIZ PICCOLOTTO SIQUEIRA BUENO
orientadora

UM SERTÃO
entre
TANTOS OUTROS

Fazendas de gado nas Ribeiras do Norte



MSc NATHÁLIA MARIA MONTENEGRO DINIZ
orientanda

UM SERTÃO ENTRE TANTOS OUTROS
Fazendas de gado nas Ribeiras do Norte

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Profª Drª Beatriz Piccolotto S. Bueno

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: nathaliadiniz@usp.br

D585s Diniz, Nathália Maria Montenegro
Um sertão entre tantos outros : fazendas de gado das Ribeiras do Norte. – São Paulo, 2013.
307 p. : il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - FAUUSP.

Orientadora: Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

1. Arquitetura rural - Brasil 2. História da arquitetura – Brasil
3. Fazendas de gado 4. Sertão I.Título

CDU 728.6(81)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nathália Maria Montenegro Diniz

Um sertão entre tantos outros: fazendas de gado nas Ribeiras do Norte

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo para obtenção do Título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo

Orientadora: Prof^ª Dr^a Beatriz Piccolotto S. Bueno

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr (a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr (a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Para Papai e Mamãe

Agradecimento de uma vida inteira

À Papai - João Diniz Fernandes, Mamãe - Izabel Maria Nóbrega Montenegro Diniz. Minhas irmãs e irmãos: Izabel Maria Montenegro Diniz Macêdo, Hylarina Maria Montenegro Diniz Silva, Adilia Maria Montenegro Diniz Correia de Aquino, Ana Tereza Montenegro Diniz Mafra, João Diniz Fernandes Júnior, Joaquim Apolinar Nóbrega Diniz, Alexandre Augusto Nóbrega Diniz e Marcus César Nóbrega Montenegro Diniz. Aos meus sobrinhos, sobrinhas, sobrinhas-netas e sobrinhos-netos.

“Pois nosso amor é incondicional”

À Blair McCormack.

“Por sermos eu e ele”

Agradecimento especial

À minha orientadora Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno.

“Pelos incríveis 7 anos de conhecimento compartilhado, com o desejo de nunca a perder de vista”

Agradecimentos

Aos professores da FAUUSP, em especial do Departamento de História, às secretarias e bibliotecárias da FAUUSP e FAU Maranhão.

À Maki Hirai, Anne Waelkens, Janaína Stédile e família.

Aos proprietários, moradores e trabalhadores das fazendas visitadas.

À FAPESP.

RESUMO

Esta tese analisa a arquitetura rural vinculada à “indústria do criatório” nos *Sertões do Norte* (nos atuais estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia) no século XIX. Em perspectiva comparada, investiga o acervo de 116 casas-sede, destacando semelhanças e particularidades de partido arquitetônico, buscando salientar lógicas vernáculas intrínsecas e relacioná-las aos materiais, técnicas e sistemas construtivos disponíveis. Desnaturaliza a idéia de um “sertão nordestino” homogêneo - tanto em termos de paisagem natural, como em termos de cultura material - e inaugura uma nova maneira de estudar a arquitetura rural, em rede e perspectiva sistêmica, verificando na macro-escala as interfaces regionais para além do território dos atuais estados envolvidos.

Palavras-chave: Arquitetura rural - Brasil, História da arquitetura – Brasil, Fazendas de gado, Sertão.

ABSTRACT

This thesis analyses rural architecture related to the cattle farming, in the XIX century, in the hinterland (*sertão*) that spreads over the northern area of the modern states of Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba and Bahia. In comparative perspective, investigates main houses bringing forward it's similarities and the particular features of the project design, in an attempt to unveil the vernacular logic and relate these subjects to available materials, construction techniques and methods. This work demystifies the idea of an uniform northeastern region, regarding landscape and material culture and sets a new way to study rural architecture, in a global way and with systemic perspective, verifying the regional interfaces across and beyond the area of the current involved states.

Keywords: Rural architecture - Brazil, History of Architecture – Brazil, Cattle farms, hinterland (*sertão*)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. SERTÃO ADENTRO: Contornando <i>Ribeiras</i> , atravessando <i>Sertões</i>	33
1.1 Capitania de São José do Piauí, depois Província do Piauí	41
1.2 Capitania de Pernambuco e suas anexas (futuras Províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas)	57
1.3 Capitania da Bahia, depois Província da Bahia	119
2. FRONTEIRAS MOVEDIÇAS: Fazendas em rede	127
3. ARQUITETURA RESIDENCIAL DA INDÚSTRIA DO CRIATÓRIO	149
3.1 Ribeiras do Piauí	155
3.2 Ribeira dos Inhamuns	189
3.3 Ribeira do Seridó	201
3.4 Ribeiras da Paraíba	241
3.5 Ribeiras do São Francisco e do Alto Sertão Baiano	267
CONSIDERAÇÕES FINAIS: Fazendas de gado nas Ribeiras do Norte	293
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	305

Introdução

*D*ata de princípios do século XX a construção de uma História do Brasil na qual os *Sertões do Norte* foram incluídos numa grande narrativa sobre os primórdios da colonização. Ideológica, esta primeira geração de estudos privilegiou os grandes fatos e mistificou personagens heróicos que dizimaram os indígenas e permitiram a fundação da “civilização do couro”.

Entre os estudos regionais, pioneiro foi o de João Capistrano de Abreu (1853 - 1927), baseado em farta documentação primária, boa parte advinda do Conselho Ultramarino e arquivada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, onde trabalhava como bibliotecário. Capistrano de Abreu tinha como interesse escrever a História do Brasil, especialmente preenchendo as lacunas historiográficas relativas ao século XVII observadas na obra de Varnhagen¹. Com esse objetivo, o autor contribuiu ao desvendar as vias de penetração abertas pelas “bandeiras” no interior do país e sua posterior ocupação pelos colonos. Publicou², em 1907, “Capítulos de História Colonial (1500 - 1800)” e, em 1930, “Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil”, entre outros. No primeiro, há um capítulo dedicado ao *sertão* - **O sertão**. Por envolver áreas diversas, para Capistrano de Abreu este *sertão* teria incitado lógicas de ocupação e desenvolvimento também diferentes.

Contemporâneo de Afonso d’Escragolle Taunay, responsável pela construção da identidade “paulista”, Capistrano de Abreu³ buscou construir a identidade das outras “zonas interiores”.

“Queixam-se os primeiros cronistas de andarem os contemporâneos arranhando a areia das costas como carangueijos, em vez de atirarem-se ao interior. Fazê-lo seria fácil em São Paulo, onde a caçada humana e desumana atraía e ocupava a atividade geral, na Amazônia toda cortada de rios caudalosos e desimpedidos, com preciosos produtos vegetais, extraídos sem cultura. Nas outras zonas interiores o problema pedia solução diversa” (ABREU, [1907] 1954: 213. grifo nosso).

Entre os eixos de penetração nas entranhas do Brasil, Capistrano inseriu mais um na história geral do Brasil, tratando tanto dos *sertões* onde se encontraram minas de ouro, como nos das “outras zonas interiores” relacionadas à criação do gado vacum:

[...] dispensava a proximidade da raia, pois como vítimas dos bandeirantes a si próprio transportava das maiores distâncias, e ainda com mais comodidade; dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem as quais as fornalhas não podiam laborar; pedia pessoal diminuto, sem traqueamento especial, consideração de alta valia num país de população rala; quase abolia capitais, capital fixo e circulante a um tempo, multiplicando-se sem interstício; fornecia alimentação constante, superior aos mariscos, aos peixes e outros bichos de terra e água, usados na marinha. De tudo pagava-se apenas em sal; forneciam suficiente sal os numerosos barreiros dos sertões” (ABREU, [1907] 1954: 213 - 214).

¹ Cf. explicação contida na página 9 da quarta edição de ABREU. José Capistrano. **Capítulos de história colonial (1500 - 1800)**. 4 ed. Livraria Briguier, 1954

² ABREU, José Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975. ABREU, José Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

³ Capistrano de Abreu planejava, e vinha pesquisando, publicar uma obra sobre a “História Sertaneja”.

Capistrano de Abreu apresentou ao Brasil um *sertão* entre tantos outros que, por excelência, esteve predestinado à criação de gado. Desvendou as grandes rotas de penetração, bem como as demais vias abertas em consequência do aumento do criatório. “*Ao compasso do afastamento do gado, novas pastagens e novos caminhos foram sendo trilhados*” (ABREU, [1907] 1954: 216).

A zona destinada ao criatório foi dividida por Capistrano de Abreu ([1907] 1954) em dois *sertões*, o “de dentro” e o “de fora”: “*Se a Bahia ocupava os sertões de dentro, escoavam-se para Pernambuco os sertões de fora, começando na Borborema e alcançando o Ceará, onde confluíam a corrente baiana e pernambucana*” (ABREU, [1907] 1954: 221).

Também não fugiu ao olhar de Capistrano de Abreu ([1907] 1954) aspectos do cotidiano:

“Os primeiros ocupadores do sertão passaram vida bem apertada; não eram donos de sesmarias, mas escravos ou prepostos. Carne e leite havia em abundância, mas isto apenas. A farinha, único alimento em que o povo tem confiança, faltou-lhes a princípio por julgarem imprópria a terra à plantação da mandioca, não por defeito do solo, pela falta de chuva durante a maior parte do ano. O milho, a não ser verde, afugentava pelo penoso do preparo naqueles distritos estranhos ao uso do majolo. As frutas mais silvestres, as qualidades de mel menos saborosas eram devoradas com avidez. Pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a época do couro. De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os pardos; de couro tôdas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforge para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para cortume ou para apurar sal; para os açudes, o material de atêrro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu pêso; em couro pisava-se tabaco para o nariz (ABREU, [1907] 1954: 217 - 218. grifo nosso).

Ao cunhar a expressão “Civilização do Couro”, Capistrano de Abreu eternizou o cotidiano dos *sertões* “de dentro” e “de fora” da serra da Borborema, dando pistas fundamentais para compreendermos as dinâmicas e práticas sociais ali instaladas.

Segundo o autor, por meio das circunstâncias intrínsecas à economia do pastoreio formou-se uma civilização no trajeto das boiadas, relacionada aos locais de criação e aos núcleos urbanos consumidores. Desenvolveram-se economias complementares e se formou uma frágil rede ubana de vilas entremeadas por um rosário de capelas e freguesias. Os povoados estavam rodeados por inúmeras fazendas estabelecidas nas *ribeiras* mais perenes:

“Por maior cuidado na condução das boiadas, transviavam-se algumas reses, outras por fracas ficavam incapazes de continuar as machas. Contando com isso, alguns moradores se estabeleceram nos caminhos e por pouco preço compravam êste gado depreciado que mais tarde cediam em boas condições. Além disso faziam uma pequena lavoura, cujas sobras vendiam aos transeuntes; alguns, graças aos conhecimentos locais, melhoraram e encurtaram as estradas; fizeram açudes, plantaram canas, proporcionaram ao sertanejo uma de suas alegrias, a rapadura” (ABREU, [1907] 1954: 220).

Passado o período inicial, segundo Capistrano de Abreu:

“[...] alguns homens mais resolutos levaram família para as fazendas, temporária ou definitivamente e as condições de vida melhoraram; casas sólidas, espaçosas, de alpendre hospitaleiro, currais de mourões por cima dos quais se podia passear, bolandeiras para o preparo da farinha, teares modestos para o fabrico de rêdes ou pano grosseiro, açudes, engenhocas para preparar a rapadura, capelas e até capelães, cavalos de estimação (ABREU, [1907] 1954)

Capistrano de Abreu contribuiu para a História do Brasil ao descortinar um universo pouco conhecido, pondo luz nas zonas interiorizadas, diferenciando-as e apresentando, entre outros, o *sertão* destinado à pecuária no período colonial, inicialmente desbravado por “bandeiras” e, posteriormente, ocupado pelas famílias dos proprietários de terras e criadores de gado. Em sua narrativa procurou

elucidar questões de ordem administrativa, que não pôde levar adiante, consciente das limitações da sua principal fonte: “[...] *nem um documento poderá nos ajudar tanto no estudo e conhecimento da vida sertaneja*” (ABREU, [1907] 1954: 224), pois não se pode confirmar se os decretos da Coroa foram efetivamente cumpridos e/ou seguidos. Demonstra assim a fragilidade de seus estudos ao considerar somente uma fonte de pesquisa.

Com objetivos e visão distintos dos de Capistrano de Abreu, sucede-lhe no gênero o também cearense Gustavo Barroso, igualmente preocupado em formular uma visão regional, destacando este *sertão* como palco de um cotidiano peculiar, devido ao seu quadro geográfico, apresentando versão romantizada deste universo que, por sua vez, foi reproduzida e difundida na literatura.

Para Gustavo Barroso⁴, o *sertão* é a *Terra de Sol*. Publicado em 1912, o livro trata da natureza e dos costumes do Ceará. As diversas citações apresentadas a seguir dão a medida do discurso pioneiro em destacar o cotidiano do “sertão do Ceará”, mais tarde generalizado por outros autores como o “sertão nordestino”. A generalização a partir de uma das partes compromete a qualidade da historiografia subsequente, que apagou as nuances microrregionais, cujos desdobramentos na cultura material são evidentes, como tentaremos demonstrar.

“Quem das brancas praias do Ceará demanda o interior das terras, nota que todo o terreno sobe, muito sensivelmente, da orilha do Atlântico para o sertão. E quando se avistar uma argilla vermêlha ao envez da alva areia dos taboleiros que margeiam a costa e o olhar não mais vir o cajueiro e o cauassú, nem as crêspas moitas viçosas de muricy, guajirú, guabiraba e murta offerecêrem seus fructos ao descaso dos transeuntes; quando o páu-branco se esgalhar entre cerrados de rompe-gibão, troncos altos de catandubas elegantes, e ao olhar se estenderem vastas catingas de juremas rachíticas, ensombrando touceiras de corôa de frade; quando cortarem o terreno largas lages de granito e schistos argilosos, quartzitados, se esbarrondarem nas ribanceiras, por entre lascas de calcáreo endurecido, lenta e silenciosamente se transformando em marmore, - ahí começa o sertão” (BARROSO, 1912: 9).

Para o autor, esse *sertão* tem apenas duas estações, chuvosa e não chuvosa. É essa última que lhe confere sua aparência mais conhecida: “*Todo sertão é duma grande tristeza, na côr, no silencio, no aspecto [...]*” (BARROSO, 1912: 11). “*Só duas árvores ficam eternamente verdes e orgulhosamente ostentam sua força extraordinária e sua vitalidade imperecível, num doloroso contraste que as cerca. São a oiticica e o joazeiro*” (BARROSO, 1912: 13).

Sobre a seca no *sertão*, Gustavo Barroso diz que não é necessariamente a falta de chuvas que a causa, mas sim sua inconstância e a sua extemporaneidade, explicando:

“Um individuo planta um roçado de milho; este cresce e apendrôa; é-lhe necessaria uma chuva que o livre da lagarta. Não chove. A lagarta devora a plantação. No terreno dum antigo roçado de milho; este cresce e apendôa; é-lhe necessaria uma chuva que o livre da lagarta. Não chove. A lagarta devora a plantação. No terreno dum antigo roçado, planta algodão; este cresce e flóra; são-lhe precisos uns tantos dias de sol para que se desatem e braquejem os capuchos. Contra todas as regras, previsões e experiencias, num dia de sol ardente cáe uma chuva subita, brutal e ‘queima’ todo o algodão. O pasto está ‘encanado’ e prestes a sementar; falta uma hora de chuva. Não chove. O pasto morre. Depois de morto, a chuva cáe. Tanto assim é que, quasi sempre, numa parte do sertão ha, depois do inverno, muito pasto e nenhuma agua - as chuvas finas e constantes criaram o capim, mas não enchêram poços e açudes; noutras ha muita agua e nenhum pasto - as chuvas fôrtes e pesadas enchêram os reservatórios e mataram a pastagem. Até, neste ultimo caso, o mattuto diz que a chuva ‘lavou’ o pasto, enfraquecendo-o” (BARROSO, 1912: 15-16).

Decorrência da seca, para o autor a paisagem do *sertão* é sempre relatada nos documentos como triste.

⁴ BARROSO, Gustavo. *Terra de sol*: natureza e costumes do norte. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilã Editor, 1912.

“Na natureza não desabrocha um sorriso; o céu não derrama uma lagrima; o sol refulge sempre; e a cópa verde dum joazeiro ao longe, perdida nas catíngas esqueléticas, tem um tom de raridade e de heroísmo. O sertão fica sêcco, nú, inhospito, quasi negro; estende-se em ondulações desnudas, apontoadas de mirrados capões. O céu é arido, sem manchas - como se fôra varrido por um vento de maldição” (BARROSO, 1912: 21).

Gustavo Barroso em “*Terra de sol*” divide a sociedade sertaneja em três tipos: desaparecidos, anormais e normais. Entre os “desaparecidos” incluem-se os pastores de gado responsáveis por levar a boiada e vendê-la em alguma feira: “*estes homens, affeitos áquella vida meio-selvagem, gozavam da illimitada confiança de seus patrões; eram honestissimos, fortes, decididos e valentes*” (BARROSO, 1912: 112). Mas não existe mais, pois “*o progresso matou-o*” (BARROSO, 1912: 112). Já os “anormais” eram os cangaceiros e curandeiros. Desses dois, atualmente o cangaceiro é também um tipo desaparecido e tratado com o herói por alguns.

“O cangaceiro do Norte é salvatico e feróz, sofrendo de um descalabro nervoso - producto da ancestralidade e do cruzamento ethnographico. Cangaceiro é o homem que vive ‘debaixo do cangaço’. O cangaço não é somente, na linguagem sertaneja, o armamento do bandoleiro; é, também, o seu modo de vida nomade, desregrado e sanguinario. O termo cangaceiro se estende a todas as modalidades do criminoso nos sertões: é o salteador, o sequaz de atrabiliario e cruel dono de fazenda, de ignorante e perverso chefe político; um criminoso perseguido pela Justiça, muitas vezes victima da exarcebação de odios políticos, que vive pelos mattos ás occultas, exercendo vinganças, commettendo desatinos, matando inimigos descuidosos nas largas estradas solitarias; ou ainda os criminosos degenerados, tarádos pelo atavismo, com nevroses de todas as especies” (BARROSO, 1912: 121).

O cangaceiro é descrito com uma conotação positiva, como um homem “*sagaz, precatado e cauteloso, de uma pertinácia a toda prova, orgulhoso de seus feitos e extremamente traiçoeiro. A traição, a surpresa, a subitaneidade dos ataques, formam o fundo do seu character*” (BARROSO, 1912: 129).

“*A gente humilde dos sertões admira medrosa aquella vida, acolhe o cangaceiro nas suas aperturas e sobressaltos; e quando sympathisa com elle protege-o, alimenta-o, soccorre-o e esconde-o*” (BARROSO, 1912: 130).

Outra particularidade da “Terra de Sol” é a hospitalidade, uma necessidade. À hospitalidade somam-se as crendices como formas de enfrentar uma realidade árdua.

“Não ha povo mais cheio de crendices, mais propenso a acreditar em bruxêdos, do que o sertanêjo. Crê em todas as feitiçarias por mais ignobeis e estupidas que sejam, misturando na sua pratica crenças africanas, indigenas e européas, estas adquiridas por hereditariedade, aquellas pelo contacto das raças. As reminiscencias das bruxarias africanas e indigenas formam a base de todas as feitiçarias onde as européas apparecem apagadamente, com o seu cunho religioso velado pelo fetichismo das duas raças inferiores. Um typo interessante synthetisa toda essa inclinação e toda essa ignorancia: - é o curandeiro” (BARROSO, 1912: 154).

O curandeiro acumula poder e tarefas diversas:

“para curar bicheiras dos gados e doenças dos homens; para encontrar objectos perdidos ou adivinhar auctores de furtos mysteriosos; para salvar pessôas mordidas de cobra, levantar espinhélas cahidas, fazer passar dôres atrozes de dentes, achar lugares bons para cavar cacimbas e ‘curar’ ou ‘fechar’ corpos ás facadas, ás balas, á agua e ás presas afiadas das serpentes” (BARROSO, 1912: 155).

Dentre todas essas doenças, a moléstia que mais assusta e que necessita de cura no *sertão* é a seca.

“Na quadra angustiosa da sêcca, quando o sertanejo procura agua cavando a terra, o curandeiro vai acurvado, de olhar apathico, batendo com um cacête pelo chão. Pára, olha em tórno para os

sertanejos magros que o séguem e assegura que, si cavarem naquelle logar, encontrarão agua. Pobre terra ressequida, e pobre gente soffredôra e heroica que se agarra ás mais tenues esperanças nessa eterna lucta pela agua, quando só quebra o silencio profundo e tumular do sertão combusto, de dia - o bater do alvião na rocha dura; de noite - o gemido doloroso dos gados famintos! Pobre gente que espera a salvação de um gesto de embrutecido mestiço, que se diz sabedor do segredo dos milagres e afirma o que não pôde adivinhar!" (BARROSO, 1912: 164-165).

Sertanejos, fazendeiros, vaqueiros, jagunços e cangaceiros são os tipos humanos do *sertão* eternizados pelo autor. Gustavo Barroso acredita, assim como Victor Hugo, que a alma da terra passa para o homem: "*a alma do sertão modelou a alma do sertanejo*" (BARROSO, 1912: 167). O determinismo geográfico implícito nas entrelinhas do seu discurso condiciona a rudeza, a honradez, a bondade, a simplicidade, a calma e a serenidade, marcas registradas no "sertanejo". Segundo Gustavo Barroso, o sertanejo está fadado ao determinismo geográfico: "*durante seculos a physionomia da sociedade sertaneja não se tem modificado numa só linha em nenhuma de suas actividades, quer moraes, quer physicas, quer psychicas. O sertanejo é inalteravel no seu modo de vestir, de falar, de plantar, de criar, de viver*" (BARROSO, 1912: 175).

A teoria do determinismo geográfico então vigente marca outras passagens do livro de Gustavo Barroso. Para o autor, da mesma maneira que o *sertão* tem duas estações, o sertanejo tem dois estados de personalidade:

"a tenacidade na lucta, quando o meio o hostiliza e procura esmagá-lo; o descuido, a indolencia e a imprevidencia de quem repousa de longa lucta, nos tempos bons. A sêcca calcina a terra, resêcca os matagães, torra as capoeiras decotadas, vai amaciando as pastagens até pulverisá-las: o sertanejo lucta stóicamente. O inverno alegre o sertão farto: elle preguiça e modorra" (BARROSO, 1912: 177).

O discurso é romântico e alude a uma "*lucta stoica*". Entre suas características está a ignorância: "*raros sabem lêr e desses os mais 'letrados' ou 'sabidos' só têm lido na sua vida umas brochuras e uns livros que se espalharam pelo sertão no tempo colonial e até hoje são lidos*" (BARROSO, 1912: 183). Fisicamente são "*magros, angulosos, todos musculos e nervos*" (BARROSO, 1912: 171).

Neste *sertão*, o ambiente confere uma sina ao sertanejo e apenas duas opções: ser vaqueiro ou agregado. Ao agregado resta uma vida sem posses, sem casa, sem terras, com a possibilidade de ser mandado embora a qualquer momento pelo fazendeiro. Já ao vaqueiro abre-se outra perspectiva. Pelo seu ofício ele poderia em algum tempo ser também fazendeiro, apesar da dificuldade do seu trabalho, cabendo-lhe as glórias da lida no *sertão*: "*vestirá roupa de couro, correrá nas vaqueijadas fazendo proezas, terá nome como pegador de gado, ou como capador de animáes, ou ainda como curador de feridas e bicheiras*" (BARROSO, 1912: 187-188).

Para Barroso (1912), o vaqueiro é o "herói" deste *sertão* áspero. Ele é o responsável pela lida com o gado e é ele quem consegue decifrar todos os códigos dessa rudimentar pecuária. Sua magnitude está em compreender e interpretar os signos do *sertão*:

"Um dia - dia amargo e horrivel - a cacimba da fazenda sêcca inteiramente. É preciso cavá-la mais. Cava-se, aprofunda-se; e a rocha rechina aos pontações penetrantes do alvião. Às vezes novamente se encontra agua. Outras, a picarêta dá numa piçarra, calcareo mólle, semi-decomposto, que demora o serviço. Passa-se a camada da piçarra. Já a escavação é profunda, e a gente lê nas estratificações do terreno, núas, descobertas, umas sinuosas, bruscas, bifurcando-se, outras rectas, direitas, duras, toda a formação daquelle sólo, onde os fôlhêdos, endurecidos rompem camadas fortes de arenites, os granitos furam a crôsta em pontas rudes, o gneiss scinde-se em lages dentadas, as micas alumiam em palhêtas, e os cretaceos alternam com quartzitos e schistos argillosos. A agua brota, mas é agua impregnada de sâes de ferro, de sulfatos, de caparrosa, em tal quantidade que as mucosas se engêlham, que o gado cheira, urra lentamente e não bebe. Muitas vezes é agua bôa. O gado sorve-a alegremente. Mas dentro de dois, três dias faz-se a decomposição chimica nos supprimentos subterraneos e ella torna-se

intragavel, ferruginosa, repellente. E o gado, que já a experimentára, demora á beira da cacimba, cheira-a, lambe as bordas lamacentas com incredulidade; depois urra com a cabeça no ar, os olhos humidos luzentes e fios de baba amarellada escorrendo dos cantos hiantes da larga bôcca. Diz o sertanejo que a cacimba ‘salgou’” (BARROSO, 1912: 29-30).

Num contexto em que predominavam grandes latifúndios, as fazendas não tinham fronteiras e o gado era criado solto. Para evitar perdas, o gado de cada fazendeiro era, e ainda é, marcado a ferro. Essa marca “*é de grande utilidade para se saberem noticias dos anemáes tresmalhados*” (BARROSO, 1912: 200).

Em oposição à aparente falta de ordem estabelecida, Barroso (1912) revela as “normas” e “costumes” que regiam o *sertão*, chamando atenção para o **estatuto da ribeira**:

“Perguntei a um vaqueiro por que todos os sertanejos ao andarem pelos caminhos, fôsem largos ou estreitos, iam um atraz do outro, e jamais havia eu visto dois ou três de frente. Respondeu-me singelamente que aquillo era do ‘estatuto da ribeira’.
Conhecem-se os vaqueiros das principaes zonas creadoras pelo modo de ‘quebrar’ as abas do chapéu e de pô-lo á cabeça. Diz por exemplo um fazendeiro: - ‘Appareceu-me aqui um vaqueiro de fóra, procurando uma vacca. Trazia o chapéu quebrado no estatuto do Caxitoré’” (BARROSO, 1912: 183).

Caxitoré era uma entre tantas sub-áreas deste *sertão*, relacionada à *ribeira* de mesmo nome que lhe delimitava os contornos e conferia identidade aos seus usuários.

À despeito da diversidade regional, os heróis deste *sertão* são apresentados com uma face comum: “*é um infeliz o sertanejo humilde*”.

“*Rico ou pobre, vaqueiro, aggregado ou fazendeiro, é um infeliz o sertanejo humilde, sempre jungido á Natureza impiedosa e muda, que com uma lagrima de chuva lhe dá abundancia e com um constante sorriso azul do céu mata-o de fome, de sêde, de miseria!...*” (BARROSO, 1912: 188).

Peculiaridades não lhe escaparam ao olhar, tais como os instrumentos de trabalho do vaqueiro: “*o cavallo sertanêjo é esquio, sóbrio, pequeno, rabo compridissimo, crinas grandes, capaz de resistir a todas as privações, a todos os serviços e a todos os esforços. É o melhor auxiliar do vaqueiro e elle o estima e trata com o maior carinho*” (BARROSO, 1912: 93).

“O cavallo do sertão é feioso como um corcél kirghiz. Lá uma ou outra vez aparece um exemplar bonito, esbelto, alto. Não tem saracoteios, nem saltos, nem corcôvos, salvo quando espantadiço. O olhar só brilha quando se apresenta occasião de correr; depois, as palpebras murcham numa somnolencia lassa. É activo e parece ronceiro; forte e parece fraco; agil e parece pesado. É pasmosa sua agilidade. Nos imprevistos de furibundas carreiras pelos mattos em fóra, salta galhos baixos, mergulha sob os altos, alonga-se, encurta-se, pula de lado, faz prodigios. É necessariamente baixo para essas ligeirezas; a aridez do clima não produz outro. É raridade um animal de sete palmos do casco á sarnêlha. O meio torna-o sóbrio e magro. Passa dias sem comer, quasi sem beber. Num dia faz quinze, vinte leguas, puxando um pouco; dez faz normalmente. É manso; quando o cavalleiro cæe, pára ao lado” (BARROSO, 1912: 95).

Se o cavalo tinha serventia para algumas tarefas, Barroso (1912) mostra que era o jumento o meio de transporte mais utilizado:

“por causa de sua grande resistencia á sêcca. O jumento faminto alimenta-se com tudo que encontra, galhos tenros, fôlhas sêccas; a sua dentadura tem um modo especial de trincar o cardeiro tirando os espinhos; com a ponta fina do casco escarva a terra e retira as raizes pôlpudas do capim-gengibre. Mais resistente que os muares, criados pelo sertanêjo em pequena escala para a exportação, o jumento pequeno e rijo do Norte trabalha mais, - é incansável” (BARROSO, 1912: 94).

Continuando seu discurso sobre o *sertão*, Gustavo Barroso (1912) foi o primeiro autor a descrever detalhadamente as casas sertanejas:

“são humildes, quer sejam de palha só ou de palha e adóbe como a dos pobres, quer sejam de taipa e têlha como a dos abastados. São baixas, rebocadas rudemente, rodeadas de alpendres, parêdes caiadas e núas. Ao lado arrima-se-lhes o amplo telheiro da casa de farinha, atravacado de aviamentos; rompem mais adiante as cercas fortes dos currâes.

São sempre edificadas numa elevação de terreno, batidas do vento e do sol, com um amplo e limpo terreiro na frente, atraz um quintalêjo cercado, um retalho de terra, onde se erguem canteiros rudes.

A sua construção é segura e forte. Não se usam casas de tijolo, nem se fazem casarões. São de tamanho regular com quatro abas de telhado, portas pesadas de umburana, rijos sabiás madeirando as parêdes, unidos por finas ripas de mororó seguras de lios arrojados, e o adóbe é o rebôco atirado alli por cima ás bofetadas, tôscamente.

As parêdes e as forquilhas dos alpendres são cobertas de prégos e de ganchos onde o mattuto arma rêdes para dormir e descansar, pendura arreios e todos os apetrêchos necessarios aos cavallos e ao gado.

As portas são cobertas de marcas de gado feitas a fôgo e a carvão, umas por cima das outras, affectando a fôrma complicada de arabescos entrançados. Só se fecham á noite, passam o dia escancaradas; o vento anda pela casa toda.

O lugar mais importante é a sala ou o copiar. Das parêdes pendem objectos de toda a sorte, cabrestos, peias, chicotes, cordas, arreios, saccos de sementes, chapéus de palha e couro, armas brancas e de fogo, tudo sujo com as dejeções das môscas; pelo meio, no barro soccado do chão, erram bancos e môchos de sola cheios de prégos de metal; aos cantos, entre páus, surgem canos de espingadas, cabos de enxadas e de alviões; alinham-se caçambas de carregar queijo, e num canto o póte daque eleva-se enganchado numa forquilha de três galhos. Ás vezes no fundo da quadra ergue-se o altar da familia. E' uma banquinha coberta de velho panno azul todo pingado de cêra, com um oratorio de caixilhos envernizados cheio de imagens de santos, rodeado de velhas palmas douradas e castiçaes de madeira com vélas de carnahúba. Nelle se fazem novenas, rezam-se terços todas as noites, e nos annos de abundancia, quando é possivel ao fazendeiro pagar um padre, celebra-se a missa de Natal. Não ha fôrro de especie alguma, e lá em cima junto ás telhas e as grossas carnahúbas que sustentam a coberta os morcegos penduram-se aos pares.

Os quadros são nús, sómente as rêdes pendem flacidamente dos armadôres e os bahús perlongam as parêdes. Só o do paiol é atupido e cheio. Num cavallête escancham-se sêllas e cangalhas; grandes surrões de um couro inteiro de boi, curtido e liso, costurados de modo a manter a fôrma animal, cheios de farinha, reluzem aos cantos; de cordas esticada pendem linguças e tripas sêccas, e sobre um alto giráu de solidas estivas perfilam-se pilhas de grandes rapaduras e de queijos. Ha prateleiras com latas de creolina, ganchos de onde cahem saccos remendados.

A cosinha accumula as fuções de queijaria. Junto ás trempes toscas ou aos grandes fogões de alvenaria, rente ás prateleiras pejadas de louça grossa, encostada á parede de tacaniça, a gasta prensa de fazer queijo repousa numa alluvião de môscas que a cobrem, sussurrando.

O lume do fogão crepita avermelhado e alegre; pela larga porta aberta vê-se o matto verdejando ao sol, e o cheiro frêsko das veigas entra misturando-se ao cheiro azêdo do queijo impressado e ao appetitoso das comidas. A calija das paredes lasca-se ennegrecida, suja de fuligem, com pingentes de pucumã” (BARROSO, 1912: 191-192).

Gustavo Barroso (1912) generaliza a rústica arquitetura sertaneja, concluindo que “*a architectura mostra o gráu de adiantamento dum povo: sois simples como o povo que vos constrôe, accórdes com a sua ignorancia; ridentes e hospitaleiras como sua propria alma o é...*” (BARROSO, 1912: 194).

Segundo o autor, essa arquitetura é ainda mais simplificada quando se trata dos edificios de produção, como as casas de farinha. Além da arquitetura, também o processo produtivo é apresentado como muito simples e rústico.

“é um vasto telheiro sustido por columnas de madeira ou alvenaria. A mandiôca, entulhada no meio da casa, é, commumente, raspada por mulheres, sentadas ao chão, armadas de quicês. Uma raspa a raiz até o meio, outra acaba de raspál-a. Quando apostam para vêr quem vence em ligeireza na raspagem, chamam ‘jogar capote’. Raspada a mandiôca, ralamn’a num ‘caitetú’ de lata, prêso a uma especie de mesa com bordas, o ‘cevador’, e accionado pela polía de rêlho de uma grande roda que chia irritante, tangida por dois homens robustos, nús da cintura para cima, untados de suor, com musculos que reluzem, como tendões de bronze, no esforço. Em algumas fazendas move-o uma bolandeira, grande róda puxada por bois ou burros. Aquella papa de mandiôca ralada, a ‘massa’, vai então para a prensa, enorme armação de madeiras rijas, o

braço ou parte superior de páu d'arco empenado, as 'virgens', madeiros de sustentamento, de aroeira; tudo de grande força e de grande rusticidade. A mandiôca, encartuchada em palhas de carnahúba e depositada numa parte funda, uma especie de caixa, armada na mēsa da prensa, é espremida sob um grosso e pesado 'chaprão', empurrado por um 'brinquete', um tóro curto de forte madeira. O braço da prensa, abaixando-se vagarosamente por meio de um alto parafuso feito de grosso cerne, movido pelo 'preneiro', pesa no 'brinquete' que vai empurrando o 'chaprão' sobre a 'massa'. Por baixo da prensa, de uma frincha, escorre a 'manipueira' esverdeada - o sumo venenoso da mandiôca triturada e espremida.

Depois de impressada, a 'massa' é peneirada no 'côxo' e torrada num grande fôrno de alvenaria, com as fendas dos tijólos largos mal tapadas de barro. Mexe-a com uma longa vara um mestiço indolente, o 'fôrneiro', mascando o 'mapinguim', resmungando em voz baixa versos tóscos do sertão, rindo simiescamente às 'prosas' das raparigas da tulha, de quando a quando tossindo sobre a farinha alvadia, á inatural afumadura da lenha resinosa, escapando-se pelas frinchas da mal feita parede" (BARROSO, 1912: 69-71).

Para além dos juízos de valor, o autor ressalta as lógicas das soluções aos problemas propostos pela realidade local, demonstrando como desse modo essa arquitetura perpetuou-se ao longo dos séculos por tradição e imitação, justamente pela sua racionalidade intrínseca.

Destaca a centralidade da lida com o gado *vacum* entre as inúmeras atividades nas fazendas deste *sertão*, por requerer maior trato, principalmente na ocasião das secas:

[...] um dia, o gado começa a cahir de fome, de sêde e de fadiga. [...] Quem primeiro cáe no descampado escaldante das varzeas é o 'gado de curral'. 'Gado de curral' chama o mattuto ás vaccas de leite. É o gado mais fraco e mais necessario á fazenda. O 'gado de sôlta', bois, novilhos, touros e garrotes, custa a cahir; é aspero, semi-bravio e de uma resistencia a toda prova. Quando cáe é signal de que a sêcca é medonha, o isorde como diz o sertanejo - terrível e a mortandade espantosa.

Em se sabendo que uma vacca cahiu, vai-se 'levantá-la a páu' - o que póde parecer selvageria. 'Levantar a páu' é erguer a rez doente por meio de grossas váras, passadas por sob o vntre, que seis ou oito homens vão levantando, com cuidado, pegando-as ás pontas. Posta assim a enfraquecida vacca de pé, põem-n'a na 'rêde'... A 'rêde' é um tósco aparelho primitivo - uma especie de giráu, onde se colloca a rez de modo que fique com os pés no chão, as pernas pendidas naturalmente e a barriga descansando num estrado de madeiras, todo forrado de junco e capim sêcco. Ás vezes substituem o estrado por um largo panno de estôpa forte. Desta maneira a vacca não cáe e não se fére, mais se enfraquecendo em baldadas tentativas para erguer-se, como faria, si ficasse tombada no sólo nú, concentrado e tórvo. A 'rede' é sempre á sombra de um joazeiro, onde ella fica quieta, muda, magra, óssos furando a pelle chagada, leprenta, côr de cinza, encontros feridos, com postemas rôxas, onde negrêjam moscardos buliçosos.

Dão-lhe agua, ramas murchas, carôço de algodão á bôcca. Nem forças tem para se abanar com a cauda e o seu olhar amortecido, glauco, inexpressivo, fita o céu azul num grande desalento, como se mudamente interrogasse por que soffre... E, cousa interessante! mezes depois, quando o inverno volta e ella, tendo escapado, é tirada da rêde, não sabe mais andar para a frente e comicamente começa a andar de cóstas. É necessario que uma pessoa a enxóte, para que, de novo, ande direito.

Muitas vezes uma fazenda tem quinze vacca na rêde! A tarefa paciente e lenta de lhes dar comida e agua leva muito tempo e occupa muitas pessoas. E outras cáem. A agua continúa a faltar. Outras continuam a cahir. Não ha tempo nem meios para acudir a todas. Ficam umas no chão; e alli morrem de fóme e sêde sob o latejo impiedoso da luz, linguas ásperas pendidas, membros lassos num grande desfallecimento, quasi sem convulsões - uma ou outra mais semelhante a um estremeção, de quando a quando - gemendo com um gemer fraco, soturno, estertorante, que demora no ar como um longo, repousado lamento.

Não ha nada mais triste e commovente do que essa quadra da vida horrível dos sertões" (BARROSO, 1912: 25-27).

Seguindo os passos de Gustavo Barroso vieram outros autores regionais que também estudaram o cotidiano do *sertão*, dentre os quais destaca-se Oswaldo Lamartine⁵, norte-rio-grandense, cujo *sertão* é generalizado a partir do seu microcosmo, sob a ótica especialmente de uma de suas partes - o "sertão do Seridó". O autor publicou, entre outras, cinco obras sobre os "sertões do Seridó": *Açudes do sertão do Seridó* (1978), *Conservação de alimentos nos sertões do Seridó* (1965), *Algumas abelhas do sertões* (1964), *A.B.C. da pescaria de açudes no Seridó* (1961) e *A caça nos*

⁵ O mesmo confessou que gostaria de ter escrito o livro **Terra de Sol** de autoria de Gustavo Barroso.

sertões do Seridó (1961). Essas obras, apesar de não terem tido repercussão nacional, atingiram um público especializado, como Gilberto Freyre, José Lins do Rego e Mauro Motta, e assim Oswaldo Lamartine recebeu dedicatória de Rachel de Queiroz na folha de rosto do seu livro *Memorial de Maria Moura*, pela consultoria e amizade. Rachel de Queiroz disse certa vez: “acho que, no Brasil, ninguém entende mais do Sertão e do Nordeste do que Oswaldo”⁶.

O estilo de escrever de Oswaldo, segundo ele mesmo confessou, foi-lhe ensinado por Luís da Câmara Cascudo, que o incentivou “a botar no papel as coisas do mundo que espiava, pisava e não via”⁷.

O pano de fundo do *sertão* do Seridó descrito por Oswaldo Lamartine é a caatinga:

“[...] se alastra por aquele mundo com sua vegetação retorcida, espinhenta, rala - dominando as cactáceas, bromélias e outras formas xerófilas. Nos meses de inverno* cria a folhagem a que chama de ‘rama’ e o chão se cobre de ervas rasteiras - a ‘babugem’. Caducas, caem no período da seca, deixando à mostra o esqueleto engarranchado de galhos nus e de um solo esturricado. Os rios transitórios e apartam as águas no estio - ficando apenas caminhos tortuosos nas várzeas de solo profundo, sílico-argiloso onde se concentra a sua lavoura-dinheiro: o algodão mocó. A caatinga é ondulada, erodida, de solo raso e compacto, esturricado por quase 3.000 horas de luz por ano que o escalda a 60oC nos meses de seca e varrida por ventos de 2 a 20 km/h³. Os invernos são escassos. Nos anos bons, quando sucede chover, têm de 4 a 5 meses de molhado para garantir a safra e fazer água nos açudes” (FARIA, 1980: 125. *no dizer sertanejo, é o período das chuvas).

A escrita romântica e rica em vocábulos específicos irmana Capistrano de Abreu, Gustavo Barroso e Oswaldo Lamartine. No entanto, apesar de terem destacado o papel da economia da pecuária na interiorização das fronteiras do Brasil, seus textos pouco ou nada compõem nas grandes narrativas sobre a História do Brasil que privilegiaram e difundiram com mais ênfase as lavouras hegemônicas como a da cana-de-açúcar e, posteriormente, a do café. À pecuária restou lugar secundário na historiografia oficial.

Nos autores clássicos, o universo do criatório teve apenas papel complementar à economia de exportação, sendo responsável pelo abastecimento de gado, tanto como força motriz para os engenhos do litoral, como para alimentação dos núcleos urbanos. Nesse sentido, Caio Prado Jr. e Celso Furtado, direcionaram o olhar para algumas atividades econômicas em detrimento de outras, cunhando uma história econômica do Brasil relacionada ao comércio europeu.

Caio Prado Jr.⁸, inclinado às leituras marxistas, publicou em 1942 *Formação do Brasil Contemporâneo* e, em 1945, *História Econômica no Brasil*. Tais livros foram escritos (segundo ele mesmo informa na introdução do primeiro) a partir de relatos coevos aos períodos históricos estudados. O autor procurou expor as circunstâncias que determinaram o caráter da colonização brasileira, que tomaram “o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu” (PRADO, [1942] 1953: 22 - 23). O autor cunhou a expressão “retaguarda rural” dos mercados urbanos europeus, referindo-se à economia colonial desenvolvida na costa, dedicando pouquíssimas páginas aos *sertões* em ambas as publicações, reiterando a tese de Capistrano de Abreu sobre os eixos de penetração, destacando o caráter rudimentar da pecuária ali desenvolvida e minimizando seu lugar no mercado interno responsável pelo abastecimento de grande parte da Colônia.

⁶ Revista *Preá*. n. 15. nov/dez 2005. p. 9.

⁷ Revista *Preá*. n. 15. nov/dez 2005. p. 13.

⁸ PRADO JÚNIOR. *História Econômica do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1953.

Celso Furtado reiterou o discurso de Caio Prado Jr, demonstrando o caráter complementar da pecuária para as atividades destinadas à exportação. Seu *“Formação econômica do Brasil”*, publicado em 1959, como ele mesmo define, pretendeu *“ser tão-somente um esboço do processo histórico de formação da economia brasileira [...] Omite-se quase totalmente a bibliografia histórica brasileira, pois escapa ao campo específico do presente estudo que é simplesmente a análise dos processos econômicos e não reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos”* (FURTADO, 1959 : 9). No afã de resgatar grandes “processos econômicos”, Furtado (1959) entendeu a ocupação das terras brasileiras como um episódio da expansão comercial da Europa, elucidando as consequências disso para o subdesenvolvimento brasileiro contemporâneo. *“Das medidas políticas que então foram tomadas resultou o início da exploração agrícola das terras brasileiras, acontecimento de enorme importância na história americana”* (FURTADO, 1959: 16). Nessa perspectiva, o autor qualificou o “Nordeste” como uma região onde duas formas de economia prevaleceram, a açucareira e o criatório, sendo a primeira responsável por constituir um mercado de dimensões relativamente grandes (apesar da quase inexistência de fluxo monetário) e com grau de rentabilidade muito elevado. Segundo Furtado (1959), a impraticabilidade do criatório nas zonas açucareiras condicionou o deslocamento dos rebanhos para zonas onde o açúcar não poderia ser produzido na mesma escala que no litoral, condenando o *sertão* a um tipo de economia distinta daquela desenvolvida na Zona da Mata.

“A criação de gado - na forma em que se desenvolveu na região nordestina e posteriormente no sul do Brasil - era uma atividade econômica de características radicalmente distintas das da unidade açucareira. A ocupação de terra era extensiva e até certo ponto itinerante. O regime de águas e a distância dos mercados exigiam periódicos deslocamentos da população animal, sendo insignificante a fração das terras ocupadas de forma permanente. As inversões fora do estoque de gado eram mínimas, pois a densidade econômica do sistema em seu conjunto era baixíssima. Por outro lado, a forma mesma como se realiza a acumulação de capital dentro da economia criatória induzia a uma permanente expansão - sempre que houvesse terras por ocupar - independentemente das condições de procura. A essas características se deve que a economia criatória se haja transformado num fator fundamental de penetração e ocupação do interior brasileiro” (FURTADO, 1959: 70 - 71).

Malgrado a alta rentabilidade do açúcar produzido no litoral brasileiro e a expansão territorial provocada pela pecuária extensiva no interior, Furtado ([1959] 2005: 69) salienta um longo período, entre o último quartel do século XVII e o começo do século XIX, no qual a economia nordestina sofreu um lento processo de atrofiamento, no sentido de que a renda real *per capita* de sua população declinou secularmente. Contrapondo-se a uma lógica de mercado, *“esse atrofiamento constituiu o processo mesmo de formação do que no século XIX viria a ser o sistema econômico do Nordeste brasileiro, cujas características persistem até hoje”* (FURTADO, [1959] 2005: 69).

“[...] o Nordeste foi se transformando progressivamente numa economia em que grande parte da população produzia apenas o necessário para subsistir. A dispersão de parte da população, num sistema de pecuária extensiva, provocou uma involução nas formas de divisão do trabalho e especialização, acarretando um retrocesso mesmo nas técnicas artesanais de produção” (FURTADO, [1959] 2005: 70 - 71).

Em busca das raízes do nosso subdesenvolvimento, Furtado ([1959] 2005) enfoca a economia do Brasil a partir de uma perspectiva generalista e voltada para o mundo europeu. Embora *“Formação econômica do Brasil”* e os livros de Caio Prado Jr. sejam os pioneiros em individualizar o caráter das atividades produtivas por zonas, contribuíram para a construção de narrativas político-geográficas imprecisas (justamente por serem generalizantes⁹), amplamente difundidas em atlas educacionais.

⁹ A *“História Geral da civilização brasileira”* (1960), dirigida por Sérgio Buarque de Holanda, no segundo volume sobre a época colonial, trata sobre “as áreas de criação de gado”. O capítulo foi escrito pela historiadora Teresa Schorer Petrone da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, nele, apesar da autora destacar a importância do criatório para a expansão do território brasileiro, o faz em breves linhas, repetindo as poucas informações já divulgadas pelos autores supracitados.

Os atlas históricos escolares reiteram as teorias hegemônicas, espacializando um Brasil dividido em áreas de acordo com suas atividades econômicas principais (figura 1).

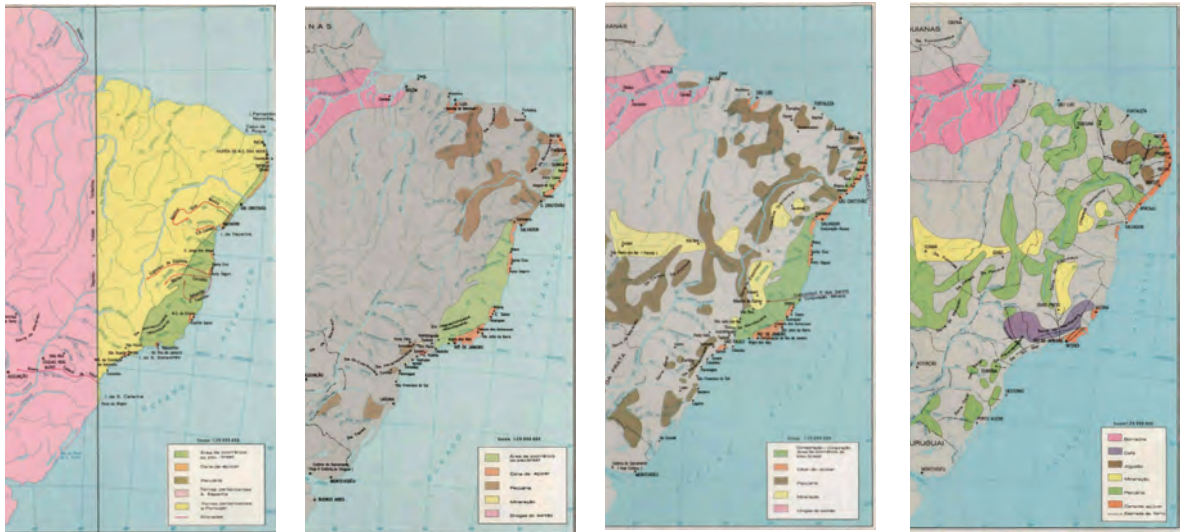


Figura 1: Mapas destacando as atividades extrativas e produtivas em diferentes épocas do Brasil, elaborado por Manoel Maurício de Albuquerque. In: ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de; REIS, Arthur César Ferreira; CARVALHO, Carlos Delgado de. **Atlas histórico escolar**. 7 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FENAME, 1977

Na contramão desses discursos, vasculhando documentos e vestígios materiais do passado, tentaremos demonstrar os aspectos heterogêneos existentes dentro dessa aparente homogeneidade que se destaca à primeira vista, principalmente no que diz respeito às dinâmicas sociais, que nunca obedeceram a movimentos lineares e constantes.

Pautamos nosso estudo numa geração de autores mais recente, que nuançou as teses gerais, mostrando as interfaces regionais e as dinâmicas internas à própria Colônia.

Com vistas a ampliar a compreensão das interrelações entre as atividades produtivas coloniais, a historiadora Maria Yedda Leite Linhares procurou estabelecer vinculações entre a pecuária desenvolvida no interior do Brasil e as economias destinadas à exportação desenvolvidas no litoral, lançando luz sobre as economias locais, falando-nos de um mercado interno no qual a “indústria do criatório” tinha um papel central.

A autora destaca três aspectos da economia rural da Colônia que se integravam num macro-modelo:

“[...] torna-se fundamental o papel que cabe à produção de alimentos a baixo custo a qual se deve associar, de algum modo, a criação de animais, de pequeno, médio e grande porte. Por outro lado, tanto nas fazendas de criação extensiva quanto nas áreas reservadas às culturas comerciais, tanto para exportação quanto para o mercado interno, é decisivo também o espaço ocupado, no primeiro caso, pela produção de alimentos no sistema de roça, e, nos outros dois casos, a pequena criação para o consumo local [...]” (LINHARES, 1995).

Linhares (1995) situa a pluralidade de economias que integravam um sistema lógico e amplo:

“[...] a expansão da fazenda de gado para a fronteira aberta traduz, não apenas uma determinação de natureza econômica e prática - qual seja a de garantir as áreas do litoral baiano e pernambucano para a grande lavoura, e, neste caso, se justifica a expressão de Celso Furtado quanto ao caráter periférico, embora não-autônomo, do sertão (retaguarda do litoral agro-exportador), como também, e sobretudo, política: a de assegurar ocupação do território pela Coroa, naqueles primeiros séculos da colonização, ao mesmo tempo em que se mantém como um elo do padrão de acumulação, então vigente” (LINHARES, 1995).

Mesmo considerando uma paisagem comum relacionada à pecuária, Maria Yedda Linhares distingue certa variedade entre as fazendas de gado, destacando dois grandes grupos tipológicos: as mais próximas do litoral (Zona da Mata) e as mais distantes, submetidas às diferenças de clima e vegetação.

O grande mérito de Maria Yedda Linhares¹⁰, juntamente com Francisco Carlos Teixeira da Silva, foi promover a difusão de um entendimento metodológico para a escrita da história agrária brasileira que, ao contrário da história econômica encabeçada por Caio Prado Júnior e Celso Furtado, não teve a finalidade de ser uma história nacional. Tentando fugir das generalizações e homogeneizações, a autora defende a importância dos estudos regionais, alertando inclusive para a redefinição do conceito de região como algo que não existe *a priori*, mas em função do próprio objeto de estudo.

“[...] uma inovação básica para o trabalho do historiador: a região não se impunha previamente como um recorte que delimitasse e definisse o campo de ação do pesquisador. Na verdade, o recorte da região constituía-se agora em um dos objetos da pesquisa. Ao fim e ao cabo do seu trabalho, o historiador deveria ser capaz de revelar a dimensão regional de sua pesquisa, corrigir ou reafirmar pretenções iniciais e desvendar conexões até então não pensadas” (SILVA; LINHARES, 1995: 25)

Linhares e Silva (1995) desmontam a noção de homogeneidade inclusive de recortes político-administrativos, advertindo os historiadores para que não se prendessem “*a limites fisiográficos ou administrativos, procedendo, sempre que necessário, a reduções e/ou ampliações do raio de ação*” (SILVA; LINHARES, 1995: 25). Ou seja, as próprias capitânicas, províncias e estados atuais jamais foram homogêneos, e atividades como a pecuária extrapolaram as suas fronteiras, exigindo recortes históricos macrorregionais.

Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva (1995) reagem assim aos critérios estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas décadas de 1960 e 1970. Ao agrupar microrregiões do Brasil como homogêneas, o IBGE apagou a diversidade nelas existentes. Embora o enorme esforço metodológico do IBGE tenha contado com o crivo de importantes geógrafos, do ponto de vista da História foi considerado um fracasso, pois a dinâmica da história agrária brasileira não tinha relação com as microrregiões delimitadas do ponto de vista da Geografia Moderna, utilizando-se de índices atuais.

No âmbito do contexto de criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE¹¹) e das atividades orientadas pelo IBGE, delineou-se uma nova História Regional, focando a “região nordeste” então definida como tal: até o momento, no Brasil só existiam o Norte e o Sul. Manuel Correa de Andrade foi seu principal expoente. No livro “*A terra e o homem no Nordeste*” (1963) relacionou aspectos da geografia, da história e da economia para realizar uma análise e entender o subdesenvolvimento regional com vistas a propor planos para a sua superação. Para tanto, atuou junto ao IBGE nas demarcações de áreas homogêneas com o objetivo futuro de elaboração desses planos. Para nós, interessa a compreensão do autor sobre o *sertão*:

“O *sertão nordestino*, parte significativa do território brasileiro onde predomina o clima semi-árido quente, é encarado pelos que não o conhecem como uma área castigada permanentemente pela seca e onde vive uma população carente que necessita sempre de auxílio para manter-se em nível de sobrevivência. Mas esta imagem é válida apenas para os períodos das grandes secas, que ocorrem geralmente de dez em dez anos, prolongando-se algumas vezes por dois ou três

¹⁰ SILVA, Francisco Carlos T. da & LINHARES, Maria Yedda L.. Região e História Agrária. *Estudos Históricos*, revista do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, n. 15, 1995. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1998>> Acesso em 12 set. 2012.

¹¹ Criada em 1959, a SUDENE buscava a incorporação progressiva da Região Nordeste ao processo de desenvolvimento nacional conduzido pelo governo federal.

anos seguidos.

Para se compreender o sertão é preciso destacar dois aspectos: o primeiro é que ele não é uniforme, havendo grande variedade de climas e de solos, o que determina a existência de uma série de sub-regiões, onde são diferentes as formas de utilização e exploração da terra e os problemas humanos decorrentes; o segundo aspecto é a variação sazonal marcada pelos períodos de chuva.

Quanto ao primeiro aspecto, Euclides da Cunha, com sua inquietação e talento, já salientava em *Os Sertões*, a existência de sertões e não do sertão. Assim, há uma grande diferença fisionômica entre as áreas de serras, de planaltos, aquelas cortadas por rios perenes - como o São Francisco, alguns dos seus afluentes e o Parnaíba - e aquelas cortadas por rios temporários, que na estação seca se transforma em verdadeiros caminhos arenosos na caatinga desfolhada” (ANDRADE, Manuel Correa de. In: MARIANI¹², 1992. grifo nosso).

Manuel Correia de Andrade difunde a expressão “sertão nordestino”, mas cuida de não a homogeneizar, a despeito da nomenclatura¹³ generalizante, mostrando as diferenças existentes numa área recorrentemente apresentada como uma pela historiografia clássica.

Enfatizando as peculiaridades microrregionais, seguindo o caminho aberto por Capistrano de Abreu, outros autores dedicaram ensaios específicos ao “Nordeste” do “ciclo do couro”, focalizando outras questões para além das econômicas: Djacir Meneses¹⁴ publicou “*O outro Nordeste*” (1937); Gustavo Barroso¹⁵ lançou o livro “*Os criadores da civilização de couro*” (1956); Diaulas Riedel¹⁶ organizou a publicação “*O sertão, o boi e a seca: Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte*” (1959), contando com introdução escrita por Ernani da Silva Bruno; e José Alípio Goulart¹⁷ publicou “*O ciclo do couro no Nordeste*” (1966). São publicações de perfil mais antropológico, que descortinam aspectos da cultura material e imaterial regional.

Diaulas Riedel e Ernani Silva Bruno na coleção *Histórias e Paisagem do Brasil*, composta de 10 volumes (entre os quais um dedicado ao *sertão*), reúnem histórias “*contadas e descritas por contistas e romancistas, mas também por cronistas, memorialistas e viajantes - brasileiros ou não - que percorreram a terra e conviveram com a gente*”, que, “*de uma forma ou de outra, refletem a vida de uma região*” (BRUNO, 1962: 9 - 10). Essa publicação teve como objetivo registrar “*um ou mais aspectos da cultura de uma região, isto é, do conjunto de manifestações materiais e espirituais de um grupo social vivendo em determinado espaço geográfico*”, refletindo “*a paisagem, a casa, a comida, a roupa, as formas de atividade econômica e de relações sociais, os costumes, a língua, as artes, as crenças de cada região - no passado e no presente*” (BRUNO, 1962: 10. grifo do autor). O volume que trata da pecuária chama-se: “*o sertão, o boi e a seca: Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte*”. É uma oposição ao Nordeste¹⁸ da Zona da Mata eternizado por Gilberto Freyre:

“é o Nordeste de clima em grande parte árido, com secas terríveis e rios quase sempre temporários e que no entanto, nas cheias, avassalam tudo, obrigando o matuto, para salvar a família e o gado, a se atirar às águas, agarrado ao seu cavalete de mulungu, nadando muitas léguas às vezes à cata de uma canoa. O Nordeste das caatingas ásperas, do gado enxuto, dos vaqueiros vestidos de couro, dos aboios e das vaquejadas, dos cegos cantando nas feiras. O Nordeste quase bíblico, do sertão, do boi e da seca” (BRUNO, 1962: 3).

¹² MARIANI, Anna. **Paisagens, impressões**: o semi-árido brasileiro. São Paulo: Campanhia das Letras, 1992.

¹³ No período colonial a região era chamada de “Sertões do Norte”.

¹⁴ MENESES, Djacir. **O outro Nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

¹⁵ BARROSO, Gustavo. **Os criadores da civilização do couro**. Rio de Janeiro, 1956.

¹⁶ RIEDEL, Diaulas (org). **O sertão, o boi e a seca**: Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. 3 ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1962.

¹⁷ GOULART, José Alípio. **O ciclo do couro no Nordeste**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1966.

¹⁸ A região Nordeste, tal como conhecemos hoje, foi delimitada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1969 e se divide em quatro sub-regiões: meio-norte, sertão, agreste e zona da mata.

No mesmo ano, 1956, Luís da Câmara Cascudo¹⁹ publicou “*Tradições da pecuária nordestina*”, que também opõe o “mundo açucareiro” ao “mundo do pastoreio”. Em 1934, Luís da Câmara Cascudo já tinha publicado “*Viajando o sertão*”²⁰ e, em 1939, “*Vaqueiros e Cantadores*”²¹, tratando de aspectos culturais e antropológicos sertanejos.

Ainda sobre o território que foi ocupado pelas boiadas nos primeiros séculos destacamos também: sobre o Piauí, os livros de Agenor Augusto Miranda²² (1938), de Carlos Eugênio Porto²³ (1955) e de Luiz Mott²⁴ (1985); sobre o Ceará, os estudos de Raimundo Girão²⁵ (1947 e 1953), de Tristão de Alencar Araripe²⁶ (1958) e de Gustavo Barroso²⁷ (1962); sobre o Rio Grande do Norte, de Augusto Tavares de Lira²⁸ (1921) e de Luís da Câmara Cascudo²⁹ (1955); sobre a Paraíba, de Irineu Joffily³⁰ (1892), de Irineu Pinto³¹ (1908) e de Mariz Celso³² (1922). Inúmeros outros ensaios versam sobre a história social desta região onde a pecuária se sobressaiu, a maioria deles de autoria de membros dos Institutos Históricos e Geográficos e com tom valorativo microrregional. Quanto às províncias de Pernambuco e Bahia, os livros que tratam de sua história colonial e imperial relacionam enfaticamente o *sertão* à produção de açúcar, salvo raras exceções³³.

No mesmo sentido que a historiografia clássica foi revisada com o intuito de quebrar o paradigma de certas homogeneidades no território nacional, os ensaios relacionados nos Institutos Históricos e Geográficos³⁴ regionais também estão sendo revisitados. Observamos, nas últimas décadas, a inauguração de linhas de pesquisas acadêmicas sobre os *sertões das províncias do Norte* na perspectiva da micro-história, realizados aos programas de pós-graduação em Ciências Sociais, Geografia, História e Arquitetura e em Urbanismo, contemplando tanto as áreas rurais como as urbanas. Dentre os novos pesquisadores destacamos: sobre o Piauí, Maria Dione Carvalho de

¹⁹ CASCUDO, Luís da Câmara. **Tradições populares da pecuária nordestina**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1956.

²⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. **Viajando o sertão**. Natal: Imprensa Oficial, 1934.

²¹ CASCUDO, Luís da Câmara. **Vaqueiros e Cantadores**. São Paulo: Editora Itatiaia, 1984.

²² MIRANDA, Agenor Augusto de. **Estudos piauienses**. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1938. Série 5ª Brasileira. vol 116.

²³ PORTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. MEC. s/d. 1955.

²⁴ MOTT, Luiz R. B. **Piauí colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: Projeto Pretônio Portella, 1985.

²⁵ GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1947.
GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. 4 ed. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1984.

²⁶ ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da Província do Ceará**. Fortaleza: Minerva, 1958.

²⁷ BARROSO, Gustavo. **Margem da história do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

²⁸ LIRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 2 ed. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982.

²⁹ CASCUDO, Luis da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa, 1955.

³⁰ JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus Editora e Sistemas de Áudio Visuais: 1977. [Fac-símile da primeira edição publicada no Rio de Janeiro em 1892, com prefácio de Capistrano de Abreu]

³¹ PINTO, Irineu. **Datas e notas para a História da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1977. [Reprodução da edição de 1908]

³² MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. 2 ed. João Pessoa, 1980.

³³ BOAVENTURA, Eurico Alves. **Fidalgos e vaqueiros**. Salvador: UFBA, 1989.

³⁴ Sobre a linha historiográfica dos Institutos Históricos e Geográfico entendemos como sendo responsável pela divulgação de uma História Regional pautada em acontecimentos grandiosos e ligados principalmente à uma origem portuguesa e branca.

Morais³⁵ e Tanya Maria Brandão Barbosa³⁶; sobre o Ceará, Antônio Otaviano Vieira Júnior³⁷, Clovis Ramiro Jucá Neto³⁸, José Clewton do Nascimento³⁹ e Reinaldo Forte Carvalho⁴⁰; sobre o sertão do Seridó, Maria Regina Mendonça Furtado⁴¹, Muirakytan Kennedy Macedo⁴², Paulo Helder Forte Feijó⁴³, Helder Alexandre Medeiros de Macedo⁴⁴, Ione Rodrigues Diniz Moraes⁴⁵ e a dissertação de nossa autoria⁴⁶; e os estudos de Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes⁴⁷ sobre os *sertões* de Piranhas e Piancó; sobre os demais *sertões* da Paraíba, Emília de Rodat Fernandes Moreira⁴⁸, Mozart Vergetti de Menezes⁴⁹, Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes⁵⁰ e Wlisses Estrela de Albuquerque Abreu⁵¹; sobre *sertões* de Pernambuco, Kalina Vanderlei Paiva Silva⁵²; sobre o Alto

³⁵ MORAIS, Maria Dione Carvalho de. **Memórias de um sertão desencantado**: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerados do sudoeste piauiense. (Tese de doutorado) Pós-graduação em Ciências sociais da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

³⁶ BARBOSA, Tanya Maria Brandão. **A elite colonial piauiense**: Família e Poder. (Tese de doutorado) Programa de Pós-graduação em História social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

³⁷ VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. **A família na Seara dos sentidos**: domicílio e violência no Ceará (1780-1850). (Tese de doutorado) Programa de Pós-graduação em História social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

³⁸ JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **A urbanização do Ceará Setecentista**: as vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. (Tese de Doutorado) Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

³⁹ NASCIMENTO, José Clewton do. **(Re)descobriram o Ceará?** Representações dos sítios históricos de Icó e Sobral: entre Areal e Patrimônio Nacional. (Tese de Doutorado) Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.

⁴⁰ CARVALHO, Reinaldo Forte. **Governança das terras no Siará Grande**: poder político e administração colonial na capitania do Ceará (1777-1799). (Tese de doutorado em andamento) Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

⁴¹ MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. **Vila do Príncipe (1850-1890)**: Sertão do Seridó – um estudo de caso de pobreza. Dissertação (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1985.

⁴² MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó**: Espaço e história no regionalismo seridoense. (Dissertação de mestrado) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 1998.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (séc. XVIII). (Tese de doutorado) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2007.

⁴³ FEIJÓ, Paulo Heider Forte. **A arquitetura tradicional de Acari no século XIX**: estudo comparativo entre a casa grande de fazenda e a casa urbana. (Dissertação de mestrado) Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2002.

⁴⁴ MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Vivências índias, mundos mestiços**: relações interétnicas na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó entre o final do século XVIII e início do século XIX. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caicó, 2002.

⁴⁵ MORAIS, Ione Rodrigues. **Seridó norte rio-grandense**: uma geografia de resistência. (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2004.

⁴⁶ DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Velhas fazendas da ribeira do Seridó**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008 (Orientador: Beatriz P. S. Bueno).

⁴⁷ MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Em busca da liberdade**: os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750. (Dissertação de mestrado) Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2009.

MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Entre mobilidades e disputas: o sertão de Piranhas e Piancó no século XVIII**. (Tese de doutorado em andamento) Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza.

⁴⁸ MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **Evolution et transformations récentes de l'organisation agraire de l'état de la Paraíba**. (Tese de doutorado) Programa de Pós-graduação em Geografia da Université Sorbonne Nouvelle. Paris, 1988.

⁴⁹ MENEZES, Mozart Vergetti de. **A provedoria real da Capitania da Paraíba: 1647-1755**. (Tese de doutorado) Programa de Pós-graduação em História econômica da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

⁵⁰ GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. **A colonização do sertão da Paraíba**: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos. (Dissertação de mestrado) Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

⁵¹ ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **Senhores e escravos do sertão**: Espacialidades de poder, violência e resistência. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2011.

⁵² SILVA, Kalina Vanderlei Paiva. **Nas solidões vastas e assustadoras**: os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-graduação em História da Universidade

Sertão da Bahia, Erivaldo Fagundes Neves⁵³ .

No entanto, observamos ainda uma lacuna de pesquisas que contemplem esses *sertões* na perspectiva de uma macro-história sistêmica, analisando redes de relações sociais e suas consequências materiais, alinhando semelhanças e destacando particularidades. Nota-se especialmente a carência de estudos vinculados à cultura material e, se os núcleos urbanos vem sendo descortinados, raros são os trabalhos sobre as fazendas e a arquitetura rural. Ao contrário dos engenhos de açúcar e das fazendas de café, as fazendas de gado não necessitavam de uma rede complexa para o escoamento de seus produtos e, conseqüentemente, não mobilizaram grandes obras. Tal fato as tornaram ainda mais invisíveis na lógica mercadológica do Brasil-Colônia e Império, merecendo conseqüentemente poucos estudos sistemáticos. À exceção da dissertação de mestrado de Damião Esdras Arraes, “*Curral de reses, Curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX*”, que buscou articular os *sertões* numa grande rede a partir das rotas das boiadas, inexistem pesquisas com visão de conjunto.

Em relação ao patrimônio edificado, há nos *sertões* conjuntos arquitetônicos, tanto urbanísticos como rurais, que se constituem em testemunhos de suas lógicas sociais pregressas. Infelizmente, como já apontamos, esse acervo ainda não foi alvo de pesquisas. Do ponto de vista da preservação do patrimônio arquitetônico, as edificações rurais continuam deixadas à própria sorte, apesar de parte do acervo arquitetônico rural das regiões sul, sudeste e da zona litorânea nordestina já ter sido objeto de investigação nas academias. Entre aqueles que estudaram a economia da pecuária e a sua arquitetura, destacamos o pioneiro ensaio de Paulo Thedim Barreto⁵⁴, “*O Piauí e sua arquitetura*”, publicado na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1938, apresentando considerações genéricas a respeito da ocupação inicial da Capitania do Piauí, da fundação das suas primeiras vilas e cidades e das características da sua arquitetura tradicional rural e urbana produzida nos séculos XVIII e XIX. Tal estudo, permaneceu isolado por décadas. Em 1939, Godofredo Rabelo de Figueiredo Filho⁵⁵, então diretor da regional do SPHAN na Bahia, publicou o artigo “*A Torre e o Castelo de Garcia d’Ávila: os Ávilas e a conquista do Nordeste*”, também na Revista do SPHAN. Nesse artigo, o autor trata da conquista territorial realizada pela família Ávila, denominando-os de “bandeirantes baianos”, que se diferenciavam dos paulistas por terem atuado em um meio geográfico mais áspero: “[...] *destinou-se [os bandeirantes baianos] a aridez de intermináveis caatingas. Batedores do Nordeste, lutaram em cenário diferente; e o chão por eles palmilhado foi o chão hostil das bromélias e dos cardos*” (FIGUEIREDO FILHO, [1939] 1975: 51). Ao contrário de Paulo Thedim Barreto, que apresenta um amplo panorama da arquitetura do Piauí, Figueiredo Filho ([1939] 1975) trata somente de uma edificação, a “*Casa da Torre*”, residência datada do fim do século XVI e construída por Garcia d’Ávila como sede de sua propriedade. Estudo semelhante realizou Josias Clarence Carneiro Silva, publicando-o em 1991, com o título “*Abelheiras - último reduto da Casa da Torre no Piauí*”⁵⁶. Nele, o autor relaciona a casa-sede de fazenda com a economia da pecuária desenvolvida no estado piauiense. Somente em 2007 é que foi publicado um estudo mais amplo sobre a urbanização e a arquitetura do Piauí, organizado em 3 volumes, fruto de

Federal de Pernambuco. Recife, 2004.

⁵³ NEVES, Erivaldo Fagundes. **Da Sesmaria ao Minifúndio** (um estudo de história regional e local). Salvador: Universidade Federal da Bahia; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1999.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, reideiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)**. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-graduação em História. Recife, 2003.

⁵⁴ BARRETO, Paulo Thedim. **O Piauí e sua arquitetura**. In: Revista do Patrimônio Histórico e Nacional. Rio de Janeiro: MES, 1938. n. 2. p. 187 - 223.

⁵⁵ FIGUEIREDO FILHO, Godofredo Rabelo. **A Torre e o Castelo de Garcia d’Ávila: os Ávilas e a conquista do Nordeste**. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Nacional**. Rio de Janeiro: MES, 1939. n. 3. p. 250 - 282.

⁵⁶ SILVA, Josias Clarence Carneiro. **Abelheiras - último reduto da Casa da Torre** (um estudo de história social). Teresina: Gráfica e Editora Júnior LTDA, 1991.

uma pesquisa realizada entre os anos de 1973 e 2002, realizada por Olavo Pereira da Silva Filho⁵⁷.

Enfocando principalmente os aspectos econômicos e sociais das propriedades rurais existem também as publicações de Jozé Norberto Macedo⁵⁸ e Lycurgo Santos Filho⁵⁹, ambas datadas da década de 1950, enfocando as fazendas da Bahia. Destaca-se ainda a dissertação de curso de especialização, realizada na Universidade Federal do Ceará, de Maria do Carmo Lima Bezerra⁶⁰, sobre as casas de fazenda da *Ribeira dos Inhamuns* no Ceará, orientada pelo professor José Liberal de Castro.

Na direção apontada pelo IPHAN na década de 1970, que incentivava os institutos de patrimônio estaduais a realizarem levantamentos arquitetônicos sistemáticos em seus estados, a Bahia despontou com o mais vasto, e quase único, inventário publicado. Denominado de Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC-BA), foi realizado entre as décadas de 1970 a 1990. Dentre as edificações consideradas relevantes para o acervo arquitetônico da Bahia, destacam-se algumas poucas fazendas de gado e algodão. Esse inventário foi organizado em seis volumes (o primeiro sobre os monumentos do município de Salvador; o segundo e o terceiro, sobre os monumentos e sítios do Recôncavo; o quarto, sobre os monumentos e sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina, o quinto, sobre os do Litoral Sul; e o sexto, sobre as mesorregiões Nordeste, Vale Sanfranciscano e Extremo Oeste Baiano). Com esse inventário, pode-se ter acesso a dados relativos à localização, situação geográfica, época de construção, descrição, estado de conservação, aspectos tipológicos, históricos, arquitetônicos, materiais e técnicos relativos à cada edificação inventariada. Na mesma direção, realizou-se o Inventário do sertão do São Francisco e do sertão do Araripe, coordenado pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), ambos seguindo os antigos preceitos do IPHAN, elegendo as edificações excepcionais em detrimento das mais comuns. Nesse sentido, trata-se de inventários limitados a alguns exemplares escolhidos a despeito da maioria.

Temos conhecimento também que o estado do Rio Grande do Norte realizou um inventário sobre suas edificações históricas, porém o resultado nunca foi publicado e atualmente as fichas produzidas estão perdidas. Na nossa dissertação de mestrado realizada na FAUUSP, entre 2005 e 2008, “*Velhas fazendas da ribeira do Seridó*”⁶¹, pesquisamos os conjuntos arquitetônicos do Seridó, microrregião do Rio Grande do Norte que se mostrou rica em exemplares, apesar do mal estado de conservação da maioria. Durante tal pesquisa percebemos que essas propriedades rurais articulavam-se, durante o século XIX, com outras redes estabelecidas com as províncias vizinhas, mais que com a capital Natal. Assim, a presente pesquisa justifica-se por se tratar de uma possibilidade de complementar o quadro de estudos sobre a história da arquitetura rural brasileira, objetivando compreender suas particularidades em regiões negligenciadas pela historiografia clássica sobre a História da Arquitetura Rural, a partir de suas articulações territoriais com fluxos demográficos e econômicos interregionais.

Convém lembrar que a historiografia sobre História da Arquitetura Rural no Brasil privilegiou os exemplares vinculados às economias dominantes, especialmente aqueles relacionados com

⁵⁷ SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí**. Belo Horizonte: Petrobrás, 2007. v. 1-3.

⁵⁸ MACEDO, Jozé Norberto. **Fazendas de gado no Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Ministério da agricultura, 1952.

⁵⁹ SANTOS FILHO, Lycurgo. **Uma comunidade rural do Brasil antigo**. São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1956.

⁶⁰ BEZERRA, Maria do Carmo Lima. **Notas sobre as casas de fazenda dos Inhamuns**. (Dissertação de Especialização) Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará. 1984. Essa dissertação foi publicada em 2012.

⁶¹ DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Velhas fazendas da ribeira do Seridó**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008 (Orientador: Beatriz P. S. Bueno).

as economias de exportação. No Nordeste, preferiu-se o ciclo do açúcar para a auto-afirmação regional em detrimento da, mais modesta, pecuária. Criaram-se mitos a respeito do senhor de engenho, da sinhá e do menino de engenho. No que diz respeito à arquitetura, seguiu-se a mesma lógica, até porque a economia do açúcar produziu um conjunto de edifícios mais opulentos frente à pecuária. Mesmo com tal predileção, datam somente da década de 1980 os primeiros estudos sistemáticos sobre a arquitetura dos engenhos de açúcar, concentrados nos principais pólos, Bahia e Pernambuco. As pesquisas pioneiras foram de Esterzilda Berenstein de Azevedo (mestrado em 1985, *Arquitetura do açúcar*; doutorado em 1995, *Açúcar amargo: a construção de engenhos na Bahia oitocentista*), focalizando os engenhos do Recôncavo no século XIX. Geraldo Gomes (doutorado em 1990, *Engenho e arquitetura: morfologia dos edifícios dos antigos engenhos de açúcar pernambucanos*), focalizou a mesma questão no contexto pernambucano. Ambas as pesquisas foram motivadas por trabalhos anteriormente prestados pelos dois profissionais para as instituições de preservação do patrimônio dos seus respectivos estados. Essas pesquisas não resultaram em políticas de preservação desses bens por parte do IPHAN. Atualmente, esses engenhos apresentam-se, na maioria, em elevado grau de deterioração. As fábricas de açúcar, que denominaram todo o conjunto de edifícios de “engenho” em Pernambuco, há tempos perderam sua funcionalidade e, por conseguinte, seus componentes (moendas, almanjarras, tachos etc.) estão deteriorando. Na ocasião do desenvolvimento da pesquisa, Geraldo Gomes visitou 169 engenhos e nenhum deles estava em funcionamento.

A historiografia e a literatura muito contribuíram para amalgamar a cana-de-açúcar à caracterização genérica do Nordeste. Consagrou o poder da aristocracia açucareira e seus domínios numa economia colonial de exportação, mitificando figuras e lhes conferindo perfis aristocráticos - senhor, sinhá e sinhozinho. Frente a isso, a economia do gado, responsável pela interiorização do domínio português no Brasil e pelo sustento alimentar do litoral e de outras zonas do Brasil, apesar de presente na literatura e nos relatos dos memorialistas, foi relegada ao secundário/complementar. Disso resultaram generalizações sobre o “Nordeste”, como também generalizações sobre a arquitetura rural dos “estados nordestinos”, ainda hoje compreendida a partir dos padrões dominantes na Zona da Mata pernambucana e no Recôncavo Baiano, o que não condiz à realidade.

A arquitetura rural relacionada à “indústria do criatório” (charqueadas) no sul do país também foi alvo de alguns estudos. Em 1989, Lourdes Noronha Pinto publicou o livro *Antigas fazendas no Rio Grande do Sul*, sobre trinta fazendas de gado. Seu objetivo era destacar a importância arquitetônica das antigas estâncias, que desempenharam papel relevante na formação cultural, histórica e geográfica do estado. Farto em fotografias e plantas arquitetônicas, este trabalho documentou as propriedades rurais típicas do Rio Grande do Sul, caracterizadas por uma unidade de hábitos, costumes e trabalho comuns, mas que também exibiam diferenças flagrantes, decorrentes de condições geográficas, origens e distintas posições sociais de seus proprietários e ocupantes. Atento à mesma região, Andrey Rosenthal Schlee defendeu a tese *Arquitetura das charqueadas desaparecidas*, em 1998, orientada pelo professor Carlos Lemos. Seu trabalho tratou da história da formação da Região Platina, especialmente do município Pelotas, com base em relatos de cronistas e viajantes. Destaca as condicionantes econômicas que geraram tal arquitetura no século XVIII e XIX, bem como os principais requisitos que definiam aquela arquitetura: sistema de produção; equipamentos utilizados na feitura do charque; caracterização geral das charqueadas pelotenses do século XIX; localização e tipologia fundiária; partido arquitetônico adotado; formas de implantação dos complexos saladeiros; análise das componentes espaciais e programáticas das charqueadas de Pelotas dos séculos XVIII e XIX.

Objeto de estudo, objetivos, hipóteses da pesquisa, problematização, materiais e métodos

O objeto de estudo desta tese são os remanescentes arquitetônicos rurais vinculados à “indústria do criatório” no século XIX existentes no que se denominava de *Sertões do Norte*. As mais antigas casas de fazenda de gado que ainda subsistem datam desse século, salvo raras exceções do século XVIII e da “Casa da Torre dos Ávilas” do século XVI (e parte do XVIII). Ressalta-se de antemão que foram inventariadas somente as fazendas que estão situadas nas terras dos antigos currais de gado implantados nos séculos XVII e XVIII, nas rotas de penetração do “sertão de dentro” e do “sertão de fora” eternizadas por Capistrano de Abreu. Nesse sentido, a amostragem eleita, malgrado vasta, não incluiu provavelmente a totalidade dos exemplares mais dispersos em relação aos principais eixos de penetração. Mesmo assim, como se verá, contamos com um total significativo de edificações nos atuais estados do Piauí (29), Ceará (12), Rio Grande do Norte (43), Paraíba (7) e Bahia (25). O resultado não é pouco e permite tecer considerações jamais feitas pela historiografia. Obviamente, a macro escala eleita impôs enormes obstáculos. Buscamos espacializar as fazendas de gado e suas territorialidades, tendo em vista que as delimitações territoriais do período colonial e imperial não correspondiam às delimitações dos nossos atuais municípios e estados, assim como a própria lógica de demarcação territorial das *ribeiras* e fazendas. Diante de tal desafio, nossa pesquisa documental extrapolou os limites municipais e as fronteiras dos atuais estados, e buscou investigar dinâmicas interregionais e redes de relações sociais decorrentes da economia da pecuária e suas consequências na cultura material e imaterial.

Para análise dos vestígios materiais da “indústria do criatório” nos *Sertões do Norte* realizamos exaustivos levantamentos na *Ribeira do Seridó* (Rio Grande do Norte) e nas *Ribeiras da Paraíba*⁶². Tais pesquisas *in loco* demandaram bastante tempo, pois os locais onde as fazendas estão implantadas é de difícil acesso, além de não existirem mapeamentos anteriores que pudessem nos guiar. Para as demais localidades, partimos de outros inventários já existentes: levantamento de 29 casas de fazenda no Piauí, realizado por Olavo Pereira da Silva Filho⁶³ e publicado em 2007; levantamento de 12 casas de fazenda no Ceará, realizado por Maria do Carmo Lima Bezerra⁶⁴, para sua dissertação de especialização em Arquitetura na Universidade Federal do Ceará; e 25 casas de fazendas de gado contidas no inventário arquitetônico realizado pelo Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia (IPAC-BA) nas décadas de 1970 e 1980.

Os levantamentos referentes aos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará pautaram-se no rigor metodológico exigido pelas pesquisas acadêmicas mais recentes, mas se dedicaram a áreas específicas, não abrangendo a totalidade do território desses estados. Já o levantamento do Piauí foi realizado em diferentes épocas e o da Bahia foi realizado com fins de, além do conhecimento do patrimônio do estado, eleger edificações excepcionais para submeter à proteção oficial. Disso resulta uma amostragem significativa, mas que não esgota a totalidade das casas-sede de fazendas de gado construídas no século XIX, seja pela mutilação que muitas delas sofreram não subsistindo, seja pela evidente impossibilidade de visitar certos casos (já que os lugares onde essas casas estão implantadas é de difícil acesso), seja pelos levantamentos já realizados aqui mobilizados terem eleito alguns exemplares em detrimento da totalidade do universo empírico existente. Nesse sentido, pretendemos recompor um quadro geral dessa arquitetura a partir dessa amostragem, tendo

⁶² A eleição das localidades para realização do levantamento arquitetônico assim como a eleição dos levantamentos preexistentes levou em consideração a vinculação desses locais com o desenvolvimento da pecuária no período colonial e imperial.

⁶³ SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí**. Belo Horizonte: Petrobrás, 2007. v. 1.

⁶⁴ BEZERRA, Maria do Carmo Lima. **Notas sobre as casas de fazenda dos Inhamuns**. (Dissertação de Especialização) Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará. 1984.

consciência da impossibilidade óbvia de se desvendar todos os tipos arquitetônicos construídos no século XIX para sediar fazendas de gado pelos motivos já expostos.

Sendo assim, dentro desse universo de casas de fazendas de gado, pudemos verificar recorrências tipológicas e peculiaridades, constatando a existência de um universo empírico mais heterogêneo do que nos parecia à primeira vista. A comparação dos exemplares foi realizada a partir das seguintes categorias de análise: topografia do terreno, implantação e orientação; caixa edilícia e modenatura; programa arquitetônico (ambientes constituintes e seu arranjo espacial); materiais, técnicas e sistemas construtivos; e mobiliário e utensílios.

Quando o levantamento arquitetônico não foi satisfatório, como por exemplo no caso das *ribeiras* da Paraíba (no qual o número de exemplares foi aquém do esperado), recorremos a pesquisas cartoriais para reconstituir um quadro arquitetônico hoje desaparecido.

Nesta tese, exercitamos também reconstituir as antigas territorialidades dessas fazendas para compreender as práticas que norteavam a sua formação e delimitação, bem como sua articulação em rede com outros contextos, especialmente os vinculados à comercialização do gado ali criado e seus derivados.

Para além dos remanescentes materiais, elegemos farta documentação primária (textual e cartográfica) coeva para estudar as fazendas e os antigos currais de gado implantados ao longo do período colonial e imperial. Compartilhamos dos preceitos e métodos estabelecidos por Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva para análise dessa documentação do ponto de vista da História, buscando, sempre que possível, reconstituir as territorialidades pregressas.

Ao romper com recortes espaciais anacrônicos aos exigidos pelo objeto de estudo percebemos que “a identificação da freguesia é um procedimento prévio necessário, não é, por sua vez, a resolução da questão da região” (SILVA; LINHARES, 1995: 21). Nesse sentido, um dos nossos desafios consistiu no fato de que os currais de gado implantados no período colonial não estarem, obrigatoriamente, nas áreas de abrangência das freguesias e vilas. Na documentação oficial, *ribeira* é recorte administrativo recorrentemente citado: “RIBEIRA. Terra bayxa & fresca, por esta apar de Ribeyro, ou Rio.”⁶⁵ De acordo com sua proximidade à algum acidente geográfico, principalmente um rio, riacho ou olho dá água que lhe supria (provavelmente devido à demora no estabelecimento de instituições administrativas nessas regiões mais remotas), a identificação com a rede fluvial sobressaiu às instituições da Coroa e se amalgamou no cotidiano regional, conforme explicaremos no capítulo 1. Assim, a territorialidade administrativa, salvo exceções, que alinhavava e delimitava os diversos conjuntos de fazendas e currais eleitos para estudo foram as *ribeiras*.

Por tecermos considerações sobre redes de relações sociais e suas consequências materiais no espaço numa perspectiva sistêmica, valemo-nos também das teorias e métodos desenvolvidos por Nestor Goulart Reis Filho⁶⁶, considerando a cartografia antiga como principal fonte para espacialização dos caminhos terrestres e fluviais que alinhavavam a rede de fazendas estudadas em escala macrorregional.

Na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino relativa às Capitânicas do Norte (na qual as rotas de penetração dos “sertão de dentro” e “sertão de fora” foram registradas), observamos o uso

⁶⁵ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez & Latino; aulico, anatomico, architectonico...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. p. 328.

⁶⁶ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)**. São Paulo: Pioneira, 1968.

contínuo dos vocábulos *sertão*⁶⁷ e *ribeira*, seguidos de complemento usado para designar os lugares. A tabela 1 sintetiza os diversos *sertões* e *ribeiras* compreendido nas circunscrições administrativas das antigas Capitânicas do Norte.

TABELA 1: SERTÕES E RIBEIRAS DAS CAPITANIAS DO NORTE

CAPITANIA DE ONDE A DOCUMENTAÇÃO É ORIUNDA	SERTÃO	RIBEIRA
PIAUI	Sertão do Piauí Sertão de Gorgueia Sertão de Parnaíba Sertão do Parnaíba Sertão do Ribaji	Ribeira do Piauí Ribeira de Piracuruca Ribeira de Itachim Ribeira do Gorgueia Ribeira do Parnaíba Ribeira do Maratavan Ribeira do Corimatã Ribeira do Piauí Ribeira do Canindé Ribeira das Guaredas Ribeira de São João do Piauí
CEARÁ	Sertão do Ceará Sertão de Acaracú	Ribeira do Ceará Ribeira do Jaguaribe Ribeira de Aquiraz Ribeira de Acaracú Ribeira do Icó Ribeira do Aracati Ribeira do Pacati Ribeira de Ceará Grande Ribeira do Curujá Ribeira do Sitiá Ribeira do Caracú Ribeira do Banabuiú Ribeira de Canindé Ribeira de Coxitoré Ribeira do Inhamum Ribeira do Riacho do Sangue
RIO GRANDE DO NORTE	Sertão do Rio Grande do Norte Sertão do Açú Sertão de Santa Cruz Sertão do Mossoró Sertão do Seridó	Ribeira do Rio Grande do Norte Ribeira do Ceará-Mirim Ribeira do Açú Ribeira do Apodi Ribeira do Seridó Ribeira do Upaneminha Ribeira do Potengi Ribeira do Trairi Ribeira do Jundiá Ribeira do Cunhaú Ribeira de Goianinha Ribeira de Mopebu Ribeira do Upanema Ribeira do Mossoró Ribeira do Sul
PARAÍBA	Sertão da Paraíba Sertão do Cariri Sertão do Piancó Sertão do Rio do Peixe Sertão do Cariri de Fora Sertão das Piranhas Sertão do Meriri Sertão do Jacu Sertão do Seridó Sertão do Quintorore Sertão de Mamaguape Sertão do Patú Sertão da Natuba	Ribeira da Paraíba Ribeira dos Brancos Ribeira das Piranhas Ribeira de Piancó Ribeira de Inhaém Ribeira do Inhobim Ribeira do Seridó Ribeira do Rio do Peixe Ribeira do Patu Ribeira do Cariri de Fora Ribeira do Riacho Salgado Ribeira do Taipu Ribeira do Pajeú Ribeira das Piranhas de Cima Ribeira dos Moios

⁶⁷ A grafia de sertão variava: *certão*, *sertoens*, *certoens*, *certõens*...

PERNAMBUCO	Sertão do Pajeú Sertão do Maxotó	Ribeira de Pernambuco Ribeira de Goiana Ribeira do Beberibe Ribeira do Capibaribe Ribeira do Tracunhaém Ribeira do Camaragibe Ribeira do Ipojuca Ribeira do Una Ribeira de Barcarena Ribeira de Curauá Ribeira do Moxotó Ribeira do Paudalho Ribeira do sertão do Pajeú Ribeira do Panema Ribeira do Pão Ribeira Curuangi Ribeira Pirapora Ribeira do Capibaribe da Mata Ribeira do Panaema
BAHIA	Sertão da Bahia Sertão de Aporá Sertão do São Francisco Sertão de Inhampube Sertão do Rio Pardo Sertão de Vaza Barris Sertão do Rio das Contas Distritos do Sertão Sertão do Rio Real Sertão de Água Fria Sertão de Inhambupe de Cima Sertão de Cima do Arcebispado da Bahia Sertão do Tijuco Sertão do Sul Sertão dos Morrinhos Sertão do Gavião Sertão de Baixo Sertão de Cima Sertão de Jacobina	Ribeira da Cidade da Bahia Ribeira da Bahia Ribeira de Pena Ribeira do Rio Vermelho Ribeira do Itapicurú

Menções a “sertões” e “ribeiras” das capitânicas do Norte nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) disponibilizados na rede mundial de computadores pelo Projeto Resgate.

Obs: Obviamente nas milhares de páginas arquivadas no AHU deve haver menção a mais sertões e ribeiras.
Livre construção da autora.

Constata-se assim a pluralidade de *sertões* que o conceito genérico ocultava e oculta. “*SERTAÕ Regiaõ, apartada do mar, & por todas as partes, metida entre terras*”⁶⁸. *Sertão* assim aparece conceituado no século XVIII no dicionário do Pe. Raphael Bluteau e se refere a qualquer zona interiorizada, ganhando designativos como norte e sul, e outros mais específicos relacionados a topônimos locais como vimos na tabela acima. O significado mantém-se nos dicionários do século XIX (“*o interior, coração das terras*”⁶⁹) e nas definições subsequentes.

“Vou lhe falar. Lhe falo do sertão. Do que não sei. Um grande sertão! Não sei. Ninguém ainda sabe. Só umas raríssimas pessoas – e só poucas veredas, veredazinhas”
(ROSA, [1956] 2001: 116).

A literatura, seguindo as designações do IBGE e da SUDENE, eternizou um conceito uno de *Sertão Nordestino*, cristalizando no imaginário coletivo um retrato desse *sertão* entre tantos outros. Colocou em foco as entranhas do Brasil, seus costumes e sua gente. Embora cada autor tenha escrito do ponto de vista do seu próprio “lugar” geográfico (José de Alencar - Ceará; Graciliano Ramos - Alagoas; Gustavo Barroso - Ceará; Rachel de Queiroz - Ceará; Guimarães Rosa - Minas Gerais; Euclides da Cunha - Bahia), o termo *sertão* findou abrangendo um imenso território que apesar de

⁶⁸ BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino; aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

⁶⁹ GUERRA, M. J. Julio. *Diccionario topographico para uso dos engenheiros civis e seus auxiliares*. Lisboa: Typographia Universal, 1870: 104.

suas características naturais e humanas distintas, aparece representado a partir do que lhe é comum, quase arquetípico, como o lugar da seca, da resistência, das lutas etc, terminando por delimitar um território social fortemente reconhecido por seu cotidiano parecido para além das fronteiras políticas dos atuais estados da região e das paisagens naturais e humanas heterogêneas que o constituem.

Para Antonio Carlos Robert de Moraes (2009: 97 - 98), “o sertão é uma figura do imaginário da conquista territorial, um conceito que ao classificar uma localização opera uma apropriação simbólica do lugar, densa de juízos valorativos que apontam para sua transformação”, configurando-se como “um símbolo imposto - em certos contextos históricos - a determinadas condições locais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valoração” (MORAES, 2009: 89). Conclui Moraes (2009:89) que “o sertão não é um lugar, mas uma condição atribuída a variados e diferenciados lugares”.

Segundo o autor (2009: 91), o sertão “só pode ser definido pela oposição a uma situação geográfica que apareça como sua antípoda”, ou seja, “para existir o sertão é necessária a existência de lugares que não sejam englobados nessa denominação, que apresentem condições que expressem o oposto do qualificado para tal noção”. Compartilha dessa assertiva, Nísia Trindade Lima:

“A idéia de um país moderno no litoral, em contraposição a um país refratário a modernização, no interior, quase sempre conviveu com concepção oposta, que acentuava a autenticidade do sertão em contraste com o parasitismo e a superficialidade litorâneos” (LIMA, 1999: 33).

Na mesma linha de discussão, a antropóloga Maria Cristina Pompa (2001) caracteriza a maneira como os diferentes *sertões* foram descritos no período colonial:

[...] por meio de imagens em oposição, representando ao mesmo tempo espaço vazio e lugar de riquezas, reino da barbárie e da selvageria e paraíso de liberdade: território vazio, o sertão é o espaço que, no pano de fundo da nascente colônia, povoa-se de imagens, construídas a partir de elementos existentes em seu imaginário e conforme as situações específicas criadas pela situação colonial” (p. 200).

Para Pompa (2001), “[...] mais que uma delimitação geográfica, o sertão é um espaço físico e também um lugar cultural, que vem sendo construído aos poucos pelos agentes e, principalmente, pelos relatos coloniais” (p. 199). Também, Guedes (2006) diz que “[...] o sertão colonial pode ser melhor compreendido como um registro simbólico do que como um espaço físico delimitável [...] o sertão se constitui numa fonte abundante de representações forjadas pelo imaginário social da época e pelas relações sociais que foram se configurando ao longo do tempo (GUEDES, 2006: 25).

Concordamos que, diante do exposto pelos autores supracitados, *sertão* não pode configurar uma unidade de análise de nossa tese, porém entender sua apropriação é fundamental para perceber a dinâmica das relações sociais que delimitaram socialmente o “nosso *sertão*” e nele deixaram vestígios materiais na paisagem cultural contemporânea. Esses *sertões* foram timidamente adensados, e assim perduraram no século XIX e subsequentes. As freguesias e vilas ali instaladas mantiveram-se discretas. Ainda hoje, é um universo inóspito, marcado por longas distâncias e imensos vazios. Além da resistência indígena, a geografia física é inóspita, fato que dificultou sua ocupação. Para fazer face a esse quadro, Regimentos Militares foram essenciais no controle de um território marcado mais pelos vazios que pelos cheios. Na documentação do AHU encontramos diversos Regimentos direcionados ao controle dos *sertões* e *ribeiras do Norte*.

TABELA 2: REGIMENTOS MILITARES PARA CONTROLE DAS RIBEIRAS E SERTÕES DO NORTE

CAPITANIA DE ONDE A DOCUMENTAÇÃO É ORIUNDA	REGIMENTO MILITAR
CEARÁ	Companhia de Infantaria das Ordenanças na Ribeira do Sitiá Companhia das Ordenanças da Ribeira dos Inhamuns Companhia das Ordenanças da Ribeira de Tauá Companhia do Regimento de Cavalaria Miliciãna das margens do Jaguaribe Companhia do Regimento de Cavalaria Miliciãna das margens do Quixeramobim
RIO GRANDE DO NORTE	Ordenança da Ribeira do Açú Ordenança do Regimento da Ribeira do Potengi Ordenança da Ribeira de Goianinha Ordenança da Ribeira do Mopebu Regimento de Infantaria das Ordenanças da Ribeira do Potengi Regimento de Cavalaria das Ordenanças da Ribeira do Apodi Regimento de Infantaria das Ordenanças da Ribeira do Apodi Regimento de Cavalaria Auxiliar da Ribeira do Sul Regimento de Ordenanças da Ribeira do Seridó
PARAÍBA	Ordenança do Sertão do Piancó Ordenança do Sertão do Cariri Companhia de Infantaria das Ordenanças da Ribeira Sucuru Cavalaria das Ordenanças da Ribeira do Cariri de Fora Cavalaria das Ordenanças da Ribeira do Cariri
PERNAMBUCO	Ordenança da Ribeira de Caraú Ordenança da Ribeira do Camaragibe Ordenança da Companhia na Ribeira do Moxotó Companhia da Ordenança da Ribeira do Una Ordenanças do Sertão do Pajeú Ordenança na Ribeira do Paudalho Companhia de Ordenança da Ribeira do Pajeú Ordenanças do Sertão do Moxotó Ordenança da Companhia da Ribeira do Paudalho Ordenança da Ribeira do Pajeú Ordenança da Ribeira do Curuangi Companhia da Infantaria da Ribeira do Pajeú Companhia do Regimento de Infantaria da Ribeira do Una Companhia de Infantaria da Ribeira do Moxotó Companhia de Infantaria da Ordenança da Ribeira do Capibaribe Companhia de Ordenança do Sertão do Pajeú
BAHIA	1ª Companhia do Terço de Infantaria Auxiliar da Ribeira de Itapicuru Regimento de Milícias da Ribeira de Itapicuru

Menções a reimentos militares em “sertões” e “ribeiras” das capitânicas do Norte nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) disponibilizados na rede mundial de computadores pelo Projeto Resgate.

Obs: Não encontramos regimentos militares de sertão ou ribeira na capitania do Piauí.
Livre construção da autora.

“ORDENANÇA do exercito, & ordenança das batalhas, he o modo com que os esquadroens, batalhoes, & todas as mais couosas se ordenão, affim para marchar, como para combater. [...] Milicia da ordenança. Mudando-se com o tempo a ordem da Milicia antiga deste Reyno, & ficando somente os officios mayores quasi só com os titulos honorarios, pretendeo EdRey Manoel melhorar, & assentar por lista a gente, que havia em todos os lugares do Reyno; & EIRey D. Sebastião trabalhou mais nesta materia, fazendo hum largo Regimento, que mandou guardar com grande observancia, para adestrar o povo na disciplina militar, & o ter prestes para quando fosse necessario servir delle. Ordenou que os Alcaldes môres, & senhores dos lugares fossem Capitaens môres delles, & que onde os não houvesse, fossem eleytos em Camera pelas pessoas do governo; & do mesmo modo os Sargentos môres, os quaes depois com os votos da governança elegessem os Capitães, & officiaes das companhias, que o Capitão mô repartisse a gente do seu lugar, & termo em companhias de duzentos & cincoenta, & e que cada Domingo sahisses ao campo a se exercitar, conforme as armas, que cada hum trouxesse, havendo premios para os mais destros, & penas aos que faltassem : & que os homens de cavallo fizessem cada mez resenha debayxo dos Capitães de cada lugar, & que cada ano se fizessem dois alardos géraes, hum pelas oitavas da Pascoa, & outro por dia de S. Miguel, & que se ajuntasse toda a gente do termo na cabeça da Capitania, onde pelo Capitaõ môr, & Sargento môr fossem ordenados, & se exercitassem assim a gente de cavallo, como de pé. E para bom governo da milia tinha o Capitão môr seu Regimento, que mandava executar pelos ministros das companhias, em cada huma das quaes havia seu Meyrinho, Escrivão, & Recebedor. Esta ordem se guardou em tempo delRey D. Sebastião, até todo o delRey D. Felipe o Prudente, & depois se renovou algumas vezes” (BLUTEAU, 1712 - 1728: 106).

Na falta de outras instituições administrativas, as Companhias de Ordenanças eram as centelhas do poder régio nos confins dos *sertões* e *ribeiras do Norte*. Nesse contexto, as *ribeiras* teceram grande parte dos limites relacionados à territorialização dos currais de gado nesses *sertões*, pois sendo o gado criado solto, houve decretos e leis coloniais e imperiais que determinavam a sua marcação com o símbolo da *ribeira* para oficializar a procedência da mercadoria e definir os impostos necessários. Para a maioria das capitâneas vinculadas aos *Sertões do Norte*, a unidade territorial para cobrança dos dízimos reais do gado foi organizada a partir da abrangência de suas *ribeiras*.

“RIBEIRA - Províncias do Norte - Distrito rural que compreende um certo número de fazendas de criar gados. Cada ribeira se distingue das outras pelo nome do rio que a banha; e tem, além, um ferro comum a todas as fazendas do distrito, afora aquele que pertence cada proprietário”⁷⁰.

É importante frisar que, assim como observa-se heterogeneidade na produção arquitetônica, também não foram homogêneas as práticas cotidianas de controle desse vasto território interiorizado. Exemplo disso, destacamos que na capitania do Rio Grande do Norte (posteriormente Província) havia **ferros de Ribeira** marcados à fogo na coxa esquerda do rebanho; já o Ceará possuía “ferros de Freguesia” (apesar da cobrança do dízimo ser feita pela abrangência de suas ribeiras), para a mesma prática, constatando-se a existência de um único **ferro de Ribeira** ali: o do rio Aracatiaçu. Havia portanto, um rol de práticas semelhantes que organizava o cotidiano do criatório de gado na Colônia e no Império, porém estavam longe de serem idênticas.

Para além das circunscrições políticas envolvendo os territórios das antigas capitâneas e províncias, optamos por dividir os *Sertões do Norte*, quando a documentação investigada o permitiu, em territorialidades definidas a partir dos **ferros das ribeira e/ou freguesias**, agrupando os exemplares arquitetônicos remanescentes a partir de recortes espaciais coevos ao período em que foram elaborados.

Na perspectiva macrorregional, o universo empírico relacionado à “indústria do criatório” (como era chamada a pecuária nos Relatórios dos Presidentes das Províncias) nos *Sertões do Norte* organizava-se em seis *Capitâneas do Norte* (depois *Províncias do Norte*) apresentando aspectos comuns em meio a diversas especificidades do ponto de vista da geografia, do clima, da economia, do cotidiano e da cultura material.

Em perspectiva comparada, pretende-se estudar para além dos aspectos comuns, os particulares, as diferentes escalas de produção dessa economia e as hierarquias urbanas e rurais disso decorrentes. Havia currais, assim como sítios e fazendas com casa sede e curral, e por vezes com açude, engenho e casa de farinha, compondo um sistema autosuficiente que garantia sua manutenção mesmo no período de estiagem. Essa diferenciação não é levada em consideração na maioria dos dados estatísticos oficiais da época, que terminaram por tratar currais, sítio e fazendas como uma mesma categoria. Para nós, tal diferença se impõe, já que as casas-sede que subsistiram correspondiam a propriedades de distintas naturezas e finalidades.

Do ponto de vista da geografia física também se nota heterogeneidade num cenário aparentemente homogêneo. Os *sertões* que trataremos nesta tese inserem-se no bioma caatinga, o único exclusivamente brasileiro, não encontrado em nenhuma outra parte do mundo. Ocupa uma área de 844.453 km², equivalente a 9,92% do território brasileiro. Estende-se em 100% do território cearense, 95% do potiguar, 92% do paraibano, 83% do pernambucano, 63% do piauiense, 49% do sergipano, 48% do alagoano, 54% do baiano, 2% do mineiro e 1% do maranhense.

⁷⁰ ROHAN, Henrique de Beaurepaire. Dicionário de vocábulos brasileiros. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889 *apud* FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Ferro de ribeiras do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2009, p. 43.

O termo *caatinga* deriva do tupi-guarani e significa floresta branca. O clima da caatinga é caracterizado por alta temperatura média anual, baixa taxa de umidade relativa, evotranspiração elevada, precipitações baixas e irregulares. Tem variados tipos de solo, entre os quais: entissolos e latossolos derivados de rocha-mãe sob ação do clima, lajedo (onde só plantas suculentas são encontradas), pedimentos cobertos por camadas mais ou menos contínuas de pedras, entre outros, sendo o mais comum um solo marrom sem cálcio⁷¹.

Diferentemente do que supomos à primeira vista, a fisionomia da vegetação da caatinga é variada, dependente do regime de chuvas e do solo. Ela varia de “caatinga arbórea” - florestas altas e secas com até 15-20 metros de altura, encontradas da Bahia até o Rio Grande do Norte, em localidades mais úmidas e com solos melhores -, até afloramentos de rochas com arbustos baixos esparsos e espalhados, com cactos e bromeliácias nas fendas. Fisionomias intermediárias a essas são numerosas. As espécies lenhosas mais típicas dessa vegetação são: imburana de cheiro, angico, pau-pereiro, catingueira, faveleira, imburana, marmeleiro, velame, calumbies, jurema, aroeira, baraúna e pau d’arco roxo. Entre as suculentas, estão os tipos cactaceae e bromeliaceae; e entre as perifolias estão o juazeiro, icó, carnaúba, pau-de-colher e oiticica⁷². “As caatingas são muito mais ricas do que qualquer outra floresta seca da América do Sul, fornecendo habitats numerosos e variados” (PRADO JR., 2005: 41). Essa diversidade de *habitats* mencionada por Prado Jr (2005) corresponde a variações na paisagem natural e humana, com evidentes reflexos na cultura material.



Figura 2: Biomas brasileiros.
Fonte: IBGE (2010)

Fauna e flora apresentam expressiva diversidade, envolvendo gêneros e espécies específicas à cada microrregião. Em geral, também se observa o regime intermitente e sazonal dos rios da caatinga, reflexo direto das precipitações escassas e irregulares, associadas à alta taxa de evaporação⁷³. Vale a pena lembrar que, a ação antrópica (indígena e advéna) também alterou o bioma caatinga ao longo dos séculos, tornando-o rico em espécies e endemismos, fazendo com que haja várias unidades de paisagem no seu ecossistema.

Diante de tão vasto quadro de diversidade, em 2001, foi realizado o Seminário de Planejamento Ecorregional da Caatinga, organizado pela The Nature Conservancy (TNC) do Brasil e Associação Plantas do Nordeste (APNE), sob coordenação técnica de Frans Germain Pareyn (APNE), Dr. Everardo V. S. B. Sampaio (APNE), Dr. David C. Oren (TNC do Brasil) e Agnes L. Velloso (TNC do Brasil). A publicação *Ecorregiões Propostas para o Bioma Caatinga* foi um dos resultados desse seminário. Nessa publicação, foram propostas novas divisões ecogeográficas da *caatinga*, chamadas de ecorregiões, com a finalidade de permitir uma melhor compreensão sobre a distribuição

⁷¹ PRADO, Darién E. As caatingas da América do Sul. In: LEAL, Inara R.; TAARELLI, Marcelo; SILVA, José Maria Cardoso da. **Ecologia e conservação da caatinga**. 2 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005.

⁷² PRADO, Darién E. As caatingas da América do Sul. In: LEAL, Inara R.; TAARELLI, Marcelo; SILVA, José Maria Cardoso da. **Ecologia e conservação da caatinga**. 2 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005. p. 26 - 27.

⁷³ ROSA, Ricardo S.; MENEZES, Naércio A.; et al. Diversidade, padrões de distribuição e conservação dos peixes da caatinga. In: LEAL, Inara R.; TAARELLI, Marcelo; SILVA, José Maria Cardoso da. **Ecologia e conservação da caatinga**. 2 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005. p. 139.

da biodiversidade desse bioma.

Primeiramente, entende-se por ecorregião “*uma unidade relativamente grande de terra e água delimitada pelos fatores bióticos e abióticos que regulam a estrutura e função das comunidades naturais que lá se encontram*” (ECORREGIÕES, 2002: 3). Para divisão daquele bioma, considerou-se, primeiramente, os principais fatores controladores da distribuição de biodiversidade na caatinga, que são aqueles relacionados à sazonalidade, disponibilidade de água, o solo e o regime de chuvas, características do solo, geomorfologia, relevo e história da biota. Com base nisso, o Seminário de Planejamento Ecorregional da Caatinga¹ dividiu a caatinga em oito ecorregiões: Complexo de Campo Maior, Complexo Ibiapaba - Araripe, Depressão Sertaneja Setentrional, Planalto da Borborema, Depressão Sertaneja Meridional, Dunas do São Francisco, Complexo da Chapada Diamantina e Raso da Catarina.

Sobre as ecorregiões supracitadas, todas elas vincularam-se à “indústria do criatório” no período colonial e imperial, correspondendo portanto às áreas onde foram encontrados remanescentes de antigas fazendas e conjuntos arquitetônicos. Nesse sentido, as diversas paisagens naturais e humanas que compõem a paisagem cultural dos *Sertões do Norte* orientará o exame dos conjuntos arquitetônicos em busca de aspectos comuns e particularidades ecorregionais para além de explicações calcadas num determinismo geográfico rasteiro.

Do ponto de vista teórico-metodológico, nossa tese situa-se no âmbito da *Nova História Cultural*, articulando sociedade, economia e cultura, e pretende ser uma contribuição para a História da Arquitetura brasileira. A análise sistêmica aqui ensaiada ancora-se nas preceptivas teórico-metodológicas de Nestor Goulard Reis Filho, malgrado enfrentando não redes urbanas mas redes de fazendas e suas articulações com redes de comunicação e núcleos de povoamento e administração relacionados à economia do criatório. Para resposta aos nossos questionamentos, privilegiamos a análise da cultura material, principalmente os vestígios arquitetônicos das antigas casas-sede das fazendas de gado em meio a currais, engenhos e casas de farinha. Alguns casos exemplares mereceram estudo pormenorizado numa perspectiva comparada.

Seguindo esse caminho as hipóteses a serem testadas dizem respeito ao conjunto arquitetônico remanescente do século XIX. Ao nosso ver, a arquitetura das casas-sede das fazendas de gado dos *Sertões do Norte* é tão heterogênea quanto a própria diversidade do ambiente natural e social em que estão implantadas. Dentro dessa heterogeneidade, há elementos arquitetônicos que se repetem em todos os *sertões* e *ribeiras* analisados ou apenas em alguns deles. Ou seja, há traços comuns que unem esta paisagem cultural do ponto de vista arquitetônico, mesmo predominando a diversidade.

Para testar essa hipótese, formam nossa base documental primária: 1 - os levantamentos arquitetônicos realizados *in loco*, já citados; 2 - a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino relativa ao período colonial; 3 - a documentação relativa ao Império arquivada nos cartórios e fóruns das antigas *Comarcas dos Sertões*; 4 - os Relatórios dos Presidentes de Províncias; e 5 - a cartografia antiga. Esse conjunto documental complementa e dá sentido aos remanescentes arquitetônicos e outros artefatos vinculados à indústria do criatório. Contamos também com uma farta documentação secundária oriunda, principalmente, de pesquisas acadêmicas, que elucidam os *sertões* na perspectiva da micro-história.

Uma das principais dificuldades enfrentadas reside na sistematização da vasta documentação primária que levantamos em arquivos locais, pois se trata de uma documentação bastante relevante e nunca explorada. Apesar do grande volume de documentação primária coligido, infelizmente nem

tudo foi encontrado igualmente em todas as áreas estudadas (por exemplo, só encontramos “livro de ferros” no atual estado do Rio Grande do Norte; ou no caso da cartografia antiga, somente o Piauí e o Ceará possuem cartas topográficas detalhadas).

TABELA 3: LISTA DA DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA LEVANTADA

LOCALIDADE	DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA
Piauí	<ul style="list-style-type: none"> - Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino - Levantamento de 52 casas de fazenda localizadas no Piauí realizado por Olavo Pereira da Silva Filho - Carta Geográfica da Capitania do Piauí e das adjacentes (levantada em 1761 por Antonio Galuzzi) - Relatório dos Presidentes da Província
Ceará	<ul style="list-style-type: none"> - Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino - Relatório dos Presidentes da Província - Levantamento de 34 casas de fazenda realizado por Maria do Carmo Lima Bezerra - Carta da Capitania do Ceará (levantada por ordem do Governador Manoel Ignacio de Sampaio, por seu ajudante de ordens Antonio Joze da Silva Paulete, 1818) - Recenseamento do Brasil (1920): relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais no estado do Ceará.
Rio Grande do Norte	<ul style="list-style-type: none"> - Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino - Relatório dos Presidentes da Província - Inventários post-mortem lavrados no 1º Cartório da Vila Nova do Príncipe - Transcrição de terras e imóveis da da Vila de Seridó - Levantamento de 52 casas de fazenda realizado por nós - Livro de ferros da antiga Freguesia Gloriosa de Santana - Livro de ferros da Vila de Jardim do Seridó - Recenseamento do Brasil (1920): relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais no estado do Rio Grande do Norte
Paraíba	<ul style="list-style-type: none"> - Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino - Relatório dos Presidentes da Província - Inventários post-mortem lavrados no 1º Cartório da Vila de Pombal - Transcrição de terras e imóveis da da Vila de Pombal - Levantamento de 15 casas de fazenda realizado por nós - Recenseamento do Brasil (1920): relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais no estado da Paraíba
Pernambuco	<ul style="list-style-type: none"> - Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino - Relatório dos Presidentes da Província - Recenseamento do Brasil (1920): relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais no estado de Pernambuco
Bahia	<ul style="list-style-type: none"> - Documentos do Arquivo Histórico Ultramarino - Relatório dos Presidentes da Província - Levantamento de 44 casas de fazendas de gado realizado pelo IPAC nas décadas de 1970 e 1980 - Recenseamento do Brasil (1920): relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais no estado da Bahia

Nossa metodologia não encontra precedentes em outros estudos e precisou ser lapidada e testada, pois não encontramos pesquisas afins que pudessem nos amparar. Como se pode perceber na tabela 3, realizamos pesquisas exaustivas nos arquivos regionais em busca de documentação primária dos séculos XVIII e XIX, sistematizando posteriormente o material coletado com o intuito de entender as dinâmicas e lógicas relacionadas à pecuária nos *Sertões do Norte*. Tal tarefa constituiu-se mais árdua e desafiadora do que parecia à primeira vista. No decorrer de nossas atividades nos deparamos com papéis deteriorados e de complicada grafia, demandando bastante tempo de leitura e sistematização dos dados. Diante dos desafios, fomos obrigados a construir um recorte, uma conceituação e uma estrutura original para nosso discurso.

A fim de entender o conjunto das propriedades rurais sertanejas em perspectiva sistêmica, ou seja, a partir de redes de relações de caráter social, econômico, político, cultural etc, utilizamos o *software*

ArcGIS⁷⁴ para confeccionar mapas georreferenciados, espacializando as informações recolhidas na documentação primária, e assim facilitando a leitura dos diversos momentos da história social do *sertão*, com vistas a compreender as formas de organização dos seus *habitatis* rurais.

Diante do exposto, nossa tese estrutura-se em três capítulos:

Capítulo 1 - “**Sertão adentro: contornando ribeiras, atravessando sertões**” - analisamos o processo de ocupação dos *sertões do Norte* pela economia da pecuária no período colonial e no Império. As fontes documentais eleitas para análise foram os relatórios estatísticos oficiais, relacionados com alguns estudos desenvolvidos em programas de pós-graduação estaduais. Nesse capítulo, observa-se a imensidão do nosso recorte espacial e sua divisão administrativa em *ribeiras* e/ou *freguesias*, distritos aos quais estavam vinculadas as fazendas de gado do século XIX.

Capítulo 2 - “**Fronteiras movediças: fazendas em rede**” - analisamos as dinâmicas específicas relacionadas à “indústria do criatório” nos *Sertões do Norte* e seus mecanismos de ordenamento territorial e de gestão, especialmente na escala das sesmarias e do peculiar sistema de marcação do gado.

Capítulo 3 - “**A arquitetura residencial rural da indústria do criatório**”, interpretamos os remanescentes materiais inventariados, especialmente as casas-sede das fazendas de gado, destacando, em perspectiva comparada, os aspectos comuns e as especificidades ecorregionais.

Espera-se que este estudo possa contribuir ao descortinar uma herança arquitetônica riquíssima em especificidades. Almejamos assim chamar a atenção para a multiplicidade de exemplares rurais Brasil afora que sequer mereceram a atenção das universidades, e que vem sendo negligenciada e descaracterizada pelos seus próprios usuários, exigindo um trabalho hercúleo de conscientização sobre o seu valor cultural.

⁷⁴ Grupo de programas informáticos e que constitui um Sistema de informação geográfica.

Capítulo 1

Sertão adentro:
contornando ribeiras, atravessando sertões



Como já destacamos, o termo *sertão* não é uma categoria de análise adequada para se investigar o contexto aqui em causa. Evidencia a imensidão do nosso universo empírico, mas lhe confere contornos imprecisos e torna homogênea uma realidade mais plural do que parece à primeira vista. O grande *sertão* aqui em causa é composto de inúmeros pequenos *sertões* e é resultado de um processo de formação peculiar, diferente dos demais *sertões* de outras paragens do Brasil. Nesse sentido, nosso objetivo neste capítulo é justamente precisar as particularidades do processo de formação dos *Sertões do Norte* e descortinar a rede de fazendas objeto de estudo da presente tese. Enganam-se os que imaginam que estes *Sertões do Norte* eram vazios e desocupados. Como veremos, uma densa rede de fazendas estava relacionada à pecuária em tempos pretéritos.

Com a finalidade de encontrar vestígios de pedra, tijolo e barro nos *sertões*, pesquisamos farta documentação primária, cuja análise revelou não somente as sedes das fazendas como também conjuntos arquitetônicos mais complexos, envolvendo currais, e eventualmente casas de farinha e engenhos de rapadura.

As práticas relacionadas ao cotidiano da pecuária nos confins do Brasil, a partir do século XVIII, foram sendo organizadas aos poucos a partir dos desafios impostos pela lida diária em um território completamente novo para a Coroa portuguesa. A opção por um modo extensivo de criação do gado *vacum* abria brechas para furtos, o que significava tanto perda para o proprietário como para a Coroa que deixava de recolher o dízimo relativo às cabeças furtadas. Frente a tal situação foram elaboradas medidas administrativas para impedir tal delito.

[...] o cuidado de registrar todos os gados que em lotes (___) deles a vender, e destes reseberem carta de guia, em q se deve declarar o numero de cabessas q tras o pasados de cada lote cas marcas, para (___) poder livremente pasar pellas mais ribeiras donde ouver legislador, e chegando as capitancias donde lhes tiver conveniencia venderem os gados, não fazerem sem primeiro apresentarem as ditas cartas de guia ao Ministro que Vossa Magestade for servido para esta deligencia nomear. O qual sera obrigação depois de lhe ser apresentada (___) carta de guia examinar por ella o numero das cabezas, e marcas, [...]” (Carta dos oficiais da Câmara de Natal ao Rei D. João V sobre os contínuos roubos de gado *vacum* e cavalos nos *sertões* do Rio Grande do Norte e Ceará pedindo que se ordene o estabelecimento. 18 de maio de 1729. Fonte: AHU-RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 2, D. 59/ AHU_CCL_CU_18, Cx. 2, D. 141. grifo nosso)

[...] No lugar das tabocas desta Capitania se deve por hum Registro, por de (___) serem a elle os gados que se tirão das Ribeiras dos Certoëfis do Jagoaribe; Caracú; Bonabuyu; Riacho do Sangue e do Figueyredo; Inhamús. Caratheús, e do Rio Salgado.

No lugar da Serrinha he preciso que haja outro; porque nella vem dar os gados que se tirão do Certão dos Certoëfis do Cariry; Piranhas. Piancó, Rio do Peixe; e Seridó, e Sabuçu, e como nas (___) das seccas em que se tem falta de agoas, mudão esta Estrada; e vão por outra emcuberta que vai dar no rio de Capibaribe; nelle se deve por outro Registro. Estas são as paragens precisas; e convinientes no que respeita a Esta Capitania” (Resposta de D. João à Carta dos oficiais da Câmara de Natal ao Rei D. João V sobre os contínuos roubos de gado *vacum* e cavalos nos *sertões* do Rio Grande do Norte e Ceará pedindo que se ordene o estabelecimento. 20 de novembro de 1730. Fonte: AHU-RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 2, D. 59/ AHU_CCL_CU_18, Cx. 2, D. 141. grifo nosso)

Passagens da documentação oficial elucidam a existência de diversos sertões articulados por meio de uma rede fluvial e de caminhos terrestres e controlados por uma rede de postos fiscais - ai incluso Registros - envolvendo hierarquias e funções distintas. As vias de comunicação variavam de porte, indo desde veredas (caminhos jamais calçados) a estradas. Da mesma forma, os núcleos de povoamento, pouso, passagem e postos de controles fiscais, situados nas rotas mais importantes, tinham nomes e hierarquias particulares (registros, capelas, freguesias, cidades...). Observamos que, salvo exceções, eram as *ribeiras* as circunscrições administrativas definidas pela Coroa portuguesa para a coleta dos dízimos das mercadorias do sertão, sistema que persistirá inclusive no século XIX, quando já tinham sido fundadas muitas vilas e freguesias interiorizadas.

Partindo do sistema de controle fiscal da época, elegemos a *ribeira* como categoria de análise e divisão administrativa dos *Sertões do Norte*, ao invés de recortar nossa análise por capitânicas. Convém salientar que o sistema de controle fiscal não era homogêneo. Em algumas capitânicas o sistema fiscal era organizado com base nas *freguesias*. Grosso modo, nos casos das capitânicas do Piauí, Pernambuco e Bahia, as *freguesias* eram os distritos eleitos para controle dessa economia; já nas capitânicas do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, com exceção dos núcleos urbanos do litoral, eram as *ribeiras* que delimitavam e organizavam o sistema fiscal. Na impossibilidade de esgotar o universo empírico, escolhemos algumas bacias hidrográficas para apreciação pormenorizada da sua arquitetura rural. Esses lugares tinham na produção de gado a sua principal fonte de renda, mas não somente isso, eles se localizavam nos principais caminhos das boiadas relacionados às rotas de penetração dos “*sertão de dentro*” e “*sertão de fora*” durante a Colônia e Império. Seguindo o curso das *ribeiras*¹, visamos compreender a dinâmica de implantação das fazendas de criar e os vestígios materiais remanescentes do passado. Percebemos que, principalmente a partir de meados do século XIX, as casas-sede passaram a ser edificadas com material construtivo mais duradouro (o tijolo cozido), sendo maiores e mais resistentes ao tempo.

É importante destacar que as *ribeiras* eram ladeadas por caminhos - “as estradas das ribeiras” - que as articulavam a redes muito mais distantes, indo além do próprio sertão, abastecendo outras capitânicas e regiões da colônia.

“Cada rio e riacho possuiu, desde cedo, a sua **estrada da ribeira**, caminho que seguia de perto o leito do curso d’água, desenrolando-se ora por uma, ora pela outra margem, da foz às cabeceiras, e ao longo da qual de habito se edificavam os curraes, as casas dos vaqueiros e até as casas senhoriaes.

A origem de taes caminhos reside, di-lo com razão Pompeu Sobrinho, no povoamento das sesmarias que eram concedidas, successivamente, rio acima. Por isto, elles se abriam de jusante para montante com raras excepções e tinham por fim estabelecer as ligações entre as fazendas situadas no valle da ribeira. Por esses caminhos andavam os **cavalarianos** que percorriam os sertões comprando equideos para os engenhos de Pernambuco e as boiadas que procuravam as grandes estradas que conduziam aos centros consumidores do littoral (STU).

Parece, continua o mesmo escriptor, que as **estradas das ribeiras** já existiam ao tempo em que nas nossas plagas somente dominavam indios. É certo que os tapuias do sertão desciam ás praias quando os cajueiros fructificavam; além disto, outras necessidades determinavam uma certa circulação dos sertões para o littoral e vice-versa. Este movimento de certo se fazia ao longo das estradas em consideração, cujo traçado, evitando o recesso das caatingas desprovidas de agua facil, se acostava aos leitos dos cursos d’agua onde o liquido precioso jamais faltava” (STUDART FILHO, 1937: 29. **grifo do autor**).

¹ Termo tradicionalmente utilizado em Portugal para designar a região de um rio. Cf. MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte. **Portugal o sabor da terra**: um retrato histórico e geográfico por regiões. Portugal: Circulo de leitores, 2010. p. 99..

As *ribeiras* cumpriam também um outro papel: era a existência de água a condição para uma sesmaria ser concedida, conforme observamos na documentação correspondente às concessões de sesmarias na Ribeira de Inhamuns, na Capitania do Ceará.

**TABELA 4:
CONCESSÃO DE SESMARIAS NA RIBEIRA DO INHAMUNS (séc. XVIII)**

ANO	ÁREA	CONCESSIONÁRIOS	OBS.
1708	3 x 1 3 x 1	Antônio Estêves Manuel Marques	descobridores de um riacho nos Inhamuns
1708	3 x 1 3 x 1	Baltazar Ferreira Silvestre Coelho	dizem ter descoberto terras devolutas no riacho acima que parte de dentro dos boqueirões
1708	3 x 2 3 x 2	Antônio Estêves Domingues Pires Costa	dizem ter descoberto um riacho da parte do norte dos boqueirões dos Hinhumas, subindo
1717	3 x 2	José de Araújo	diz que descobriu um riacho a que o gentio chama Faroio e os brancos Favela, que corre de nascente a poente
1717	3 x 2	João de Almeida Vieira	diz que descobriu um riacho chamado Cacimbas
1717	3 x 2	João da Silva Queiroz José de Araújo Sebastião da Costa	dizem que descobriram o riacho Feloibou
1717	3 x 2 3 x 2	Cosme Ferreira Francisco Ferreira	dizem que descobriram entre o riacho Bastião e o do Cameleões, nas cabeceiras de uns riachos, a que o gentio chama Loucuneele e Nanraniou (riachos dos Tabuleiros e da Pitombeiras) nos quais há uns olhos d'água e poços
1717	2 x 2	Antônio Vieira Pita	Diz ter descoberto o riacho Mucuí
1717	3 x 2	Félix da Silva Bezerra Antônio Nunes de Almeida Sebastião da Costa Cardoso	dizem que descobriram um riacho que o gentio chama Anauié que sai de trás da Serra do Boqueirão do Inhamu
1718	3 x 1 3 x 1	Luís Coelho Vital João de Almeida Vital	descobriram uns olhos d'água chamados de Coriús
1718	3 x 2 3 x 2	Pe. Antonio Teixeira de Borba Manuel Figueiredo	descobriram o riacho Puiú
1718	3 x 2	Ventura Roiz de Sousa Domingos Roiz	dizem ter descoberto um riacho que deságua entre o sítio S. Cruz e o S. Antônio
1718	3 x 2	Antônio Nunes Moreira	diz que descobriu o riacho Umbus
1719	3 x 2	Manuel da Silva Soares	diz que descobriu o riacho dos bois
1717	3 x 2	Manuel da Silva Soares Francisco Velho	dizem que descobriram o riacho Mucuíns na ribeira de Inhamuns
1717	3 x 2 3 x 2	Luís Coelho Vidal João de Almeida Vieira	descobriram o riacho Tauá
1720	3 x 2	José de Araújo Chave	descobriu e povoou o riacho Imbuzeiro
1720	2 x 1	Lourenço Alves Feitosa	terras que não foram povoadas pelos sesmeiros Manuel Roiz Teixeira e Gaspar Moreira
1721	1 x 2	Lourenço Alves Feitosa	terras que não foram povoadas pelos sesmeiros Manuel Roiz Teixeira e Gaspar Moreira
1747	3 x 1	Francisco Alves Feitosa	olho d'água próximo da fazenda Boqueirão
1751	3 x 1	Antônio Ferreira de Oliveira Velate Francisco Ferreira de Oliveira	descobriram uma lagoa nas cabeceiras do Inhamuns chamada dos Cama
1752	3 x 1	Manuel da Silva Carmo	no riacho das Flôres
1759	3 x 1	João Roiz de Matos	terras na Serra Verde
1794	-	Domingos Sanches de Carvalho	alega que povoou terras desde 1784 e por isso pede sua posse judicial
1708	3 x 1	Domingos Alves de Góis	pede terras no riacho Catinguira
1711	3 x 1 3 x 1	Baltazar Ferreira Lima João de Almeida	dizem que descobriram o riacho Cundadú
1717	3 x 2	Pe. Domingos Dias da Silveira (cura de Icó)	diz que fez descobrir o riacho do Mota
1717	3 x 2 3 x 2	Luiz Coelho Vidal Manuel Coelho Vidal	descobriram o riacho Jucá
1717	3 x 2 3 x 2	Luís Coelho Vidal João de Almeida Vieira	dizem que descobriram o riacho Tauhaha

1721	3 x 1	Lourenço Alves Feitosa	diz que descobriu um riacho entre a Boa Vista e Pitombeira
1722	3 x 1	Manuel da Silva Soares	pede 2 léguas de comprimento pegando do Poço da Pedra para baixo e uma para cima

Quadro resumo. Livre construção da autora.
SECRETARIA DE CULTURA DO CEARÁ. **Sesmarias cearenses**. Fortaleza: 1970.

No que diz respeito às sesmarias vinculadas à economia da pecuária, a tabela 4 também revela concessões de terras de natureza e dimensões variadas, mas nunca ultrapassando 3 léguas de comprimento. Sítios são mencionados em meio a fazendas: Sítio S. Cruz, Sítio S. Antônio, Sítio das Pirambeiras, Fazenda Boqueirão, Sítio Bom Sucesso, Fazenda Trici, Fazenda da Serra e Fazenda Barra da Sociedade. Não há evidência, neste documento, que esclareça a diferença entre Fazenda e Sítio (as dimensões nem sempre são um parâmetro seguro de distinção), como também não há menção à existência de construções nas referidas propriedades. No entanto, o documento relata o local de origem da maioria dos concessionários, provenientes do Ceará (deduzimos que da capital Fortaleza), Inhamuns, Tauá e Icó. Porém, somente um, João Roiz Matos, é declarado morador de uma fazenda.²

“De 1707 a 1744 inúmeras sesmarias foram doadas na área dos Inhamuns. Após aquela data, poucas foram doadas, e a maior parte delas distribuídas a pessoas que já tinham posse na área. Na metade do século XVIII a estrutura básica daquela sociedade tinha sido estabelecida, sociedade essa organizada para dar apoio à indústria de criação de gado e ao poderio dos Feitosas, família dominante da área” (CHANDLER, 1980: 22).

A família Feitosa aparece como a maior beneficiária de propriedades de terras na *Ribeira dos Inhamuns*, não pelas dimensões, já que essas não ultrapassaram 3 léguas de comprimento, mas pela quantidade de solicitações concedidas, que ladeadas umas as outras, acabavam por compor um grande latifúndio. Assim se formavam, portanto, as grandes glebas.

**TABELA 5:
SESMARIAS CONCEDIDAS À FAMÍLIA FEITOSA NO
SÉCULO XVIII**

Nº	DATA	ÁREA	CONCESSIONÁRIO
476	07/07/1720	2 x 1	Lourenço Alves Feitosa
488	20/08/1721	1 x 2	Lourenço Alves Feitosa
524	30/12/1747	3 x 1	Francisco Alves Feitosa
761	11/11/1819		José Alves Feitosa e sua mulher Maria Alves Feitosa Anna Gonçalves Vieira
3	12/12/1721	3 x 1	Lourenço Alves Feitosa
436	15/07/1719	3 x 1	Leonardo Alves Feitosa
467	06/12/1772	3 x 1	Lourenço Alves Feitosa
468	06/06/1720	2 x 1	Lourenço Alves Feitosa
469	08/06/1720	3 x 1 3 x 1 3 x 1	Antônia Leite de Oliveira Lourenço Alves Penedo e Rocha Lourenço Alves Feitosa
472	12/06/1720	3 x 1	Lourenço Alves Feitosa
474	06/07/1720	3 x 1	Lourenço Alves Feitosa
475	05/07/1720	3 x 1	Lourenço Alves Feitosa
4	12/12/1721	3 x 1	Lourenço Alves Feitosa

² Como não realizamos pesquisas nos documentos originais de concessão de sesmaria, não podemos afirmar que as ausências aqui relatadas mantêm-se nos originais.

202	26/01/1707	3 x 1 3 x 1 3 x 1 3 x 1 3 x 1 3 x 1	Lourenço Alves Feitosa Domingos Alves Feitosa Lourenço Gonçalves Moura Simão Rodrigues Ferreira Antônio Pinto Correia Francisco Alves Feitosa
-----	------------	--	--

Quadro resumo. Livre construção da autora.
SECRETARIA DE CULTURA DO CEARÁ. **Sesmarias cearenses.**
Fortaleza: 1970.

A medida média das glebas concedidas era de 3 x 1 légua, equivalente a aproximadamente 13 mil hectares. Porém, “[...] a maioria da terra em questão tinha pouco valor econômico. Uma fazenda de 1.000 hectares, situada no sertão tinha condições de criar apenas 50 a 150 cabeças de gado nos anos de inverno normal. Um rebanho menor não representaria um investimento viável”. (CHANDLER, 1980).

Os limites das sesmarias eram muito imprecisos, considerando-se os acidentes geográficos (rios, serras, olhos d’água) que as definiam. Chandler (1980) destaca as consequências dessa imprecisão:

“Muitas vezes as propriedades eram herdadas ou vendidas com base nas descrições de sortes (quinhões) de terras, de dimensões desconhecidas, que já faziam parte de sítios (fazendas), e de limites imprecisos que, por sua vez, eram contíguos com sortes e sítios de dimensões igualmente vagas. Se uma fazenda era herdada por mais de uma pessoa, evitava-se uma divisão formal pela acomodação das partes como co-proprietários. Como a sucessão das gerações multiplicava o número de proprietários, os problemas relacionados com futuras partilhas das propriedades tornavam-se cada vez mais complicados” (CHANDLER, 1980: 159 - 160).

Se as sesmarias individuais não eram lá muito extensas, os grandes latifúndios se formavam por meio de sucessivas requisições de datas de terras devolutas, declaradas como “sobrantes”. Exemplo disso, na Capitania do Rio Grande do Norte, é o caso de Caetano Dantas Correia.

**TABELA 6:
REQUERIMENTO DE SESMARIAS POR CAETANO DANTAS CORREIA NO SÉCULO XVIII**

No	DATA	JUSTIFICATIVA
306	13/11/1742	“[...] dizem que elles teem seos gados vaccuns e cavallares e não teem terras que lhe bastem em que as possam accomodar e crear [...] sempre da medição fique de dentro a dita terra e os ditos dous olhos d’água para se poderem situar com seos gados cazas e curraes, sendo-lhes concedida por titulo de data de sesmaria”
434	25/09/1754	“[...] possuem elles supplicantes uma sorte de terras de tres leguas de comprido e uma de largo que lhe he concedida por sesmaria, a qual têm cultivado a despesa ha mais de dez anos e porque elles supplicantes têm povoado mais terras [...]”
720	06/11/1776	“[...] diz que possui uma sorte de terras no riacho chamado Carnauba de que está de mansa e pacifica posse, e por nas fraldas das ditas terras haver sobra, q quer o supplicante por nova data com tres leguas de comprido e uma de largo, pegando no olho d’água chamado Bico ou donde mais conveniente for [...]”
750	20/08/1778	[...] diz que possui um sitio de gados chamado Riacho Fundo, cabeceira do riacho da Carnauba, de que também é senhor, cujo sitio Riacho Fundo houve por compra, e para melhor titulo de sua posse
821	21/10/1784	“[...] dia que necessita de terras para gados e porque na serra do Coité se acham terras devolutas junto ao sitio do Olho d’Água do Coité, que tirou por data seu antigo possuidor Luiz Quaresma Dourado, que por sesmaria tres leguas de sobras do mesmo sitio e uma de largo, fazendo peão na lagôa do Coité [...]”
855	30/11/1786	“[...] dia que carecia de terras para plantar e descobriu que na serra do sitio Coité tem tirado por data Luiz Quaresma Dourado tres leguas de comprido e uma de largo, por data, a que chamão sitio da Cruz ao pé da qual tem sobras [...]”

897	12/02/1788	“[...] diz que carece de terras para seus gados e plantações, e porque se acham terras devolutas no riacho Carnaúba [...]”
-----	------------	--

Livre construção da autora.

Fonte: DANTAS, Dom Adelino. O coronel de milícias Caetano Dantas Correia. Ntal: Sebo Vermelho: 2010.p. 68 - 70.

“As primeiras levas de repovoadores, depois de meterem seus currais, alegavam, em muitos casos, os dispêndios de sua fazenda e risco de vida na luta contra o *gentio brabo*, para granjearem sesmarias. O regime pastoril - e agricultura de subsistência - respondeu pela interiorização da Metrópole, conquistando e repovoando os sertões com vaqueiros, escravos e algumas famílias. Outras mais chegaram e criaram ali uma forma de sobrevivência, misturando sua cultura ibérica (cristã, moura e judia) a outros repertórios simbólicos ameríndios e africanos. Daí reinventaram o trabalho com seus gados em currais e pastos de uma terra muitas vezes árida. Esquadrinharam seus chãos, demarcaram limites em vastíssimos latifúndios, onde pastorearam junto com vaqueiros livres e escravos. Os brancos de *mor qualidade*, os ‘homens bons’, constituíram a elite sertaneja, latifundiários que zelavam pela rígida hierarquia social, ostentando suas honrarias militares, escudada na quantidade de rebanhos, escravos e propriedades rurais a perder de vista. As famílias foram disseminando-se, sob comando patriarcal dos novos senhores das terras. Vicejaram fazendo questão da pureza do sangue branco, mas também se abriram em alguns casos à mestiçagem: brancos com índios, negros com índios, brancos com negros. Ou somente ‘fazendo pião’ na endogamia étnica, a possível para a maioria dos negros e os poucos índios. Se suas terras tinham limites que eles reclamavam ciosos e empedernidos, as demarcações eram fluídas e o cercamento de toda a propriedade era inexistente. A sociedade também era delimitada em cada instância, mas, a exemplo das terras essas demarcações podiam ter momentos de fluidez, que não raro também eram motivos de conflitos, mas que gestariam sociabilidades pautadas na dependência mútua nas lides do campo, na escassez dos recursos e na trama de parentescos consagüíneos e rituais. A terra e seus homens costuraram historicamente este complexo social que se construiu no semi-árido seridoense” (MACÊDO, 2007: 83).

Partindo dessas premissas, esmiuçamos os aspectos relativos às dinâmicas vinculadas à “indústria do criatório” no período colonial e imperial nos *Sertões do Norte* com o intuito de mostrar a heterogeneidade das realidades e soluções administrativas (com consequências nas práticas cotidianas), nas diversas capitânicas que o compunham (Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia).

1.1 Capitania de São José do Piauí, depois província do Piauí

A [Carta Geral do Brasil], conhecida como Nova Lusitânia, finalizada em 1798, revela a rede de fazendas da Capitania do Piauí e suas vinculações com as capitanias adjacentes. Mesmo não tendo sido indicado entre as autoridades utilizadas como base para a feitura desta Carta Geral pelo autor³, acreditamos que o mapa realizado pelo engenheiro militar Henrique Antonio Galuzzi tenha lhe chegado às mãos. A *Carta Geográfica da Capitania do Piauí*, datada de 1761, é das mais completas e minuciosas e traz, em pormenores, a rede de fazendas representada na *Nova Lusitânia* anos mais tarde.

³ Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno e Íris Kantor. **Na trama dos velhos mapas: o que revela a cartografia sobre redes urbanas na América Portuguesa?** Comunicação apresentada no IV Encontro Internacional de História Colonial, realizado em Belém, de 3 a 6 de setembro de 2012.

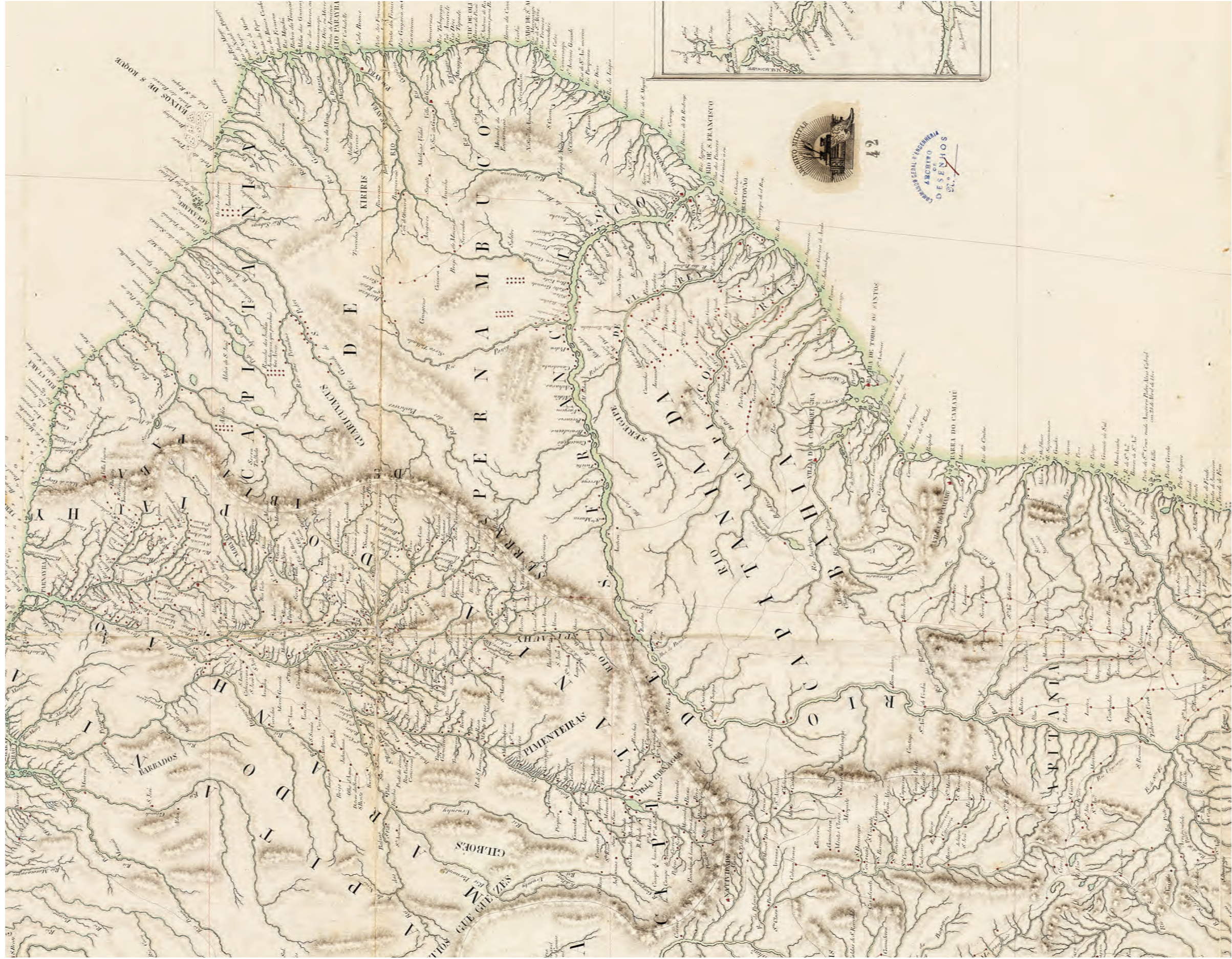


Figura 3: Detalhe para os Sertões do Norte. José Joaquim Freire [atrib.]. [Carta Geral do Brasil]. [1797]. Escala [ca. 1:2.600.000]. Um mapa em 16 folhas coladas. ms., color. 199cm x 202cm. Direcção dos Serviços de Engenharia, Lisboa.

A cartografia revela uma rede de fazendas na Capitania do Piauí situada junto dos rios, entremeadas por um rosário de capelas e freguesias e por uma rede bem mais modesta de seis vilas (vila da Parnayba, vila de Valença, vila de Marvão, vila de Parnaguá, vila de Viçosa e vila de Aruazes) e uma cidade (Oeiras). Uma rede de estradas ladeava as *ribeiras* e articulava umas às outras. Observa-se ocupação predominante mais a norte da capitania do Piauí, verificando-se um imenso vazio ao sul do rio Parnaíba, onde sobressaem os topônimos “Pimenteiras” e “Gilbões”, tribos indígenas conhecidas pela sua ferocidade, o que tornava seus territórios impenetráveis.

Segundo Abreu (1975), no Piauí, “*o gado multiplicou-se de modo maravilhoso. Domingos Afonso fundou e possuiu dezenas de fazendas; trinta legou aos jesuítas; e com outros acréscimos tanto proliferaram as célebres fazendas nacionais, confiscadas pela vesância pombalina [...]*” (ABREU, 1975: 54). Segundo Porto (s/d), sob a administração dos padres jesuítas, as fazendas de Domingos Afonso Mafrense conheceram grande prosperidade. A mais importante fazenda fundada por Domingos Afonso “*foi a da Aldeia do Cabrobó, que em 1712 é elevada à condição de vila, recebendo o nome Mocha*” (MOTT, 1985: 45), depois Cidade de Oeiras.

“Foi no fim do século 17 que Domingos Afonso Mafrense veio povoar o Piauí, ocupando sesmarias no vale do Canindé afluente do rio Parnaíba, e Mafrense era companheiro e sócio de Francisco Dias de Ávila, primeiro senhor da casa da Torre de Garcia d’Ávila, no Estado da Baía. Mafrense ao morrer, em 1711, deixou para os Jesuítas trinta e nove fazendas de gado, que foram confiscadas pelo Governo Português em 1760, e em 1811 possuíam 50760 cabeças de gado *vacum* e 2780 de gado cavallar, tal é o poder criador das terras do Piauí, favorecidas por pastagens de 1ª ordem” (MIRANDA, 1938: 142).

Desmontando a idéia de que a conquista do Piauí se deveu exclusivamente a um grupo vinculado à Casa da Torre, defendem Porto (1974) e Alves (2003):

“A concessão de sesmarias acompanhava passo a passo à marcha da conquista. Mal se divulgava o desbravamento de uma faixa de terra, acudiam pressurosos requerentes, armados de recomendações. Evidentemente, nenhum desses magnatas pensaria em participar do árduo trabalho de povoamento, todo ele entregue ao posseiro anônimo, de passo vacilante, que penetrava os sertões e enfrentava os perigos. De fato, na história da colonização do Piauí é insignificante o número de doações feitas aos verdadeiros povoadores, o que atesta o poder e a força dos sesmeiros” (PORTO, 1974: 62)

“Poucos eram os donos de terras que participavam efetivamente do povoamento do território piauiense. O próprio Mafrense que era, na Bahia, arrendatário da família Ávila, mas chega no Piauí já na condição de sesmeiro não permaneceu ali por muito tempo. Após assegurar o título das terras e disseminar fazendas de gado em área piauiense, retorna à Bahia, onde fixa residência em Salvador. As ditas fazendas foram arrendadas ou administradas por vaqueiros. O absenteísmo dos proprietários das fazendas constituiu-se em uma prática comum no povoamento do Piauí” (ALVES, 2003: 61)

Contaram-se no sertão do Piauí, em **1697** (um ano após a criação de sua primeira freguesia), **129 fazendas de gado**, situadas nas margens de 33 rios, ribeiras, lagoas e olhos d’água limítrofes com as terras dos gentios⁴. Ao contrário do crescimento do número de fazendas, os núcleos urbanos se desenvolveram de forma bem mais modesta.

“Acha-se situada esta freguesia de Nossa Senhora da Vitória no centro do sertão do Piauí; não tem outra povoação, vila ou lugar mais que a vila de Mocha, que consta de 60 moradores, pouco mais ou menos, e pouco ou nenhuns permanentes, por serem os mais deles solteiros, e se hoje se acham nela, amanhã fazem viagem e o que avulta nela são oficiais de justiça. Têm circunvizinhos alguns moradores na distância de 1 légua, que tratam de algumas pequenas roças de mandiocas, milhos, arrozos, que nem a terra admite agricultura abundante por mui seca no tempo do verão e não haver com que regar, e por serem muitas as enxurradas no tempo de

⁴ Couto, Pe. Miguel do. Descrição do sertão do Peauhy Remetida ao Illm.o e Rm.o S.or Frei Francisco de Lima Bispo de Pernam.co. Escrita pelo Pe. Miguel D. Couto. 2/3/1697. In: Ennes, Ernesto. **As guerras nos Palmares**. São Paulo, 1938. vol. 127. p. 370 - 389.

inverno. Como a maior parte dos fregueses são criadores de gado vacum e cavalari e não podem morar junto da vila se acham dispersos por vários riachos, morando com suas famílias para com comodidade tratarem da criação de seus gados” (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arq. 1.1.12, Ms. do Conselho Ultramarino. Relação da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória da Vila de Mocha, do Sertão do Piauí, do Bispado do Maranhão, pelo Vigário Antônio Luiz Coutinho, 11 de abril de 1757 (fl. 502/510) *apud* MOTT, 1985: 46).

Essa fragilidade da rede urbana do Piauí foi explicada por Nunes (1966) e Barbosa (1993). Para os autores, deve-se ao caráter do seu povoamento e à autosuficiência das unidades rurais. A [Carta Geral do Brasil] chamada de *Nova Lusitânia* mostra que, malgrado frágil, os núcleos urbanos se comunicavam especialmente com a Bahia, via caminho terrestre a partir da vila de Parnaguá. Ao que tudo indica, a Serra Grande era um obstáculo difícil de transpôr, impossibilitando maiores contatos com a Capitania de Pernambuco, à exceção via rio Poti ou pela Estrada das Boiadas que passava pelo Ceará e ligava o Piauí à Paraíba. Essa estrada cruzava a serra da Borborema margeando o rio Ingá, atingindo o rio Paraíba na altura da povoação de Salgado e dali seguindo para Itabaiana, Goiana e Recife.

A Capitania do Piauí estava assim, segundo relatos e mapas da época, prioritariamente articulada em rede com a Capitania da Bahia, para onde se destinava a maior parte de sua produção bovina e de onde provinham a maioria das mercadorias ali comercializadas e os agentes fiscais ocupantes da região. No século XVIII, o Piauí produzia gado para a subsistência de suas próprias fazendas criatórias e para comercialização com as capitanias vizinhas, ficando suas pequenas vilas com a menor parte da produção.

Numa carta de Domingos Afonso Mafrense ao Governador Geral do Brasil, Dom João de Lencastro, o antigo proprietário de fazendas descreve os caminhos que interligavam a Capitania do Piauí à sua principal compradora:

“A cidade da Bahia ia uma estrada coimbrã pela Jacobina até o rio São Francisco, numa extensão de aproximadamente trinta léguas, pela qual vinham a maior parte dos gados que se criavam naqueles sertões, para o sustento da cidade e seus arrabaldes. Dali se seguia para o Norte, sempre beira-rio, umas 20 leguas ao cabo das quais se começava uma outra estrada, também coimbrã por onde vinham os gados das povoações novas do <<Callindê>> (Canindé). <<Piagohy>> Piauí e << Paraíba>>. Da entrada do rio São Francisco aos currais de gado do primeiro povoado distavam umas 40 léguas e deste último, para o lado do Maranhão 30 léguas, daqui até a cidade do Maranhão iam umas 70, havendo também um caminho mandado descobrir por Dom João de Lencastro, mas todo ele despovoado, devido ao gentio bravo que por ali havia. Também da mesma povoação partia uma estrada para o Ceará, Rio Grande, Paraíba e Pernambuco, por onde poderiam ir socorros sempre que fosse preciso, em carros e cavalos, porque todas aquelas paragens havia muitos currais de gados e farinhas para o sustento desses comboios, salvo nas 70 léguas já indicadas. Fazendo a mesmo percurso da Bahia até Jacobina que distava umas cem léguas, encontrava-se uma outra estrada que, passando pelo ponto a que chamam o Morro do Chapéu, ia seguir ao Rio de São Francisco, donde seguia até a barra do rio das Velhas numa extensão também de 100 leguas. Outras 100 iam deste último rio até as minas de ouro mas estas despovoadas. Em contrapartida, pelo rio de São Francisco abaixo, tudo era povoado de currais de gado, de uma e outra banda. Havia um outro caminho da Bahia para as Minas de ouro, que se abria por onde chamavam <<Perogoassu>> que era mais perto e ia sair ao rio São Francisco perto da Barra do Rio das Velhas, mas também era despovoado. Tanto quanto o outro eram navegáveis, podendo-se desce-los em canoas e assim faziam todos os que vinham das minas para Bahia, até altura que mais lhe convinha. Para cima não se podia navegar devido à corrente. Os caminhos por terra eram bons, conduzindo-se por eles os gados dos rio grande ed São Francisco para o sustento dos <<fabricadores>> das minas de ouro, não lhes podendo vir de outra parte, por não haver mais perto. Das minas para São Paulo e Rio de Janeiro também havia estradas, mas dizia-se serem muitas ásperas por atravessarem várias serras. As minas ficavam em <<direitura>> do Espírito Santo, afastadas para o sertão não se sabia bem quanto vindo a estar tão distante da Bahia como a de São Paulo e constando ficarem mais perto do Rio de Janeiro. Era isso tudo que podia informar, tendo andado por muitos daqueles sertões e tirado <<larga notissia>> dos que não conhecia” (Carta de Domingos Sertão Mafrense In: GOULARD, 1963. Transcrita por JUCÁ NETO, 2007, p. 236 - 237).

Clóvis Jucá Neto (2007) espacializou as descrições contidas nesse documento. Isso demonstra que não somente a Capitania do Piauí e da Bahia estavam interligadas, mas também as demais *Capitanias do Norte* entre si e com outras regiões da Colônia. Obviamente, esses caminhos seguiam o curso dos rios (fonte de água para o gado nas longas viagens) e passavam por locais onde havia pastagens para alimentação das reses, além de locais de pouso para os tangedores.

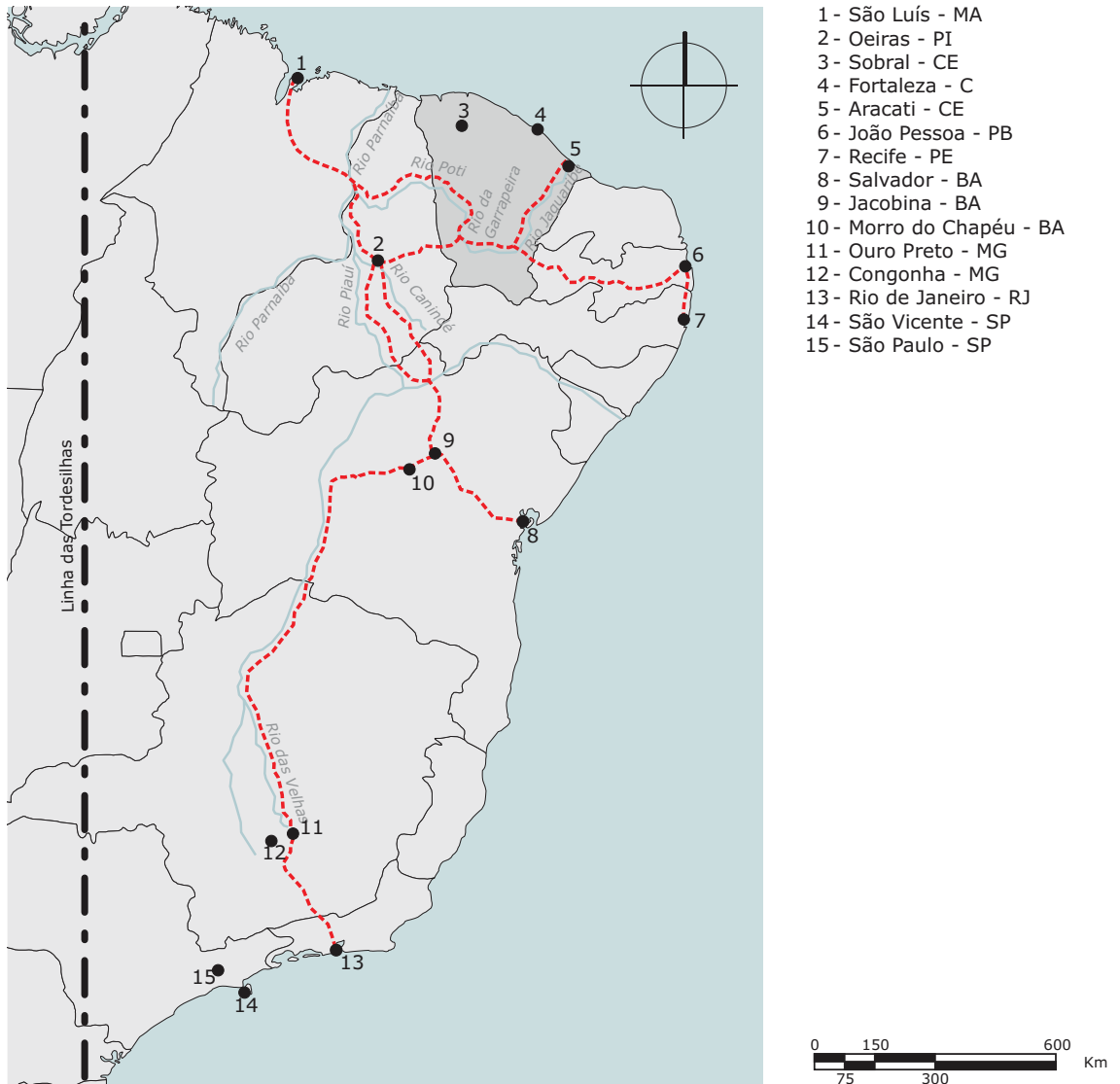


Figura 4: Espacialização dos caminhos relatados por Domingos Afonso Mafrense
 FONTE: JUCÁ NETO, 2007: 237

Em relação à produção bovina, tomamos como exemplo o rendimento das 30 fazendas que pertenceram a Domingos Afonso Mafrense, que estavam sob administração dos Jesuítas, e que posteriormente foram confiscadas e incorporadas ao Patrimônio da Coroa. Entre 1770 e 1789, essas fazendas renderam:

**TABELA 7:
VOLUME DO GADO VACUM
COMERCIALIZADO EM CABEÇAS
PELAS FAZENDAS DO FISCO
(1770 A 1789)**

ANO	QUANT. DE BOIS	APURO LÍQUIDO
1770	1.891	2:823\$540
1771	2.052	3:931\$560
1772	1.622	2:853\$720
1773	1.983	4:228\$620
1774	2.269	4:102\$746
1776	3.141	6:729\$200
1777	1.921	3:937\$260
1778	1.621	3:277\$640
1779	1.450	4:520\$260
1780	2.317	4:983\$800
1781	1.013	2:140\$160
1782	1.914	6:749\$040
1783	2.066	4:812\$800
1784	1.526	4:404\$540
1785	443	1:196\$000
1786	3.246	9:639\$580
1787	457	967\$380
1788	2.765	5:488\$120
1789	3.039	8:329\$500

Fonte: PIAUÍ, Governo. Documento de 17 de agosto de 1789. Exportação das fazendas do Fisco entre 1770 e 1789. Livro 22, p. 72 - 74. Arquivo Público do Estado do Piauí: Sala do poder executivo. *Apud* BARBOSA, 1993: 16.

Barbosa (1993) explica que as sesmarias do Piauí, durante o século XVIII, eram diferenciadas em sítio e fazendas. “As fazendas eram como unidades de produção com estrutura mais complexa que a do sítio, envolvendo a terra, o gado, os escravos, as benfeitorias: casas de morada, cercados, currais, aguadas, roça e tendas de ferreiro, farinha e carpintaria. Por extensão, englobava alguns sítios e retiros” (BARBOSA, 1993: 20).

“A infra-estrutura básica de uma fazenda constituía-se de uma casa, que servia de moradia ao encarregado ou proprietário e, no mínimo, três currais, construídos em pedra ou madeira. Um deles era denominado de curral de apartar, isto é, aquele que recebia indistintamente todo o gado que seria distribuído pelas diferentes acomodações; o outro era o curral do benefício, onde eram recolhidos os garrotes para ferra e processamento das partilhas dos vaqueiros; e um terceiro curral era de vaquejada, que não só se reservava ao gado de venda, mas também se constituía no espaço onde se processavam a ordenha e o rol das porteiras” (ALENCASTRE⁵, 1981 apud BARBOSA, 1993: 20).

Tânia Barbosa (1993) analisa o processo de formação da sociedade piauiense:

“Foi no final do século XVII que teve início a estratificação da sociedade piauiense. Observando-se a maneira como as pessoas livres se engajavam na estrutura produtiva da região, percebe-se que havia três categoria sociais. A mais importante e poderosa era formada por um reduzido número de pessoas que residiam em suas propriedades, administrando seus bens. Estes senhores tinham patentes militares e se apresentavam como autoridades. Acumulavam as funções de pecuaristas, mestre-de-campo da conquista, chefe de arraial e cobradores do fisco. Outra categoria de destaque era formada pelos vaqueiros prepostos de senhores proprietários de terra na região. Em 1697, os vaqueiros e encarregados das fazendas totalizavam 152 pessoas livres. Outra parcela da sociedade arrendava lotes de terras ou se estabelecia em áreas devolutas onde edificavam seus sítios e currais, vivendo de forma autônoma. A despeito do Piauí, estes estratos sociais permaneceram basicamente inalterados durante o período colonial” (BARBOSA, 1993: 26. grifo nosso).

Com base na autora, percebemos que a estrutura de organização social da Capitania do Piauí fundava-se na pecuária.

Já na **segunda metade do século XVIII**, o **número de fazendas e sítios** existentes na Capitania do Piauí chegava a **500**, algo que se revela na cartografia supracitada.

⁵ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1981.

TABELA 8: NÚMERO DE FAZENDAS DE GADO DO PIAUÍ

Número de fazendas de gado do Piauí entre 1697 e 1772.
Fonte: MOTT, 1985: 57

ANO	TOTAL	ANO	TOTAL
1697	129	1730	400
1762	536	1772	578

TABELA 9: FAZENDAS E SÍTIOS DO PIAUÍ (1772)

LOCALIDADE	N° DE FAZENDAS	N° DE SÍTIOS	LOCALIDADE	N° DE FAZENDAS	N° DE SÍTIOS
Oeiras e subúrbio	-	64	Paranaguá subúrbio e	-	-
Riachão	10	4	Corimatá	16	5
Guaribas	14	2	Gelboés	22	4
Itaim	28	1	Paraim	22	2
Talhada	10	5	TOTAL	60	11
Canindé	54	16			
Piauí	66	11	LOCALIDADE	N° DE FAZENDAS	N° DE SÍTIOS
TOTAL	182	103	Marvão e subúrbio	-	13
			Cais	19	15
LOCALIDADE	N° DE FAZENDAS	N° DE SÍTIOS	Carateus	20	22
Jeromenha subúrbio e	-	18	TOTAL	39	50
Gorguéa do Poente	19	-			
Beira da Parnaíba	15	23	LOCALIDADE	N° DE FAZENDAS	N° DE SÍTIOS
Gorguéa Nascente do	35	5	Campo Maior e subúrbio	7	-
TOTAL	69	46	Longá	14	15
			Beira da Parnaíba	18	4
LOCALIDADE	N° DE FAZENDAS	N° DE SÍTIOS	Potí da ponte do Norte	27	14
Valença e subúrbio	4	12	Serobí	25	16
Sambito	10	3	TOTAL	91	49
Potí da Ponte do Sul	18	6			
Serra Negra	14	18	LOCALIDADE	N° DE FAZENDAS	N° DE SÍTIOS
Berlengas	12	7	Parnaíba e subúrbio	-	19
TOTAL	58	46	termo todo	79	28
			TOTAL	79	47

Número de fazendas de gado do Piauí em 1772.
Fonte: MOTT, 1985: 58 - 59.
Livre adaptação da autora.

Em 1760 o engenheiro militar Henrique Antonio Galuzzi iniciou o mapeamento que resultou na *Carta Geográfica da Capitania do Piauí*, datada de 1761, na qual vemos espacializados a rede hidrográfica, os acidentes geográficos, a rede de caminhos, os núcleos urbanos e, o que nos interessa principalmente, a rede de fazendas.

Porém, mesmo possuindo um número de sítios e fazendas elevado, Silva Filho (2007) adianta que não passavam de estabelecimentos toscos e provisórios, palco da “*vida aventureira dos primeiros currais, quando se comia carne assada em coivara, enfiada em espeto de pau, e se vestia couro porque nem algodão se fiava [...] As primeiras fazendas do Piauí foram assim, currais de casas*”

grandes do litoral, para onde escorria a economia da pecuária. Por isso nelas não se sabe de estruturas monumentais” (SILVA FILHO, 2007: 44 - 45). Além do mais, O contato entre as fazendas, apesar de estarem interligadas por uma rede de caminhos (como documentou Antonio Galuzzi), era muito difícil, dado as grandes distâncias entre elas (figura 5 e figura 6).



Figura 5: [Carta Geográfica da Capitania do Piauí e das adjacentes levantada em 1761 por Antonio Galuzil]. 1 mapa ms. : col., desenho a nanquim ; 58,5 x 85cm. em f. 61,5 x 88cm. Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em: <www.bn.br>

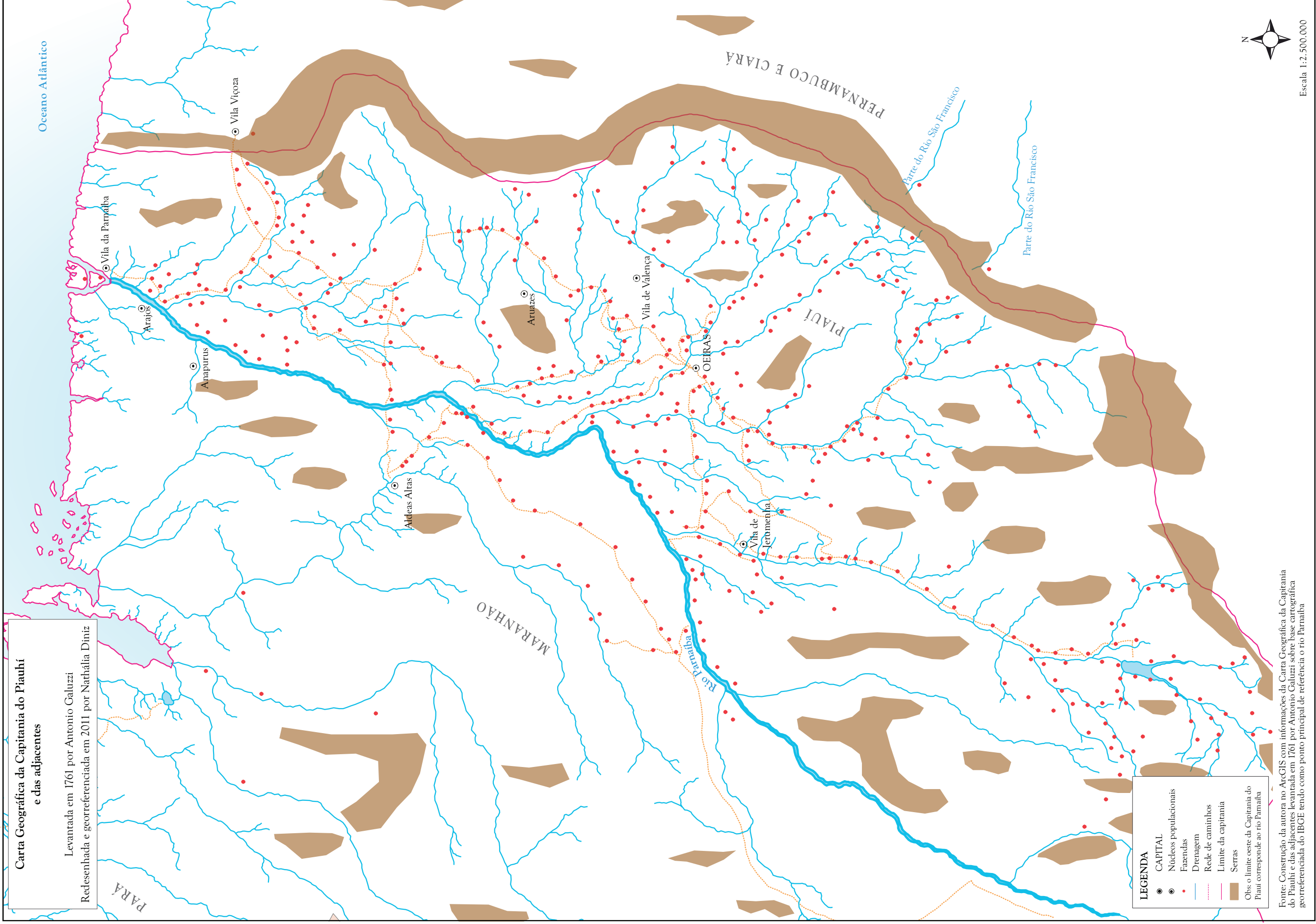


Figura 6

Na Província do Piauí, ao longo do Império, continuou a pecuária continuou sendo a principal fonte de renda.

“A principal indústria da Província é incontestavelmente a da criação do gado *vaccum* e *cavallar*, e della que procedem quasi todas as fortunas particulares, e a maior parte das rendas públicas provinciaes. Apesar da sua antiguidade e importância acha-se em grande atraso, e pode-se dizer, que o braço do homem não ajuda a natureza; e por isso em vez de progredir, tem marchado em sensível decadência. Uma das causas principaes, que empecem o desenvolvimento d’esta indústria, é irregularidade das estações, que occasiona as sêccas dos nossos sertões, e a segunda em regeneração das raças: - ambos estes males são remediáveis, o primeiro com a construcção de açudes, o segundo com a importação de novas raças, pare estabelecer-se o crusamento; mas os nossos fazendeiros são pela mor parte homens rotineiros, inimigos de innovações, e só fazem aquillo, que seos pais fizerão” (Relatório dos Presidentes da Província do Piauí, 1854: 15).

Apesar das dificuldades para manutenção do criatório, mencionadas no texto supracitado, as fazendas de gado na Capitania do Piauí que em 1772 giravam em torno de 578 exemplares aumentaram para 5.024, entre 1857 e 1859.

TABELA 10: QUADRO DEMONSTRATIVO DO NÚMERO DE FAZENDAS DE CRIAR GADOS VACCUM E CAVALLAR, COM DESEGNAÇÃO DOS CRIADORES OU FAZENDEIROS E DA PRODUÇÃO ANUAL NA PROVÍNCIA DO PIAUHY, SEGUNDO O LANÇAMENTO DE 1857 - 1859.

FREGUESIA	Nº DE FAZENDA	Nº DE FAZENDEIROS	PRODUÇÃO ANUAL				TOTAL
			BEZERROS	POLTROS	BURROS	JUMENTOS	
Therezina	338	430	6.134	477	14	-	6.625
Oeiras	597	672	20.012	1.517	4	6	21.539
Parnahiba	176	312	6.597	522	33	2	7.154
Campo-Maior	293	332	9.650	2.324	10	-	11.984
Barras	180	309	5.106	527	1	9	5.634
Peracuruca	269	337	6.597	142	27	2	6.775
Valença	447	516	9.181	635	10	-	9.828
Parnaguá	533	672	9.025	287	4	-	9.316
Jeromenha	368	457	6.969	907	8	-	7.884
São Gonçalo	306	413	5.518	228	2	2	5.748
P. Imperial	145	219	955	128	20	-	1.105
Independência	198	259	1.698	344	-	-	2.042
Marvão	228	290	7.267	323	-	-	7.599
Jaicós	264	673	11.087	312	-	-	11.399
S. R. Nonato	284	407	5.930	317	6	1	6.254
Pedro 2º	87	106	1.250	34	5	-	1.289
Batalha	49	68	1.372	92	-	-	1.464
Picos	61	207	2.769	189	-	-	2.958
Bom Jezus	86	102	1.528	22	-	-	1.550
União	115	148	3.982	570	24	-	4.576
TOTAL	5.024	6.929	122.627	9.897	168	22	132.714

Livre adaptação da autora
Relatório dos Presidentes da Província do Piauí, 1862.

Como pudemos ver na tabela 10, a procriação anual de bezerros superou 120 mil animais, resultando, num universo de 5.024 fazendas, uma média de 24 crias anuais. Mas, considerando que geralmente 70-80% das vacas ficavam prenhes no mesmo ano, tendo em vista a média de 24 crias anuais, o rebanho médio deveria girar em torno de 30 vacas e 1 ou 2 touros reprodutores. Ao considerarmos que havia fazendeiros com grandes rebanhos, isso significa que havia uma enorme porcentagem de pequenos fazendeiros. Isso pode indicar a existência de uma camada atuante de negociantes que organizava grandes boiadas para abastecer os mercados vizinhos e outra de pequenos criadores que abastecia o circuito.

1.2 Capitania de Pernambuco e suas anexas (futuras Províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas).

As Capitânicas do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Itamaracá eram administrativamente subordinadas a Pernambuco, em 1774. Portanto, suas informações foram, por um determinado período, relatadas em documentos oficiais relacionados a essa capitania.

Observando o trecho correspondente ao território da Capitania de Pernambuco na [Carta Geral do Brasil], chamada de *Nova Lusitânia* (figura 7), vemos um espaço praticamente vazio, especialmente na área correspondente ao sertão. Cotejando com informações provenientes de outras documentações da mesma época, pudemos perceber dinâmicas muito mais intensas, devendo ser este vazio bastante relativizado. Evidente que se tratava de núcleos populacionais modestos e em grande parte precários, mas a quantidade de *ribeiras*, fazendas, capelas, vilas, fogos e habitantes por freguesia, e seus rendimentos, era muito maior, o que revela um universo complexo vinculado à pecuária. Bueno e Kantor (2012)⁶ supõem que a lacuna de informações nesta parte do mapa correspondente à Capitania de Pernambuco se deva ao fato dela só ter merecido mapeamento detalhado no século XIX.

⁶ Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno e Íris Kantor. **Na trama dos velhos mapas: o que revela a cartografia sobre redes urbanas na América Portuguesa?** Comunicação apresentada no IV Encontro Internacional de História Colonial, realizado em Belém, de 3 a 6 de setembro de 2012.

Os “Rols de Desobriga” de 1763, 1765 e 1766 mostram um quadro bastante detalhado referente às diversas capitanias que compunham a de Pernambuco e um número expressivo de fazendas.

TABELA 11: CAPITANIA DO SEARÁ GRANDE - Ribeiras

RIBEIRA	CIDADE	VILA	FAZENDA	CAPELA	FOGO	HABITANTES (*)	FREGUEZIA	DÍZIMO (**)
Seará	0	6	93	10	2.491	7.600	Freguezia da Fortaleza de Nossa Senhora d’Assumpção, Freguezia de São José da Ribeira dos Aquirás, Freguezia de Nossa Senhora dos Prazeres, Freguezia do Senhor Jesus dos Aflictos, Freguezia Nossa Senhora da Conceição e Freguezia Nossa Senhora da Palma.*	1:120\$000
Acaracú	0	2	325	13	3.404	11.220	Freguezia de S. Jozé da Macoqueira, Freguezia de Nossa Senhora da Conceição da distincta Villa do Sobral, Freguezia de Nossa Senhora da Conceição da Amontada, Freguezia de S. Gonçalo da Serra dos Cocos e Freguezia Nossa Senhora da Assumpção.**	3:330\$000
Jaguaribe	0	1	240	6	1.253	5.449	Freguezia de Nossa Senhora do Rozario das Russas e Freguezia de Santo Antonio de Quexaramobim	2:929\$000
Icó	0	2	314	12	2.583	9.912	Freguezia de Nossa Senhora da Espectação da Villa do Icó, Freguezia de Nossa Senhora do Carmo dos Inhamús, Freguezia de Nossa Senhora da Penha da Real Villa de Crato e Freguezia de S. Jozé dos Careris.***	3:840\$000

(*) Segundo os Rols da desobriga de 1763; 1765; ou 1766.
(**) 1774.

* No resumo do relatório há um total de sete freguesias, porém, no mesmo, só há listadas seis freguesias.

** Mesmo caso acima, resume um total de seis freguesias mas só lista cinco.

*** Idem, relata quatro freguesias mas resume em cinco.

Idea da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas Costas, Rios, e povoações notaveis, Agricultura, numero de Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido &ª desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas capitanias o Governador e Capitam General Jozé Cezar de Menezes. In: **ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1923. v. XL. p. 1 - 9.

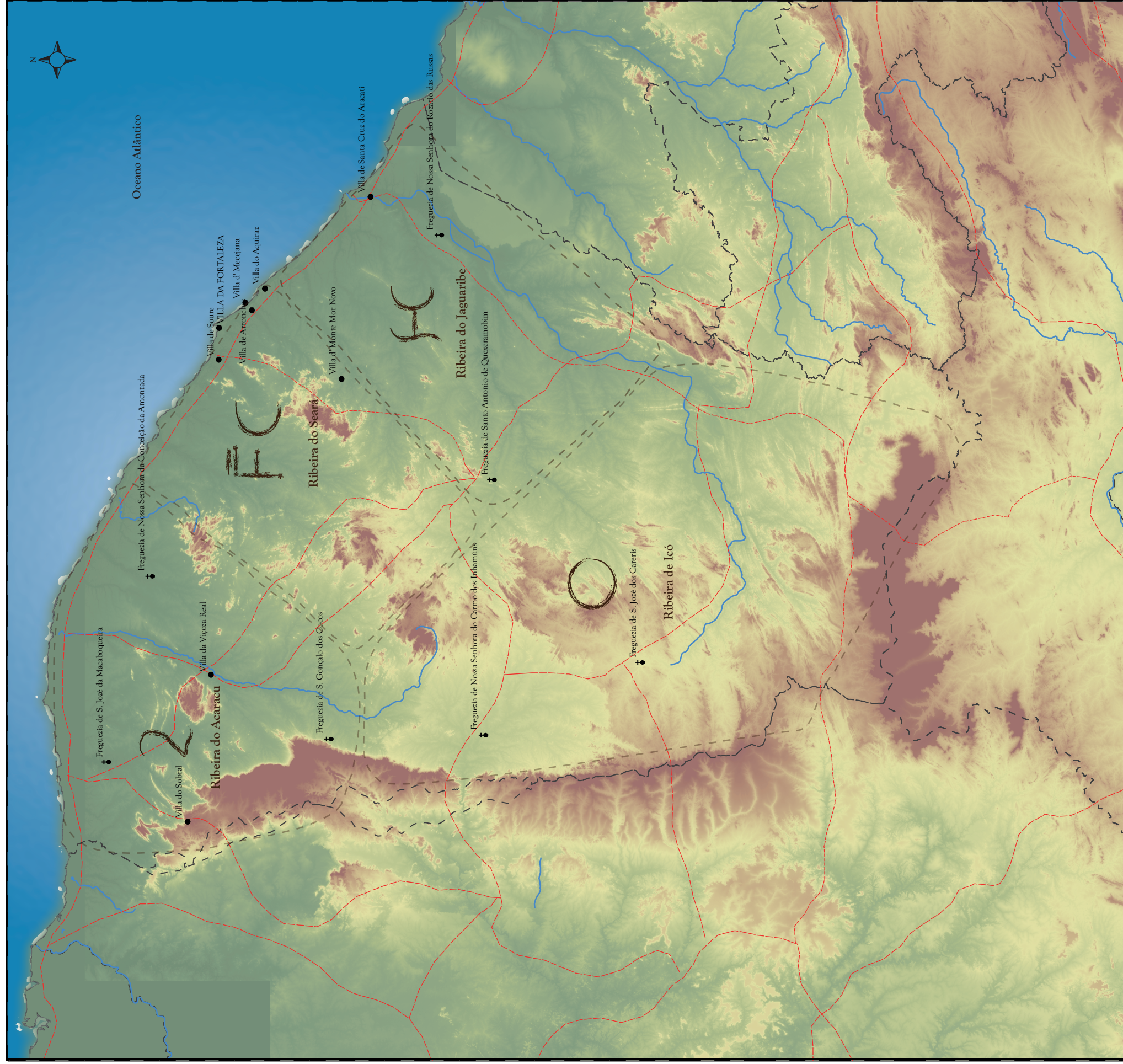
Ao todo, a **Capitania do Ceará** reunia, no **último quartel do século XVIII, 972 fazendas**. Não temos detalhes sobre as características desses estabelecimentos rurais, mas certamente eram muitos.

Especializamos os dados obtidos em bases cartográficas contemporâneas e georreferenciadas, o que nos permitiu entrever o território das várias *Ribeiras* e *Freguesias* relacionadas às respectivas fazendas de gado. Como se pode ver no mapa a seguir (figura 8), a Capitania do Seará Grande era dividida em quatro *ribeiras*: do Acaracú, do Seará, do Jaguaribe e de Icó.

A Ribeira do Acaracú naquele momento abrigava três portos, nos quais: “*costumão vir huns annos por outros vinte Barcos a carregar de Carnes secas, Couros e Páu Violeté⁷, e fazem florente o seu Commercio, e tambem da Capitana do Piaui, da qual se vem aqui muitos gados*” (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 4).

A Freguesia de São Jozé dos Careris, situada na Ribeira do Icó, era a mais interiorizada e:

⁷ Planta endêmica da caatinga.



LEGENDA

- † Freguesia da Capitania do Ceará
- Vila da Capitania do Ceará
- Drenagem
- Abragência da ribeira
- Caminhos do gado
- Limites atuais dos estados

CAPITANIA DO CEARÁ E SUAS VIZINHAS

Construção da autora a partir do Relatório de 1774 (Idea [...]) In: ANNAES [...], 1923: 19) sobre base georreferenciada do IBGE com sobreposição do relevo (MIRANDA, E. E. de; (Coord.). **Brasil em Relevo**. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005.

Disponível em: <http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>. Acesso em: 20 fev. 2012). Os caminhos do gado foram extraídos de ARRAES (2012), que espacializou essa rede de caminhos a partir de informações de Carlos Studart Filho, Capistrano de Abreu, Barbosa Lima Sobrinho, dos manuscritos das coleções Alberto Lamego e Projeto Resgate *Boão do Ceará, Brasil*.

Figura 8

“a mais fértil o [sic] amena de toda a Capitania; sustenta de farinhas, fructas, e rapaduras não só todas as Freguezias das suas vizinhanças, mas também de outros Certoens mais remotos vem combois grandes a prover-se destes generos, que fazem luzido o seu Commercio; tem oitenta e sette Engenhos de Meis e rapaduras nos quaes se faz também algum assucar, muito claro, posto que de pouco pezo[...]”. (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 8).

“O terreno de Inhamuns, escrevia Amador Verissimo Aleteia, he mais seco e pedregoso, composto de pequenas serras, e alquebradas e que comtudo não deixão de produzir abundantes pastos, sendo os seus gados os mais proprios para fazerem longas viagens, e por isso são transportados quasi sempre para a Capitania da Bahia” (STUDART FILHO, 1937: 34).

“Os Inhamuns localizam-se nas cabeceiras do Jaguaribe ao norte da extremidade sudoeste do Ceará, e se estendem numa área cujos pontos extremos distam cerca de 133 km de leste a oeste por 153 km aproximadamente de norte a sul. A região está separada das áreas vizinhas por um conjunto de serras, a Joanhina e Guaribas ao norte, o Flamengo a leste, os Bastiões ao sul e a alta Serra Grande, servindo fronteira com o Piauí pela parte oeste. Os Inhamuns, com altitudes variando de 228 a 487 metros, é a área mais elevada do sertão do Ceará. [...] é uma terra quente, varrida pelo vento, semi-árida e sacrificada por um clima de chuvas escassas, que caem apenas nos meses de inverno que vão de janeiro a junho; mas às vezes isto pode não acontecer nesta época e raramente chove durante a outra metade do ano; em consequência disso, os rios secam e as pastagens verdes e outras plantas morrem, exceto as espécies afeitas àquelas mutações periódicas” (CHANDLER, 1980: 19 - 20).

Administrativamente, a *Ribeira dos Inhamuns* era dependente da Vila de Aquiraz desde 1700. Com a fundação da Vila de Icó, em 1738, passou a ser subalterna da mesma.⁸ Nos dados apresentados nos “Rols de Desobriga” supracitado, percebemos que a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo dos Inhamuns estava inscrita na jurisdição da *Ribeira do Icó*. Somente em 1802 foi elevada à condição de vila de São João do Príncipe.

O exemplo da Vila de São João do Príncipe, inicialmente Freguesia dos Inhamuns, demonstra a complexidade e as sobreposições de territórios e de circunscrições administrativas variadas.

“Como freguezia foi creada, sendo desmembrada da de Arneiroz por decreto de 17 de Agosto de 1832, da qual em 1837 foi desmembrada a de Flôres, e depois em 1850 supprimida e annexada outra vez á de Inhamum” (BRASIL, 1861: 77).

Grande parte da população da *Ribeira dos Inhamuns* vinculava-se à agricultura de subsistência. Poucos eram os fazendeiros donos de grandes glebas de terras e com um número elevado de gado em seus rebanhos, dada a baixa produtividade da pecuária em terrenos áridos. Tais fatores conduzem a uma discreta acumulação de riqueza, que irá refletir-se na cultura material ali produzida.

“Havia uma relação íntima nos Inhamuns da economia agrícola e a pecuária com os assuntos de mercado e comunicação. Até o fim das primeiras décadas do século XIX, o gado era vendido na Bahia e em Pernambuco [...] Os bois eram vendidos na idade de quatro a seis anos” (CLANDLER, 1980: 174).

“As mercadorias de procedencia estrangeira vindas do Aracati eram conduzidas em chiantes carros de bois até Icó, onde estacionavam por ser o caminho daí por diante intransitavel, mesmo a esse rustico meio de transporte terrestre. Entre Icó e os centro consumidores, a conducção dos generos era feita em lombo de cavallos, bestas e bois mansos, a isso adextrados” (STUDART FILHO, 1937: 28 - 29).

“O transporte de produtos agrícolas era muito mais difícil por causa da inexistência de boas estradas nos Inhamuns. Não há dúvida que havia comunicação entre o Plauí, Ipu, Crato, Icó, Fortaleza, Pernambuco e Bahia, desde os primórdios do século XVIII, mas era feita por meio de trilhas que não se prestavam, normalmente, para locomoção de qualquer espécie de veículo. Em consequência, todas as cargas nos Inhamuns eram transportadas por fortes e resistentes jericos. Caçuás de couro, presos às cangalhas, eram transportados nas costas desses animais. Tal meio de trnsporte não favorecia à comercialização de produtos agrícolas. Além disso, os

⁸ CLANDLER, Billy Jaynes. **Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns**: a história de uma família e uma comunidade no nordeste do Brasil (1700 - 1930). Rio de Janeiro; Fortaleza: Civilização brasileira; UFC, 1980.

Inhamuns ficavam distantes dos grandes centros de comercialização, o que muito dificultava a competição com outras áreas melhor localizadas. Não obstante essas dificuldades, os Inhamuns tinham, nos anos favoráveis, condições de exportar quantidades respeitáveis de fumo, milho, feijão, mandioca e cana-de-açúcar. Produzia-se também muita farinha de mandioca e rapadura. Tanto esses produtos como o milho, o feijão e o fumo, eram gêneros de primeira necessidade no nordeste, entretanto, nos Inhamuns, pelas dificuldades de transporte e comercialização, os produtos se destinavam apenas ao consumo local. O mesmo parece ter acontecido com o algodão, que vinha sendo cultivado com êxito em outras regiões do Ceará, desde a década de 1700. O algodão era plantado nos Inhamuns em várias épocas do século XIX, e usavam máquinas para descaroçar algodão puxados por animais, mas segundo documentos da época, essa tentativa foi abandonada devido à dificuldade de transporte” (CLANDLER, 1980: 174 - 175)

Dispomos de dados sobre a arquitetura rural da *Ribeira dos Inhamuns* pela pesquisa de Maria do Carmo de Lima Bezerra, “*Notas sobre as casas de fazenda dos Inhamuns*”⁹. A autora diz que as casas-sede das fazendas dos séculos XVIII e XIX indicam transição do uso de taipa para o tijolo, o que significa que no Setecentos predominou a taipa de mão com cobertura de duas águas, cujos exemplares desapareceram.

TABELA 12: CASAS DE FAZENDA DO SÉCULO XVIII NOS INHAMUNS
Levantamentos de Bezerra (1984)

FAZENDA	PROPRIETÁRIO	S I S T E M A CONSTITUTIVO	OBS:
Estreito	Coronel José de Araújo Chaves	tijolo	coberta em 2 águas; possuía alpendre
Santana	Coronel Eufrásio Alves Feitosa	-	-
Carcará	José de Oliveira Bastos	-	-
Curralinho	Domingos Santos de Carvalho	-	-
Barra	-	taipa	coberta em 2 águas; rodeada de calçadas
Cabaços	José Bezerra do Vale	taipa	-
da Cruz	Capitão José Alves de Castro	taipa	-
Várzea da Onça	José Alves Feitosa	taipa	-
Flores	Capitão Manoel da Silva Carmo	-	-
Trici	Sargento-mor José Rodrigues de Matos	-	-
Barra do Puiú	Joaquim Alves Feitosa	taipa e tijolo	coberta em 2 águas; calçadas de tijolo; piso de ladrilho, madeiramento em aroeira e cedro
Cacimbas	Manoel Ferreira Ferro	taipa	-
Cococá	Capitão Pedro Alves Feitosa	originalmente taipa e hoje reformada em tijolo	-
Retiro	Capitão-mor José Alves Feitosa	taipa	coberta em 2 águas; alpendre na parte da frente

Quadro resumo das casas de fazenda dos Inhamuns do século XVIII.

Livre construção da autora.

Fonte: BEZERRA, Maria do Carmo Lima. *Notas sobre as casas de fazenda dos Inhamuns*. Dissertação (aperfeiçoamento em Arquitetura) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Ceará, 1984.

Bezerra (1984) afirma que se tratava de soluções marcadas pelo despojamento estético e prevalência de cheios sobre os vazios, sendo implantadas em plataformas, em terrenos elevados, o que permitia o controle visual de vastas extensões. As casas estavam sempre próximas do acesso à água. A

⁹ Dissertação de especialização defendida em 1984 na Universidade Federal do Ceará.

fachada principal orientava-se para o norte e a técnica construtiva predominante era a taipa de mão.

Vieira Jr (2004) aponta que o uso da taipa de mão e da palha nas coberturas dessas construções também estava associado ao seu carácter provisório, implantadas em áreas que sofriam recorrentemente com a seca, forçando migrações periódicas, e condicionando a fugacidade da sua existência. Em resumo, Vieira Jr (2004: 67) associa a rusticidade das construções das casas-sede das pioneiras fazendas de gado do Ceará ao absenteísmo dos seus proprietários, que “*não residiam em suas terras e na maioria das vezes buscavam a morada em vilas de Recife e Salvador. A administração do rebanho ficava ao encargo do vaqueiro*” (VIEIRA JR, 2004: 70).

O autor observa mudança no processo a partir de meados do século XVIII:

“A partir da segunda metade do século XVIII não era raro encontrar fazendas habitadas por sus donos, escravos, agregados e outros parentes. Encontrar construções diversas, de taipa, madeira e tijolos, telhados cobertos por telhas e palhas. A quantidade de habitantes aliada aos laços de parentescos e dependências, juntamente com o material das edificações das fazendas - a taipa ainda era dominante -, induzem-me a acreditar que o padrão absenteísta já não bastava para caracterizar as fazendas cearenses. As fazendas se redefiniam enquanto local de morada e seus donos e familiares.

Mas a redefinição não tinha um sentido linear, pois não se pode pensar num modelo único de fazenda. Por um lado, encontraríamos no Ceará ricos proprietários de gado, e no outro poderíamos nos deparar com criadores menos afortunados. Existiam também fazendas que sofriam de forma mais efetiva a ação das secas, onde parcela significativa de seu gado era dizimada” (VIEIRA JR, 2004: 75).

“Parece-nos que podemos vislumbrar o crescimento da presença de proprietários nas fazendas ao longo da segunda metade do século XVIII e início do XIX, e conseqüentemente a queda do absenteísmo. Entretanto, acreditamos que embora morassem no Ceará, esses proprietários continuavam procurando ter terras e casas em áreas diferentes. Essa medida talvez visasse o estabelecimento de gados e de famílias. A possibilidade de migrar entre suas propriedades fazia dos fazendeiros e de suas famílias alvos mais difíceis de serem alcançados pelo açoite da seca” (VIEIRA JR, 2004: 76 - 77).

Conclui, com base na investigação de inventários *post-mortem*, que:

“[...] as fazendas cearenses conheceram, a partir das últimas décadas do século XVIII, uma melhoria no material empregado na construção de algumas propriedades, o fortalecimento do papel central do vaqueiro, apesar da paulatina diminuição do absenteísmo dos proprietários, e o aumento no número de famílias moradoras de uma mesma fazenda. Mas, isso não significava que tais mudanças aconteciam num sentido linear, e que não havia diversidades entre as estruturas físicas das fazendas. A variedade do plantel de gado e no número de famílias que habitavam a propriedade também era outro diferencial” (VIEIRA JR, 2004: 76 - 77).

O levantamento de Vieira Jr. (2004) impossibilita o detalhamento do quadro geral das **972 fazendas registradas** em “*Idea da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas*” [1774]. Destarte, a despeito do progressivo “sucesso” da pecuária nos “sertões”, a realidade cotidiana foi de extrema precariedade. Nas fazendas também se cultivava gêneros agrícolas para a subsistência, que eram bastante escassos na capitania, produzindo inclusive farinha para o consumo local.

TABELA 13:
UTENSÍLIOS PARA PRODUÇÃO DE FARINHA NOS INVENTÁRIOS DO CEARÁ (1780 - 1850)

INVENTARIADO	UTENSÍLIO
Luiza Pais de Castro	aviamento de fazer farinha com boi
Maria Rodrigues Pereira	roda de moer mandioca 3 prensas de farinha
Josefina da Conceição	roda de mandioca

Livre construção da autora.

FONTE: VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. **Entre paredes e bacamartes**: história da família no sertão (1780 - 1850). Fortaleza: Demócrito Rocha, Hucitec, 2004.

Reiterando a tese da modéstia das fazendas de gado do Ceará, Vieira Jr (2004) diz que uma parcela das propriedades dessa capitania não contava com grande rebanho, o que demonstra que havia um número significativo de pequenos proprietários.

**TABELA 14:
QUANTIDADE DE REBANHO BOVINO
NOS INVENTÁRIOS DO CEARÁ (1780 - 1850)**

INVENTARIADO	REBANHO BOVINO
Manoel de Barros	25 cabeças de gado vacum
Josefa Maria da Conceição	56 cabeças de gado vacum
Luíza de Castro	10 cabeças de gado vacum

Livre construção da autora.

FONTE: VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. **Entre paredes e bacamartes**: história da família no sertão (1780 - 1850). Fortaleza: Demócrito Rocha, Hucitec, 2004.

Vislumbramos assim um quadro extremamente diversificado de propriedades rurais na Capitania do Ceará. Essas variavam em dimensões, em número de rebanho e na estrutura das suas edificações, contando com currais, fábricas de açúcar e/ou rapadura ou somente com a casa sede. No ambiente da habitação, o que prevalecia era a rusticidade material e a simplicidade do mobiliário e outros artefatos da cultura material, conforme se verifica na tabela 15.

**TABELA 15:
RELAÇÃO ENTRE FORTUNA E MOBÍLIA**

INVENTARIADO (A)	ANO	TALHERES	MÓVEIS	VILA	TORAL DA FORTUNA
Manoel Pereira	1763	6 pratos, 4 colheres	Caixa e canastra	Sobral	1:178\$885
Maria Rodrigues	1774	6 colheres, 5 garfos, faca de mesa e 2 copos de vidro	Camas, priguiceiro, estrado, mesa, banco, estante de livros e oratório	Aquiraz	5:570\$535
Josefina Maria	1779	2 serrinhas de mesa	Cômoda, cama de couro, 2 cadeiras e caixa	Aquiraz	276\$040
Manoel Cordeiro	1790	-	Cama de vento, 2 malas	Sobral	-
Manoel de Barros	1797	2 colheres	Canastra	Aquiraz	275\$930
Antonio Antunes	1804	-	Canastra	S. João do Príncipe	240\$566
Tereza Martins	1809	6 colheres	2 jogos de mala	S. João do Príncipe	1:330\$400
Luíza Paes	1810	1 prato	Caixa e malas	Sobral	889\$570
Anna Ferreira	1817	-	-	S. João do Príncipe	497\$980
José Diniz	1820	6 colheres e 5 garfos	-	São João do Príncipe	1:807\$810

FONTE: VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. **Entre paredes e bacamartes**: história da família no sertão (1780 - 1850). Fortaleza: Demócrito Rocha, Hucitec, 2004. p. 124.

No Brasil-Império, a pecuária continuou ocupando papel de destaque na Província do Ceará. Desse modo, a atividade do criatório engordou as rendas provinciais. Porém, as vicissitudes climáticas,

acarretando secas, aliada à manutenção de técnicas rústicas no trato do gado condicionaram quedas periódicas na arrecadação fiscal. Com base nos Relatórios dos Presidentes da Província do Ceará observamos que poucas foram as ações diretas para fazer face a esse quadro desfavorável e muitas foram as lamúrias. Na primeira metade do século XIX, os Presidentes da Província pouco conheciam o Ceará: a agricultura não respondia às necessidades populacionais, havia déficit na balança comercial e a principal fonte de renda cearense, o gado, sofria grandes perdas nos períodos de estiagem:

“[...] nossa importação he extremamente grande em relação à nossa exportação: isto indica falta de producção no paiz; o que por ultimo sempre nos trará huma banca róta, mormente se tivermos a infelicidade de huma sêcca no sertão, que diminuindo nossos gados, nos prive do dinheiro que por compra d’elles entra na Provincia, e que faz deminuir a falta de pezo na balança da exportação. Todo este mal parte da falta de braços, que se empregam na lavoura; o que sendo geral em todo o Brazil, mais notavel se faz no Ceará, onde a escravatura sempre foi pouca, não tendo havido muita introducção de Africanos” (Relatório dos Presidentes da Província do Ceará, 1836: 7).

A Província sempre perdia arrecadação devido à cobrança não eficiente dos dízimos do gado: “os *Arrematantes, e Collectores se queixão de que os Fazendeiros ou nada pagão, maltratão com palavras, e os ameação; ou quando muito pagão, o terço ou menos do que devem*” (Relatório dos Presidentes da Província do Ceará, 1838: 45). Podemos supor que diante desse sistema falho, aliado a um interior pouco desbravado, havia relações ilícitas na forma de troca de favores, e alguns proprietários de terras certamente se beneficiavam com isso.

Em períodos favoráveis, a “indústria do criatório” também era vulnerável às lógicas de mercado:

“He pois a criação dos gados grossos e miudos a riqueza principal dos habitantes desta Provincia, e parece-me que este producto tem augmentado muito nos ultimos annos, pela maior regularidade, que tem havido nos invernos. Por isso o gado tem barateado de preço, talvez mais do terço comparativamente ao que gosava em 1836: as fazendas de crear estão mais ou menos abarrotadas; e como em annos regulares os seus productos crescem rapidamente, e mais que a demanda do genero nos mercados ordinarios; descobrio-se ultimamente hum novo mercado e novas vias para transportar ao lugar do consumo. Deo motivo a esta descoberta, a rebeldia dos paizanos no interior do Maranhão; a qual interceptando grande parte do comercio dos gados do continente para a Ilha, veio esta a sofrer penuria e encarecimento de carne verde, e secca. Então algum especuladores emprehenderão lá transportar embarcado o gado vivo deste Provincia; e os grossos lucros que colherão d’alguns carregamentos excitarão, e ampliarão as especulações [...]” (Relatório dos Presidentes da Província do Ceará, 1840: 11).

A exportação das reses por terra para as Províncias do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco no século XIX ganhou um novo mercado concorrente, o Maranhão, cujo comércio era realizado através de embarcações. Esse comércio era todo de carne verde, apesar da Província do Ceará ter desenvolvido no século XVIII fábricas de salga de carne no litoral que implicaram em enorme ganho para os seus produtores. Tal atividade foi praticamente extinta no século XIX: “*antigamente se salgavão, e exportavão as carnes, que ainda hoje se conhecem com o titulo de carne do Cará, o que foi abandonado pela facilidade de levar o gado em pé às Feiras de Pernambuco, e a outras*” (Relatório dos Presidentes da Província do Ceará, 1844: 15). Sabemos que tal explicação não corresponde à realidade. O fim da salga de carnes envolveu outros fatores além da simples facilidade de se transportar o gado vivo. Esse discurso, juntamente com o outro de que grande parte das terras disponíveis no Ceará eram favoráveis apenas à criação de gado e que a seca era um fenômeno intransponível, acompanhará os Relatórios dos Presidentes da Província durante todo Império. O tom do discurso desses relatórios é, por vezes, de lamentações relacionadas às perdas advindas das secas e, outras vezes, de esperança por invernos favoráveis às atividades econômicas. As obras públicas empreendidas e relatadas nesses documentos normalmente tiveram enorme atraso na sua execução e conseqüente aumento orçamentário.

De fato, a “indústria do criatório” (como recorrentemente é chamada nesses documentos) no Ceará permaneceu vinculada à comercialização do produto vivo, perdendo assim o valor agregado atribuído aos seus derivados: “a criação do gado poderia dar origem entre nós a algumas espécies de industria, que ainda não tiveram o necessario impulso, como o fabrico da manteiga, o aperfeiçoamento dos queijos, o preparo dos couros, a tosquia e cardatura das lãs” (Relatório dos Presidentes da Província do Ceará, 1852: 66).

Para se ter ideia das oscilações na arrecadação dos dízimos de gado, basta observar a tabela a seguir:

TABELA 16: ARRECADAÇÃO DOS DÍZIMOS DE GADO DA PROVÍNCIA DO CEARÁ (1847 - 1850)

ANO	ARRECADAÇÃO (EM RÉIS)
1847	4:997\$000
1848	19:603\$000
1849	31:273\$000
1850	42:492\$000

Livre construção da autora.
Relatório dos Presidentes da Província do Ceará,
1851: 28.

Comparativamente às outras rendas provinciais, observamos que apesar dos problemas decorrentes da má arrecadação dos dízimos do gado, em ano sem seca, este era o principal produto da Província do Ceará.

TABELA 17: RENDIMENTOS PROVENIENTES DOS DIFERENTES IMPOSTOS PROVINCIAIS (JANEIRO/1853 - JULHO/1853)

5% sobre os gêneros exportados para fora do império	7:547\$150
2 1/2 % idem para os que foram para fora da província	23\$110
Prêmio d'assignados	78\$206
Multas do algodão	82\$750
Armazenagem	1:165\$000
50% sobre bebidas espirituosas	5:607\$000
Emolumentos de visitas de saude	49\$200
1\$600 em réis em réis de consumo	34:774\$000
20% no fumo	816\$000
Décima dos prédios urbanos	5:032\$000
Idem de heranças e legados	1:649\$234
Meia siza dos escravos	3:275\$000
Dízimos dos gados grossos	42:929\$414
Idem de miunças	15:137\$000
1\$600 réis em milheiro de charutos	1:440\$000
200 réis em libra de rapé	1:442\$000
Dízimo do pescado	2:337\$000
Imposto sobre escravos que saíram da província	3:990\$000
5% sobre os títulos dos empregados	115\$878
Impostos sobre currais e redes de pescaria	815\$000

* Em negrito os ítems relacionados à pecuária.
Livre adaptação da autora.
Contadoria Provincial do Ceará, 20 de agosto de 1853.
Fonte: Relatório dos Presidentes da Província do Ceará, 1853)

Infelizmente, os números anteriormente transcritos pouco informam a respeito das especificidades da vida rural cearense, já que são breves dados estatísticos. No entanto, dão a dimensão da importância econômica que a pecuária ali assumiu ao longo do período colonial e imperial. Com isso, podemos afirmar que essa atividade foi muito importante na organização espacial desse território, deixando vestígios materiais na sua paisagem, que serão objeto de estudo no capítulo 3.

Sendo vendido o gado vivo, as vias de comunicação eram fundamentais para o transporte das reses e a realização desse comércio. A *Carta da Capitania do Ceará, levantada por ordem do Governador Manoel Ignacio de Sampaio, por seu ajudante de ordens Antonio Joze da Silva Paulet*, datada de 1818, espacializa as redes de comunicação existentes na Capitania do Ceará no início do século XIX (figura 9). Georreferenciamos os dados do mapa de Paulet (figura 10) e isso nos permitiu constatar a densa rede de estradas que cruzava a Capitania do Ceará em 1818.



Figura 9: [Carta da Capitania do Ceará Levantada por ordem do Governador Manoel Ignacio de Sampaio, por seu ajudante de ordens Antonio Joze da Silva Paulete, 1818].



Figura 10

Infelizmente o mapa de Paulet não apresenta as fazendas de gado como o de Galuzzi, mas é possível imaginá-las atreladas às principais ribeiras. Podemos perceber ainda que, apesar da dispersão e da baixa densidade populacional frente a uma área de quase 150 mil km², no início do século XIX a Capitania do Ceará estava interligada por uma rede de caminhos e uma rede urbana substantiva. No entanto, tais vias eram dotadas apenas de rústica infra-estrutura, sendo necessário permanentes intervenções de manutenção por parte do governo da Província.

Ainda analisando a [Carta da Capitania do Ceará levantada por ordem do Governador Manoel Ignacio de Sampaio, por seu ajudante de ordens Antonio Joze da Silva Paulet, 1818] percebemos que o caminho que ligava a vila de S. João do Príncipe à de Icó correspondia à **Estrada das Boiadas**, que segundo Studart Filho (1937: 31), no território cearense, era um dos escoadouros dos produtos da indústria pastoril do interior piauiense para os mercados consumidores do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Sua origem remontava ao início do século XVIII. O autor menciona que nos documentos sesmarias do Ceará, de 1731, essa estrada aparecia denominada como “estrada que passa para o Piauí”: “*Icó, Iguatú, S. Matheus, Saboeiro, Arneirós e Tauá balizam hoje um enorme trecho desse velho caminho de acesso às terras do medio Parnaiba*” (STUDART FILHO, 1937: 31). Já em direção ao oriente, a “Estrada das Boiadas”, como era conhecida nas crônicas do Rio Grande do Norte e da Paraíba, no Ceará, ainda conforme o autor, era denominada de “Estrada para Pernambuco” e sua rota seguia o seguinte percurso:

“De Campina para o littoral, a estrada principiava atravessando densa floresta de quatro leguas até os lugares Caboclo e Torres, onde descia a Borborema; dava no pequeno valle do Rio Ingá; passava nos lugares onde existem as povoações de Riachão, Varzea-Nova, a Villa do Ingá, Mogeiro, e, uma legua além, attingia o rio Parnaiba, na povoação de Salgado, seguia pelas margens deste rio, tocando em Itabaiana, Pilar e Itaipú, Espirito-Santo, Socorro, Santa Rita até à Capital. Na altura de Itabaiana, porém, bifurcava-se, dirigindo-se tambm para Itambém ou Desterro, Goiana e Recife, onde findava” (JOFELY, IRINEU. Notas sobre a Parahyba. *Apud* STUDART FILHO, 1937: 35).

A Estrada das Boiadas é caracterizada por Studart Filho (1937: 33) como a via que possibilitou o intercâmbio comercial entre os *Sertões do Norte* e a zona da marinha no período colonial.

“Por ella transitavam rumo ao interior comboios de mercadorias estrangeiras, de lá descendo o gado de corte para os matadouros de Paraíba, Recife e Olinda. Adquirido nas feiras de S. Antonio de Surubim, Villa de Mocha, Manga e Jatobá ou nas fazendas dispersas pelas cercanias desses velhos nucleos de povoamento, era a galaria piauiense reunida em grandes boiadas, que se encaminhavam a Crateús, pelo boqueirão do Potí, unica passagem facil talhada na immensa muralha calcarea que circumda o Ceará ao occidente.”

De Crateús rumava para as grandes feiras de Iguaraçu, Goiana, Timbé, Pedra de Fogo, Itabaiana e Campina-Grande pelo caminho do Tauá.

[...] Quixeramobim, com suas ricas pastagens de mimoso¹⁰, era talvez o unico ponto onde as reses derreadas pela canicula¹¹ e pela fome podiam refazer-se na longa travessia” (STUDART FILHO, 1937: 33. grifo nosso).

Studart Filho (1937: 36) explica que a ligações do Ceará se davam muito mais para o oriente que para o ocidente, em decorrência das contingências geográficas:

“as ligações do interior cearense para Pernambuco e Paraíba. S.-Luís, apesar de sua proximidade e importancia política e commercial, ficaria á margem das transacções mercantis, igualmente, por motivos de ordem economica. É que os principaes consumidores de gado e compradores de pele estavam ao orient e não no Maranhão, a cujos mercados bastavam as reses dos sertões piauieneses e fazendas de Tapuitapera, Pindaré, Mearim e Gurupí. Ali demoravam tambm

¹⁰ Capim mimoso = uma das principais espécies componentes da dieta do gado (Nota nossa).

¹¹ Derreadas pela canicula = prostradas pelo calor intenso (Nota nossa).

os empórios onde se abasteciam de objectos manufacturados e mercadorias da Europa os fazendeiros das ribeiras septentrionaes do Ceará (STUDART FILHO, 1937: 36).

Capitania do Rio Grande do Norte

Perceberemos que o quadro econômico da Capitania do Rio Grande do Norte era muito semelhante ao do Ceará:

“[...] o producto destes dízimos quazi só constão de gados vacum e cavalaes, que nos sertões criam, augmentam-se estes com a fertilidade dos pastos que os invernos produzem, e faltando estes, como muitas vezes se tem experimentado, (___), e diminuem por esta cauza as rendas reaes. [...] E como estes se rematão em Ribeiras, separadas [...]” (Carta do provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Norte, Domingos da Silveira ao Rei D. João V sobre a arrematação dos dízimos da Capitania do Rio Grande do Norte. 4 de março de 1732. Fonte: AHU-RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 3, D. 8/ AHU_ACL_CU_018, Cx. 2, D. 156)

A documentação do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa evidencia a maneira de arrecadação do Dízimo Real, também através das *ribeiras*, e demonstra que os rendimentos da Capitania do Rio Grande do Norte eram exclusivamente oriundos do gado. A arrematação dos contratos era pública e aberta aos particulares, certamente os homens mais ricos da capitania:

“[...] Faso saber a todas as pessoas de qualquer qualidade, estado, ou (___), que quizerem rematar, ou mandar rematar o dito contrato desta capitania” (Carta do provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Norte, Domingos da Silveira ao Rei D. João V sobre a arrematação dos dízimos da Capitania do Rio Grande do Norte. 4 de março de 1732. Fonte: AHU-RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 3, D. 8/ AHU_ACL_CU_018, Cx. 2, D. 156. Transcrição da autora)

A realização dos contratos nem sempre se dava de acordo com o esperado e muitos eram os obstáculos para que transcorresse normalmente a arrecadação fiscal, havendo recorrentes tentativas de não pagamento dos dízimos.

“[...] os gados do vento, que não tem marca, nem signal, e pondo em execução os rematadores dette a sua cobrança, experimentão nella um notável prejuízo. Porque as pessoas que vivem nos Sertões desta capitania, donde se criam os taes gados, e uns o empedem com violencia, outros positivamente os destroem, mantendo-se deles, e deichando-os mortos nos campos, donde o tempo os consome; com o pretexto que chamão lícito, por serem oriundos dos q cada um posue” (Carta do provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Norte, Domingos da Silveira, ao Rei D. João V sobre as dificuldades que os arrematadores do gado do vento tinham com o impedimento da arrematação que lhes faziam os moradores dos sertões. AHU-RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 3, D. 31/AHU_ACL_CU018, Cx. 3, D. 180. Transcrição da autora. grifo nosso)

Mesmo com tais dificuldades, de acordo com a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, a Coroa Portuguesa, por meio dos funcionários régios, seguia com ações para aumento da arrecadação, modificando o próprio sistema de arrematação.

“Com experiencia conhecida (___) (___) João da Costa Sylva a V. Mag^{de} o arbitrio de produzir (___) augmento das Reais Rendas dos dízimos desta capitania, e dado Ceara, rematados estes em Ribeiras separadas, fazendosse em cada huma dellas quatro ramos em quatro rematações distinctas não só adquiria mayor augmento nos lanços com melhor segurança na satisfação por se ficar cobrando de mais devedores e fiadores e menos importancia de cada hum para o que se podião fazer as rematações nesta Cidade as dos ramos mais vezinhos e as dos Certões nas mesmas Ribeyras delles satisfazendosse pello trabalho (___) (___) a os ditos certões e seus officiaes com aquelle sellario que que V. Mag^{de} fora servido aplicar aos Provedores em (___) officiaes desta Provedoria quando forem passar mostra ao Terço dos Paulistas que existio na Campanha desta d^a Capitania como tudo se vê e constada sua carta por copea incluza em consideração da qual foy V. Magde servido aprovar e admitir o exposto nella mandando assim se observasse como tambem consta da ordem junta por copia em cujo cumprimento se instituiu este modo e forma de rematação nesta dita Cappitania pella do Ceara se separar ao mesmo tempo della formandosse nella quatro Ribeyras com bastante extenção e ordem na repartição dellas a saber, duas na vezinhança desta Cidade donde se rematão e duas que são Assú e Apodi, em distancia esta de cento e oitenta legoas e a que la de cento e vinte pouco mais ou menos de

hida e regresso em seguimento continuado, com cuja delligencia tem a experiencia mostrado em favor della o crescimento q tem havido e continua ser muito diferente do valor por que se rematava a hum só lançador em summa, e tambem a facellidade com que melhor se cobra dos muitos rematadores com menos vexame delles e de seus fiadores. Este procedimento faz de despeza annualmente cento e noventa e doys mil reis, a saber, ao Prov^r noventa e seis mil reis e ao Escrivão e Almojarife a cada hum quarenta e oito mil reis a metade dos caminhos na distancia assim a refferida e a outra metade do tempo da estada de trinta dias nas refferidas Ribeyras p^a o expediente das rematações dellas e cobranças das dividas dos Contractos q por estas se excedem as vezes ao tempo dos ditos trinta dias, mas nunca por essa cauza se augmenta a porção diaria costumada. Esta demora de tempo he precisa em rezão das ditas cobranças por só naquelle tempo se poderem conseguir pella grande distancia não permittir execuções violenta, pello excesso das custas por não inhibir os lançadores atemorizados do rigor na cobrança e não decahir por esta cauza o augmento das rendas reais e sem embargo de que o Cappitão Mor desta Cappitania actual João de Freyre Barreto de Menezes conhece o bom proveyto que se segue as ditas reais rendas com esta forma de rematação [...]” (Provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Norte. 1 de maio de 1736. AHU-RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 4, D. 3, 4 e 52; PERNAMBUCO/AHU_ACL_CU_018, Cx 3, D. 211. Transcrição da autora. grifo nosso).

No documento supracitado, o provedor da Fazenda Real sugere que a arrematação dos contratos dos dízimos reais das *Ribeiras de Assú e Apodi* fosse feita na Cidade de Natal, proposta aprovada por D. João V:

“[...] q vos reprovaes a delligencia de se hirem fazer as arrematações dos Dizimos nas Ribeyras do Assú e Apodi como se pratica por ordem minha dizendo não ser necessario hiremse rematar naquelles certões, mas sim nessa Cidade do Natal. [...]”¹² (Resposta de D. João à carta do Provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Norte de 1 de maio de 1736. 10 de novembro de 1736 AHU-RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 4, D. 3, 4 e 52; PERNAMBUCO/AHU_ACL_CU_018, Cx 3, D. 211. Transcrição da autora)

TABELA 18: DESPESAS DE PESSOAL DEVIDO À COBRANÇA DOS CONTRATOS DOS DÍZIMOS DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE (1725 - 1739)

Ano	Diárias ao Provedor	Diárias ao Escrivão	Diárias ao Almojarife	Somam os (___)
1725	93\$866	46\$933	46\$933	187\$732
1726	96\$000	46\$933	46\$933	189\$866
1727	96\$000	48\$000	48\$000	192\$000
1728	-	-	-	-
1729	-	-	-	-
1730	96\$000	48\$000	48\$000	192\$000
1731	96\$000	48\$000	48\$000	192\$000
1732	96\$000	48\$000	48\$000	192\$000
1733	96\$000	48\$000	48\$000	192\$000
1734	96\$000	48\$000	48\$000	192\$000
1735	96\$000	48\$000	48\$000	192\$000
1736	96\$000	48\$000	48\$000	192\$000
1737	96\$000	48\$000	48\$000	192\$000
1738	96\$000	48\$000	48\$000	192\$000
1739	96\$000	48\$000	48\$000	192\$000
TOTAL				2:489\$598

Libre construção da autora.
AHU-RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 4, D. 3, 4 e 52; PERNAMBUCO/
AHU_ACL_CU_018, Cx 3, D. 211.
Transcrição da autora.

¹² A análise da documentação fiscal do século XVIII, permite entrever uma série de disputas e conflitos decorrentes das arrematações dos dízimos, que geraram sucessivas mudanças no sistema fiscal, em constante reconstrução e adaptação frente às imposições das realidades locais .

TABELA 19: CONTRATOS DOS DÍZIMOS DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE
Entre os anos de 1725 e 1741

Ano	Ribeyra do Apody	Ribeyra do Assú	Ribeyra do Norte	Ribeiyra do Sul	Soma das 4 Ribeiras
1725	271\$000	400\$000	185\$100	191\$000	1:047\$100
1726	420\$000	390\$000	180\$000	191\$000	1:181\$000
1727	520\$000	402\$000	186\$000	205\$000	1:313\$000
1728	555\$000	402\$000	186\$000	205\$000	1:348\$000
1729	533\$000	402\$000	186\$000	205\$000	1:326\$000
1730	555\$000	470\$000	210\$000	236\$000	1:471\$000
1731	642\$000	740\$000	270\$000	285\$000	1:937\$000
1732	830\$000	1:000\$000	280\$000	325\$000	2:435\$000
1733	880\$000	920\$000	310\$000	360\$000	2:470\$000
1734	1:050\$000	967\$000	315\$000	320\$000	2:652\$000
1735	1:210\$000	910\$500	385\$000	415\$000	2:920\$500
1736	1:170\$000	920\$000	370\$000	460\$000	2:920\$000
1737	1:215\$500	1:000\$000	300\$000	420\$000	2:935\$500
1738	815\$000	1:151\$000	300\$000	350\$000	2:616\$000
1739	923\$323	933\$333	366\$666	333\$333	2:556\$655
1740	923.323	933.333	366.666	333.333	2:556.655
1741	923.323	933.333	366.666	333.333	2:556.655
TOTAL					36:242.065

Livre construção da autora.
AHU-RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 4, D. 3, 4 e 52; PERNAMBUCO/
AHU_ACL_CU_018, Cx 3, D. 211
Transcrição da autora.

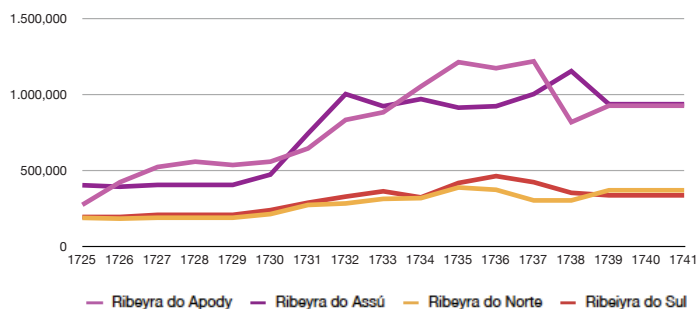


Gráfico 1: Contrato dos dízimos da capitania do Rio Grande do Norte entre os anos de 1725 e 1741

Livre construção da autora.
AHU-RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 4, D. 3, 4 e 52; PERNAMBUCO/
AHU_ACL_CU_018, Cx 3, D. 211

Percebemos que a década de 1730 representou um período de aumento na arrecadação dos dízimos de gado na Capitania do Rio Grande do Norte. No mesmo período, notamos que as *Ribeiras* mais interiorizadas, *Apody* e *Assú*, mantiveram-se como responsáveis pelo maior montante de arrecadação. As grandes secas foram o principal fator da queda na arrecadação.

Em 1774, a Capitania do Rio Grande do Norte era subalterna à de Pernambuco, e juridicamente vinculada à Comarca da Paraíba. Nesse momento, compreendia cinco *ribeiras*: a *Ribeira do Norte*, a *Ribeira do Assú*, a *Ribeira do Apodi*, a *Ribeira do Seridó* e a *Ribeira do Sul*.

Apesar de importante, a análise exclusiva dos dados oficiais, através de número genéricos, gera uma abstração que oculta realidades mais plurais (algo tentamos demonstrar na nossa dissertação de mestrado sobre a *Ribeira do Seridó*), induzindo uma ideia de homogeneidade apenas aparente. No entanto, não deixa de revelar o lugar de destaque da atividade da pecuária nessa Capitania.

TABELA 20: CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE EM 1776 - 1778

RIBEIRA	CIDADE	VILA	FAZENDA	CAPELA	FOGO	HABITANTES (*)	FREGUESIA	DÍZIMO (**)
Norte	1	1	28	6	1.358	4.614	Freguesia Nossa Senhora da Apresentação e Freguesia Nossa Senhora dos Prazeres e São Miguel.	1:094\$000
Assú	0	0	96	3	571	2.864	Freguesia de S. João Baptista.	5:255\$000
Apodi	0	1	54	5	421	4.094	Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Páos dos Ferros e Freguesia de Nossa Senhora da Conceição e S. João Baptista das Varzes.	4:312\$000
Seridó	0	0	70	7	200	3.174	Freguesia de Santa Anna do Caicó.	2:716\$520
Sul	0	3	35	4	1.190	6.661	Freguesia de S. Jozé, Freguesia de Arés, Freguesia de Villa Flor e Freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres de Goyaninha. *	1:747\$000

(*) Ano do Rol da desobriga de não especificado.

(**) Anos 1776 - 1778.

* No resumo está contabilizada somente uma freguesia, apesar de no relatório constarem quatro.

Livre construção da autora.

Idea da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas Costas, Rios, e povoações notaveis, Agricultura, numero de Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido & desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas capitánias o Governador e Capitam General Jozé Cezar de Menezes. In: **ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1923. v. XL. p. 9 - 15.

Como podemos observar na tabela 19 e no gráfico anexo, o recolhimento do dízimo na década de 1770 praticamente quadruplicou em relação à década de 1730. As *ribeiras* mais interiorizadas mantiveram-se como as principais contribuintes. Por outro lado, a tabela 20 evidencia o expressivo número de fazendas por *ribeira*.

Sobre a *Ribeira do Assú*: “*he esta Ribeira de algum commercio, por virem todos os anno tres ou quatro Barcos ás officinas a factura de Carnes secas, e courama*” (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 11).

No mapa a seguir (figura 11) espacializamos e georreferenciamos as informações do relatório supracitado, especulando sobre a área aproximada das *ribeiras*. Sobreposemos também as vias utilizadas como rotas para o comércio de gado e as rotas que relacionaram a Capitania do Rio Grande do Norte (figura 12) às demais, demonstrando os principais circuitos e as dinâmicas comerciais:

“Essas terras férteis, com nível de umidade excepcional nos sertões, foram os primeiros celeiros do abastecimento interno no circuito colonial do semi-árido. Por estas razões e mais pela distância exequível para o transporte em cavalos de carga, os brejos, ponto nodal de toda a trama de caminhos de gado em direção às feiras, deram origem a vilas e cidades que até os dias de hoje ainda exercitam sua secular vocação de fornecedores de produtos de origem vegetal para as cidades interioranas. Todos os trajetos do abastecimento das populações das capitánias annexas a Pernambuco terminavam convergindo para estas áreas [...]” (MACÊDO, 2007: 133. grifo nosso).



CAPITANIA DO RIO GRANDE E SUAS VIZINHAS

Construção da autora a partir do Relatório de 1774 (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 19) sobre base georreferenciada do IBGE com sobreposição do relevo (MIRANDA, E. E. de; (Coord.). **Brasil em Relevo**. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: 20 fev. 2012).

Os caminhos do gado foram extraídos de ARRAES (2012), que espacializou essa rede de caminhos a partir de informações de Carlos Studart Filho, Capistrano de Abreu, Barbosa Lima Sobrinho, dos manuscritos das coleções Alberto Lamego e Projeto Resgate Barão de Castelo Branco. A rede de caminhos do Rio Grande do Norte para os brejos paraibanos é construção de Macêdo (2007) a partir dos Inventários do 1º Cartório de Caicó (1737-1813) – Arquivo LABORDOC.

Figura 11

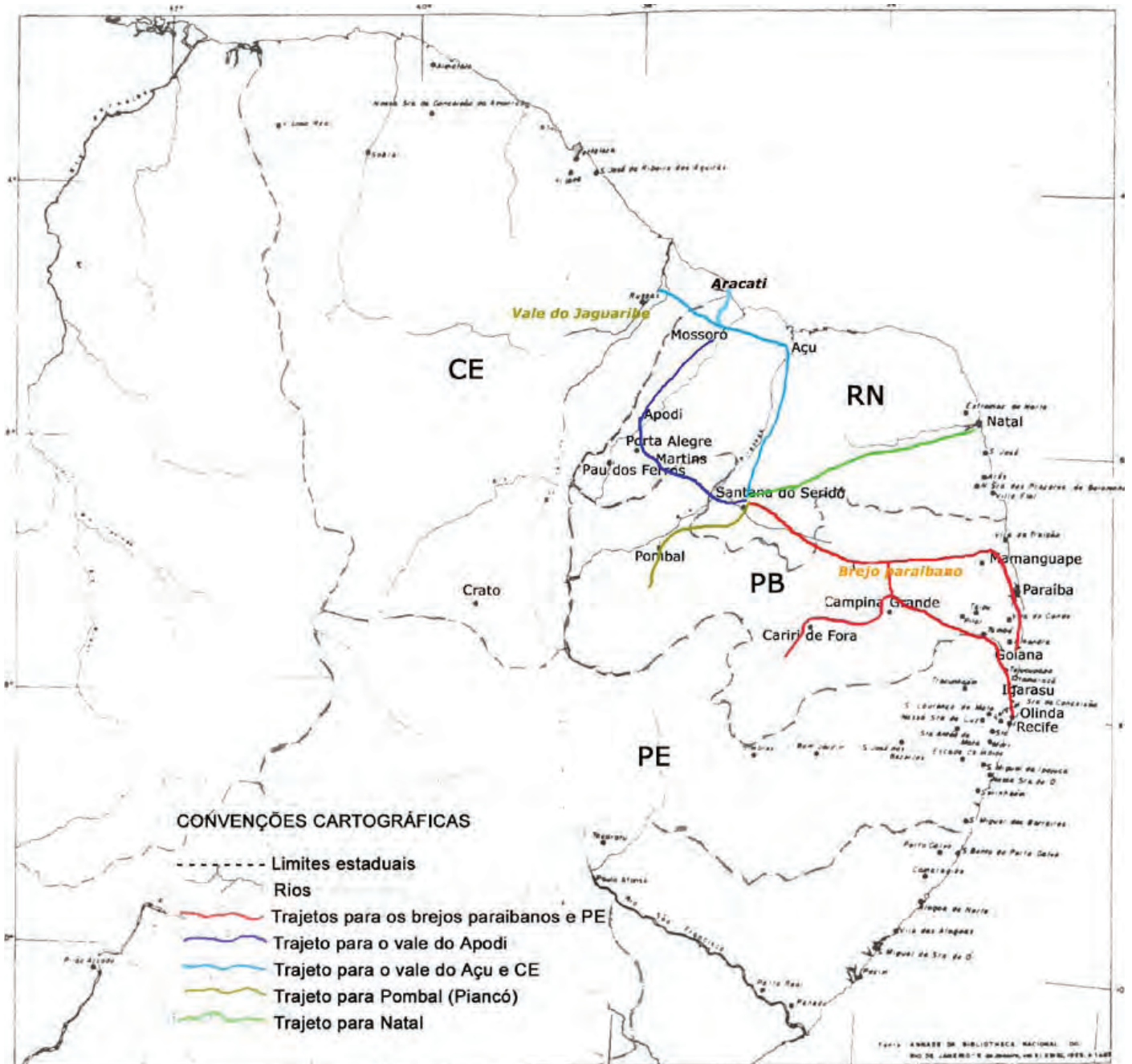


Figura 12: Trajetos da Ribeira do Seridó para os agrestes, vales e brejos
 Fonte: Construção de Macêdo (2007: 135) a partir dos Inventários do 1º Cartório de Caicó (1737-1813) – Arquivo LABORDOC

A atividade pecuarística do Rio Grande não fugia à regra da economia de tipo colonial, onde toda a mercantilização não se encontrava sob o controle dos produtores, definido que era pelos mecanismos do mercado monopolizado por comerciantes especializados, os marchantes. Resultando daí que a comercialização de carne verde ficava sob o domínio do capital comercial, mesmo que de pequeno porte, mas produzindo efeito real sobre as atividades de abastecimento. Neste sistema de comercialização, os criadores do Rio Grande sofreriam duplamente. De um lado, ao terem seu rebanho obrigado a ser vendido em regime de subvalorização tanto pelos desgastes da transumância até às feiras, quanto pelos preços tabelados em Recife. Por outro lado, no momento de realizarem a compra de mercadorias necessárias ao trabalho e cotidiano familiar (ferros, armas, tecidos, etc). Mercadorias praticadas a preço livre, que, segundo o sistema de contratos da Coroa, protegia favoravelmente os comerciantes portugueses (MACEDO, 2007: 124 - 125)

De acordo com Medeiros Filho (1983: 9 - 10), o povoamento da *Ribeira do Seridó* seguiu dois eixos: um do leste para o oeste, através do Boqueirão de Parelhas; outro do sul para o norte, partindo da Serra da Borborema. Disso derivaram as primeiras doações de terra:

“O colonizador, muitas vezes, ex-combatente nas lutas contra o tapuia (1687 - 1697, em sua fase mais aguda), chegava a um local ermo, onde descobria um poço d’água permanente, um olho d’água, uma lagoa. Aí se fixava, introduzindo a sua semente de gado. Esta, na sua expressão mais simples, era representada por um touro e três vacas” (MEDEIROS FILHO, 1983: 10)

No que se refere ao sistema de administração da América Portuguesa, a Coroa utilizou-se da distribuição de mercês, privilégios e títulos de nobreza como uma maneira de aliar as camadas dominantes ao poder régio. Num mesmo sentido, a Coroa também dava cartas de patentes militares, meio do governo estabelecer ordem nas suas capitânias. Apesar da confirmação de patente passar pelo aval do rei de Portugal, eram os capitães-mores que exerciam papel principal em tal nomeação, o que indica que tal ação poderia, também, ser um acordo que envolvia interesses de ambos os lados.

No “sertão”, a população detentora de patente militar correspondia à “nobreza da terra” e muitas das famílias acumularam ao longo das décadas uma riqueza superior à maior parte da população, como também vieram a ocupar cargos políticos durante o Império.

TABELA 21: CONFIRMAÇÃO DE CARTAS-PATENTES NA RIBEIRA DO SERIDÓ Século XVIII	
Nome	Posto
Alexandre Rodrigues da Cruz	Coronel da Cavalaria
Cypriano Lopes Galvão	Coronel da Cavalaria
Manuel Antônio das Neves	Coronel da Cavalaria
Francisco Januário de Vasconcelos Galvão	Ajudante das Ordenanças de Vila Nova do Príncipe
Domingos Clemente dos Santos	Alferes das Ordenanças de Vila Nova do Príncipe

Livre construção da autora.
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino.

Cypriano Lopes Galvão foi o primeiro Coronel de Cavalaria do Regimento da *Ribeira do Seridó*, tendo sido nomeado em 1759. Posteriormente assumiu o posto de Capitão-Mor da Vila do Príncipe e Freguesia da Serra do Coité: “[...] adquiriu a sesmaria denominada TORORÓ, no ano de 1755, local onde fixou com fazenda de criação de gado. Na Serra de Santana possuiu aviamento para fabrico de farinha de mandioca” (MEDEIROS FILHO, 1981: 369). Ele era natural de Igarapé, Pernambuco.

Ao contrário do Piauí, relacionado à Bahia, o Ceará e o Rio Grande do Norte tinham mais vínculo com Pernambuco.

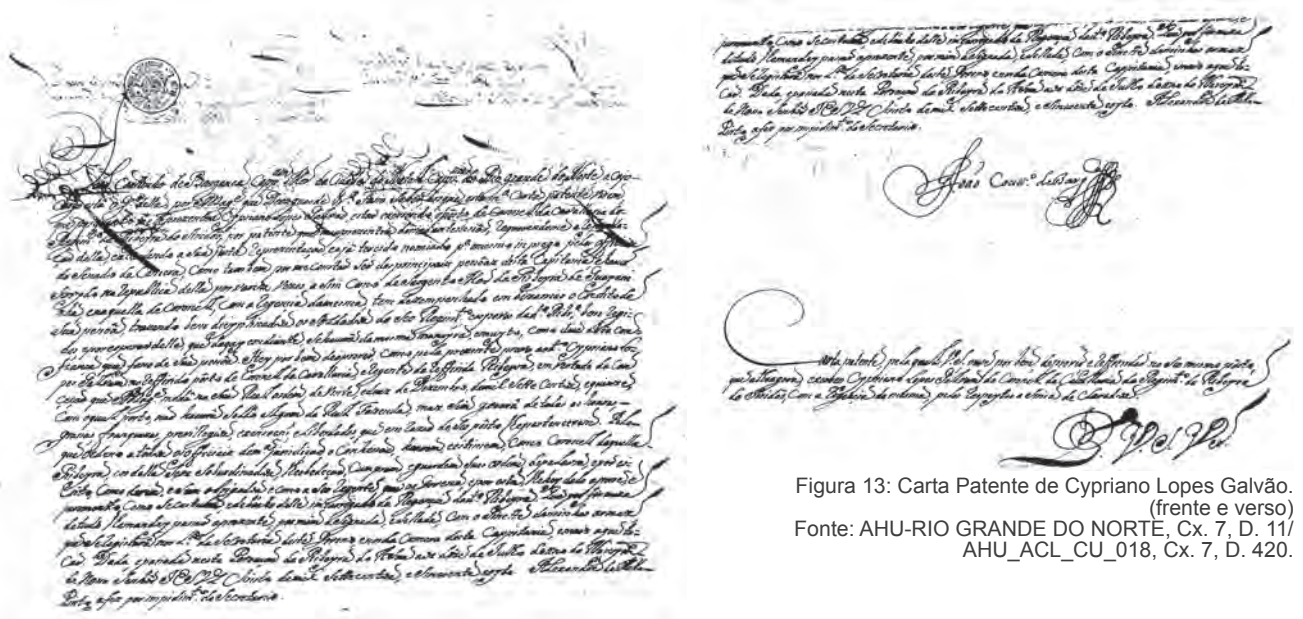


Figura 13: Carta Patente de Cypriano Lopes Galvão. (frente e verso)
Fonte: AHU-RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 7, D. 11/ AHU_ACL_CU_018, Cx. 7, D. 420.

Cipriano Lopes Galvão, também capitão-mor, foi o filho que sucedeu o Coronel Cypriano na Fazenda Tororó. Seu inventário (1814) revela 23 escravos, 631 bovinos, 121 cavaleiros, 82 caprinos e 120 ovinos.¹³

TABELA 22: TÍTULO DE BENS DE RAIZ DO INVENTÁRIO DE CIPRIANO LOPES GALVÃO (Filho de Cypriano Lopes Galvão)

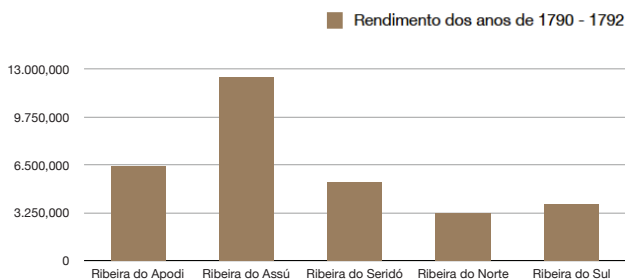
Uma Data de Terra, de criar gados, no rio dos Currais Novos, que houve por compra a Antônio de Holanda Cavalcanti, por escritura pública, com três léguas de comprido e uma de largo	1:200\$000
Uma Data de Terra, de criar gados, pelo riacho da Areia acima, onde mora seu filho Manoel Lopes Galvão, a qual terra tem de comprido três léguas e uma de largo	1:200\$000
Uma Data de sobras, de criar e plantar, chamada Cascavel, a qual tem três léguas de comprido e uma de largo, ou légua e meia em quadro, na qual se deixou meia légua para Patrimônio da Capela de Santa Ana	750\$000
Uma parte de terras de plantar lavouras, na serra de Santa Ana, que houve por legítima da falecida Dona Adriana	250\$000
Uma Data de Sesmária, de criar e plantar, nas ilhargas do Sítio do Quinquê, e Tororó, subindo pela serra do Piauí, a contestar com as terras de plantar da serra de Santa Ana, cuja Data terá, pouco mais ou menos, uma légua e três quartos	700\$000
Légua e meia de terra, de criar gados, no sítio Tororó de Cima, pegando no marco que fica no caminho do riacho da Areia, buscando para o norte, com seu comprimento, e meia de largo para o nascente, em cuja terra tem o Coronel Antônio da Silva e Souza vinte e tantos réis	270\$000
Uma porção de terra, de criar gados, no sítio Tororó de Cima, que houve por legítima do falecido seu pai Cipriano Lopes Galvão	30\$000
Uma porção de terra de criar gados, no mesmo sítio de Tororó, pelo rio abaixo, que houve por legítima de seu falecido irmão João Manoel	30\$000
Uma porção de terras de criar gados, na serra da Dorna	25\$000
Meia légua de comprido, com meia de largo, no sítio do Quinquê	100\$000

Fonte: MEDEIROS FILHO, Olavo. **Velhos inventários do Seridó**. Brasília, 1983. p. 214.

¹³ MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhos inventários do Seridó**. Brasília, 1983.

Anos <i>Contracção dos Anos Riais</i>											
1790 1791 1792	<i>Apudj</i>		<i>Assu</i>								
	<i>Preparação da carne</i>	<i>Preparação da carne</i>	<i>Carne de vacas</i>	<i>Carne de vacas</i>	<i>Serido</i>	<i>Norte</i>	<i>Sul</i>	<i>Acidimintos</i>	<i>Cada p. rendimento</i>	<i>Carne por cada carne</i>	<i>Passage</i>
<i>Ribeiras</i>	1.100.000	1.200.000	1.100.000	1.000.000	5.150.000	5.200.000	5.300.000	5.550.000	5.570.000	11.950.000	2.500.000
	<i>Gado do Vento</i>										
	180.000	1.150.000	800.000	250.000	180.000	700.000					

Figura 14 e gráfico 2:
Mapa geral da importação, produtos e manufacturas do reino; produção, consumo, exportação e do que ficou sem se exportar, nem consumir; portos de onde vieram e para onde foram; dos habitantes e suas ocupações; casamentos, matrimônios e mortes; dos índios domésticos com as mesmas declarações; tabela das moléstias; resumo das quantias por mil réis dos gêneros mencionados, pertencente ao ano de 1805, feito no mês de outubro de 1806.
Fonte: AHU-RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 9, D. 56/ AHU_ACL_CU_018, Cx. 10, D. 629.
Transcrição da autora



No fim do século XVIII, a arrecadação de dízimos da Capitania do Rio Grande do Norte continuava preferencialmente resultante da comercialização do gado vivo, permanecendo as *Ribeiras* interiorizadas como as maiores contribuintes. Dentre as cinco *Ribeiras*, a do *Assu*, era a mais abundante de água.

TABELA 23: PRODUÇÃO DE GADO DA CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE 1806			
		CONSUMO	EXPORTAÇÃO
Bois e vacas			
No de cabeças	21.415	3.135	18.280
Bezerros e bezerras			
No	32.703	-	-
Cavalos, éguas, poltros e poltras			
No	10.054		900
Cabritos e cabritas			
No	23.965	3.750	1.300
Sola Meios			
No	2.275	630	1.595

Libre construção da autora.
Mapa geral da importação, produtos e manufacturas do reino; produção, consumo, exportação e do que ficou sem se exportar, nem consumir; portos de onde vieram e para onde foram; dos habitante e suas ocupações; casamentos, matrimônios e mortes; dos índios domésticos com as mesmas declarações; tabela de moléstias; resumo das quantias em réis dos gêneros mencionados, pertencente ao ano de 1805, feito em o mês de Outubro de 1806.
AHU-RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 9, D. 56/AHU_ACL_CU_018, Cx. 10, D. 629.

No último quartel do século XVIII e primeiras décadas do XIX, a Capitania do Rio Grande do Norte possuía uma população distribuída nas seguintes atividades:

**TABELA 24:
Ocupação dos habitantes**

Corpo Militar	4.371
Magistrados, empregos civis	191
Clero secular	45
Negociantes	460
Pessoas que vivem de rendas	7
Artistas e Ofícios mecânicos	231
Homens do mar	58
Agricultores	2.066
Vaqueiros	521
Pescadores	416
Jornaleiros	407
Escravos	2.911
Escravas	2.857
Vadios e Mendigos	119

Livre construção da autora.
AHU-RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 9, D.
56/AHU_ACL_CU_018, Cx. 10, D. 629.



Gráfico 3: Ocupação dos habitantes da Capitania do Rio Grande do Norte

As vilas que agregavam mais pessoas vinculadas ao ofício de vaqueiro situavam-se nas *Ribeiras do Apody* (*Villa de Portalegre*), *Assu* (*Villa da Princeza*) e *Seridó* (*Vila do Príncipe*). Também observamos parcela significativa da população voltada à agricultura. O número de escravos é bastante alto, mas não há indícios que nos permitam precisar se seu trabalho vinculava-se mais à pecuária ou à agricultura.

Villa de Portalegre e [???] Apody e Paus dos Ferros (Ribeira do Apody)

Corpo Militar	325
Magistrados, empregos civis	18
Clero secular	16
Negociantes	42
Agricultores	1.167
Vaqueiros	134
Ofícios mecânicos	46
Jornaleiros	182
Escravos	932
Escravas	888
Vadios e Mendigos	36

Villa da Princeza (Ribeira do Assu)

Corpo Militar	1.086
Magistrados, empregos civis	15
Clero secular	7
Negociantes	42
Agricultores	200
Vaqueiro	150
Ofícios mecânicos	153
Fornaleiros	37

Villa do Príncipe (Ribeira do Seridó)

Corpo Militar	450
Magistrados, empregos civis	12
Clero secular	4
Negociantes	4
Artistas	1
Agricultores	150
Vaqueiros	110
Jornaleiros	13
Escravos	236
Escravas	216
Vadios e Mendigos	8

Cidade de Natal e Villas de São José e Extremós (Ribeira da Cidade)		Villa de Arés, Villa Flor (Ribeira do Sul)	
Corpo Militar	2.175	Corpo Militar	335
Magistrados, empregos civis	43	Magistrados, empregos civis	3
Clero secular	12	Clero secular	6
Negociantes	78	Negociantes	11
Artistas	12	Artistas	18
Homens do mar	58	Agricultores	208
Agricultores	351	Vaqueiros	42
Vaqueiros	85	Pescadores	16
Pescadores		Jornaleiros	47
Jornaleiros	128	Escravos	172
Escravos	1.033	Escravas	28
Escravas	1.081	Vadios e Mendigos	6
Vadios e Mendigos	57		

Tabela 25
Livre construção da autora.
Mapa geral da [...] pertencente ao ano de 1805, feito no mês de outubro de 1806.
Fonte: AHU-RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 9, D. 56/AHU_ACL_CU_018, Cx. 10, D. 629.
Transcrição da autora.

Nas vilas mais próximas do litoral do Rio Grande do Norte, conforme mostram os dados da tabela 25, o número de vaqueiros diminui, mas ainda se contabiliza uma quantidade significativa deles. O número de escravos é bastante elevado na capital Natal. Nesta mesma época a população da Capitania era de maioria parda, conforme vemos no gráfico a seguir.

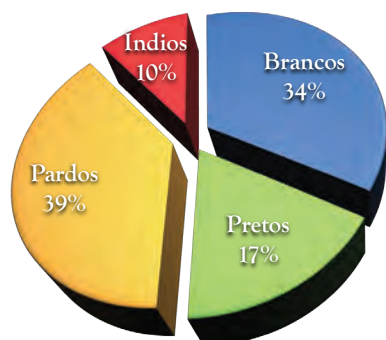


Gráfico 4
Livre construção da autora.
Mapa geral da [...] pertencente ao ano de 1805, feito no mês de outubro de 1806.
Fonte: AHU-RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 9, D. 56/AHU_ACL_CU_018, Cx. 10, D. 629.

Nos *sertões* da Capitania do Rio Grande do Norte observa-se traços evidentes de mestiçagem. As famílias mais importantes, oriundas de portugueses brancos, normalmente se miscigenaram. O pesquisador Muirakytan Kennedy de Macêdo (2007) investigou 56 inventários¹⁴ do 1º Cartório de Caicó (*Ribeira do Seridó*), no período compreendido de 1737 a 1813, revelando alguns traços dessas famílias.

Macêdo (2007: 86) demonstra que o patrimônio dos antigos criadores de gado da Ribeira do Seridó correspondia majoritariamente à tríade terra-escravo-gado, representando 79 % de todo patrimônio inventariado. A posse de modadias não era uma regra, o que leva o autor a concluir que, no caso dos que não as possuíam, tratava-se provavelmente de vaqueiros que criavam seus rebanhos nos pastos de seus patrões. Outra constatação do autor foi que as moradias das propriedades vinculadas à criação de gado não tinham preço elevado.

¹⁴ Esse número representa a totalidade para o período estudado, o que, segundo o autor, dá a dimensão da concentração de rendas nas mãos de poucas famílias. O baixo número também nos dá a noção da impossibilidade de utilizar tais informações com fins generalizantes, assim como bens podem ter sido omitidos na ocasião do inventário.

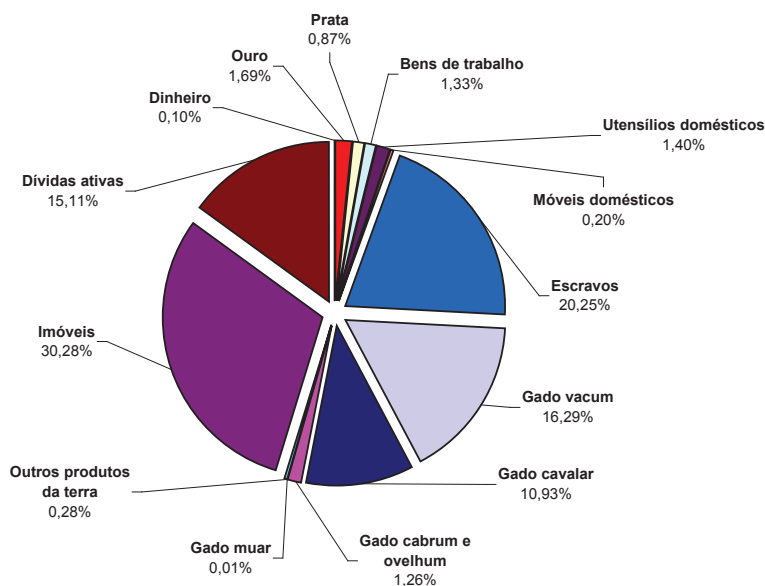


Gráfico 5: Porcentagem dos bens na composição das fortunas da ribeira do Seridó.
 FONTE: MACÊDO, 2007: 86, baseado nos inventários do 1º Cartório de Caicó (1737 - 1813) - LABORDOC

Por sua vez, as terras relacionadas nos inventários aparecem denominadas de diferentes modos: *sítio, parte, pedaço, sorte, terras, porção*. Macêdo (2007) diz que no exame dos inventários não parece haver coerência no uso desses termos, ou seja, “[...] *nem sempre um sítio significava um terreno considerável ou uma parte, uma fração minúscula*” (MACÊDO, 2007: 91). Analisando as características das atividades realizadas nas terras da *Ribeira do Seridó*, o autor conclui que “*podemos deduzir que em uma economia voltada para o criatório de gado, a produção de alimentos de origem vegetal era destinada mais ao consumo interno que ao comércio*” (MACÊDO, 2007: 91).

“[...] os grandes domínios sesmarias não se traduziam em intensiva exploração da terra. A baixa densidade populacional aliada à pobreza dos pastos das caatingas e o regime irregular das chuvas, com uma estação seca dominando a maior parte do ano, de agosto a dezembro, e as técnicas rústicas de criação, faziam com que fossem necessários muitos hectares para dar conta da nutrição de uma rês. Estes fatores, se por um lado, potencializaram os latifúndios com as terras ‘disponíveis’ tomadas dos índios, por outro, não valoravam toda a extensão das terras. É importante não confundir as grandes sesmarias comas fazendas de gado. Tal observação é necessária visto que podem induzir a conclusões apressadas e tomar toda a extensão da sesmaria por uma área apropriada aos pastos e currais, onde, efetivamente, o gado era criado. Nem sempre as fazendas de gado se constituíam em grandes latifúndios produtivos” (MACÊDO, 2007: 90).

TABELA 26: SESMARIAS E IMÓVEIS NA RIBEIRA DO SERIDÓ

ANO	TIPO	DIMENSÕES	CASAS
1755	01 terra de criar	uma légua e meia de terras	
1755	01 terra de criar	apropriada	casa de taipa, com telhas, 4 portas e 2 janelas (35\$000)
1759	01 terra de criar	sítio	
1761	02 terras de criar	parte e pedaço	
1763	01 terra de criar	sítio	3.000 telhas, (12\$000), 3 portas novas, 5 portas velhas, 5 janelas
1764	01 terra de criar	parte	01 morada de cas
1774	01 terra de criar	meia légua	
1778	01 terra de criar	sítio	
1781	01 terra de criar	pedaço	casa de seis portas e currais
1783	01 terra de criar	sítio	

1786	01 terra de criar	data	
1791	01 terra de criar	sítio	
1791	01 terra de criar e 01 de lavoura	sítio e sorte	01 casa de telhas
1791	03 terra de criar	3 léguas, 3 léguas e 1/2 légua	
1793	01 terra de criar	porção	
1793	02 terras de criar	pedaço e porção	uma morada de casa ainda por se acabar, uma morada de casa de fazenda com todas as suas partes
1793	01 terras de criar	porção	
1794	01 terra de criar	600 braças	casa de vivenda
1795	01 terra de criar	1/2 légua	uma morada de casas, nesta vila
1795	01 terra de lavoura	porção	
1796	01 terra de criar	terra	1.300 telhas (2\$600), uma porta velha (\$640)
1797	01 terra de criar	sítio	
1798	02 terras de criar, 01 de lavouras	sítios	uma casinha onde tem o engenho no Brejo de Areia, uma morada de casas de telhas novas
1798	02 terras de criar	partes	
1798	02 terras de criar, 01 de lavoura	partes	uma morada de casa (25\$000), uma morada de casa na fazenda Sobradinho (40\$000)
1798	07 terras de criar, 01 de lavouras	sítios	uma morada de casa no sítio do Acari, com três portas, fechaduras tudo velho (14\$000); uma morada de casa, térrea de taipa, coberta de telhas no lugar dos Picos de Cima com nove portas, uma janela, sete fechaduras tudo velho (50\$000); uma morada de casa de taipa no lugar da Serra do Coité com todos os aviamentos de fazer farinha, entrando um carro de carregar (60\$000); uma morada de casa pequena na mesma Serra do Coité (4\$000)
1799	03 terras de criar	terras	
1800	01 terra de criar	1/2 légua	
1800	03 terra de criar	porção	uma casa de telha e taipa nesta vila
1801	01 terra de criar	terras	
1801	01 terra de criar	1/2 légua	uma morada de casa de taipa (16\$000)
1801	02 terras de criar	terras	
1803	03 terras de criar, 01 de lavoura	sítio, terras e 1/2 légua	uma morada de casa de taipa coberta de telhas no lugar da Pedra Lavrada (20\$000), outra morada na Serra das Queimadas (10\$000)
1803	01 terra de criar	1/2 légua	uma morada de casas de taipa coberta de telhas (21\$800)
1803	01 terra de criar, 01 de lavoura	1/2 légua e terras	
1803	02 terras de criar	sítios	uma morada de casas (30\$000), coberta de telhas, um sítio de terras na Serra do Teixeira com uma morada de casa (100\$000)
1805	01 terra de criar	data	
1809	03 terras de criar, 01 de lavouras	3/4 de légua e partes	

1813	06 terras de criar	sítio, sorte e partes	uma morada de casa de taipa coberta de telhas na capela da Serra Negra onde reside (80\$000), um sobrado forma sobre pilares de tijolos no sítio Serra Negra (400\$000)
------	--------------------	-----------------------	---

FONTE: MACÊDO, 2007: 89 - 90, baseado nos inventários do 1º Cartório de Caicó (1737 - 1813) - LABORDOC

Além das moradas, os inventários também mencionam os equipamentos utilizados para o cultivo da mandioca e a fabricação de farinha: “[...] *foice de roçar mandioca, veio de ferra de roda, formão de carapina, serra de mão, escopos, goiva, compasso, plaina, enxós, enxadas, machados e outras foices. Ferramentos e equipamentos utilizados para a roça da mandioca e a confecção de engenhos de madeira [...] sob a forma de engenho, prensa e roda de fazer farinha, veio de forma de roda, aviamentos de fazer farinha e tachos de cobre*” (MACÊDO, 2007: 96, 98). Considerando que o universo estudado por Macêdo (2007) correspondia à camada social mais abastada da *Ribeira do Seridó* no período colonial, podemos concluir que as edificações rurais eram bastante rudimentares no século XVIII e primeiras décadas do XIX.

Assim como as habitações, os bens móveis e os utensílios domésticos também eram simples. Relacionamos abaixo alguns desses ítems retirados dos inventários do período colonial correspondentes à *Ribeira do Seridó*:

**TABELA 27: ALGUNS BENS MÓVEIS NOS INVENTÁRIOS DA RIBEIRA DO SERIDÓ
Macêdo (2007)**

Um caixão grande de tábuas de jurema
1 mesa grande de cedro
1 caixa de pau amarelo de cinco palmos
4 bancos feitos de pau terra, \$320 cada
6 tamborestes de couro lavrados 9\$600
tamborete razo \$800
Imagem de Nossa Senhora da Conceição com sua coroa de prata 6\$000
Imagem de Senhora Santa Ana pequena com sua coroa de prata \$320
Imagem de Senhor São Joaquim pequena \$080
Imagem de São Francisco pequena \$160
Oratório com as imagens dos seguintes santos: Santa Anna, Santo Cristo de latão, São José, Santa Luzia (toda pequena) e Senhora da Conceição
um oratório de cedro com imagem do Senhor
um oratório de cedro
um catre de aroeira torneado
uma rede de dormir de algodão 1\$280
uma mala de pau coberta de couro cru e um jogo de malas novas de madeira
dois tachos de cobre já furados
faca catana
faca parnaíba

Livre construção da autora.

Obs: Não abarca a totalidade dos bens móveis, mas somente uma amostragem.

Obs 2: Dos 56 inventários pesquisados somente 3 declararam oratórios (MACÊDO: 163).

FONTE: MACÊDO, 2007. Baseado nos inventários do 1º Cartório de Caicó (1737 - 1813) - LABORDOC

Segundo Macêdo (2007), a simplicidade dos bens móveis só desaparece em casos excepcionais, quando o inventariado(a) era de fato bastante abastado, o que correspondia à uma minoria da

população, como por exemplo João Antônio Ferreira das Neves:

“João era uma pessoa de posses. Possivelmente um negociante pela quantidade de gado cavalari e malas e bruacas que possuía, além de ‘alção de sela bastarda, alção de ginete, 10 cangalhas’. A dezena de gangalhas denotava que seria uma pessoa que precisava de aparelhas um número significativo de montaria, o que poderia fazer dele um tropeiro. Nelas, guardava o prolixo vestuário, que nos dá uma idéia de como pessoas de sua classificação poderiam se vestir” (MACÊDO, 2007: 174. grifo nosso).

**TABELA 28: ALFAIAS PERTENCENTES A
JOÃO ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES
Macêdo (2007)**

Doze malas pequenas de madeira
Um par de bruacas novas grandes
Uma mala encourada
Doze garrafas (uma grande, uma de vinho preto, cinco pequenas, etc)
Uma rede nova de fios travesas bordadas
Uma rede velha de fio travessa
Uma casaca
Um calção de pano fino azul com bastante uso
Uma véstia e calção de ganga anil novos
Uma véstia de fustão branco nova de linho
Uma vésta e calção curto de fustão de algodão
Outro calção de algodão curto novo
Dois calções cumpridos de algodão novo
Uma camisa de panho de linho, duas ceroulas de pano de linho
Um par de meias de fustão
Outro de algodão
Um timão de chita azul novo
FONTE: MACÊDO, 2007. Baseado no inventário de João Antônio Ferreira das Neves (1809) - 1o Cartório de Calcó - LABORDOC.

Na “indústria do criatório” eram os “negociantes” vinculados ao comércio do gado e seus derivados que ocupavam o topo da pirâmide social.

No século XIX, o Rio Grande do Norte continuou dependente da renda proveniente do gado, e a exemplo do Ceará, essa dependência estava sujeita a oscilações, devido à escassez de chuva:

“Das fontes dos rendimentos da Província o dizimo do gado he a mais importante: infelizmente este imposto, mais do que nenhum outro, está sujeito a grandes alternativas com a irregularidade das estações. Em 1844 o producto do dizimo do gado era de 26:106\$073 réis, veio porém o calamitôso anno de 45, e no de 46 baixou a 302\$532. Além disso nos outros ramos de agricultura un anno esteril causa prejuizos, mas os primeiros seguintes resarcem; a criação do gado porém não offerce esta vantagem; em uma sêca o fazendeiro perde com seu gado capitaes e sementes, e para voltar ao antigo estado dispense grande trabalho e longos annos, durante os quaes a renda provincial tambem soffre” (Relatório dos Presidentes da Província do Rio Grande do Norte, 1854).

Durante o Oitocentos, a *Ribeira do Seridó* firmou-se como a maior contribuinte fiscal dos dizimos incidentes sobre a produção de gado. Como observado no quadro demonstrativo dos impostos arrematados no ano de 1840, a Freguesia do Seridó foi a maior contribuinte com dízimo de gado vacum e cavallar (com pouco mais de 4:900\$000 réis), sendo desde então responsável por praticamente ¼ da arrecadação de toda Província, totalizando 20:559\$156 réis com o dízimo de gado. Esse número

elevou-se no ano seguinte. O Coronel Estevão José Barbosa de Moura (Presidente da Província do Rio Grande do Norte), em 7 de setembro de 1841, relatou sobre os dízimos arrecadados com o gado nas Freguesias do Seridó, Acary e Santa Rita. As três freguesias, com maior produção no gênero, contabilizaram, respectivamente, 5:517\$450 réis, 2:633\$750 réis e 750\$360 réis.

Ainda na década de 1840, uma grande seca acarretou a diminuição da arrecadação da Província: *“attento o incalculavel prejuizo que se antolha aos criadores pela escacez do inverno, pelo prolongamento da secca, e por outras muitas causas, que tornão inteiramente precario o Dizimo de Gado Vacum e Cavallar, que, entre outros ramos, constitue a principal renda da Província”* (Relatório dos Presidentes da Província do Rio Grande do Norte, 1844).

O Relatório do então Presidente da Província de 1845 diz que:

“sendo a maior fonte da Renda Provincial, o dizimo do gado vacum e cavallar, sabeis que as fazendas estão quasi inteiramente despovoadas, e os seus proprietarios, de ricos que erão, reduzidos à pobreza; o que os impede, ainda suppondo que d’ora em diante hajão os mais felizes invernos, de poderem tão cedo prover-se de gados, que novamente se principiem a criar” (Dr. Casimiro José de Moraes Sarmento, 7 de setembro de 1845).

Ou seja, o mesmo discurso sobre as calamidades ocasionadas pela seca, observado nos Relatórios dos Presidentes da Província do Ceará, repete-se no Rio Grande do Norte. Ambas as províncias tinham na indústria do criatório sua principal fonte de renda, mas não dispunham de mecanismos para amenizar os efeitos das secas cíclicas.

Apesar do comércio se realizar através de vias terrestres (já que o gado era vendido vivo em feiras nas províncias vizinhas), em meados do século XIX, as vias do Rio Grande do Norte eram:

“Veredas intransitaveis em muitos pontos, pelos temerosos atoleiros no inverno, muito mais longas do que podião ser, pelas turtuosidades, voltas e continuadas ladeiras, aflanosas, pela sua exiguidade, escabrosidade, e pelas areias, ou pedras de que são accumuladas, eis o que são as estradas da Província!” (Relatório dos Presidentes da Província do Rio Grande do Norte, 1846).

Em meados do século XIX, a Província do Rio Grande do Norte ainda era pouco desenvolvida em termos econômicos, o que afetava seu progresso social, resultando em poucos núcleos urbanos:

“A industria da Provincia acha-se ainda no berço; em grande parte reduz-se à apropriação dos productos espontaneos da natureza, e à criação do gado [...] A produção de algodão que muito soffreo com o mofo, vai melhorando; no anno financeiro de 1847 a 1848 foi a sua exportação effectuada pela Alfandega da Capital de 3:275 arrobas e 11 libras, e a que passou pela Agencia da Parahyba de 109 saccas, que se podem avaliar em 500 arrobas [...] A criação do gado está abatida pela ultima secca que assolou as fazendas do sertão. Algumas fazendas vão-se povoando de novo, e attenta a facil propagação do gado, se não houve nova calamidade, em breve devem estar, não só reparados os prejuisos da secca anterior, mas regeneradas as Fazendas que ella assolou. Na ocasião da arrematação dos dízimos do gado vacum e cavallar, a que concorrerão muitas pessoas do sertão, avaliou-se o dizimo em 1:700 cabeças de um outro genero, e portanto a produção da Provincia em 17:000 cabeças” (Relatório dos Presidentes da Província do Rio Grande do Norte, 1849)

Para se ter idéia do cotidiano nos *sertões* do Rio Grande do Norte, durante uma disputa entre esta província e a da Paraíba pelo território da *Ribeira do Seridó*, a Câmara da Vila do Príncipe¹⁵ (núcleo urbano da *ribeira* supracitada) alegou as diversas mazelas da localidade a fim de expôr a ausência de vantagens caso parte do território do Seridó fosse incorporado à Paraíba.

“[...] 7º Não há neste termo feira ou mercado algum, pr sso qe não há privilegios, nem izempções,

¹⁵ Resposta pr artigos aos Quezitos pedidos á Camera da Villa do Principe pelo Exmo Snr Preside desta Prova, 1837. Transcrição de Thiago Dias.

e menos valor qe reverta em beneficio algum

8º Não há hum so açougue neste termo, a pouca carne qe se consome na Villa he dos próprios donos, e moradores dela, e apenas alguma matalotagem secca aparece q se vende ao publico pr não permitir mais a pequena população da Villa composta pela maior parte de homens pobres q presenteme se sustentão com Caças imundas taes como ratos, caçotes, e outros a qe a necesside não perdoa, e raízes Silvestres.

[...]

Villa do Principe 2 de Junho de 1827

Antonio Per.a de Ar.º

João Garcia do Amaral J.ºr

Joaquim Manoel Dantas

Cosme Damião Fernan.ºs

João Manoel de Medr.ºsºr

Segundo esse relato podemos verificar que o núcleo urbano da *Ribeira do Seridó* que mais contribuía com a arrecadação fiscal da província do Rio Grande do Norte, a Vila do Príncipe, não passava de uma modesta povoação, carente dos mais simples recursos, na qual predominava uma pequena população composta na maior parte de homens pobres. Conforme a tabela 29, vemos que as habitações da Vila do Príncipe eram na sua maioria de pedra e cal ou de taipa de mão e a população urbana era bastante reduzida, totalizando 137 livres e 32 cativos. As demais povoações eram ainda mais modestas, na sua maioria predominando casas de taipa de mão, em número ínfimo. Nelas predominava, em média, de uma a duas dezenas de casas e uma população em torno de uma centena de pessoas.

TABELA 29: Mapa das Povoações do Termo da Vª do Príncipe indicando a sua qualidade, nome, numero de cazas, fogos, almas, e loges q^o contam Anno de 1827

Qualid ^{es}	Povoações		Cazas				Fogos	Almas						Loges				Observações	
	Nomes	Freg ^{as} a q ^e pertencem	De pedra e Cal.	De Taipa	De Palha	Total		Livres		Captivos			Total das Almas	De Faz ^{das} Secas	De Molhadas	Tabernas	Total		
								Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total						
	Vila do Pr. ce	Serido	44	24	00	68	23	64	73	137	17	15	32	169	1	0	1	2	
	Acari	Serido	5	16	00	21	21	26	36	62	21	15	36	98	"	"	"	"	
	Conc. am	Serido	"	14	00	14	9	17	11	28	3	7	10	38	"	"	"	"	
	Curraes novos	Serido	6	3	0	9	9	24	19	43	21	11	32	75	"	"	"	"	
	Coité	Coite	"	25	"	25	6	12	15	27	9	2	11	38	"	"	"	"	
	Pedra Lavrada	Coite		9	"	9	7	9	13	22	4	3	7	29	"	"	"	"	
	Sta Luzia	Patos	8	5	"	13	3	12	6	18	3	2	5	23	"	"	"	"	
	Serra negra	Serido	1	7	"	8	7	13	18	31	19	24	43	74	"	"	"	"	
	Jardim	Serido	6	21	"	27	9	11	20	31	"	4	4	35					
Tótaes geraes			70	124	"	194	94	188	211	399	97	83	180	579	1	"	1	2	

Apesar da Província do Rio Grande do Norte ter, historicamente, sua base econômica vinculada à pecuária, é frequente o desejo por parte dos que a administraram, do desenvolvimento da economia açucareira que, conforme eles, gerava maior estabilidade e produzia maior riqueza. O argumento é sempre o mesmo: as intempéries não permitem assegurar a estabilidade das criações nas regiões sertanejas. Porém, sempre dispondo de uma pequena receita, a Província do Rio Grande do Norte não conseguiu incrementar a cultura do açúcar e nem mesmo modernizar o sistema de criação de gado. As causas apontadas como responsável pela instabilidade econômica da província eram as seguintes:

“são causas intorpededoras do seu progresso: 1° a inconstancia e inclemencia das estações; 2° as sêccas repetidas; 3° o mau trato que recebem os gados; 4° a degeneração das raças; 5° as epizootias. Os nossos criadores, avesados a esperar tudo da acção do tempo, ou da intervenção do poder, nada fazem para neutralisar os efeitos d'aquellas causas; entregues a um fatalismo arabe dormem o somno da indiferença sobre as ruinas de sua fortuna. Está por demais reconhecido que, além de outros melhoramentos, são próprios para attenuar os efeitos nocivos d'aquellas causas: 1° a construção de açude; 2° o plantio de arvores; 3° a formação de prados artificiaes; 4° a introdução de raças novas; 5° os conhecimentos veterinarios” (Presidente da Província Comendador Pedro Leão Velloso, 1862).

Em contraposição ao reduzido número de fogos nos núcleos urbanos, abundam propriedades rurais, dispersas e pouco densas, totalizando em 1860 1.194 fazendas.

TABELA 30: QUADRO DEMONSTRATIVO DAS FAZENDAS DE GADO EXISTENTES NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE, COM DECLARAÇÃO DAS COMARCAS A QUE PERTENCEM, E DO NÚMERO APROXIMADO DAS CRIAS QUE PRODUZEM ANUALMENTE

COMARCAS	Nº de Fazendas	Produção anual	Obs.
Natal	167	2.219	Não está contemplado nesta comarca o número de fazendas existentes na freguesia de São Gonçalo.
São José	255	8.461	Idem de Goianinha e Canguaretama
Assú	61	1.974	Idem de Assú, Angicos, Santa'Ana e campo Grande
Seridó	328	13.072	Idem da Conceição do Azevedo e Serra Negra
Maioridade	383	14.607	
SOMA	1.194	40.333	

Secretaria da tesouraria provincial, em 7 de fevereiro de 1860. Oficial - Joaquim José Pinto
Relatórios dos Presidentes da Província do Rio Grande do Norte, 1880.

Capitania da Paraíba

Diferentemente das Capitânicas do Rio Grande do Norte e do Ceará, que cobravam os dízimos do gado com base no sistema das *ribeiras*, a Capitania da Paraíba, no século XVIII, organizava-se com base em dois sistemas fiscais: um fiscalizado pelas *freguesias* que além de fazendas abrigavam também engenhos “do melhor Assucar da America” (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 16); outro no âmbito das *ribeiras* (seis no total), cuja arrecadação era quase exclusivamente oriunda do gado. Ao que tudo indica, o sistema das *ribeiras* permaneceu nas áreas vinculadas à “indústria do criatório”, optando-se pelo sistema de fiscalização com base nas *freguesias* nas zonas vinculadas à economia do açúcar.

TABELA 31: CAPITANIA DA PARAHIBA - Freguesias

FREGUESIA	CIDADE	VILA	ENGENHO	FAZENDA	CAPELA	FOGO	HABITANTES (*)
Freguesia da Capitania da Parahiba da Senhora das Neves	0	1	17	-	33	2.437	10.050
Freguesia do Taipú da Senhora Rainha dos Anjos	0	0	12	99	6	780	3.700
Freguesia da Nossa Senhora do Pilar	0	1	-	1	-	249	965
Freguesia da Campina Grande da Conceição	0	0	-	47	3	421	1.490
Freguesia dos Careris de Fora a Senhora dos Milagres	0	0	-	87	2	410	1.799
Freguesia da Senhora da Conceição	0	1	3	-	2	445	744
Freguesia da Senhora d'Assumpção	0	1	1	-	-	620	1.009
Freguesia de S. Miguel	0	1	-	-	-	265	628
Freguesia de S. Pedro e S. Paulo	0	1	4	75	8	1313	4.498

Quadro resumo. Construção da autora.

O dízimo anual dessas freguesias não está contabilizado.
(*) Rol da desobriga de 1774.

- Informações ausentes e/ou o lugar não contém tais benfeitorias.
* No resumo está contabilizada somente uma freguesia, apesar de no relatório constarem quatro.

Idea da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas Costas, Rios, e povoações notáveis, Agricultura, numero de Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido &ª &ª desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas capitanias o Governador e Capitam General Jozé Cezar de Menezes. In: **ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1923. v. XL. p. 15 - 18.

TABELA 32: CAPITANIA DA PARAHIBA - Ribeiras

RIBEIRA	CIDADE	VILA	FAZENDA	CAPELA	FOGO	HABITANTES (*)	FREGUESIA	DÍZIMO (**)
Piancó	0	1	77	7	2.451	5.422	Freguesia do Bom Sucesso	1:355\$000
Piranhas	0	0	164	1	-	-		1:550\$000
Espinharas	0	0	59	3	-	-		1:325\$000
Saboji	0	0	78	1	-	-		2:120\$000
Patú	0	0	127	1	-	-		1:760\$000
Rio do Peixe	0	0	55	1	-	-		2:800\$000

Quadro resumo. Construção da autora.

(*) Ano do Rol da desobriga não especificado.

(**) Anos 1776 - 1778.

- Informações ausentes.

* No resumo está contabilizada somente uma freguesia, apesar de no relatório constarem quatro.

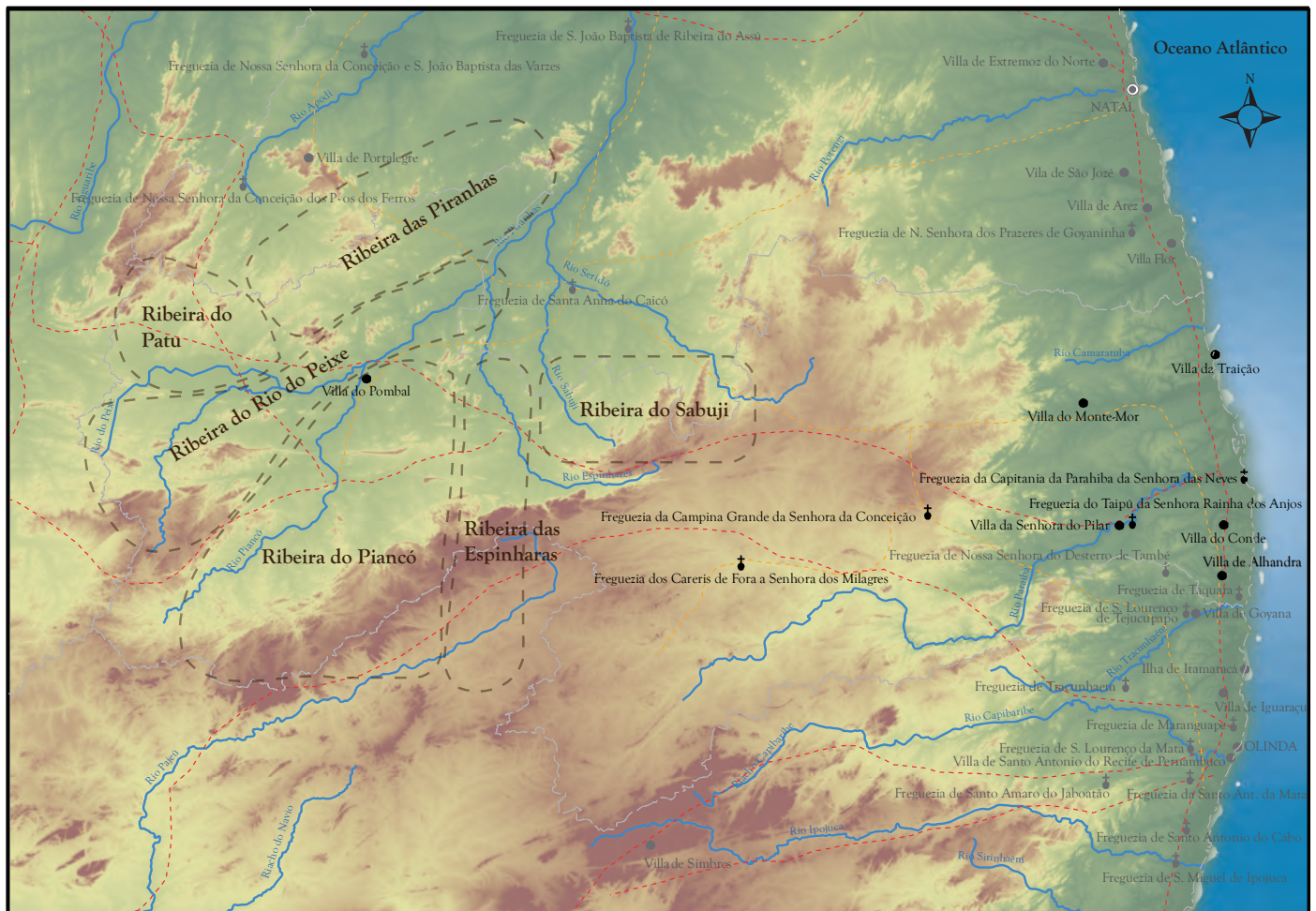
Idea da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas Costas, Rios, e povoações notáveis, Agricultura, numero de Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido &ª &ª desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas capitanias o Governador e Capitam General Jozé Cezar de Menezes. In: **ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1923. v. XL. p. 18 - 21.

As Freguesias de Campina Grande e dos Cariris de Fora comercializam gado *vacum* e *cavallar*.

Os dados apresentados na tabela 31 sugerem dificuldades na obtenção de informações sobre determinados *lugares do sertão* no século XVIII, já que não aparecem os números sobre sua população e moradias, registrando-se somenteadados gerais sobre as *ribeiras*: a do *Piancó*, situava-se “no centro dos Certoens, he salutifera, tem grande Commercio de gados vaccum e Cavallar” (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 18); na *das Espinharas*, “o seu Commercio he unicamente de gados” (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 19); na *do Saboji*, igualmente, “o seu Commercio he unicamente

de gados” (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 19); na do Patú, “o seu Commercio he gado vaccum, e cavallar” (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 19); e na do Rio do Peixe: “o seu Commercio he de Gados” (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 20).

Espacializamos (figura 14) algumas das informações coletadas nos “Rols de Desobriga” e verificamos que a área correspondente às ribeiras paraibanas era carente de núcleos urbanos maiores. Somente havia uma vila, Pombal e quatro freguesias.



LEGENDA

- ⚡ Freguesia da Capitania da Paraíba
- ⚡ Freguesia das Capitánias vizinhas
- Vila da Capitania da Paraíba
- Vila das Capitánias vizinhas
- ⊙ Cidade
- 800 m
- 0 m
- Drenagem
- - - - - Abragência da ribeira
- - - - - Caminhos do gado
- - - - - Caminhos para o brejo
- - - - - Limites atuais dos estados

CAPITANIA DA PARAÍBA E SUAS VIZINHAS

Construção da autora a partir do Relatório de 1774 (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 19) sobre base georreferenciada do IBGE com sobreposição do relevo (MIRANDA, E. E. de; (Coord.). **Brasil em Relevo**. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: <<http://www.relevobr.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: 20 fev. 2012).

Os caminhos do gado foram extraídos de ARRAES (2012), que espacializou essa rede de caminhos a partir de informações de Carlos Studart Filho, Capistrano de Abreu, Barbosa Lima Sobrinho dos manuscritos das coleções Alberto Lamego e Projeto Resgate Barão de Castelo Branco.

A rede de caminhos do Rio Grande do Norte para os brejo paraibanos é construção de Macêdo (2007) a partir dos Inventários do 1º Cartório de Caicó (1737-1813) – Arquivo LABORDOC.

Figura 14

TABELA 33: Ocupação dos Habitantes da Capitania da Paraíba do Norte no ano de 1802

Corpo Militar	172
Magistrados e empregos civis	71
Clero secular	77
Clero regular	21
Agricultores	8.449
Artistas	217
Jornaleiros	1.082
Negociantes	341
Homens do mar que vivem de pescar	20
Creadores de gado	422
Escravos	4877
Escravas	4.376
Vadios e Mendigos	5.431

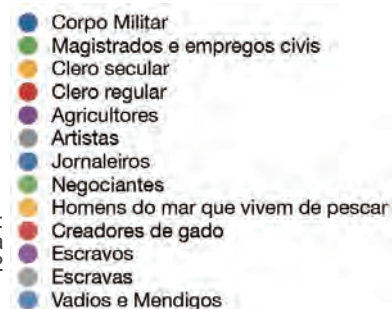
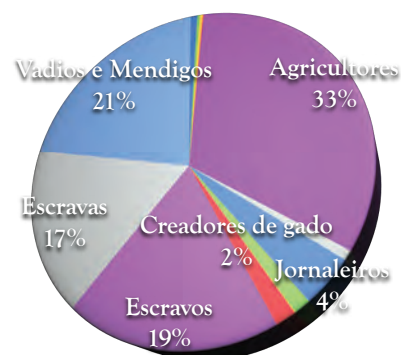


Gráfico 6:
Ocupação dos Habitantes da Capitania da Paraíba do Norte no ano de 1802

No caso da Capitania da Paraíba, a ocupação da maioria da população estava vinculada à agricultura, e o número de criadores de gado era modesto em relação aos agricultores. Mas, tal como na Capitania do Rio Grande do Norte, o número de escravos era bastante elevado.

Ocupação dos Habitantes da Paróquia de N. Sra. dos Milagres do Karery de Cima no ano de 1802

Magistrados e empregos civis	7
Clero secular	2
Clero regular	1
Agricultores	1.600
Negociantes	16
Jornaleiros	400
Escravos	160
Escravas	216
Vadios e Mendigos	180

Ocupação dos Habitantes da Paróquia de N. Senhora do Pilar no ano de 1802

Magistrados e empregos civis	10
Clero secular	5
Agricultores	286
Artistas	10
Escravos	744
Escravas	542
Jornaleiros	58
Vadios, e Mendigos	9

Ocupação dos Habitantes da Paróquia da Freguesia da cidade da Paraíba do Norte no ano de 1802

Corpo Militar	192
Magistrados e empregos civis	21
Clero secular	33
Clero regular	18
Agricultores	2.000
Negociantes	52
Artistas	30
Homens do mar	20
Jornaleiros	784
Escravos	1.421
Escravas	1.438
Vadios e Mendigos	4.800

Ocupação dos Habitantes da Paróquia do Taipu no ano de 1802

Clero secular	5
Clero regular	2
Agricultores	340
Artistas	12
Escravos	610
Escravas	340
Jornaleiros	40
Vadios, e Mendigos	8

Ocupação dos Habitantes da Paróquia da Villa nova da Rainha no anno de 1802	
Corpo Militar	1
Magistrados e empregos civis	14
Clero secular	3
Agricultores	425
Negociantes	14
Pessoas que vivem de suas rendas sem ocupação	4
Jornaleiros	20
Escravos	428
Escravas	98
Vadios e Mendigos	48

Ocupação dos Habitantes da Paróquia de Vila nova de Souza no anno de 1802	
Corpo Militar	894
Magistrados e empregos civis	8
Clérigos	6
Agricultores	450
Negociantes	40
Artistas	1
Homens hocupados nos serviços de gado	116
Jornaleiros	48
Escravos	716
Escravas	801
Vadios e Mendigos	34

Ocupação dos Habitantes da Paróquia da Senhora dos Milagres no anno de 1802	
Corpo Militar	1.213
Magistrados e empregos civis	12
Clero secular	3
Clero regular	1
Agricultores	200
Negociantes	20
Artistas	2
Jornaleiros	100
Escravos	480
Escravas	96
Vadios e Mendigos	406

Ocupação dos Habitantes da Paróquia de Nossa Senhora do Bom Sucesso da Vila de Pombal no anno de 1802	
Corpo da ordenança montada	280
Magistrados e empregos civis	8
Clérigos	11
Agricultores	368
Negociantes	168
Homens hocupados nos serviços de gado	306
Jornaleiros	36
Escravos	495
Escravas	569
Vadios e Mendigos	18

Tabela 34: Ocupação dos Habitantes da Capitania da Paraíba do Norte no anno de 1802, por localidades. OFÍCIO do [governador da Paraíba] Luís da Mota Fêo [secretário de estado da Marinha e Ultramar] visconde de Anadía, [João Rodrigues de Sá] remetendo os mapas gerais da exportação, importação, habitantes, casamentos, nascimentos e mortes da Paraíba relativos ao anno de 1802. AHU_ACL_CU_014, Cx. 41, D. 2890.

A Paraíba estava fortemente vinculada ao comércio do gado vivo. O rebanho criado no Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte dirigia-se aos brejos paraibanos para serem comercializados ou deslocados para o Recife.

Na [Carta Topográfica e Administrativa das Províncias do Rio Grande do Norte e Parahiba] (figura 15), datada de 1848, os caminhos terrestres aparecem claramente evidenciados, mostrando a Vila de Pombal como um ponto de confluência e distribuição de uma rede oriunda dos *sertões* do Rio Grande do Norte e do Ceará, articulada ao litoral (Recife). Os caminhos estendem-se à Comarca do Ceará, relacionando toda essa zona ao Piauí, de onde provinham os garrotes. Evidencia-se que apesar da grande vastidão dos *Sertões do Norte* e das dificuldades de implementação de vias de comunicação entre as localidades, a dinâmica da “indústria do criatório” e a necessidade do movimento de compra e venda do gado criou uma rede de caminhos para o fluxo das mercadorias, composta de estradas entremeadas por uma frágil rede urbana.



Figura 15 | Carta topográfica e administrativa das províncias do Rio Grande do Norte e Paraíba. 1848. Feito por Vicente J. Vihares de L'Ille Adam].
Fonte: AHEx - RJ.

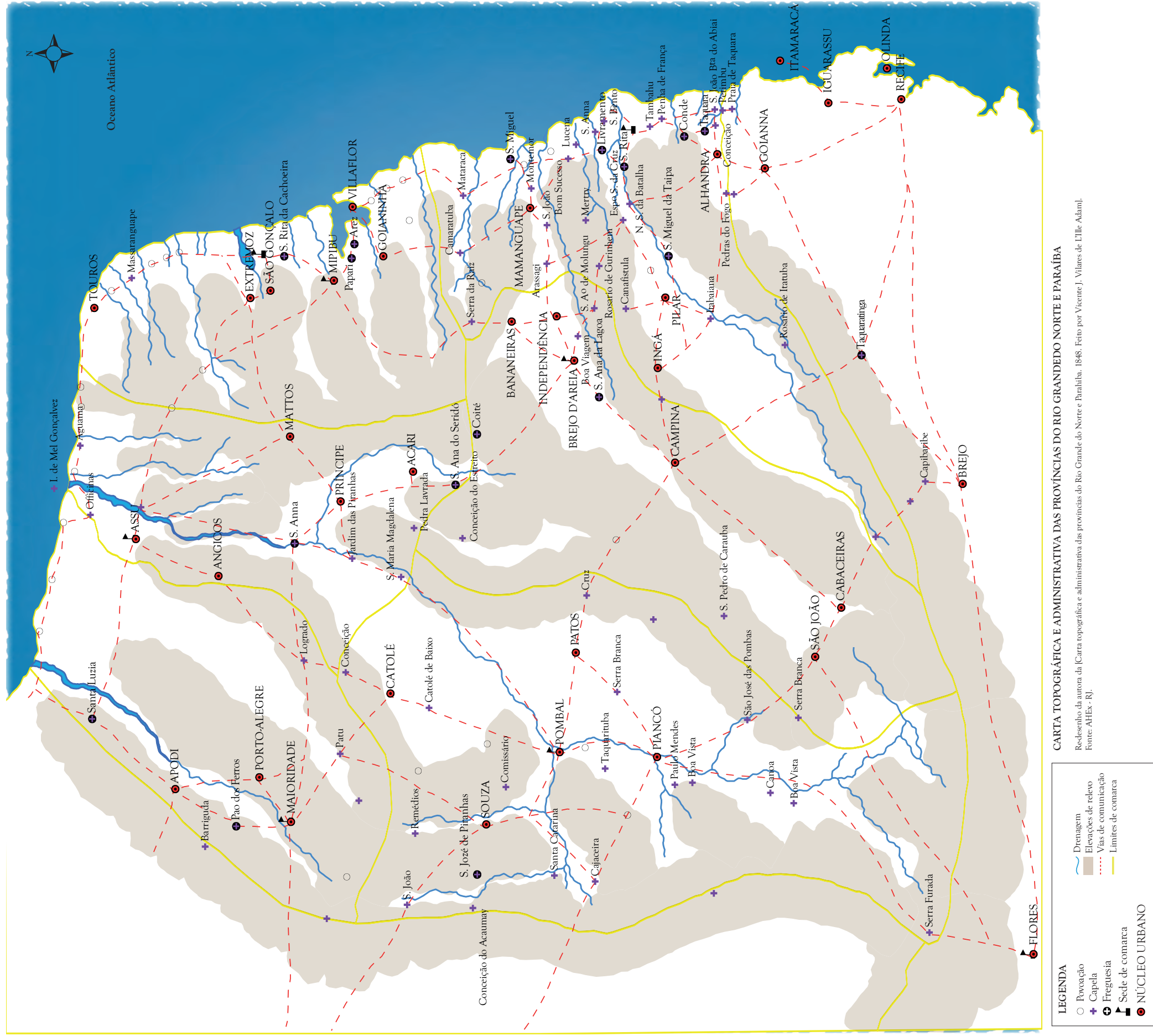


Figura 16

O Relatório do Presidente da Província da Parahyba do Norte de 1855 contém dados importantes sobre “indústria do criatório” desenvolvida nos seus municípios e sobre a rede de comunicação que a inteligava. Tal documento, analisado junto da carta topográfica apresentada anteriormente (figura 16), demonstra as lógicas da comunicação terrestre na época.

TABELA 35: DEMONSTRAÇÃO DA INDÚSTRIA, ESTRADAS E PONTES DA PARAHYBA POR MUNICÍPIOS 1855

MUNICÍPIOS	INDÚSTRIA	PONTES, ESTRADAS E SEUS MELHORAMENTOS
Cidade	cultura de cana-de-açúcar - 51 engenhos	tem diversas estradas e pontes
Alhandra	cultura de mandioca, cana-de-açúcar e pescado	tem uma ponte no rio da Vila e outra no rio Popóca. estrada geral da vila para diferentes lugares e estrada que segue da vila para as praias, os melhoramentos que precisam essas estradas estão a cargo de proprietários.
Mamangoape	cultura de cana-de-açúcar - 31 engenhos	tem estrada principais, a que parte da vila para a capital, a que parte para a cidade de Areia, a que parte para Bananeiras, a que parte para o Rio Grande do Norte e a que parte para a Baía da Traição. 2 pontes. Tudo necessita de melhoramento
Pilar	cultura de cana-de-açúcar - 23 engenhos	tem uma estrada principal que atravessa o município pelo lado do norte e se comunica com a cidade de Areia e a capital, além de outras que se dirigem a diferentes lugares: Independência, Itabaiana, Campina, Ingá etc. Várias pontes. Tudo necessita de melhoramento
Ingá	cultura de cana-de-açúcar - 2 engenhos, agricultura e criação de gado	estradas para dentro da vila, Pilar e Mogeiro
Campina	agricultura e criação de gado	tem as estradas de Espinharas e Seridó que vem do certão e reunindo-se dentro da vila seguem para a capital, e as que seguem para Alagôa Nova e povoação do Fagundes, e de lá para a vila de Ingá. Precisam de melhoramento
Alagôa Nova	cultura de algodão e cana-de-açúcar - 4 engenhos	tem estradas que seguem para a capital, Areia, Campina Grande e São João
Bananeiras	cultura de algodão, café e cana-de-açúcar - 11 engenhos	estradas que seguem para: Mijona e Serra Grande do Lalau, Boa Vista, Lages da Cruz Marques, Moura, Engenho Canafistula, Moreno e Roma
Coité	agricultura	
Independência	cultura de mandioca, algodão e cana-de-açúcar - 5 engenhos	estradas de: bananeiras, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Pllões (que segue para cidade de Areia). Precisam de melhoramento
São João	criação de gado e cultura de algodão	é cortado por duas estradas principais: uma que segue da capital e de Pernambuco para o interior e para o Ceará e Piauí, e outra que vem da capital de Pernambuco e segue para o interior daquela província
Pombal	compra e criação de gado, e agricultura	quatro estradas: para Souza, Patos, Piancó e Catolé. Todas precisam de melhoramento
Católé		
Patos	criação de gado vaccum, cavalariço, ovelhum e cabrum, e agricultura	estradas principais, que atravessam a serra da Borborema: da Ladeira da Onça, dos Canudos e da Pedra d'Água. Pelas duas primeiras transita-se para os lugares vizinhos e a última para a capital e Pernambuco
Souza	agricultura e criação de gado	duas estradas principais: uma que segue para a capital e outra para Aracati na província do Ceará
Piancó	criação de gado e cultura de algodão	[ilegível]

Livre adaptação da autora.
Relatório dos Presidentes da Província da Paraíba, 1855.

De acordo com os dados da tabela 35, percebe-se que a economia da Paraíba resumia-se à agricultura e à pecuária, com exceção de Pombal, onde aconteciam feiras de gado, movimentando o comércio da região. Ademais, a província paraibana era subordinada a Pernambuco, que centralizava a maioria das transações comerciais oriundas da Paraíba e do Rio Grande do Norte. “As transações comerciais desta Província se achã em inteira dependencia da praça do Recife.

Sem comunicações directas com o estrangeiro os generos de nossa producção recebem os preços que d'ali nos veem, e as mercadorias estrangeiras, que abastecem nosso mercado, são tambem fornecidas por aquella praça pela cabotagem” (Relatório dos Presidente da Província da Paraíba, 1857: 24 - 25).

Os relatos do governo provincial da Paraíba repetem o mesmo discurso veiculado nos Relatórios dos Presidentes das províncias vizinhas (Ceará e Rio Grande do Norte). Queixam-se da falta de braços para a agricultura devido à extinção do tráfico negreiro, da dependência de Pernambuco, da dificuldade na cobrança de impostos e da irregularidade na criação de gado.

“A criação de gado ainda não está sujeita a um sistema regular; o creador tem o seo gado solto nos campos, perdido nos bosques sem poder affirmar cousa alguma acerca do numero de cabeças que possui, nem do lugar em que ellas estão. Em tempo favoravel enternam-se os vaqueiros pelos bosques e juntam em commum todo o gado que encontram, para separarem depois cada rez de per si segundo o ferro ou signal que traz. Isto feito, ferrão-se as crias e novamente abrem-se os cercados, e o gado volta para os bosques, muitas legoas distantes. Se o disimeiro não foi presente ao acto da ferração para contar as crias, só lhe restão as informações de um ou de outro acerca do numero dellas; e ninguem se julga obrigado a ser delator, sobretudo em favor do fisco” (Relatório dos Presidente da Província da Paraíba, 1859: 38).

Nessa incerteza em relação a contagem do rebanho paraibano, os números oficiais demonstram o seguinte resultado na coleta do dízimo do gado expedido por terra para outras localidades entre os anos de 1854 a 1858:

Ano	Total arrecadado
1854	14:268\$000
1855	32:932\$000
1856	44:838\$200
1857	52:274\$100
1858	64:203\$100

Relatórios dos Presidentes da Província da Paraíba, 1859: 37.

O balanço de 1859 demonstra a arrecadação de cada um dos municípios ou *ribeiras*:

Município ou ribeira	Total arrecadado
Capital	17\$000
Mamanguape	1:400\$000
Pilar	280\$000
Campina	810\$000
Ingá	400\$000
Areia	2:301\$000
Bananeiras	3:201\$000
Independência	1:467\$000
São João	12:300\$000
Patos	6:720\$000

Pombal	4:733\$000
Catolé	7:000\$000
Cabaceiras	1:700\$000
Piancó	7:010\$000
Souza	9:003\$000

Relatório do Presidente da Província da Paraíba, 1859: 37.

O número apresentado anteriormente praticamente inverte-se quando considerado o dízimo por cabeça de gado destinado aos matadouros para consumo público.

TABELA 38: DÍZIMO POR CABEÇA DO GADO (2\$000) 1853 - 1857

Ano	Total arrecadado
1853	23:873\$000
1854	26:197\$000
1855	27:313\$000
1856	32:938\$000
1857	35:455\$000

Relatório do Presidente da Província da Paraíba, 1859: 38.

TABELA 39: ARRECADAÇÃO DO DÍZIMO POR CABEÇA DO GADO (2\$000) abril/1858

Município ou ribeira	Total arrecadado
Capital	8:008\$000
Alhandra e [?]	450\$000
Mamanguape	2:200\$000
Pilar	4:461\$000
Ingá	801\$000
Alagôa Nova	1:261\$000
Areia	4:362\$000
Independência	2:601\$000
Bananeiras	3:450\$000
Campina Grande	630\$000
Cabaceiras	121\$000
Patos	397\$000
Piancó	230\$000
Pombal	371\$000
Catolé	260\$000
Souza	600\$000

Relatório do Presidente da Província da Paraíba, 1859: 38.

Essa diferença entre os tributos recolhidos do rebanho vivo exportado e do rebanho destinado aos matadouros demonstra a divisão do trabalho da economia da pecuária na Província da Paraíba. Dos *sertões* interiorizados provinha o gado vivo para os abatedouros do litoral, e as feiras de Pombal intermediavam as transações comerciais. As Províncias do Norte vinculadas à criação eram assim mais pobres que àquelas vinculadas ao comércio e ao abate das reses.

Ao contrário das capitânicas do Ceará e do Rio Grande do Norte, a principal renda dos cofres paraibanos, em geral, estava relacionada à cultura de cana-de-açúcar e do algodão, cabendo à criação de gado um papel secundário, embora contribuindo de forma significativa. Nas *ribeiras* interiorizadas a criação de gado era a principal atividade econômica, apesar de sofrer intensamente com as oscilações da produção.

“A agricultura, e a criação de gado não tem prosperidade: a falta de braços, a de estradas e vias de comunicação, as seccas tão prolongadas neste sólo, a falta mesmo de capitaes, e a ignorancia de nossos lavradores, tudo concorre para o atrazo.

Tenho notado a falta de cuidado em adquerirem-se animaes de bõa raça para que pelo cruzamento das existentes se conseguissem novas, que mais ajudassem o homem.

[...] Os habitantes dos sertões teem entretanto procurado remediar o effeito das quasi constantes seccas, fazendo construir açudes” (Relatório do Presidente da Província da Paraíba, 1862: 9).

Tal como nos *sertões* do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, a atividade da pecuária praticada ali era caracterizada pela dispersão dos rebanhos nos pastos, até porque a nutrição necessária para a sobrevivência do gado requeria grandes áreas para pastagem, já que naquela época não havia a prática de manejo da criação. A natureza dessa atividade não condicionou aglomerações urbanas densas. Apenas nos pontos das feiras havia uma vida urbana mais movimentada, devido às contantes trocas comerciais. Obviamente, o clima quente e seco, marcado por grandes secas periódicas, dificultava a prática da agricultura, não sendo atraente para o estabelecimento de densa população. Conforme a tabela 40, vemos que a população dos sertões paraibanos, localizada na terceira Comarca (os *sertões* mais apartados do litoral), é bem inferior às demais.

TABELA 40: POPULAÇÃO LIVRE DA PROVÍNCIA DA PARAÍBA (1847)

Comarca	Município	Nº da população livre	Total
1ª Comarca	Cidade da Paraíba	20.099	57.322
	Vila de Alhandra	3.627	
	Vila de Mamangoape	12.142	
	Vila do Pilar	18.973	
	Vila do Ingá	2.481	
2ª Comarca	Cidade de Areia	17.863	76.932
	Vila de Bananeiras	21.389	
	Vila da Independência	10.716	
	Vila de Cabaceiras	6.491	
	Vila de Campina Grande	14.449	
3ª Comarca	Vila de Pombal	1.883	17.204
	Vila de Patos	2.972	
	Vila de Catolé do Rocha	2.467	
	Vila de Piancó	7.320	
	Vila de Souza	2.562	
Total			151.458

Livre adaptação da autora.

Relatórios dos Presidentes da Província da Paraíba, 1847.

Um balanço geral, permite constatar que o Piauí, o Ceará e o Rio Grande do Norte estiveram historicamente vinculados à pecuária e a indústria do criatório foi a atividade econômica principal tanto na Colônia e como no Império. Já na Paraíba essa atividade ocupou lugar secundário, mantendo papel de destaque apenas nas *ribeiras* dos *sertões*. Veremos, a seguir, que a Capitania e posterior Província de Pernambuco centralizava as funções de recepção e beneficiamento dos derivados da pecuária, polarizando assim os maiores lucros dessa economia.

Capitania de Itamaracá e Pernambuco

TABELA 41: CAPITANIA DE ITAMARACÁ E PERNAMBUCO

LOCALIDADES	CIDADE	VILA	FREGUESIA	CONVENTO E HOSPÍCIO	IGREJA	ENGENHO	FAZENDA	CURTUME	FOGO	HABITANTES	DÍZIMO (**)
Freguesias da Comarca de Goyana e Capitania de Itamaracá	-	03	06	03	76	51	-	-	5.635	24.034	
Câmara da Villa de Iguaçu	-	01	05	01	60	52	-	02	19.011		
Câmara da Cidade de Olinda	01	02	11	08	113	69	268	12	9.778	43.909	
Câmara da Villa do Recife de Pernambuco	01	-	04	09	84	60	01	02	8.476	35.274	
Câmara da Villa de Serinhaem da Comarca do Recife	-	01	04	01	03	64	-	-	3.525	17.351	
Freguesias da Villa do Porto Calvo, do termo do Recife	-	01	05	01	03	34	-	-	2.898	13.415	
Freguesias da Real Villa da Atalaia	-	01	05	02	10	30	40	-	4.660	14.146	
Freguesias da Villa do Penedo, da Capitania de Pernambuco	-	01	04	01	06	09	208	-	2.934	9.897	
Comarca da Manga	-	-	01	-	01	-	-	-	692	2.660	
Freguesia do Campo Largo, Comarca da Manga	-	-	01	-	01	-	-	-	280	1.737	
Freguesia de São Romão, ou Santo Antônio do paracatu e a Manga	-	-	01	-	01	-	-	-	179	9.999	
Villa de Índios dentro das Ilhas do Rio S. Francisco chamada da Assumpção	-	01	-	-	01	-	-	-	126	323	
Villa de Santa Maria dos Índios, Ilha de São Francisco	-	01	-	-	01	-	-	-	93	196	

Quadro resumo. Construção da autora.

Idea da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas Costas, Rios, e povoações notáveis, Agricultura, numero de Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que estes têm tido &ª desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas capitanias o Governador e Capitam General Jozé Cezar de Menezes. In: **ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1923. v. XL. p. 21 - 63.

Na Comarca de Goyana desenvolviam-se diversas atividades ligadas à pecuária, sendo que na Villa da Alandra “o *Contracto dos Gados, que aqui se matão, está separado do da Villa de Goyana, e he o seu rendimento*” (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 23. *grifo nosso*); na Villa de Goyana, na propriedade do Engenho da Mariuna “*se fazem as feiras de Gado que dessem do certão; junto a mesma Villa se acha um famozo Curtume, de curtir solla*” (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 24. *grifo nosso*). Ainda no termo da Villa de Goyana, mais precisamente na Ilha de Itamaracá, havia “*sallinas de sal; e deste sal se salga carne, e Couros das officinas dos Certoens do norte*” (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 26. *grifo nosso*).

“O contracto das carnes da Villa de Goiana, remata-se pela Camara da mesma ficando do preço da sua arrematação 420\$000 reis para despesas da mesma, e o mais de paga na Thesouraria Geral de Pernambuco: he rematado por triennio pagando, em cada um anno a Real Fazenda 1:804\$33373” (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 28)

Apesar das determinações da Coroa de não se criar gado junto das lavouras de cana-de-açúcar, na Freguesia de Santa Anna Curato do Bom Jardim a população vivia “*de suas Lavouras, o mais pobleo de serem Vaqueiros, e crearem Gados Vacum e Cavallar dos Engenhos donde vem passar o verde*”

depois da moenda das canas” (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 30).

Na Freguesia da Sé de Olinda havia nove curtumes e três fábricas de couro atinado¹⁶. Ainda no Termo de Olinda, na Freguesia de Nossa Senhora da Luz, havia “[...] *todos os sabados huma grande feira, pela razão de se matarem neste dia noventa e cem bois, e os povos circumvisinhos que vem tomarem carne para o seu sustento [...]* Neste mesmo dia, se fazem venda de Gado vacum, e cavallar, e juntamente muitas trocas, ou braganhas” (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 36). No Termo de Olinda, na Freguesia de Santo Antônio da Matta,

“aos sabados se matão nella vinte e cinco té trinta bois: aqui tambem ha outra feira nestes dias donde os moradores vendem os seus effeitos e pano de algodão, que fabricão nesta freguezia em abundancia, por cujo motivo vem camboios do Certão e de Minas a comprar este genero neste lugar. Os habitantes tambem crião seus gadinhos por serem já lugares de Certoens, outros vivem de suas Enginhocas de faser rapaduras: e o consumo destas he o Certão” (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 36. grifo nosso).

Interessante observar que, enquanto as Capitânicas de Pernambuco e Itamaracá possuíam 16 curtumes, as demais capitânicas (Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba) não possuíam nenhum, apesar de serem as possuidoras do maior número de fazendas de criação de gado, muito superior a Pernambuco. Como já dissemos, isso comprova nossa hipótese de que aquelas capitânicas eram responsáveis prioritariamente pela criação de gado, enquanto que a comercialização e o beneficiamento dos derivados eram realizados em Pernambuco.

Na Freguesia do Santo Antônio do Ararobá, também Termo de Olinda, no “Certão dos Garanhuns”:

“Tem vinte e cinco Fazendas de gados: nos Brejos plantão lavouras, milhoes, feijoens, algodões, roça, e Canas de asucar de que fazem mel, e rapaduras, e outros curtem seus couros, e sollas, outros vivem de passar boyadas [sic] para a praça de Pernambuco, e Cidade da Bahia, e alguns de serem Vaqueiros” (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 37. grifo nosso).

Reiteramos assim a tese de que havia uma divisão técnica e social do trabalho entre as capitânicas dos *Sertões do Norte*, que obviamente deixou vestígios materiais na arquitetura das vilas e fazendas. Disso resulta uma herança cultural heterogênea, a despeito da aparente homogeneidade desses *sertões*.

Na Villa de Simbres, “*seus povos vivem de plantar algumas lavouras para seu sustento, e de se alugarem por tangedores, das boiadas que passam para a Bahia, e Pernambuco*” (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 37); na Villa de Agoas Bellas, a população vive “*de plantar algumas lavouras para seu sustento, e de se alugarem para conduta de Boiadas que dessem dos Certoens para a Praça de Pernambuco e Cidade da Bahia*” (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 37); na Freguesia de Cabrabó, “*os habitantes vivem de crear seus gados, e as suas condutas he para Cidade da Bahia e Pernambuco*” (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 37); na Freguesia de São José dos Bezerras, “*os povos desta Freguezia vivem de crear gados, outros de alguma lavoura que plantão nos brejos, e de curtir couros e sollas: a conduta destes gados he para Cidade da Bahia*” (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 38); na Freguesia de Tacaratú, “*os habitadores vivem de criar seus gados Vacum e Cavallar, e miudo, e haverá sessenta Fazendas: outros lugares são despovoados sem moradores alguns, por quanto não servem de criar gados por falta de agoas: outros habitadores vivem de seus negocios, e de passar boiadas para a Bahia, e de lá trazem varias fasendas para seu Commercio*”; e a Freguesia do Pilão Arcado, onde “*os habitadores vivem de criar seus gado vacum e Cavallar, que os fazem conduzir para Minas, para donde ha a maior parte do Commercio dos Povos deste Paiz*” (Idea [...]

¹⁶ Couro Atinado = couro curtido a partir do pó resultante da casca de carvalho, angico etc, que contém tanino, o que o deixa mais firme.

In: ANNAES [...], 1923: 38 - 39).

“E o rancho estradeiro, os tangedores de gado recobram alento para nova caminhada, e as vendas que lhe refazem as parcas provisões de viveres, transmudam-se a pouco e pouco em lugarejos, que ainda hoje guardam fundos traços de sua remota origem. Dispersas pela orla dos caminhos, abrolham fazendas, enfileiram-se nichos e capellas, constroem-se casas, que são outros tantos nucleos de condensação de moradores” (STUDART FILHO, 1937: 35).

TABELA 42:
Rendimentos dos Conctratos que se cobrão pelo Senado da Camara da Cidade de Olinda para sustentação das suas despesas e as sobras se remetem a Thesouraria geral de Pernambuco

O Contracto dos Cepos, e repezos dos Açougues da Cidade de Olinda, e seu termo, rematados por tres annos, que tiverão principio em mil sete centos setenta e seis; rende cada ano	40\$033
O Contracto dos Cepos do açougue do lugar da Boa Vista; rematado como acima	93\$366
O Contracto do repezo do Açougue da Boa Vista; Cepos e repezos do Açougue da Crus das Almas, rematado como acima	58\$000
O Contracto da Caza da polvora da aterro da Boa Vista rematado como acima	321\$000
O Contracto da Balança Real do Assucar da Villa do Recife, rematado como acima	800\$333
O Contracto das aferiçoens dos pezos e Balanças, da dita Cidade, e seu termo, rematado como acima	103\$700
O Contracto das Pesqueiras do Mar grande, desde a Barra de Maria Jorge, até o rio tapado, como acima	37\$333
O Contracto das Pesqueiras do Mar grande, desde o Rio Tapado te a forca, e gorritas da Cidade de Olinda, rematado como acima	13\$000
O Constracto novamente estabelecido de 200 reis por cada Porco que se remata, rematado como acima	35\$000
	Rs. 1:501\$765

A Vila de Santo Antônio do Recife tinha na época dois curtumes de sola e era:

“a mais opulenta Villa desta America, pelo grande commercio, e trafico da Navegação da Europa, Guiné, e Angola, e mais Costa de Africa que continuamente entrão no seu porto, e actualmente sumacas dos Certoens, que lhe ficão ao Norte, e dos mais portos desta America. Tem duas barras, principaes por entre os Recifes, os quaes formão um porto muito abrigado, e pacífico, com fundo muito bom, donde estão ancorados Navios em grande numero e sumacas que conduzem para a praça mantimentos e effeitos, como sejam Caixas de assucar, Tabacos, Couros, Sollas, Páu Brasil, Tabuados e Madeiras; e que por ser de muitos effeitos esta praça a fazem de grande Commercio” (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 40. grifo nosso).

Na Vila de Penedo, atualmente situada no estado de Alagoas (outrora também pertencente à Capitania de Pernambuco), havia quatro freguesias. Ali também se criava gado: “[...] *he toda raza a que chamão taboleiro, e por elle fazem seus caminhos os que sobem para os Certões. [...] e muita abundancia de gados Vacum e Cavallar*” (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 59). Na mesma situação encontrava-se a Freguesia de Nossa Senhora do Ó, da dita vila, localizada “*em hum lugar agreste, e Certão; e os seus habitantes vivem de criar gados*” (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 61).

Na Comarca da Manga, “*da Barra do Pajahú para sima, tem dentro do rio muitas ilhas, até o pontal grande, e são estas as mais deliciosas, e muito povoadas de moradores, com muito gado Vacum, e Cavallar*” (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 62):

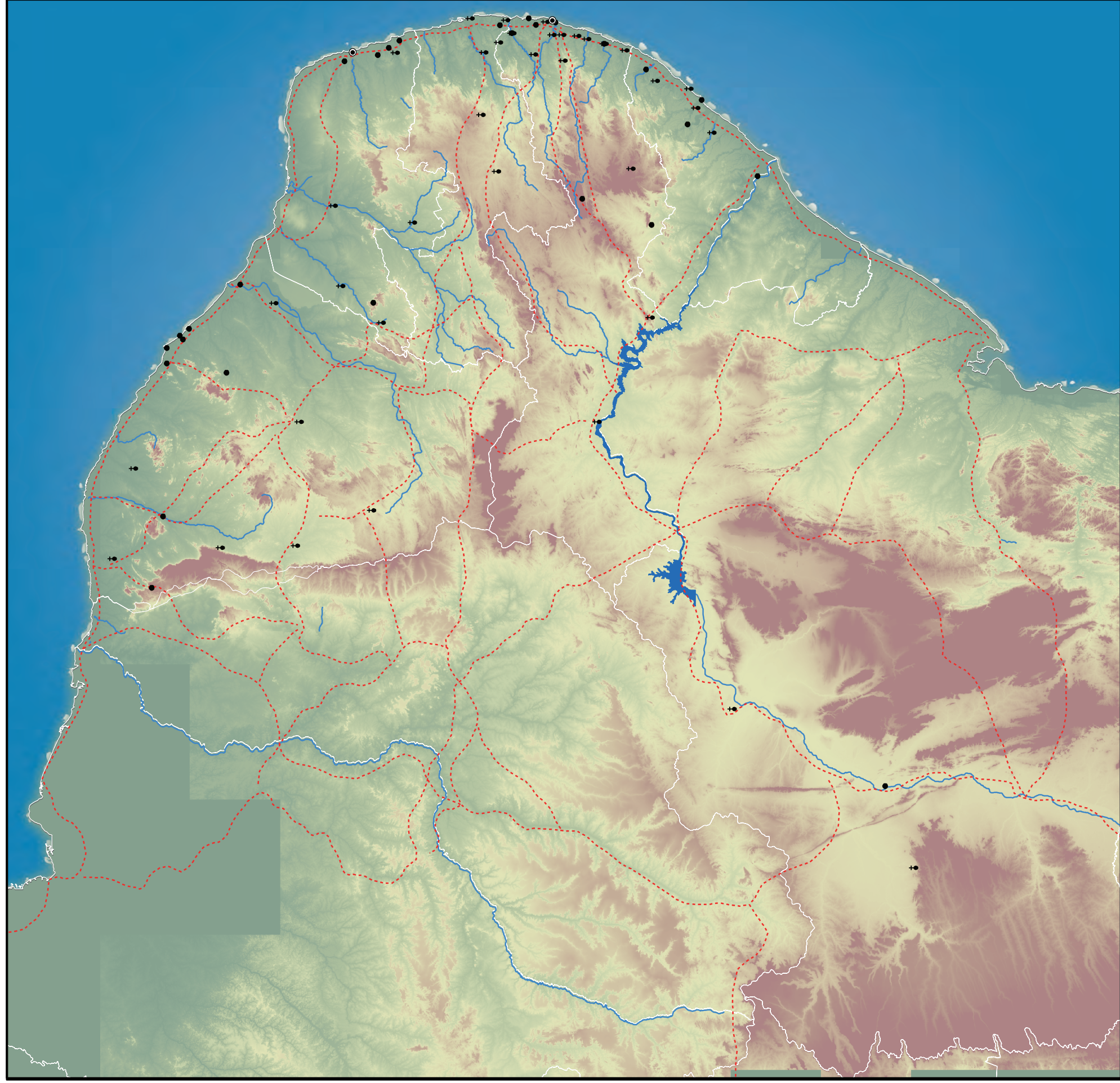
“Da missão do Juazeiro para sima, fora do Rio de S. Francisco, de huma e outra parte ha muitas sallinas de sal, e muito maior numero da parte de Pernambuco até a freguesia do Campo Largo que se extrema com esta: este Sal faz que estas Freguesias sejam abundantissimas de Comercio, por quanto o vem buscarem os habitadores da Comarca de Goiazes, Paracatú, Geraes, Serro,

Minas novas do fanado, Rio das Contas, Jacobina, e todos os Certões vizinhos, que condusem o dito Sal pelo Rio acima em muitas Barcas, e Canoas grandes de Vellas, e pella terra dentro, em Cavalgaduras “ (Idea [...] In: ANNAES [...], 1923: 62. grifo nosso).

“Durante a travessia, homens e animais careciam naturalmente de repouso e de alimento. Quebrando a monotonia daquellas ermas estradas setecentistas, surgiram assim ranchos, vendas e bodegas, primeiras manifestações de muitos dos hodiernos povoados sertanejos” (STUDART FILHO, 1937: 35).

Concluimos assim que a Capitania de Pernambuco assumia, durante o século XVIII, o papel de comercializadora e beneficiadora dos produtos oriundos da pecuária sobretudo do Ceará, Paraíba e do Rio Grande do Norte, concentrando os matadouros e curtumes.

No mapa a seguir (figura 17) espacializamos os núcleos urbanos descritos na [Idea da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, 1774]. Observa-se que a antiga Capitania de Pernambuco abrangia uma ampla área ao redor do rio São Francisco, atualmente pertencente à Bahia. Ao contrapormos o mapa seguinte com a [Carta Geral do Brasil] (*vide* figura 3) verificamos quanto a *Nova Lusitânia* apresentava poucas informações sobre os *Sertões do Norte* (à exceção do Piauí) , retratando como um imenso território uno e vazio, algo que tentamos desmistificar com os dados apresentados até aqui.



LEGENDA

- † Freguesia
- Vila
- ⊙ Cidade
- 800 m
- 0 m
- Drenagem
- - - - - Abragência da ribeira
- - - - - Caminhos do gado
- - - - - Limites atuais dos estados

CAPTANIA DE PERNAMBUCO E SUAS ANEXAS

Construção da autora a partir do Relatório de 1774 (Idea [...], 1923: 19) sobre base georreferenciada do IBGE com sobreposição do relevo (MIRANDA, E. E. de; (Coord.). **Brasil em Relevo**. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: <<http://www.relevo.br/cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: 20 fev. 2012).

Os caminhos do gado foram extraídos de ARRAES (2012), que espacializou essa rede de caminhos a partir de informações de Carlos Studart Filho, Capistrano de Abreu, Barbosa Lima Sobrinho, dos manuscritos das coleções Alberto Lamago e Projeto Resgate Barão de Castelo Branco.

Figura 17

Ao contrário das Províncias do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, onde a arrecadação fiscal era prioritariamente proveniente da criação de gado *vacum*, a capitania de Pernambuco tinha receita principalmente vinculada ao comércio externo, e nela o açúcar ocupava papel de destaque. Em relação ao gado *vacum*, a Província de Pernambuco arrecadava mais impostos por cabeça nos matadouros que na arrematação por produção, ou seja, tornando-se a principal consumidora de gado vivo e ganhando muito com isso.

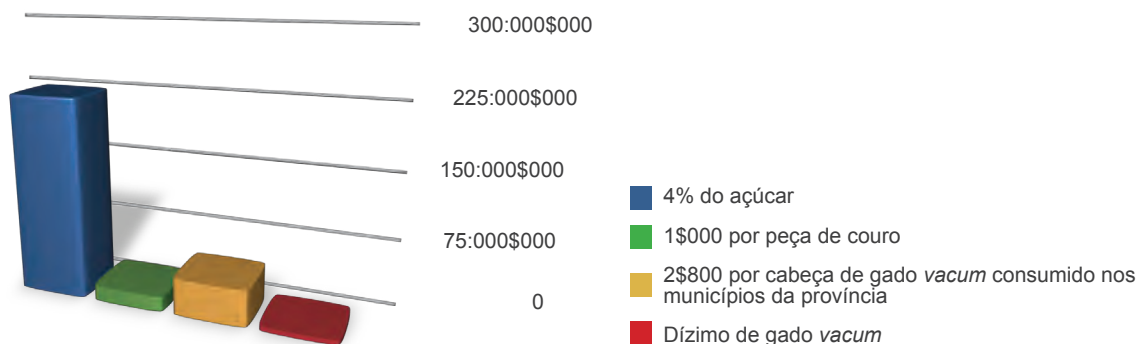


Gráfico 7: comparação da arrecadação de impostos de açúcar e do gado *vacum* e seus derivados. Livre adaptação da autora. Fonte: Relatório da Província de Pernambuco, 1875.

Durante o século XIX o couro rendeu muito à Província de Pernambuco, constituindo-se num dos principais artigos de exportação.

Quadro dos couros da provincia, exportado pelo Consulado para dentro e fóra do Imperio :

EXERCÍCIOS	LEIS	TAXAS	QUANTIDADE	MÉDIAS DE 8 EXERCÍCIOS	RENDA	MÉDIAS DE 8 EXERCÍCIOS
1859—60	473	5 %	80,411	72,812 couros	31:414,5235	20:021,1115
1860—61	488	17 réis	70,384		37:588,839	
1861—62	510	8 %	86,623		37:599,346	
1862—63	544	"	67,753		28:306,502	
1863—64	555	"	74,960		29:245,947	
1864—65	596	"	71,481		26:391,298	
1865—66	635	"	69,303		20:778,284	
1866—67	687	"	61,587		20:844,473	
1867—68	754	8 %	67,728	71,028 couros	35:709,428	54:565,684
1868—69	852	700, 730 e 800 réis	81,488		59:318,450	
1869—70	891	"	82,564		60:148,300	
1870—71	963	800 réis	69,497		55:416,100	
1871—72	994	"	72,839		58:271,200	
1872—73	1.061	"	63,307		50:645,600	
1873—74	1.115	"	68,742		54:993,600	
1874—75	1.141	1\$000	62,022		62:022,000	
1875—76	1.179	1\$000	52,101	69,671 couros	52:101,000	65:085,877
1876—77	1.245	"	70,759		70:759,000	
1877—78	1.261	"	56,264		56:264,000	
1878—79	1.261	"	78,365		78:365,000	
1879—80	1.470	20 %	39,623		45:975,811	
1880—81	1.499	"	42,802		49:929,522	
1881—82	1.597	"	37,027		48:899,181	
1882—83	1.713	"	40,757		53:307,628	

Tabela 43: Quadro dos couros da provincia exportado pelo Consulado para dentro e fora do Império

1.3 Capitania da Bahia, depois Província da Bahia

A documentação primária sobre a Capitania da Bahia foca prioritariamente as atividades agrícolas vinculadas à exportação, especialmente relacionadas ao fabrico de açúcar. Nesse sentido, as poucas informações sobre a pecuária dizem respeito às inspeções nas feiras de gado que abasteciam o litoral exportador. Malgrado saibamos que coube à capitania baiana, nos primórdios da colônia, o papel de disseminar a pecuária para as demais localidades da América Portuguesa, ao que tudo indica, diante do sucesso da economia do açúcar, o gado assumiu papel secundário.

Segundo Capistrano de Abreu ([1907] 1975: 52), a criação do gado no Brasil iniciou-se no governo de Tomé de Souza: “*as primeiras vacas que foram à Bahia levaram-nas de Cabo-Verde e depois de Pernambuco*”¹⁷. Esse dado é reiterado por Santos Filho (1956: 207): “*na Bahia a criação iniciou-se no governo de Tomé de Souza, vindo os primeiros animais das ilhas do arquipélago de Cabo Verde e posteriormente da capitania de Pernambuco, para onde tinham sido trazidos de além-mar pelo donatário*”. Em carta de 18 de julho, endereçada ao Rei de Portugal, Tomé de Souza relata a chegada da caravela Galga “*com gado vacum que é a maior nobreza e fartura que pode aver nestas partes*”.

“O gado vacum, provavelmente introduzido em São Vicente logo depois de 1530, teria sido trazido para a Bahia antes do estabelecimento do govêrno geral, pois já em agosto de 1549 Tomé de Souza autorizava o tesoureiro Gonçalo Ferreira a comprar por 28\$000 três juntas de bois para o serviço das obras da cidade, sendo dois velhos por 13\$000 e quatro novinhos por 15\$000; [...] O governador geral, além disso, mandou vir diretamente de Cabo Verde uma partida de rêsas que chegaram à Bahia no ano de 50 pela caravela Galga, a qual teve ordem de regressar à mesma ilha para trazer nova partida. Essas rêsas foram, umas vendidas a Garcia d’Ávila, feitor e almoxarife da cidade e protegido do governador geral, outras a Diogo Moriz, Antônio de Freitas e Amador de Aguiar: aindas outras, dadas de dote ao Colégio dos padres da Companhia de Jesus, a pedido do Pe. Nóbrega, - ao todo ‘doze vacas para criação e para que os meninos tivessem leite, que é um grande mantimento’, e em dez anos já eram umas cem cabeças e os padres as consideravam ‘a melhor fazenda, sem trabalho, que cá há’: custava pouco criar, multiplicando-se muito e dando carnes, couros, leite e queijos” (AZEVEDO, 1950: 354).

Segundo Cascudo (1956), “*com os Ávilas a ‘bandeira do gado’ inicia o ciclo, tão decisivo, tão poderoso, tão ilustre quanto as bandeiras paulistas, preando indiada e buscando esmeraldas e prata*”. Ainda segundo o autor, a grande interiorização pelo gado se deu após 1654, ano da expulsão dos holandeses da Capitania de Pernambuco, quando Francisco Dias d’Ávila recebeu uma enorme sesmaria nos sertões. Com isso, a família Ávila, nos fins do século XVII, possuía terras duas vezes maiores que o território da Itália: “*a idéia da mina justificava a pesquisa mas o curral de gado era a fixação. A galaria ainda não dominava o médio São Francisco. Dez anos depois da expulsão do holandês é que o baiano transborda para a rede potamológica do Piauí, com boiados e vaqueiros que eram soldados nas horas de refrega*” (CASCUDO, 1956: 4).

Goulart (1966) afirma que a criação de gado, que iria depois invadir e alastrar-se pelos Sertões do Norte, estabeleceu-se ainda na décima-quinta centúria, primeiro nas proximidades de Salvador.

“Vaccas - Ainda que esta terra tem os pastos fracos; e em Porto-Seguro ha uma erva que mata as vaccas em a comendo, todavia ha já grande quantidade dellas e todo o Brasil está cheio de grandes curraes, e ha homem que tem quinhentas ou mil cabeças; e principalmente nos campos de Piratininga, por ter bons pastos, e que se parecem com os de Portugal, he huma formosura ver a grande criação que ha” (CARDIM, [1601]1980: 57).

No sentido de organizar a ocupação racional das terras, Portugal baseou a Lei Sesmarial no princípio da obrigatoriedade do cultivo:

¹⁷ SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. São Paulo: EDUSP, 1971. p. 163.

“Não se trata de um cultivo qualquer: atenta à crise na agricultura, a Lei determinava a cultura de gêneros alimentícios, impondo restrições quanto à criação de gado. A falta de gado para a lavoura e seu preço excessivo ensejaram tais medidas, que procuravam constranger o lavrador a ter somente o gado à sua lide no campo” (VARELA, 2005: 34).

A preocupação principal era que se desenvolvesse a pecuária em detrimento da agricultura, fato que podia ocasionar falta de alimentos para consumo interno. Lembremos que a Lei de Sesmaria surgiu em Portugal num momento de crise, no período de transição de uma economia predominantemente agrária para mercantil¹⁸. Essa Lei consta nas Ordenações Fernandinas, quando foi criada, passando pelas Afonsinas, Manuelinas, até as Filipinas. Através das Ordenações Filipinas, que passaram a vigorar no Brasil-Colônia, as sesmarias eram legitimadas como uma forma de propriedade não-absoluta, cuja condição *sine qua non*, razão de ser, residia no dever de cultivar¹⁹. Segundo Varela (2005), a Lei de Sesmaria em Portugal já tinha entrado em desuso quando foi implementada no Brasil.

Nesse contexto, o Rei D. Pedro II, em 30 de janeiro de 1698²⁰, já tinha ordenado que os pecuaristas, estabelecidos nas áreas entre Itapuã e Rio Vermelho, na Bahia, deslocassem suas cabeças de gado para o interior num prazo de um mês, sob alegação dos rebanhos estarem destruindo as roças de mandioca da região. Essa determinação foi ampliada através da Carta Régia de 1701, proibindo a criação de gado numa faixa de no mínimo 10 léguas ao longo de toda a costa brasileira.

“tivesse efeito não somente nas dez léguas do Recôncavo, mas em toda a parte onde chegasse a maré, correndo as mesmas dez léguas da margem dos rios pela terra a dentro e que em nenhum dos sítios, nem nas três capitanias do Camamu, houvesse a inovação do gado de criar e só lhes fosse lícito terem o de serviço, fazendo as pessoas que o tivessem em pasto fechado, com cercas tão fortes que eles não pudessem sair a fazer prejuízos às roças e lavouras vizinhas” (Anais da Biblioteca Nacional, 31, 90 - 91²¹).

Na mesma direção, em 30 de janeiro de 1705, D. Rodrigo da Costa (Governador-Geral do Brasil), indeferiu o requerimento da Câmara da Vila de Boipeba que solicitava autorização para sua população criar, dentro do Termo da vila, seus gados; e em outra carta, o mesmo D. Rodrigo notificou o Padre Vigário, o Coadjutor e demais moradores de Boipeba por continuarem a criar gado nas proximidades das plantações, acrescentando que, se sua determinação não fosse atendida, ele iria tomar as resoluções cabíveis para se fazer cumprir as ordens de Sua Majestade²². Uma das providências tomadas pelo Governo Provisório da Revolução Pernambucana, pelo decreto de 24 de março de 1817, foi a de afastar o gado da lavoura: “*todos os nossos patriotas do prefixo termo dum mês da data do presente decreto retirem seus gados para os sertões [...] todo lavrador tem autoridade de matar o gado de qualquer qualidade que se achar devastando a lavoura*” (GOULART, 1966: 17).

“Assentaram uniformemente que todo lavrador, que quiser ter as suas lavouras quaisquer que sejam em campos e terrenos dilatados serão obrigados a cercarem à sua custa, e nos Engenhos, e mais fazendas terão os gados debaixo de cercas, pena de seis mil réis de condenação, e trinta dias de Cadeia, e pagarão os donos dos gados aos lavradores os prejuízos que lhe causarem, e quando estes o sentirem por se não cercarem na forma dita o não poderão repelir.” (uma das

¹⁸ FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2000. apud VARELA, 2005: 38.

¹⁹ VARELA, Laura Beck. **Das sesmarias à propriedade moderna**: um estudo de história do direito brasileiro. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. p. 69.

²⁰ GOULART, José Alípio. **O ciclo do couro no Nordeste**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1966.

²¹ apud VARNHAGEN, Visconde de Porto Seguro. História Geral do Brasil. 3 ed. t. 3. p. 324. n. 78. apud LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, alimentos e sistemas agrários no Brasil (séculos XVII e XVIII). LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil séculos XVII e XVIII. **Revista Tempo**. Niterói: 1996. v. 1, n. 2, p. 132-150.

²² GOULART, José Alípio. **O ciclo do couro no Nordeste**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1966.

posturas do Livro IV de Posturas do Senado da Câmara da Bahia de 1785 apud GOULART, 1966: 17)

Conclui Linhares (1995) que essa série de decretos:

“[...] deixa transparecer uma política definida: a de limitar em áreas próprias e resguardar a três paisagens que passarão a configurar a economia rural da Colônia, isto é, a **grande lavoura** com seus campos definidos, incluída a área industrial, a **lavoura de abastecimento** que atendia aos interesses de consumidores urbanos e comerciantes de Salvador, devendo incluir a criação controlada de animais de tiro necessários ao transporte de mercadorias ao porto e, por fim, a **pecuária extensiva** na fronteira móvel, a cargo de sesmeiros e arrendatários, último elo fundamental de um macro-modelo agrário” (LINHARES, 1995. grifo nosso. **grifo da autora**).

A grosso modo, coube ao litoral baiano o cultivo de cana-de-açúcar e seu beneficiamento, além de ser pólo exportador desse produto para a Europa, e coube às áreas interiorizadas a multiplicação do rebanho de gado, sem esquecer o papel fundamental exercido pela policultura²³ de pequeno porte que garantia a alimentação da população. No século XIX, quando a Bahia dividiu-se juridicamente em três Comarcas (Ilhéos, Bahia e Jacobina), nessa última, a pecuária ocupou lugar de destaque. A Comarca da Jacobina ocupava toda a parte ocidental da Província, que não incluía a *Ribeira do São Francisco*, pertencente à Pernambuco, englobando as seguintes vilas: Jacobina, Villanova da Rainha, Rio de Contas, Villanova do Príncipe e Urubu - “ *a maior parte [da comarca da Jacobina] consta de Catinga, e charnecas áridas, e insusceptíveis de gênero algum de agricultura, servindo só para criar gado*” (CASAL, [1817] 1947: 129).

“Por toda a parte se cria gado vaccum, que seria mais que sufficiente para o consumo de toda a Província, se houvesse Inverno, e as trovoadas fossem regulares no Verão. [...] os Invernos do Beiramar não se estendem a mais de trinta léguas para o interior do continente, onde só chove havendo trovoadas, e proporcionalmente a ellas; as quaes d’ordinario não sam abundantes; e às vezes quazi falham de todo em partes do Norte. O Sol duas vezes vertical sobre casa lugar deixa a terra como calcinada; chovendo, o chão cobre-se d’herva em poucas semanas, e o gado engorda: mas logo que a secca aperta, a verdura desaparece, e os animaes só pastam a rama dos arbustos que a conservam, e vam tateando, e vam água: se os tanques, que as trovoadas encheram, e as torrentes seccam, há mortandades” (CASAL, [1817] 1947:133).

VILLA-NOVA DA RAINHA. — Na Província da Bahia, e districto da Jacobina; situada 20 legoas ao N. E. da Villa deste nome, e huma longe do rio Itapicurumerim. Cria-se no seu territorio gado vacum; e planta-se algodão, milho, arroz, feijão, mandioca, cannas de assucar, de que se fabrica muita agoardente: he abundante de fructas de especies variadas. O Orago da Freguezia he o Sr. do Bom Fim.

RIO DAS CONTAS. — Na provincia da Bahia, n’outro tempo chamado Jussiapé: tem nascimento na Serra da Tromba, 8 legoas ao N. E. da Villa do seu nome, na Comarca da Jacobina, da qual passa afastado 5 legoas, e depois de receber muitos outros, vae desagoar no Oceano, em 14°, 38’ de latitude, e 41°, 13’, 30” de longitude.

VILLA-NOVA DO PRINCIPE, ou CAE-TETE’. — Na Província da Bahia, districto da Jacobina, situada a 16 legoas ao E. S. E. da Villa do Rio das Contas. Cria-se no seu territorio gado vacum, e fazem-se grandes plantações de algodão.

JACOBINA. — Villa consideravel da Província da Bahia, situada na margem esquerda do rio Itapicará, 65 legoas ao N. O. da Capital, na lat. de 11°, 34’, e long. de 43°, 46’; atravessada por hum ribeiro denominado *Rio do Ouro*, onde ha huma ponte. A Igreja Matriz he da Invocação da Sra. do Rozario, e ha alem d’ella duas Hermidas. Nos contornos da Villa cria-se gado vacum, ovelhas, cabras, bons cavallos, e porcos: cultiva-se cana de assucar, algodão, trigo, milho, legumes, e muito bom tabaco.

Figura 18:
Localidades então pertencentes à Comarca de Jacobina.
Fonte: PEREIRA, 1834.

Em meio à divisão administrativa oficial, uma outra territorialidade foi forjada historicamente a partir do processo de conquista dos *sertões* na segunda metade do século XVII:

²³ Somente os recentes estudos no âmbito da História Agrária Brasileira romperam com as rígidas divisões do território com base na dominação das atividades econômicas e colocaram a policultura como parte de um sistema de cooperação amplo.

“pelo mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito. Este sertanista apropriou-se da margem direita do São Francisco, desde o centro-norte da Bahia ao centro-sul do atual território de Minas Gerais. Nesse processo moveu guerra contra as populações indígenas, estabeleceu fazendas pecuarísticas, ao longo do grande rio e seus afluentes e avançou ao leste” (NEVES, 2005: 22).

Esse território de fronteiras indefinidas denominou-se *Alto Sertão da Bahia* e teve seu povoamento incrementado graças à pecuária e à policultura “*que autonomizaram o abastecimento regional, quando as estiagens prolongadas não impediam e alimentaram redes de comércio inter-regionais*” (NEVES, 2005: 23). O professor Erivaldo Fagundes Neves desenvolveu diversas pesquisas no âmbito da História Agrária sobre a estrutura fundiária e a dinâmica mercantil no *Alto Sertão da Bahia* desvendando nuanças até então não estudadas pela historiografia tradicional. Neves (2005) concluiu que o:

“[...] vasto loteamento, iniciado pelas herdeiras de Guedes Brito e concluída pela Casa da Ponte, delineou a estrutura fundiária do Alto Sertão da Bahia, no século XIX, caracterizada pelo grande número de pequenas e médias unidades agrárias, estremeadas por menor número de grandes domínios, estrutura que permaneceu até a contemporaneidade, com a mesma feição, embora reduzissem as áreas dos latifúndios, que ficaram descontínuos, e os grandes proprietários senhores de várias glebas distantes uma das outras. Se por um lado a sucessão hereditária parcelou a terra e multiplicou os titulares, por outro, através da comercialização, concentrou a propriedade, embora predominassem as unidades menores, trabalhadas pelos próprios donos e suas famílias. Nas maiores áreas, ao lado da mesma agricultura, com a persistência da meação, manteve-se a pecuária, já não mais extensiva, com os proprietários vivendo nas cidades” (NEVES, 2005: 185).

As conclusões de Macêdo (2007) sobre a *Ribeira do Seridó*, no Rio Grande do Norte²⁴, são similares às de Neves (2005) para o *Alto Sertão da Bahia*. Os autores desmistificaram a máxima relacionada à riqueza das famílias na sociedade colonial.

“Também no sertão o mesmo mito de prosperidade idealizada, de abundância e de fausto, supostamente vividos pelos antepassados, dissimula a pobreza das rudes famílias coloniais, com pouca modificação no período imperial. Poucos inventários autuados do século XIX e menos ainda do século XVIII registram bens que se podem qualificar como fortunas” (NEVES, 2005: 209).

A maioria dos bens do *Alto Sertão da Bahia* eram de mesmo tipo dos da *Ribeira do Seridó* (terra, escravo e gado vacum). Nesse contexto:

“As habitações sertanejas [do Alto Sertão da Bahia] caracterizavam-se pela rusticidade, com o predomínio das construções de ‘enchimento’ ou ‘taipa’, de paus a pique e varas cruzadas, amarradas com cipós, para conter o barro batido. Eram comuns as edificações mistas, com partes externas de adobes de barro cru e as divisórias de enchimento ou um núcleo de adobes com anexos de taipa. Nas coberturas, usavam-se palhas de coqueiro ouricuri, a ‘pindoba’, ou cascas de árvores. As construções sólidas, de adobes crus, coberturas de madeiras aparelhadas e telhas vãs, inicialmente raras, difundiram-se lentamente. Em poucos inventários encontram-se declarações de móveis e utensílios, talvez por serem toscos e rústicos, de pequena expressão de troca” (NEVES, 2005: 218).

Diante de tal rusticidade, há de se entender o poder que um grande proprietário de terras (exceção naqueles sertões) poderia ter frente à população.

Voltando ao contexto geral, a Província da Bahia, assim como a de Pernambuco, tinha no comércio de açúcar sua principal fonte de renda, mas também arrecadava significativas somas com a exportação de couros, valor este superior à receita oriunda do criatório das demais províncias criadoras de gado bovino.

²⁴ Mencionado no tópico anterior.

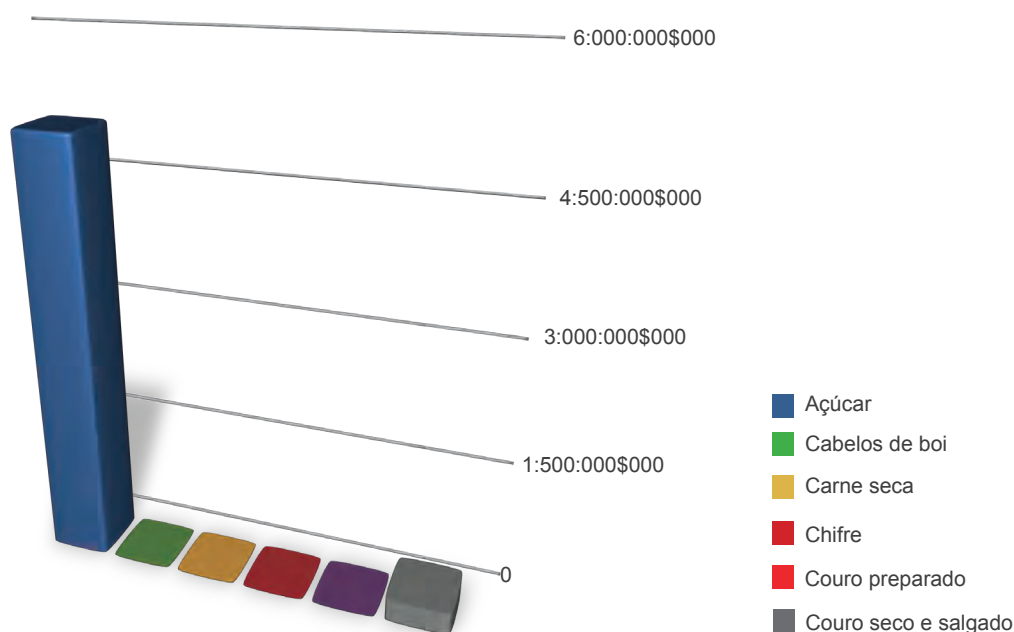


Gráfico 8: comprando a arrecadação de impostos de açúcar e do gado vacum e seus derivados
Livre adaptação da autora do mapa de gêneros nacionais exportados da província da Bahia para países estrangeiros durante o ano financeiro de 1851 a 1852.
Fonte: Relatório da Província da Bahia, 1853.

Apesar de ser forte exportadora de produtos derivados do beneficiamento do gado bovino, a Bahia dependia de rebanhos das províncias vizinhas para alimentação de sua população. As longas caminhadas causavam grandes perdas no aproveitamento da carne:

“Quaes as causas que concorrem para a qualidade má da carne verde exposta ao consumo nesta Capital?

A resposta, que peremptoriamente occorre, he esta: - as causas primordiaes são - em primeiro lugar - o gado não tem descanso algum depois da chegada à esta Cidade, portanto antes de ser môrto; - em segundo - a falta de um exame sério, que prohiba apresentar ao mercado a rez excessivamente magra e doente.

[...] Os terrenos productores da província são o valle do Rio do S. Francisco; e as comarcas da Feira de Sant’Anna, Geremoaba e Monte Santo; porém - infelizmente - a producção de gado nelles não he de ordem tal, que preencha as necessidades do consumo” (Relatório do Presidente da Província da Bahia, 1866: 131, Anexo C: 1 - 2).

No último ano do Império:

“Si a Bahia não occupa o primeiro lugar com relação à criação de gado, não tem todavia collocação inferior às outras províncias.

Nos seus sertões existem importantes fazendas de criação, não só de gado vaccum como cavallar, muar, lanigero, cabrum e suino, que abastecem, em grande escala, os mercados consumidores” (Relatório do Presidente da Província da Bahia, 1889: AIV - 9)

Tentamos demonstrar neste capítulo o processo de ocupação e gestão dos *Sertões do Norte*. Demonstramos que dentro do sistema econômico colonial e imperial, coube-lhes o papel de suprir as necessidades de rebanhos de gado para o litoral e dali para outras zonas do Brasil, tal como repetido incansavelmente pela historiografia. Desenvolveu-se nos *Sertões do Norte* um sistema que reunia a pecuária e a policultura de subsistência num intenso comércio interno. Apesar disso, os *Sertões do Norte* permaneceram pouco contemplados por políticas que o envolvessem num sistema mais amplo, de forma que seu produto principal, o gado, pudesse agregar mais valor e assim incrementar tal indústria.

Nos séculos XVIII e XIX, coube ao litoral o papel de beneficiar e recolher o maior índice de tributos oriundo da criação de gado bovino, fato que irá se refletir na sua cultura material. Nos *sertões* prevaleceu a dispersão e a rusticidade material.

Dentro desse quadro, as zonas mais interiorizadas desenvolveram-se com lógica própria, permanecendo quase invisíveis nos relatos oficiais. Nossa tese tenta elucidar seu papel dentro de um sistema de cooperação mútua que, ao mesmo tempo, relegava aos *sertões* uma parte mínima dos benefícios. A população estabeleceu-se e fundou centenas de fazendas de gado autosustentáveis e marcadas por um cotidiano específico, permanecendo ali concentrada, ao invés de se fixar nos poucos núcleos urbanos.

No capítulo 2 demonstraremos como a atividade da pecuária foi administrada nos *Sertões do Norte*, envolvendo sesmarias sem fronteiras físicas, interligadas aos principais pólos urbanos da colônia através de uma rede de caminhos ladeando *ribeiras*, que cruzavam estes *sertões* só aparentemente vazios e homogêneos.

Percebe-se nas figuras 19 e 20 os principais caminhos que alinhavavam os *Sertões do Norte*.



LEGENDA:

- Cidades;
- Vilas (1549 - 1808);
- Povoações ou pousos das boiadas;
- ▲ Feiras de gado;

- Principais rios
- Estrada Real do gado;
- Estrada das boiadas piauienses (tiradas do mapa de Galuci);
- Estrada velha;
- Estrada do Açú;
- Estrada de Taquara;
- Estrada Camucim - Ibiapaba;
- Estrada geral do Jaguaribe;
- Estrada nova das boiadas;
- Estrada das boiadas;
- Estrada da Caiçara;
- Estrada Crato - Piancó;
- Estrada Crato - Oeiras;
- Estrada Vila Viçosa - Oeiras;
- Estrada Penedo - Cabrobó (pelo rio São Francisco);
- Estrada Recife - Carinhanha (pelo rio Ipojuca);
- Estrada Recife - Carinhanha (pelo rio Capibaribe);
- Estrada Recife - Cabrobó
- Estrada Salvador - Bom Jesus da Lapa

Figura 19: Caminhos do gado.
Fonte: Arraes, 2009: 118.



LEGENDA:

- Cidades;
- Vilas;
- Povoações;
- Estradas coloniais;
- Principais rios;

Figura 20: Velhas estradas do nordeste. Séculos XVII – XIX.
 Fonte: Arraes, 2009: 119.

Capítulo 2

Fronteiras movediças: fazendas em rede

A

pecuária extensiva inaugurada no Brasil, já nas primeiras décadas da Colônia, teve papel decisivo no processo de interiorização da colonização. Nesse processo, nos *sertões* construíram-se identidades culturais resultados de “encontros inter-étnicos”. A esse respeito Machado (2012: 41) ressalta o caráter não pacífico da conquista de uma região, que, pelo contrário, envolvia afirmações, cessões, concessões e conflitos.

“Em decorrência dessa relação, assistiu-se a conflitos provenientes de ambos os lados, que acarretam situações de negociação em prol de sobrevivência mútua, a partir do avanço de um grupo, os colonizadores, sobre o universo de outro, os grupos indígenas, e a resistência desses últimos às ações e interesses dos primeiros. Pensar o processo de conquista é examinar uma região com a marca impressa por determinado grupo, que garantiu a ambição fundamental para possibilitar o processo da aludida dominação cultural” (MACHADO, 2012: 41).

Embora com foco nos *sertões* da Capitania do Rio de Janeiro, tais constatações aplicam-se igualmente aos *Sertões do Norte*. Machado (2012) critica a ideia dos “sertões” ou “fronteiras”¹ como terras livres. Parecem espaços vazios por ignorarmos o passado indígena das terras colonizadas. “O avanço sobre as terras das fronteiras, foi ambicionado por múltiplos grupos, motivados pelas oportunidades” (MACHADO, 2012: 45) e tais grupos não agiram num espaço virgem e desocupado, mas tiveram de se impôr, negociar e se amalgamar às pré-existências nativas.

A toponímia presente na cartografia histórica revela que os *Sertões do Norte* eram terras ocupadas por diferentes grupos indígenas, que no processo de colonização foram sendo expulsos e suas terras apropriadas como sesmarias para criação de gado. Tal processo envolveu inúmeros conflitos, não apenas em relação aos pioneiros moradores, mas na instituição de uma legislação, na hierarquização dos poderes, nos interesses múltiplos e nas práticas instituídas. A dimensão territorial desses *sertões*, onde predominava a dispersão e a baixa densidade demográfica, agravou a dificuldade da Coroa na introdução de seu controle. Esses fatores condicionaram práticas cotidianas bastante peculiares para o controle da atividade da pecuária. Neste capítulo, mostraremos como os proprietários rurais dos *Sertões do Norte* controlavam o seu rebanho e como o governo exercia seu poder fiscal. Percebemos que determinadas práticas acabaram por constituir hábitos eternizados pela própria cultura imaterial da região.

Como vimos, os *Sertões do Norte* envolviam parte dos atuais estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia, onde a pecuária predominou ao longo de séculos. Na documentação primária consultada percebemos que anteriormente à divisão geográfica contemporânea, os *Sertões do Norte* apresentaram outras subdivisões. Rios e acidentes geográficos referenciaram as ações da administração portuguesa e em cada microrregião desenvolveu-se, por costume, um sistema peculiar de gestão das sesmarias e do gado ali criado por parte de seus proprietários.

¹ A autora entende fronteira como “uma zona de contato, conflito e interação, - embora sempre se deva perguntar a quem interessava o processo de interação” (MACHADO, 2012: 40 - 41). O entendimento da autora é baseado na tese defendida por Frederick Jackson Turner.

Já destacamos anteriormente a obrigatoriedade de se marcar o gado como forma de registro da sua procedência e para se poder efetuar a cobrança dos tributos por mercadoria. A Coroa tinha horror do “gado do vento”, sem **marca**.

A prática de ferrar a fogo o gado começou a vigorar com o próprio desenvolvimento da pecuária extensiva no Brasil. Essa prática é tão antiga quanto à própria atividade criatória no mundo, onde as reses começaram a ser marcadas para serem identificadas a seus proprietários.

“Nada mais velho e estacionário no mundo do que o modo de marcar os cavalos. Numa fazenda do agreste sertão cearense ou numa estância dos pampas platinos se ferra um quartau ou um pingo da mesma maneira que se praticava no Egito ou na Trácia. Aquêles admiráveis corceis de crina em escova da frisa do Partêneon fôram assinalados com um ferro em brasa, na côxa, como um rocim de carga ou uma mula de carroça nos nossos dias.

A prova da antiguidade das marcas de cavalos se encontra em primeira mão - coisa curiosa - numa ode de Anacreonte, em torno da qual sussuram abelhas e em cujo ritmo ainda se sente pulsar o velho coração grego. O poeta diz que os verdadeiros amantes imprimem sinal de fogo no coração, sinal pelo qual se reconhece o verdadeiro amor, como os Partas se reconheciam por suas tiaras e os cavalos pela marca queimada em sua coxa” (BARROSO, 1932 apud MAIA, 2004: 4).

Prática ancestral, antes da utilização do ferro em brasa acredita-se que as primeiras **marcas** eram feitas por meio de cortes nas orelhas dos animais² (FARIA, 1984).

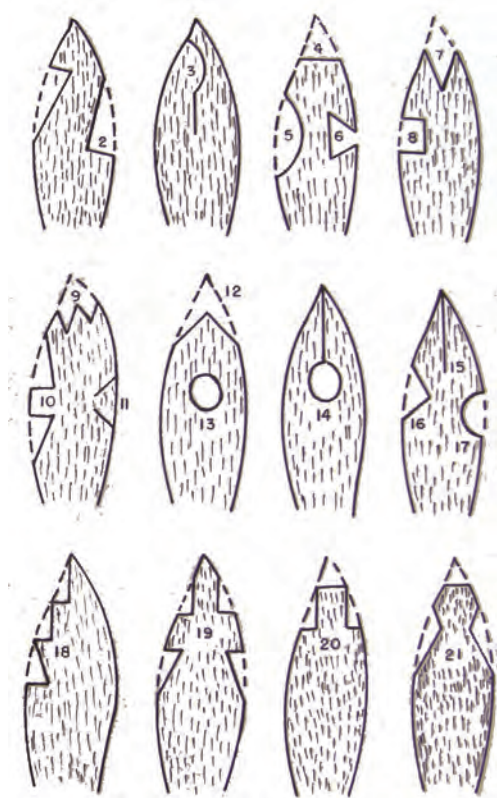


Figura 21: Tipo de cortes feito na orelha dos animais no Rio Grande do Norte

- 1 - canzil
- 2 - entalhada
- 3 - brinco-encoberto
- 4 - ponta troncha
- 5 - levada
- 6 - barbilho
- 7 - forquilha
- 8 - boca-de-lagarta
- 9 - garfo
- 10 - dente
- 11 - rodo
- 12 - ponta de lança
- 13 - buraco-de-bala
- 14 - buraco-de-bala lascado
- 15 - brinco, quando até 1/2 (meio brinco, 1/3 da orelha)
- 16 - arpão
- 17 - mozza
- 18 - meia escadinha (a escadinha completa recorta os dois bordos)
- 19 - multa
- 20 - bico-de-candeeiro
- 21 - palmatória

Fonte: FARIA, 1984: 13 - 15.

A maneira com que o repertório desses cortes era combinado revelava o proprietário do rebanho. A nomenclatura para cada tipo de corte permitia a descrição oral da **assinatura** do dono. Hoje, tal prática³ é utilizada principalmente nos chamados gados “de miunça” (caprinos e ovinos).

² No âmbito dessas Leis, há uma nomenclatura própria que convém explicar: **ferro** - utensílio para marcar o gado; **marca** - resultante da aplicação do ferro em brasa no couro do animal; **sinal** - corte na orelha do gado.

³ No Rio Grande do Norte chama-se **assinar** o ato de “*marcar com pequenos cortes na orelhas, o que fazem com o auxílio de uma pequena tábuca e uma quicé bem amolada*” (FARIA, 1984: 13)

Por ter se tornado Lei, os **sinais** deveriam ser registrados em livros nas Câmaras Municipais, tal como, por exemplo o “Livro de Registro de Ferros e Sinais do município de Jardim do Seridó”, de 1917 a 1973. As datas demonstram o longo tempo de permanência dessa prática.

9
Registro de Signal
 Aos dezesseis dias do mes de Maio de 1917, compareceu vista Secretaria, o cidadão Ubauval Francisco d'Almeida, residente no sítio "Praça" deste município, e declarou que de acordo com a lei em vigor, tinha fazer o registro de signal, que adopta para assignalar os seus bens, o qual é o seguinte: na orelha esquerda, brinco, e na direita, dorote por cima e larpão por baixo, do que larpão presente termo, dou fe: Secretaria da Intendencia Municipal de Jardim do Seridó, em 16 de Maio de 1917. Francisco Bento d'Almeida, Secretario.

11
Registro de Signal
 Aos dezesseis dias do mes de Maio do termo de 1917, compareceu vista Secretaria, o cidadão José Antonio d'Almeida, residente no sítio "Karamite" deste município, e declarou que de acordo com a lei em vigor, tinha fazer o registro de signal, que adopta para assignalar os seus bens, o qual é o seguinte: na orelha direita, orelhada por baixo e duas brinças por cima; na esquerda, ponta brinça, do que larpão o presente termo, dou fe: Secretaria da Intendencia Municipal de Jardim do Seridó, em 16 de Maio de 1917. Francisco Bento d'Almeida, Secretario.

6. 19
Registro de signal
 Aos 16 dias do mes de Maio do anno de 1917, compareceu vista Secretaria, o cidadão José Silvestre d'Almeida, residente no sítio "Carradas Novas" deste município, e declarou que de acordo com a lei em vigor, tinha fazer o registro de signal, que adopta para assignalar os seus bens, o qual é o seguinte: forquilha e buraço rachado por ambas as orelhas, do que larpão o presente termo, dou fe: Secretaria da Intendencia Municipal de Jardim do Seridó, em 16 de Maio de 1917. Francisco Bento d'Almeida, Secretario.

16. 17
Registro de Signal.
 Aos 16 dias de Mes. de Maio do anno de 1917, compareceu vista Secretaria, a Senhora Dora Francisca Ventura d'Almeida, residente nesta cidade, e declarou que de acordo com a lei em vigor, tinha fazer o registro de signal, que adopta para assignalar os seus bens, o qual é o seguinte: na orelha direita, ponta de larpão e orneio brinco; na orelha esquerda, ponta brinça, do que larpão o presente termo, dou fe: Secretaria da Intendencia Municipal de Jardim do Seridó, em 16 de Maio de 1917. Francisco Bento d'Almeida, Secretario.

Figura 22: Páginas do livro de registro de ferro e sinais do município de Jardim do Seridó - RN (1917 - 1973). FONTE: Livro nº 36, bloco nº 04 do Arquivo da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó - RN.

Os **sinais** feitos nas orelhas acabaram por ficar restritos aos caprinos e ovinos, pois o gado *vacum* exigiu **marcas** mais evidentes, optando-se pelo sistema de **ferra à fogo**.

Em um *sertão* disperso sem fronteiras claramente visíveis, pontuado por tribos indígenas inimigas, o gado carregou em si a representação do território e da própria propriedade dos ádvenas. O ato de marcar o gado trazido pelo colono estabeleceu-se de tal maneira nos *Sertões do Norte* que ainda hoje se constitui em prática corrente. Semelhante ao que foi implementado em outros *sertões*, Koch⁴ (s/d) exemplifica a maneira como as **marcas de casa** e **marcas de posse** eram utilizadas e transmitidas: “as marcas de Casa eram, a princípio, símbolos particulares de proprietários camponeses e seu uso, confinando às suas posses; toda a sua propriedade móvel era distinguida pela Marca de Posse” (KOCH, s/d: 82).

“A Marca de Posse era exibida:

Sendo gravada pelos lenhadores em troncos flutuantes que, assim, podiam ser separados no fim do seu percurso.

Sendo gravada nas relhas dos animais domésticos e nas membranas das patas dos palmípedes.

Sendo cortada no pelo dos cavalos.

Sendo pintada em sacos e no toirão de lã de ovelhas.

Sendo gravada na parte superior do bico dos cisnes.

Sendo sulcada na superfície dos campos.

Sendo esculpida nas árvores e em varas usadas para deitar sortes.

Sendo bordada em tapetes e tecidos.

Sendo perfurada nas partes de ferro dos implementos agrícolas, nas de madeira, ferreteada, e sendo ferreteada nas peles dos animais domésticos e no crifres do gado” (KOCH, s/d: 82. grifo nosso).

Uma vez registrada a **marca de casa**, o símbolo era utilizado pelas gerações seguintes, irmanando clãs parentais:

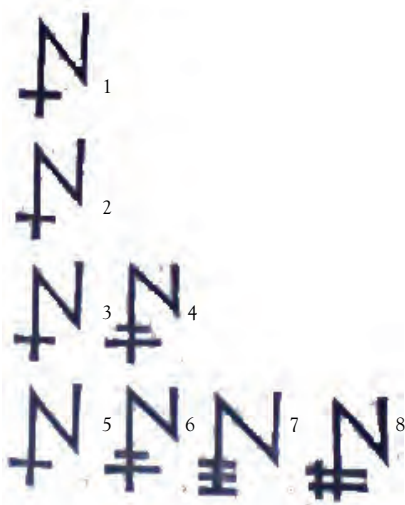


Figura 23: Marca da casa

1 - o fundador da família

2 - o primogênito

3 - o neto mais velho

4 - o segundo neto

5 - o filho do neto mais velho

6, 7 e 8 - os três filhos do segundo neto, em ordem de idade, da esquerda para direita

O primeiro símbolo permanece inalterado na linha da primogenitura. Os filhos mais jovens acrescentam vários traços ao símbolo original. Este símbolo é novamente modificado pelos seus decendentes, exceto no caso do filho mais velho, que sempre toma para si o sinal inalterado de seu pai.

As filhas mulheres em princípio, deveriam ser excluídas desse processo, restrito aos homens.

Segundo Faria (1966: 52), “[...] *entre os romanos, os animais eram marcados a fogo (signare) com o sinal da comunidade pastoril e do proprietário*”. Nos *sertões* do Ceará, o gado era marcado do lado direito e do lado esquerdo, merecendo de um lado a **marca** do proprietário e do outro a **marca** da localidade onde estava sendo criado. Tudo isso obrigado por Lei.

“Lei nº 241 de 20 de setembro de 1841, Província do Ceará:

Art. 1. Haverá em todos os municípios um distintivo para com elle se marcar o gado vacum e cavallar na parte esquerda.

Art. 2. Todas as camaras se communicarão reciprocamente os seus distinctivos, e os anotarão com um proprio em um livro ad doc.

⁴ o livro de Rudolf Koch trata símbolos usados desde os primórdios da história até à Idade Média, pelos diferentes povos pré-cristãos e cristãos.

- Art. 3. Todos os municipios remetterão seus ferros e signaes ao secretario de sua relativa camara, os quaes se individualarão em outro livro ad hoc.
- Art. 4. Estes livros serão rubricados pelo presidente da camara a que pertencerem, e à custa do secretario o de que faz menção o artigo antecedente.
- Art. 5. Todo o individuo em cujas terras pastar o gado de ferro e signal, ou de uma destas cousas somente distincta, cujo dono ignore, o denunciará dentro de um anno ao secretario da camara, sob pena de pagar o dobro para o cofre provincial.
- Art. 6. Esta denuncia conterá o nome do denunciante, o lugar de sua morada, a qualidade do gado, o distinctivo, o ferro e o signal.
- Art. 7. O secretario a quem for apresentada uma tal denuncia, tendo o gado denunciado o distinctivo de seu municipio, examinando o livro, de que trata o art. 3, e conhecendo cujo dono seja, lhe officiará, remettendo a denuncia dentro de um mez.
- Art. 8. Tendo, porém, o gado denunciado distinctivo estranho, o secretario, recorrendo ao livro especificado no art. 2, e vendo a que municipio elle pertence, officiará ao seu respectivo secretario, remettendo-lhe a denuncia, para que cumpra o disposto no artigo antecedente.
- Art. 9. Todo aquelle que receber um tal documento poderá ir haver o gado denunciado, e o denunciante não lh'o recusará, excepto se lhe fôr negado recibo.
- Art. 10. Fica prohibida a arrematação de gado de ausente, o qual tiver distinctivo, ferro e signal perfeito, e ainda este ultimo só, salvo não constando do livro de taes lançamentos cujos donos sejam.
- Art. 11. Se no acto ou curso do assentamento dos ferros e signaes apparecerem dous ou mais individuos com as memas divisas, o secretario os notificará para se differencarem.
- Art. 12. O juiz de paz decidirá sem recurso a quem compete a preferencia, dando-a, ou ao que fôr primeiro no tempo, ou ao que, sendo último no tempo, possuir mais do duplo de seu contrário, ou que pelas provas apresentadas mostrar que soffrerá um prejuizo maior de que seu adversário.
- Art. 13. A preferencia, de que trata o artigo antecedente, diz respeito somente á propriedade do ferro ou signal encontrado, e não á do gado ferrado, da qual tomarão conhecimento os tribunaes competentes.
- Art. 14. O secretario perceberá: § 1. Por cada assento de ferro e signal, duzentos réis. § 2. Por cada certidão deste assento, duzentos e quarenta réis. § 3. Por cada aviso de denuncia, trezentos e vinte réis.
- Art. 15. O secretario que for omisso no cumprimento dos deveres, que por esta lei lhe pertencem, imdenisará ao offendido o damno causado, além de multa de igual valor para o cofre provincial.
- Art. 16. As camaras fiscalizarão em cada sessão ordinaria se o secretario cumpre o que pela presente Lei se lhe incumbe.
- Art. 17. Ficão revogadas todas as leis e disposições em contrario" (*apud* MAIA, 2004: 52, 54).

Leis subsequentes trataram da mesma questão na província cearense:

"A Lei nº 1.945, de 24 de agosto de 1881, também do Ceará, que em seu artigo 1º exigia o uso da freguesia, determinava que 'todos os creadores da provincia são obrigados a pôr na parte esquerda de seus gados o carimbo ou a letra da respectiva freguesia ou municipio'. E, ainda cearense, a nº 2.110, de 5 de dezembro de 1885, que instituiu 'na província o registro de marcas pertencentes a todos os criadores e possuidores de gados vacum, cavallar e muar', repisava a determinação da criação do 'signal de freguesia', exigindo que a 'camara municipal em cujo municipio ainda não houver signal de freguezia, logo que for publicada a presente lei, deverá crea-lo, dando disso conhecimento aos seus municipios por meio de edital'" (MAIA, 2004: 54).

No que diz respeito à denominação do ferro usado no lado esquerdo da rês, que determinava a localidade, havia diferenças regionais:

"no Rio Grande do Norte chama-se a este ferro de ribeira. E possível que tenha outra denominações em outros Estados ou em outras regiões do Nordeste. No Ceará chama-se tal ferro de freguesia, à exceção da região do Cariri, onde é chamado de ribeira. E para os lados da zona norte do Ceará, acolá por perto de Sobral, usam chamá-lo de carimbo, e às vezes distinctivo (MAIA, 2004: 72).

Percebemos que apesar de se tratar de uma tradição incorporada nos diversos sertões, tal prática não era homogênea, apresentando particularidades nas diferentes localidades.

O primeiro Decreto sobre **Marcas de Animais** buscando homogeneizar e padronizar tais práticas foi expedido na Primeira República, em 1912.

“o primeiro Decreto sobre Marca de Animais, nº 7.917, de 24/mar./1910, foi assinado pelo então presidente da República Nilo Peçanha. Dois anos depois, de 20/mar./1912, o Dec. 9.542 de Hermes da Fonseca estabelece em 26 artigos o sistema de numeração progressiva ordem e progresso que em seu art. 3.º determina aos estados e municípios a fazerem o registro das marcas. Em 1939 – Dec. 1.176 – era estabelecido o tamanho máximo das marcas e região do corpo do animal onde deviam ser queimadas. Seguiu-se o Dec. 4.854/42 e a Lei 4.714 de 29/jun./1965, sancionada pelo Presidente H. A. Castelo Branco” (REIS⁵ apud FARIA, 1984, p. 69. grifo nosso).

Evidentemente essa Lei Federal foi pouco obedecida nos *confins dos Sertões do Norte*, que continuaram adotando sua tradicional maneira de perpetuar os antigos **caixões das marcas** familiares, raramente adotando o sistema numérico.

“O que é símbolo de sadio orgulho e maior respeito entre todos os povos pastores da terra, está em nossos sertões se delindo pelo descaso de muitos e também pela indiferença e ignorância soa governos que zarolhamente intimam em unificar os ferros com artigos de leis gerados no mundo mais distante dos currais, mandando encangar os velhos ferros de família a um ‘sistema de numeração progressiva ordem e progresso’” (FARIA, 1984: 39).

FERROS DE MARCAR GADO DO CEARÁ (símbolo - localidade)

Z	Acarau	Z	Caucaia	Z	Jardins	Z	Quixadá
∞	Acopiara	€	Cedro	△	Juazeiro do Norte	△	Quixeramobim
P	Aiuaba	A	Chaval		Jucás	Ç	Quexeré
AS	Alto Santo	P	Coreaú	L	Lavras da Mangabeira	Ac	Redenção
◇	Amontoada	B	Cratêus	CL	Limoeiro do Norte	+	Reriutaba
∞	Aquirás	+	Crato	P	Maranguape	Y	Russas
+	Aracati	Y	Farias Brito	M	Marco	SP	Saboeiro
CA	Aracoiaba	F	Fecheirinha	M	Massapê	Σ	Santa Quitéria
B	Araripe	FC	Fortaleza	M	Mauriti	A	Santana do Acaraú
P	Arneiróz	G	General Sampaio	M	Milagres	∞	Santana do Cariri
7	Assaré	J	Granja	◇	Miraima	B	São Benedito
A	Aurora	SP	Guaraciaba do Norte	M	Missão Velha	F	São João do Jaguaribe
K	Barbalha	S	Ibiapina	S	Mombaça	H	Senador Pompeu
B	Barro	∞	Icó	∞	Monsenhor Tabosa	€◇	Sobral
B	Baturité	T	Iguatu	∞	Morada Nova	ε	Solonópole
S	Beberibe	A	Independência	M	Morrinhos	B	Tabuleiro do Norte
B	Boa Viagem	G	Ipu	M	Novas Russas	∞	Tamboril
N	Camocim	◇	Irauçuba	F	Novo Oriente	R	Tauá
C	Campos Sales	J	Itaiçaba	Z	Orós	T	Tianguá
F	Canindé	P	Itapagé	∞	Pacajus	L	Trairi
K	Cariré	◇	Itapipoca	V	Pacatuba	U	Ubajara
H	Caririaçu	C	Itapiúna	Y	Palhano	U	Umari
A	Carnaubal	C	Jaguaretama	S	Pedra Branca	U	Uruburatama
S	Cascavel	FC	Jaguaribe	J	Pentecoste	V	Várzea Alegre
J	Catarina	U	Jaguaruana	S	Pereiro	V	Viçosa do Ceará

Fonte:

Construção da autora a partir Maia (2004).

Figura 24

⁵ REIS, Régis Ávila. Marca de fogo no gado. *Correio do povo*. Porto Alegre, 16 jul. 1976.

Analisando os **ferros** de algumas *Ribeiras* do Rio Grande do Norte, por exemplo, verificamos que os ferros da antiga *Ribeira do Seridó* seguiram uma lógica semelhante à apresentada por Koch (s/d) referente às **marcas de casa**. Os ferros dos municípios que compõem esta microrregião derivaram todos do “S”⁶ da *Ribeira* correlata (figura 27).


Figura 26: Ferro da Ribeira do Seridó. Acervo da autora





 Ribeira do Seridó


 Caicó (1788)


 Acari (1833)


 Jardim do Seridó (1858)


 Serra Negra (1874)


 Currais Novos (1890)


 Parelhas (1926)


 Flores (1890)

Figura 27: Ferros das ribeiras do Seridó, com o nome do município e ano de criação. Construção da autora a partir de FARIA, 1984.

Tal como no Ceará, na Província do Rio Grande do Norte as **marcas** dos proprietários de gado também tiveram que ser registrados nas Câmaras Municipais, conforme a resolução nº 320 de 17 de agosto de 1855:

“Manda que sejam registrados nos arquivos das Camaras Municipais os ferros e signaes com que se marcam os gados dos respectivos municípios [...]

Art. 1º - O fazendeiros e criadores de gado vaccum e cavallar desta Província, por si, seus constituintes, e administrados, poderão registrar nos archivos da Camaras de seus municipios, os ferros e signaes, com que marcarem os gados de suas pretenções.

Art 2º - As camaras municipais darão os livros necessarios para os registros, sendo gratuitamente abertos, numerados, rubricados e encerrados por seus presidentes, ficando autorisados para esta despeza.

Art. 3º - Os fazendeiros e criadores por si, seus constituintes, e administrados, pagarão por cada hum ferro e signal, que registrarem, a quantia de 160 rs., que, com uma nota de ferro e signal, nome do proprietario e do lugar de criação, entregarão ao procurador da camara, que dará um

⁶ É desconhecido a procedência do “S” da marca do ferro da *Ribeira*. Especula-se que ele pode derivar da primeira letra de Seridó ou da primeira letra da padroeira da Freguesia do Seridó: Sant’Ana.

recibo para documento.

Art. 4º - O procurador da camara, tendo recebido a nota de que trata o artigo antecedente, a entregará ao secretário da mesma, que por ella fará o registro; e mais a quantia de 80 rs., que lhe pertence por seu trabalho, ficando em poder do mesmo procurador o restante, de que dará contas á camara, com sua receita. Sob as mesmas condições ficam os secretários obrigados á registrar os ferros e signaes dos fazendeiros e criadores, que, sendo de outros municipios, os quizerem registrar.

Art. 5º - Os secretarios das camaras são obrigados a apresentar os livros de registro ao escrivão Juiz Municipal, e ao administrador das rendas provinciaes, que os devem examinar, afim de verificar se o gado vaccum e cavallar, que for denunciado como do evento, tem algum dos ferros e signaes registrados; e tendo-o não será como tal arrematado, e no caso contrario será a arrematação tida como de nenhum efeito, e o juiz, que a praticar, responsavel pela integral restituição ao dono.

Art. 6º - Quando se der encontro de algum ferro ou signal, terá direito a elle aquella pessoa, que tiver usado do ferro ou signal primeiramente, e na falta de prova de antiguidade, preferirá a pessoa que tiver mais numero de gados ferrados e assinados.
[...]" (apud FARIA, 1984: 66 - 67)

Infelizmente não foi possível encontrar os **Livros de Registro de Ferros da Paraíba**. A única pista sobre um ferro da *Ribeira da Paraíba* foi encontrada no levantamento arquitetônico da Fazenda Timbaúba, nas proximidades do município de Belém do Brejo Cruz. Nessa propriedade vimos um ferro que correspondia, conforme nos foi informado, à típica marca desta *Ribeira*.



Figura 28: Marca que correspondia à *Ribeira da Paraíba* - carimbada com tinta sobre papel.
Fonte: Levantamento da autora (nov/2010)

Ainda sobre as **marcas de ferros** de localidades (*Ribeiras*, Freguesias, Municípios), observamos ocasiões onde as práticas subverteram às Leis estabelecidas. Algumas famílias incluíram diferenciações nos ferros oficiais da região:

"[...] quando o criador é muito rico, dono e senhor de fazenda enorme, gado muito, coisa que no Nordeste quase não existe mais, costuma acrescentar ao desenho da freguesia de seu município uma diferença, sua, de modos que aquele distintivo se torne particular, só dele, e a rês ferrada mostre, mesmo quando vista pelo lado esquerdo, que pertence a Fulano de Tal, dono da fazenda tal e tal. Neste caso a freguesia passa a ser uma marca pessoal a mais, identificadora, a um só tempo, do dono da rês e do município onde é criada. Mas a bem dizer, são raras, uma aqui, outra acolá, freguesias com diferenças particularizantes, o normal e usual é a freguesia limpa e seca, sem diferença ou enfeite, com tão-somente a letra ou as letras designativas de cada município" (MAIA, 2004: 72 - 73).

O exemplo ilustrado por Maia (2004) (figura 29) refere-se às variações introduzidas por cinco criadores de gado da Freguesia de Limoeiro do Norte, cuja marca oficial é um "C L", representando as iniciais de Conceição do Limoeiro.

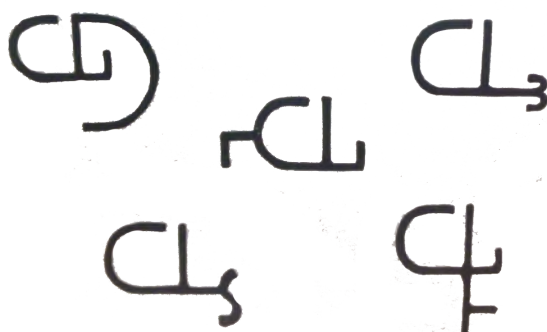


Figura 29: Variações dos ferros de Limoeiro do Norte elaboradas pela Família Maia.
Fonte: MAIA, 2004: 73

Deparamo-nos com dois exemplos semelhantes ao citado por Maia (2004), que reiteram a hipótese de subversão à Lei. O primeiro diz respeito à Fazenda Cabaceira, localizada na *Ribeira do Seridó*, que adotou a marca de um “C” para designar sua própria *ribeira* - “*Ribeira da Cabaceira*” -, ou seja, além de ferrar as reses com o ferro da *Ribeira do Seridó*, ferrava também com o ferro elaborado para designar sua própria *ribeira*. A Fazenda Passagem, situada atualmente no município de Belém do Brejo Cruz, também adotou uma **marca** (figura 30) correspondente à *ribeira* da sua fazenda. Interessante perceber que essas duas fazendas pertenciam a uma mesma família, os Nóbrega.



Figura 30: Marca da ribeira da Fazenda Passagem-PB - carimbada com tinta sobre papel.
Fonte: Levantamento da autora (nov/2010)

Apesar do Brasil adotar o sistema *Civil Law*, na qual a principal fonte do Direito é a Lei, nosso país também reconhece outras fontes como os “princípios”, a “doutrina”, a “jurisprudência”, os “usos” e os “costumes”. Nesse sentido, queremos dar ênfase não apenas à Lei, mas também ao costume, que corresponde a prática reiterada e habitual de uma conduta, acompanhada de um sentimento generalizado da sua obrigatoriedade e que “*sem regras escritas dizendo que tinham que ser assim ou assado, conseguiram varar o tempo [...]*” (LAMARTINE, 1984: 39). Foi dessa maneira que se deu a sucessão das **marcas** de gado entre os fazendeiros dos *sertões* com base no direito consuetudinário. Segundo Faria (1984), as **marcas** mais antigas e tradicionais são formadas de desenhos/símbolos, passados de pais para filho por gerações sucessivas de criadores, nas quais o desenho básico do símbolo era chamado de **caixão⁷ da marca**, e o filhos, numa sucessão masculina, adicionavam diferenciações. No caso das filhas mulheres, elas deveriam utilizar a **marca** do pai, seguida do número referente à ordem de seu nascimento. “*Caixão da marca do ferro da família com as diferenças formam o brasão queimado a ferro em brasa de uma heráldica que vem ainda dos sertões*” (FARIA, 1984: 39), “*contudo as marcas dos membros de uma mesma família, pegando às vezes da de um trisavô, guardam sempre, uma certa semelhança, algo em comum e que não se modifica, por mais que sejam as diferenças adotadas*” (MAIA, 2004: 37). Maia (2004), pesquisando os **ferros** do Ceará, encontrou vinte e uma diferenças ou acréscimos que são incorporados ao **caixão da marca** (figura 31).



Figura 31: Formas dos acréscimos ao caixão da marca.
Fonte: MAIA, 2004: 36

⁷ Ariano Suassuna no livro *Ferros do Cariri: uma heráldica sertaneja* diz que “a base de um ferro familiar, chama-se mesa. A diferença a ela acrescidas pelos diversos ramos familiares e pelos descendentes, cham am-se divisas” (SUASSUNA, 1974: 7). Maia (2004: 37) fala que caixão e mesa são sinônimos.

A partir do exemplo apresentado por Maia (2004), relacionado ao caso da sua própria família⁸ oriunda de Limoeiro do Norte (Ceará), podemos visualizar a maneira como os acréscimos foram sendo incorporados à **marca** do patriarca.

A gênese das **marcas** (figura 32), conforme informa Maia (2004), advém de Manuel Fidélis da Costa, antigo vaqueiro de um fazendeiro de Aracati.

“Contavam os mais velhos que os escravos quando conseguiam adquirir uma semente de gado, obtinham ds seus amos consentimento para usar o ferro da fazenda de cabeça para baixo. Esse costume sobreviveu entre a vaqueirice para ferrar o gado que lhe cabia na sorte, ou que criavam ou ainda criam em terras das fazendas” (LAMARTINE, 1984: 34).

Portanto, sendo a marca do patrão de Manuel Fidélis uma espécie de “5”, Manuel assumiu essa marca invertida e a completou com o giz⁹, formando um “S”. “Forjou, naquele instante, a primeira marca do S, avoenga de tantas que descendem dela, mais de quarenta, tudo com o mesmo caixão” (MAIA: 2004: 41). Tal gênese teve início na primeira metade do século XIX, e sua sucessão se deu quase exclusivamente por varonia. Não seguiu o que tradicionalmente se fazia, pois houve duas exceções interessantes: a primeira é que um dos genros do filho de Manuel Fidélis da Costa adotou o **caixão** do sogro; e a segunda foi o caso de uma descendente mulher, Maria Brotas Maia, que chegou a possuir uma **marca** própria oriunda do patriarca da família.

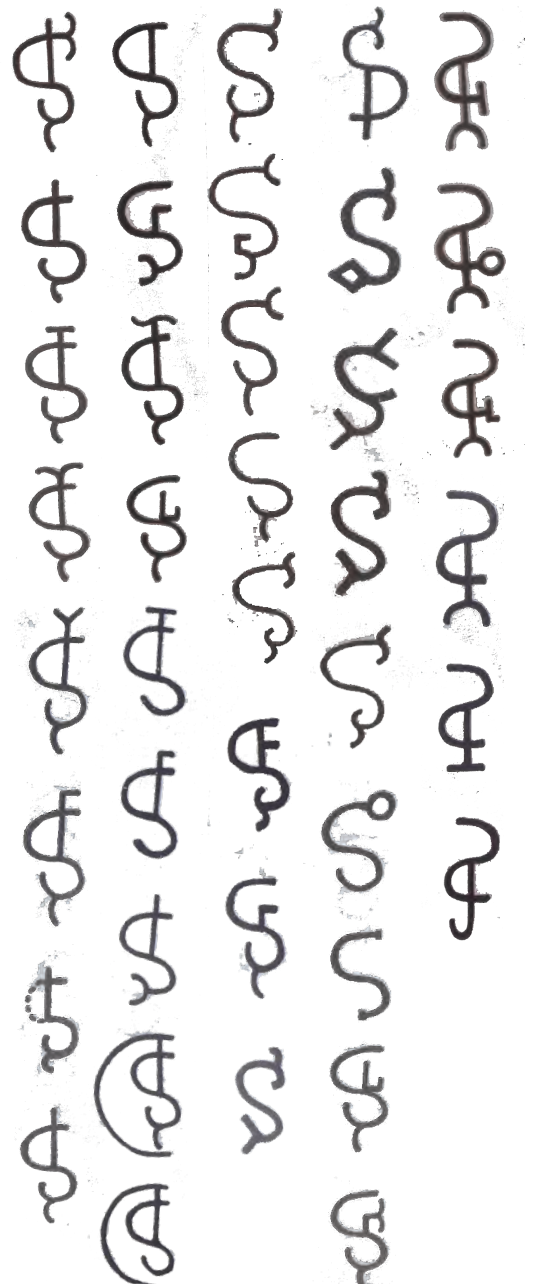


Figura 32: Marcas de ferro da Família Maia de Limoeiro do Norte-CE. Fonte: MAIA, 2004.

⁸ Apesar do sobrenome Maia ter vindo da esposa de Manuel Fidélis da Costa, foi o sobrenome adotado para a sucessão familiar.

⁹ “Giz, aqui, é apenas uma haste de ferro, espécie de buril, próprio para consertar os ferros que falharam, queimando somente aqui e ali” (MAIA, 2004: 40).

Normalmente as mulheres adotavam o número relativo à ordem de seu nascimento. Esses números também apresentavam uma tipografia diferente em cada um dos *sertões*.

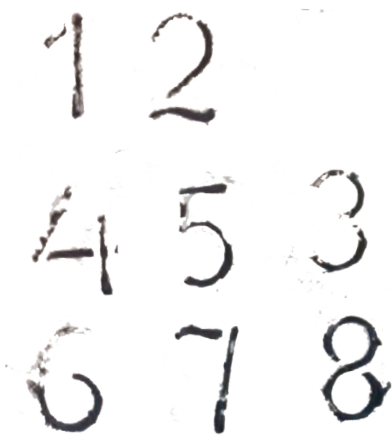


Figura 33: Marcas dos ferros de numerais carimbados com tinta sobre papel.
Fonte: Levantamento da autora (nov/2010)

A prática de sucessão familiar das marcas no Rio Grande do Norte e na Paraíba seguiram o padrão do Ceará. Os exemplos das famílias Lamartine de Faria (RN) e Villar (PB) são bastante elucidativos nesse sentido (figura 34).

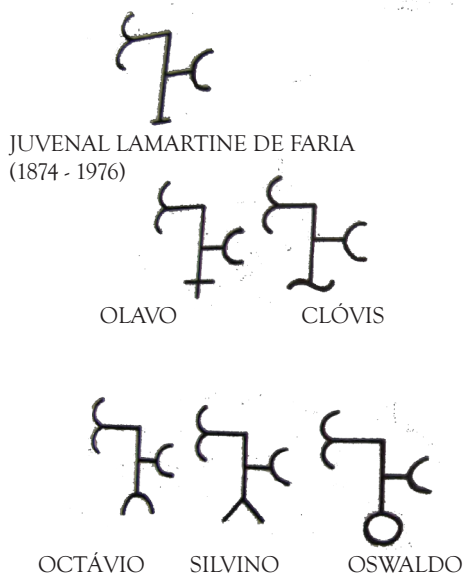


Figura 34: Marcas de ferro da Família Lamartine de Faria (RN) e Villar (PB).
Fonte: FARIA, 1984; SUASSUNA, 1974.

A respeito desse sistema de sucessão, Faria (1984) conclui que “o *caixão da marca do ferro da família com as diferenças acrescidas pelos seus descendentes formam o brasão queimado a ferro-em-brasa de uma heráldica que vem ainda dos começos daqueles sertões*” (FARIA, 1984: 39).

Até então citamos somente casos de sucessão de **marcas de ferros familiares** que foram publicados em livro. Tais livros foram descobertos e eternizados por autores que cultuam um forte sentimento de valorização cultural dos *sertões*: Ariano Suassuna, Oswaldo Lamartine (*in memoriam*) e Virgílio Maia. A vivência desses autores com essa tradição motivou-os a pesquisar suas histórias familiares, findando por documentar os exemplos de suas próprias famílias. Porém, sendo esta uma prática regimentada por Lei, esperávamos encontrar os **Livros de Registro de Ferros e Sinais** em praticamente todos os municípios, o que não ocorreu. A grande maioria dos municípios visitados por nós na pesquisa de campo não possuem mais seus **livros de registros**, o que significa uma imensa perda sobre as tradições materiais e imateriais que elucidavam o cotidiano nos *Sertões do Norte*.

Esses ferros exprimem territorialidades. Tanto é que no caso de animais perdidos, bastava publicar nos jornais e as reses eram facilmente resgatadas, como podemos ver em alguns anúncios do Ceará e do Rio Grande do Norte:

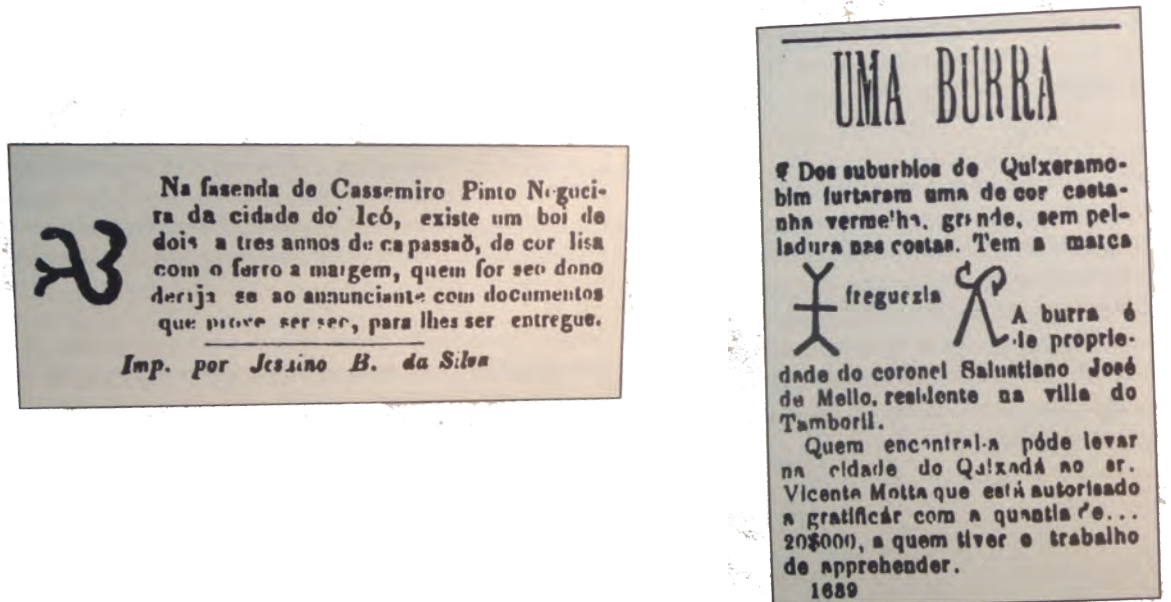


Figura 35: Anúncios de animais perdidos nos jornais O Araripe (1856) e A República (1898).
Fonte: MAIA, 2004: 30.

8 de junho de 1890



“Em poder de Adjuto Alves de Fontes, Varzota, deste termo, se acha uma burra nova, bonita, cardã-roxa, cuja marca, pouco visível, se vê acima e tem a ribeira do Seridó.”

8 de junho de 1890

“BOI



Felinto Pereira Monteiro tem em sua fazenda Patos um boi de ano do ferro acima e da ribeira do Seridó.”

6 de julho de 1890



“O abaixo assinado gratifica a quem lhe der noticia de um cavalo castanho de lote, com o ferro e ribeira supra.

Seridó, 4 de julho de 1890. — Leonidas Monteiro de Araújo.”

21 de setembro de 1890



“Manuel Antônio dos Santos gratifica a quem lhe der noticias de uma égua cardã-rudada com uma poldra alazã que ainda está por ferrar. A égua tem o ferro acima e a ribeira do Seridó.”

1º de fevereiro de 1891



“Manuel Fernandes de Araújo Nobrega gratifica generosamente a quem lhe der noticias exatas de um cavalo novo, castanho escuro, ainda pouco manso, com uma baratinha branca na testa, com o ferro acima e a ribeira do Seridó. A tratar nesta tipografia.”

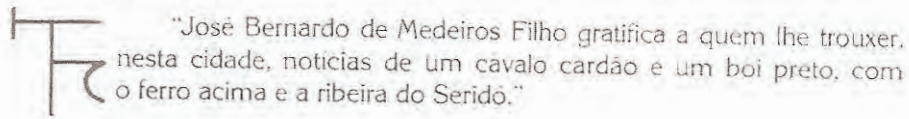


Figura 36: Anúncios de animais perdidos no jornal O Povo.
Fonte: MEDEIROS, 2004: 165 - 166.

As **marcas de ferro** eram utilizadas também como provas de furtos em processos judiciais. Encontramos nos arquivos consultados diversos processos referentes a furto de gado, nos quais a prova utilizada foi a **marca** que a animal carregava em si.

É muito interessante perceber como esses códigos organizavam um sistema de relações econômicas e sociais facilmente inteligível por quem o utilizava, à despeito da confusão que representa aos nossos olhos contemporâneos.

Embora as sesmarias dos *Sertões do Norte* tivessem fronteiras físicas juridicamente definidas, não apresentavam limites de fato (cercas, muros e afins), o que permitia que o gado extrapolasse seu território e se alimentasse em pastos alheios. Na verdade, historicamente, os moradores dos *Sertões do Norte* envolvidos com a prática da pecuária aprenderam que o compartilhamento dos pastos e da água era a condição de sobrevivência para os rebanhos. Numa terra com ciclos de escassez tão extremos, a solidariedade era uma prática recorrente, e a cordialidade intrínseca à necessidade sertaneja. Acostumaram-se então com o caráter coletivo para o desenvolvimento de uma atividade privada. Dentro desse sistema, qualquer situação contrária aos acordos firmados era, muitas vezes, resolvida ali mesmo, afastando-se das decisões judiciais instituídas oficialmente. Isso também favoreceu a autoafirmação de poderes civis dentro daqueles sertões, que passaram a exercê-lo sem a necessidade de patentes militares ou cargos oficiais. A obediência às Leis nem sempre era o melhor caminho, optando-se recorrentemente pela obediência aos costumes locais em detrimento dos oficiais.



Figura 37: Ferros de gado do Piauí.
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c, p. 45.

Em meio à dificuldade de encontrarmos documentos relativos aos **ferros** e **sinais**, deparamo-nos com o precioso índice do primeiro Livro de Ferros da *Ribeira do Seridó*¹⁰, que relaciona as inúmeras marcas dos proprietários dessa localidade com o nome das fazendas. O índice do Livro de Ferros do Seridó configura-se como um precioso artefato da cultura material e imaterial funcionando,

¹⁰ Este documento consta apenas de parte do índice, infelizmente o restante do documento não foi encontrado, também não há data especificada.

para nós, como um importante documento, sem o qual é impossível caracterizar a forma peculiar de demarcação do conteúdo e das próprias fazendas. Observa-se também, com base no índice, que o número de propriedades rurais era muito maior do que conseguimos contabilizar pelos remanescentes arquitetônicos. Por trazer o nome do proprietário, o nome da propriedade e a **marca de ferro** permite-nos identificar e quantificar as propriedades e os proprietários da época, como também caracterizar os possíveis troncos familiares pela simples observância da repetição dos **caixões de marcas**.

Com a análise do **Livro de Ferros do Seridó**, percebemos que as “normas” descritas anteriormente não eram obedecidas de forma rígida, havendo diversas exceções à regra. Uma exceção que verificamos é que havia mulheres com ferros próprios, que não usavam o ferro do pai seguido da numeração correspondente à ordem de seu nascimento (figura 38).



Figura 38: Ferros de gado de mulheres da Ribeira do Seridó.
Ilustração da autora
Fonte: índice do livro de ferros da Ribeira do Seridó

O desenho dos ferros pode revelar, independentemente do sobrenome, as relações de compadrio ou parentesco. Como por exemplo, o caso de três moradores da Fazenda Ignez: Manoel Demétrios de Azevedo, Manoel Batista dos Santos Neto e Maria Magdalena de Jesus. Seguindo o mesmo **caixão** (“P”) das pessoas supracitadas, embora sem poder afirmar que pertencem a mesma família, incluem-se: Joaquim Pereira da Silva, João Ferreira de Aguiar e José Francisco da Silva (moradores da Fazenda Cais), e Cyrilo Baptista de Azevedo e Ernesto Baptista de Araújo (moradores da Fazenda Timbaúba) (figura 39).

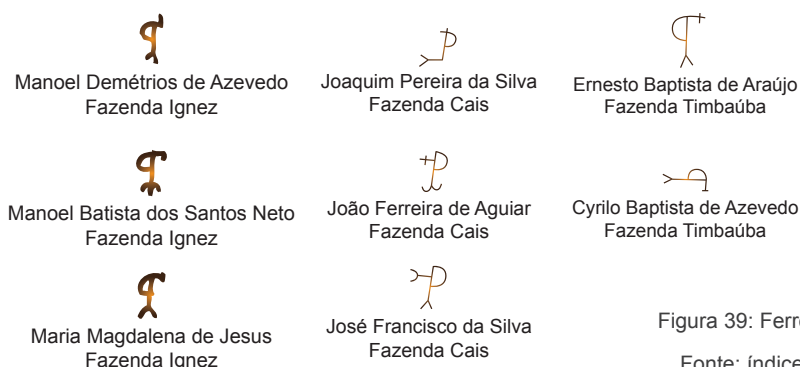


Figura 39: Ferros da fazenda Ignez, Cais e Timbaúba.
Ilustração da autora
Fonte: índice do livro de ferros da Ribeira do Seridó

A relação de parentesco e a sucessão dos **ferros** pode ser claramente percebida na árvore genealógica da família Dantas, residente na *Ribeira do Seridó*:

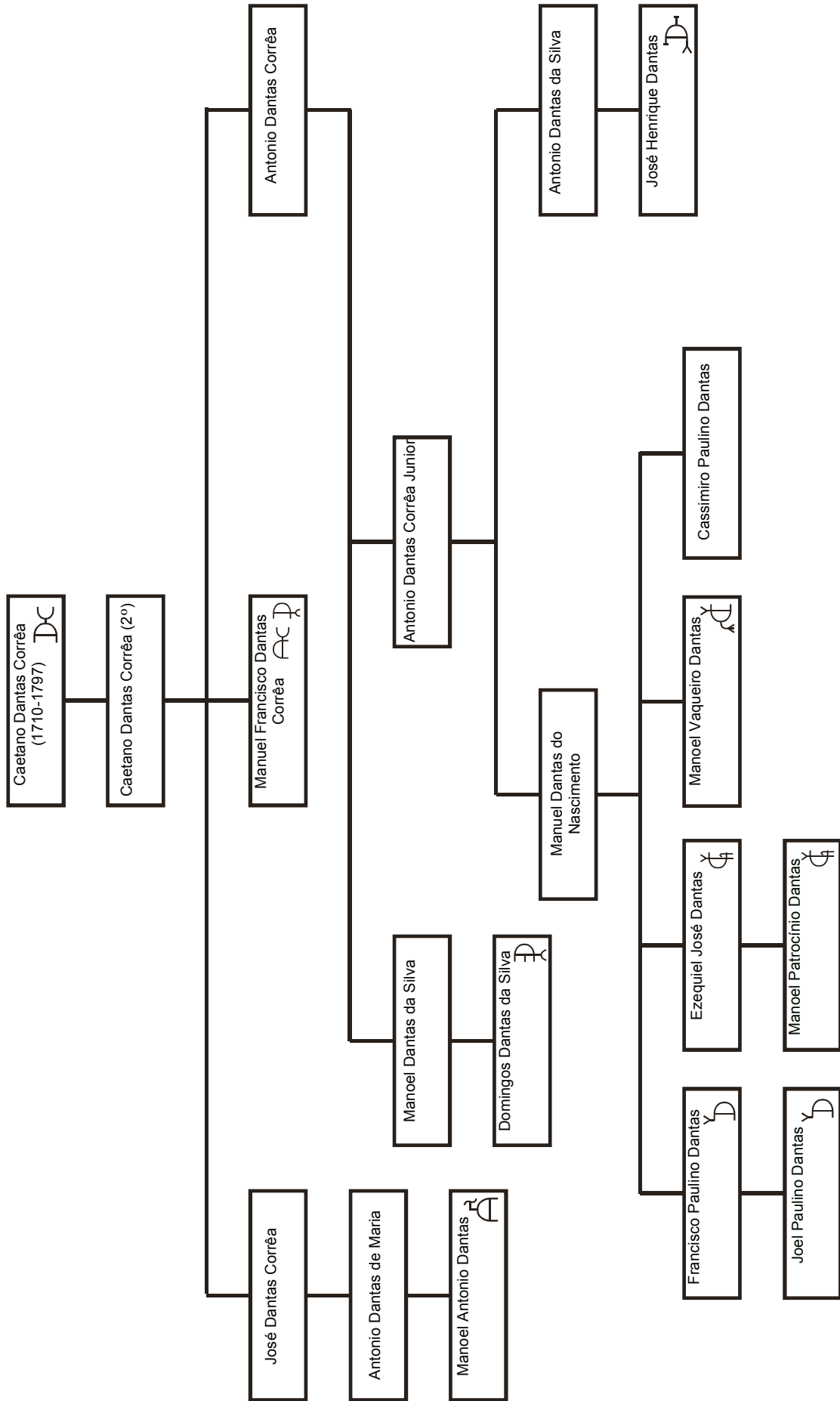


Figura 40: árvore genealógica da Família Dantas, da Ribeira do Seridó.

FONTE: Acervo Pessoal de Helder Alexandre Medeiros de Macedo

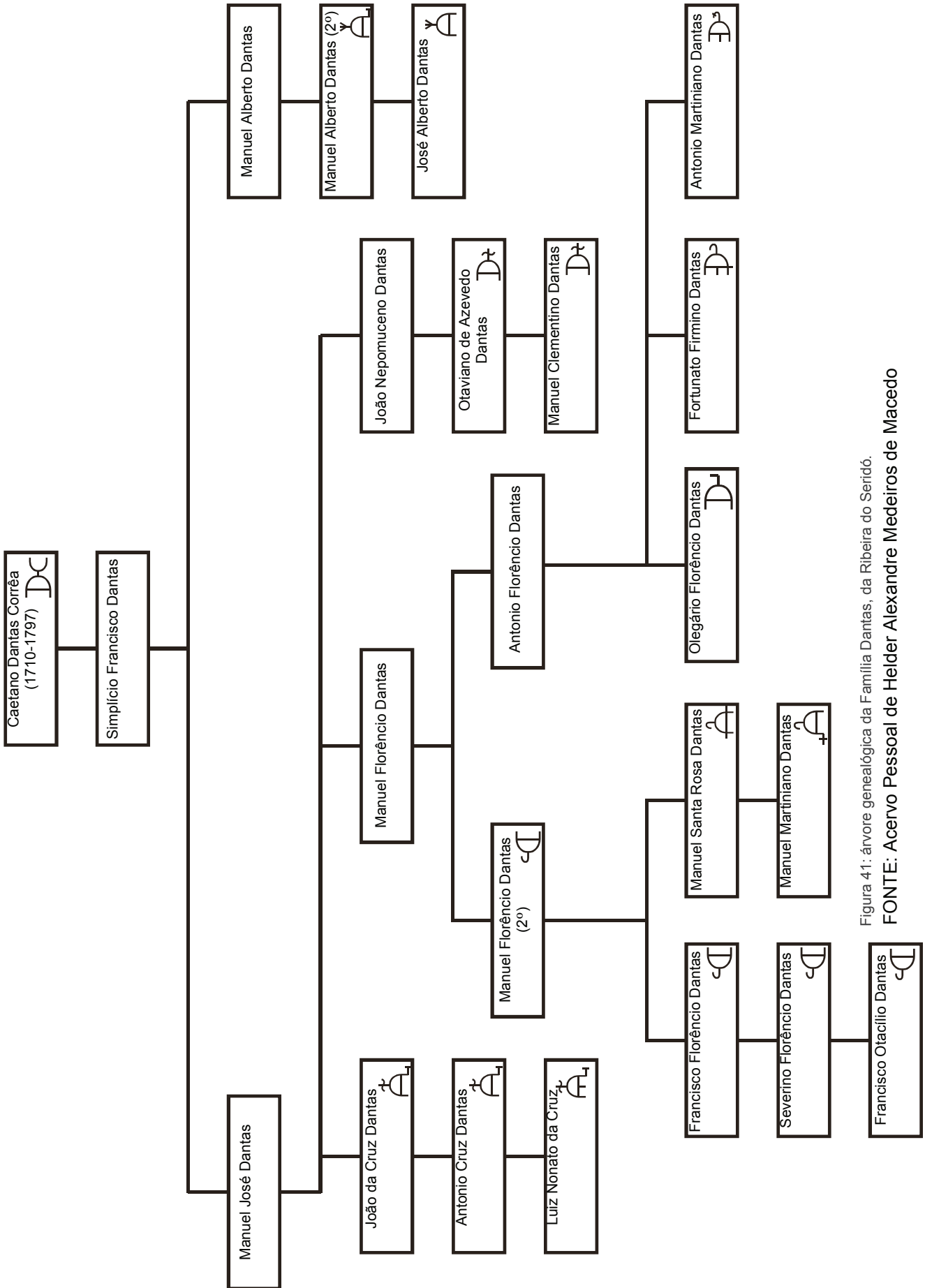


Figura 41: árvore genealógica da Família Dantas, da Ribeira do Seridó.

FONTE: Acervo Pessoal de Helder Alexandre Medeiros de Macedo

Sem dúvida as pessoas apontadas nessa árvore genealógica são parentes de três moradores da Fazenda Oiticicas, relacionados no índice “Livro de Ferros da Ribeira do Seridó”: José Calazancio Dantas, Justino e José (ambos filhos de José Calazancio Dantas). Isto pode ser constatado somente pela observância dos **ferros de marcar gado**. Posteriormente confirmamos que José Calazancio, das Oiticicas era descendente de Silvestre Dantas Corrêa, filho de Caetano Dantas Corrêa e Josefa de Araújo Pereira (patriarca da família Dantas).


José Calazancio Dantas
Fazenda Oiticicas


Justino, filho de José Calazancio Dantas
Fazenda Oiticicas


José, filho de José Calazancio Dantas
Fazenda Oiticicas

Figura 42: Ferros da Fazenda Oiticicas.
Ilustração da autora
Fonte: índice do livro de ferros da Ribeira do Seridó

No contexto da pecuária nos *Sertões do Norte*, a quantidade de **ferros de marcar gado** ostentava a prosperidade do proprietário, possuidor de diversas marcas.

O **Livro de Ferros do Seridó** enumera centenas de proprietários de gado, totalizando 653 marcas de gado, o que dá a dimensão da população envolvida com a “indústria do criatório” na *Ribeira do Seridó*. Durante nossos levantamentos arquitetônicos nessa localidade, poucos vestígios materiais conseguimos relacionar a esta listagem, demonstrando a enorme perda histórica sofrida. Felizmente, alguma coisa ainda pode ser encontrada, por exemplo nas Fazendas Pedreira e Carrapateira. Esse material ainda revelar mais faces de uma história ainda não revelada.

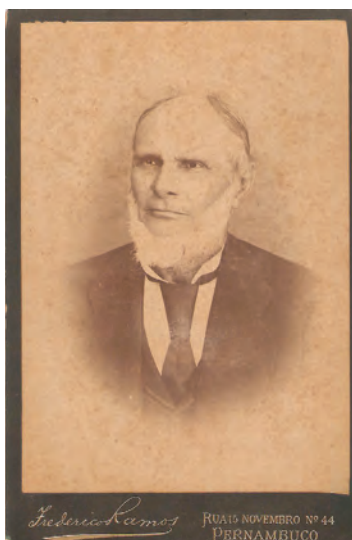


Figura 43: Marcas de gado, retrato e Fazenda Pedreira, de Jannuncio Salustiano da Nóbrega.
Ilustração de ferros da autora
Fonte: índice do livro de ferros da Ribeira do Seridó; retrato acervo da autora.





[???] da Costa Pereira



[???] Elói da Costa Pereira



Figura 44: Casa, marcas de gado e ferros de marcar gado da fazenda Carrapateira.
Fonte: Levantamento da autora e índice do livro de ferros da Ribeira do Seridó

Neste capítulo, vimos quão pujante era a rede de fazendas dos *Sertões do Norte* e, ao mesmo tempo, demonstramos a forma de gestão e controle dessas propriedades que, ao invés de demarcações fixas (cercas e afins), optaram por fronteiras moles, movediças conforme a errância do gado. Este, criado solto, revelava no couro a **marca** do seu detentor e o pertencimento a determinada *ribeira* ou *freguesia*, cumprindo assim um duplo desígnio: o do dono e do fisco.

Capítulo 3

A arquitetura residencial rural da indústria do criatório

os capítulos anteriores vimos o processos de formação de diversas territorialidades no amplo território dos *Sertões do Norte*. Vimos no capítulo 1, um sistema peculiar de demarcação e controle das microrregiões com base nas *Ribeiras*; no capítulo 2, analisamos o sistema de demarcação do gado, ao invés das tradicionais cercas na sesmarias, configurando um universo onde predominaram fronteiras moles às fixas. Neste capítulo, nosso foco é a arquitetura rural em rede, ou seja, em perspectiva comparada, analisada a partir das territorialidades configuradas anteriormente.

Com base na “Relação dos Proprietários dos Estabelecimentos Rurais” do Recenseamento de 1920, coordenado pelo “Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio” através da “Directoria Geral de Estatística”, temos o quadro geral das propriedades rurais do Brasil. O recenseamento apresenta os seguintes números de propriedades rurais: 16.223 no Ceará, 5.578 no Rio Grande do Norte, 18.378 na Paraíba, 23.336 em Pernambuco e 65.181 na Bahia. Esse total genérico não engloba as diferenças intrínsecas a cada propriedade, muito menos distingue o tipo de atividade rural ali desenvolvida. No entanto, demonstra o grande número de fazendas existentes em princípios do século passado.

Nossa atenção dirige-se às fazendas de gado do século XIX. Decerto, a complexidade do território brasileiro na Colônia e no Império, sua ampla dimensão territorial, diferenças físicas, geográficas e econômicas, somadas às diversas formas de convívio social e organização material condicionaram diferentes partidos arquitetônicos.

No âmbito rural as edificações respondem, prioritariamente, aos condicionantes do sítio e à eficiência da sua função. Muito embora tenha sido nas construções residenciais onde a arquitetura rural brasileira produziu o mais rico e distinto repertório de exemplares, envolvendo exclusive manifestações estéticas relevantes, não menos importantes, quando existente, são os edifícios produtivos, cuja forma em geral corresponde à sua função..

Obviamente, no que diz respeito aos estabelecimentos de produção, cada tipo de atividade econômica tinha sua especificidade. No caso da pecuária, não havia processo de beneficiamento no local, pois se tratando de fazendas que vendiam o gado vivo. Nesse sentido, a única construção realmente necessária na “indústria do criatório” eram os currais, facilmente resolvidos com a utilização de pedras aparelhadas, toras de madeiras e/ou barro. De modo que, a atividade da pecuária caracterizasse pela ausência de construções elaboradas para seu desenvolvimento. Devido ao número reduzido de mão-de-obra necessária ao criatório.

Inicialmente, as propriedades instaladas nos *Sertões do Norte* brasileiros destinadas ao criatório de gado dispensaram edificações erguidas com técnicas construtivas duráveis. As casas sedes de fazendas de gado só vieram a ser erguidas quando as famílias estabeleceram-se nesses *sertões*, no século XVIII e com mais vigor no XIX. Nesses dois séculos, predominou a dificuldade de comunicação

entre as fazendas e os núcleos urbanos, favorecendo o caráter de subsistência das propriedades. A isso correspondem edifícios para beneficiamento de mandioca e cana-de-açúcar, e mais tarde do algodão. A dispersão das fazendas de gado é reflexo da atividade pecuária ali desenvolvida, caracterizada como uma atividade na qual o gado tinha que caminhar grandes distâncias para se alimentar e beber água, envolvendo em geral grandes glebas não cercadas. Tal característica irá refletir-se também nas relações do cotidiano.

O título de proprietário de fazenda de gado não garantia de alto poder econômico e posses avantajadas, e isso somado à escassa mão-de-obra disponível nos *Sertões do Norte* constituirá-se um outro condicionante do partido arquitetônico, determinando o aspecto das edificações.

Comparativamente, a arquitetura rural ligada à pecuária *Sertões do Norte* não possui a riqueza de repertório dos exemplares ligados ao café e ao açúcar. Mas, o que esta tese tenta demonstrar, é que a **arquitetura do gado** apresenta soluções genuínas, baseadas no saber vernacular, respondendo com rara elegância e conveniência às lógicas e especificidades dos *sertões* onde foram implantadas. Diferencia-se da arquitetura do açúcar e do café (também baseadas em práticas da arquitetura tradicional, com “saber fazer”) pelo uso mais restrito de elementos arquitetônicos, aproximando-se delas na organização dos espaços internos, em resposta à demanda.

Como veremos, na aparente homogeneidade do conjunto, residem diferenças substantivas, o que torna esse acervo ainda mais relevante do ponto de vista da cultura material. A **arquitetura do gado** apesar de responder a condicionantes de partido arquitetônico similares, está longe de ser homogênea. Como pretendemos demonstrar, trata-se de um conjunto heterogêneo. Decerto, dentro desta heterogeneidade há traços e aspectos comuns que alinhavam estes exemplares em uma rede coerente. As casas de morada selecionadas para análise datam, principalmente do século XIX. Nosso estudo comparativo do partido arquitetônico pautar-se-á em algumas categorias de análise comuns, a saber:

- 1) Topografia do terreno, implantação e orientação;
- 2) Caixa edilícia e modanatura;
- 3) Programa arquitetônico (ambientes constituintes e seu arranjo espacial);
- 4) Materiais, técnicas e sistemas construtivos;
- 5) Mobiliário e utensílios.

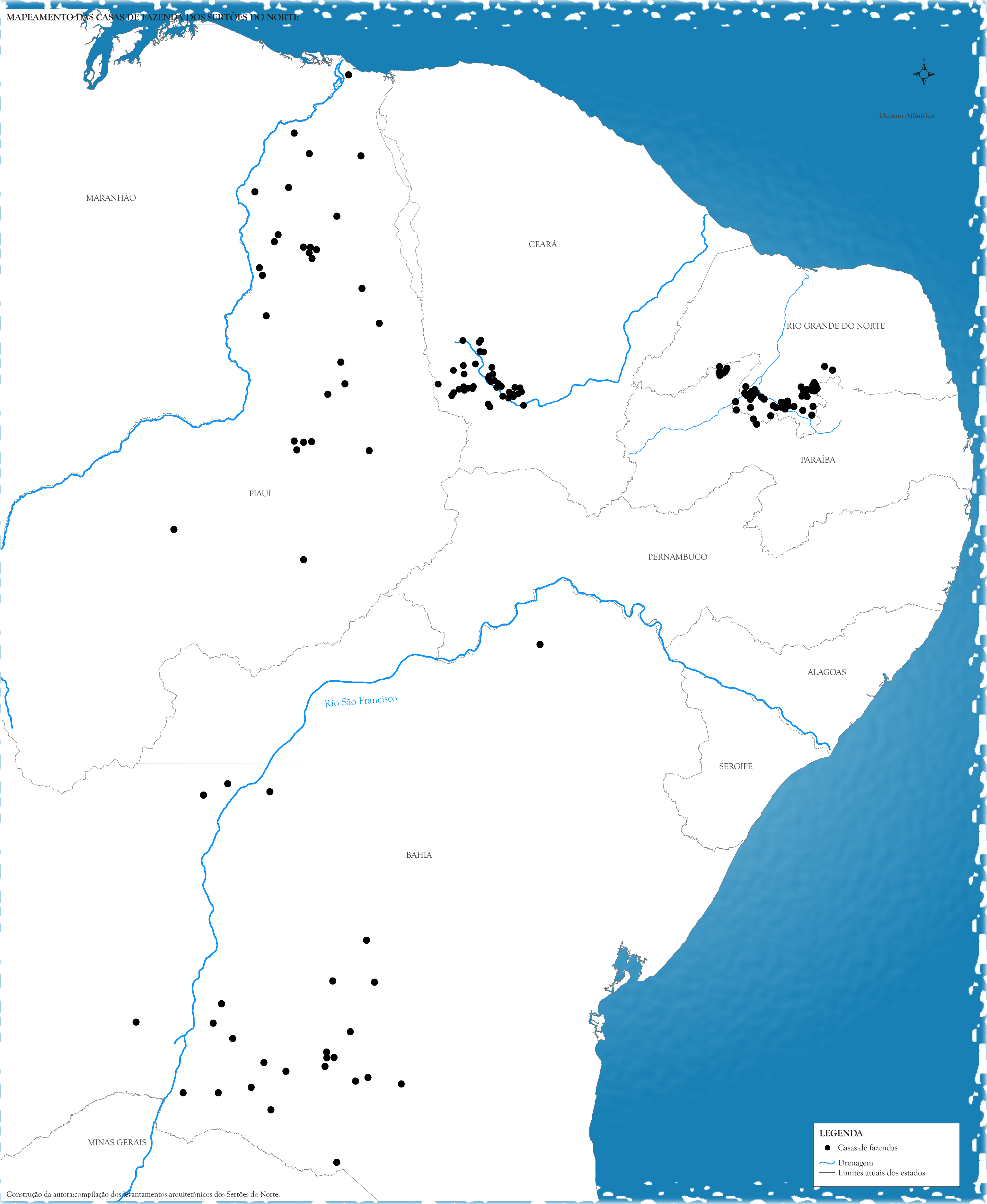
Perceberemos que esse acervo foi edificado a partir de técnicas construtivas tradicionais e sua implantação em diferentes *sertões* conferiu-lhe traços vernáculos particulares, principalmente decorrentes dos materiais disponíveis, que se diferenciam mais quantitativamente que qualitativamente.

Neste capítulo analisaremos as características dos remanescentes arquitetônicos da “indústria do criatório” inventariados em algumas *ribeiras* dos *Sertões do Norte* - **Ribeiras do Piauí** (29), **Ribeira dos Inhamuns** (12), **Ribeira do Seridó** (43), **Ribeiras da Paraíba** (7) e **Ribeiras do São Francisco e do Alto Sertão Baiano** (25) - buscando denominadores comuns e particularidades.

Como salientamos na introdução, essa amostragem de 116 exemplares não se constitui a totalidade do universo empírico, certamente mais amplo e ainda carente de atenção por parte das academias e instituições voltadas à preservação do patrimônio cultural. No entanto, dão a medida de um universo bem mais plural do que parecia à primeira vista.



Oceano Atlântico



MARANHÃO

CEARÁ

RIO GRANDE DO NORTE

PARAÍBA

PIAUI

PERNAMBUCO

ALAGOAS

SERGIPE

BAHIA

MINAS GERAIS

Rio São Francisco

LEGENDA

- Casas de fazendas
- ~ Drenagem
- Limites atuais dos estados

3.1 Ribeiras do Piauí

O arquiteto Paulo Thedim Barreto percorreu, a serviço do SPHAN, nas primeiras décadas do século XX, o norte e sudeste do Piauí para investigar sua arquitetura. O resultado dessa expedição foi publicado na revista da instituição, em 1938, e o artigo permaneceu isolado no gênero durante décadas, constituindo-se na principal referência sobre a arquitetura e os bens móveis tradicionais do Piauí. De acordo com Thedim Barreto (1938), num contexto de clima quente e seco, as construções do Piauí datadas do século XVIII eram de taipa de mão, com troncos de carnaúba (espaçados de 35 cm em 35 cm) e com varamento de marmeleiro (distanciados de 10 cm em 10 cm), amarrados com relho de couro de boi. Esses materiais eram todos provenientes da região e, no caso do couro, oriundo da pecuária, principal atividade produtiva do estado.

Barreto (1938) concluiu que a arquitetura tradicional das casas urbanas piauienses era a “*pura expressão popular*”, sendo sua fachada de “porta e janela”, partido típico do Maranhão, com sequentes evoluções em “meia morada” e “morada inteira”. Contudo, no Piauí, apesar da origem proveniente do estado vizinho, aos olhos do autor teria se estabelecido uma legítima “casa piauiense”.¹ O discurso coadunava-se com o de toda uma geração pioneira do SPHAN envolvida com a construção e preservação do patrimônio histórico brasileiro.²

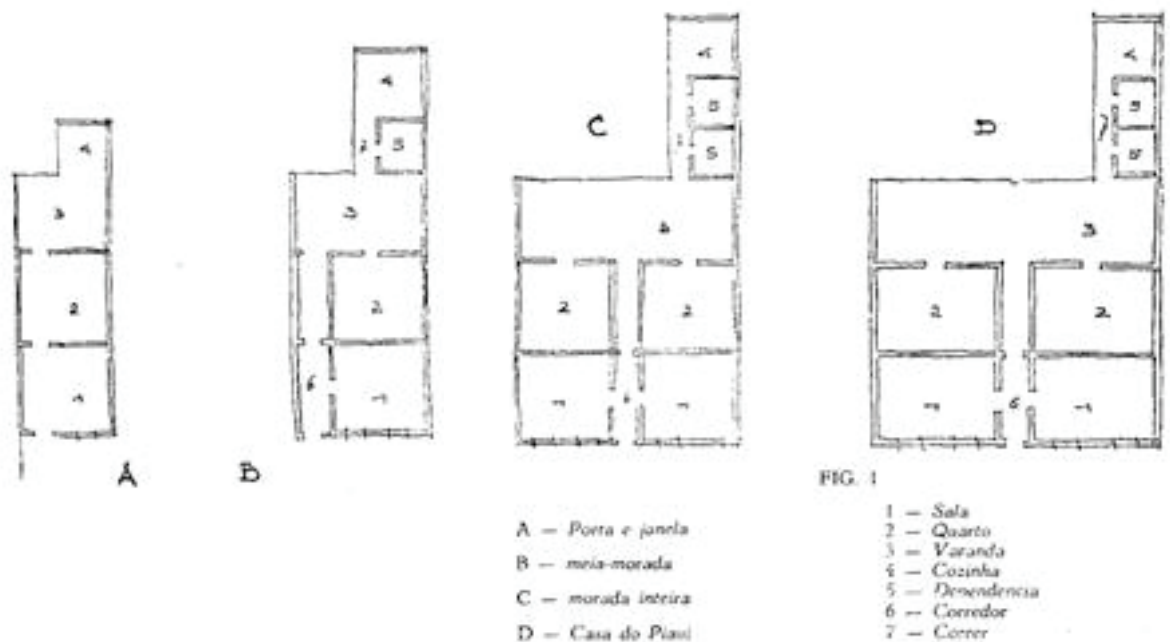


Figura 45: Tipos de plantas da casa piauiense (por Paulo Thedim Barreto).
Fonte: BARRETO, 1938: 197.

As casas urbanas observadas por Barreto (1938) eram, em geral, térreas, com raros casos de dois ou três pavimentos. As plantas eram, na sua maioria, em “L”, e em alguns poucos casos em “U”.

No que diz respeito à arquitetura rural, o arquiteto diz que as grandes casas de fazenda reproduziam o mesmo programa da casa urbana, só que em maiores proporções. Outro diferencial é que nas habitações rurais havia uma varanda frontal ligada à varanda posterior por um corredor. A função desse ambiente, segundo Barreto (1938), era amenizar a ação do sol sobre os cômodos internos e

¹ Cf. BARRETO, Paulo Thedim. O Piauí e sua arquitetura. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Nacional**. Rio de Janeiro: MES, 1938. n. 2. p. 187 - 223.

² Cf. FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ-IPHAN, 2005.

também servir como pouso para viajantes.

Sobre o mobiliário, o autor acrescenta que se resumia ao mínimo necessário: mesas, bancos de madeira (com e sem encosto), banquetas e cadeiras com assentos de couro, malas de couro cru, bilheiras, potes e redes. Nesse universo de simplicidade, as bilheiras, potes e redes eram os objetos que dispunham de algum ornamento, tendo às vezes um acabamento mais requintado. A quase ausência de camas era compensada pelos inúmeros armadores de redes dispostos nas salas e quartos.

Paulo Thedim Barreto (1938) denominou de “casa do sertanejo” as habitações de taipa de mão, cobertas de palha ou telha, implantadas “*em pleno sertão e nas redondezas das cidades*” do Piauí (BARRETO, 1938: 215).



Figura 46: “Casa do Sertanejo” e mobiliário.
Fonte: BARRETO, 1938.



O artigo “Piauí e sua arquitetura” foi o primeiro esforço sistemático para o conhecimento da arquitetura piauiense. A ausência de investigações semelhantes contribuiu para que permanecesse incontestável durante décadas, apesar da Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC) ter realizado um inventário arquitetônico no estado que, por não ter sido publicado, permaneceu desconhecido ao grande público. Finalmente, o inventário realizado por Olavo Silva Filho ao longo de quase 30 anos e publicado em 2007, refinou o olhar e ampliou o panorama da arquitetura do Piauí, ao contemplar centenas de exemplares. Ficou comprovado assim que Paulo Thedim Barreto optou por generalizar tipos arquitetônicos. Dentro da simplicidade material intrínseca à realidade do Piauí no século XVIII e XIX, observam-se semelhanças, mas também diferenças substantivas.

A pesquisa de Silva Filho (2007 c) comprovou que das “centenas de fazendas de gado bovino [...] citadas por cronistas e viajantes que cruzaram os caminhos empoeirados do Piauí colonial e imperial [...] da amostragem, que a crônica registra ao longo dos cursos d’água que cortam esse território [...]

praticamente nada escapou da ação deletéria do tempo” (SILVA FILHO, 2007: 73. *grifo nosso*). Em seu levantamento, Silva Filho (2007) identificou somente cinco das inúmeras fazendas registradas pelo engenheiro militar João Antônio Galuzzi, em seu mapa de 1761. São elas: Fazenda Abelheiras, Fazenda Cajueiro, Fazenda Serra Negra, Fazenda Boa Vista³ e Fazenda Graciosa.

No que diz respeito ao século XIX, Silva Filho (2007 c: 69) identificou um primeiro grupo tipológico, denominando-o de “casa típica do sertão”, vinculada a vaqueiros e roceiros.

“Agregados bem sucedidos desvincularam-se das fazendas sedes, constituindo pequenas propriedades de auto-subsistência. Repetindo técnicas e sistemas construtivos adotados tanto nos abrigos mais simples, quanto nas casas grandes, ainda hoje levantam moradias em propriedades desmembradas dos grandes latifúndios. Maiores e de melhor acabamentos, em relação às casas de taipa, buscam uma aproximação tipológica com as grandes sedes rurais. Entretanto, mais que a forma ou o tamanho, o emprego dos materiais faz a principal distinção entre elas. As plantas seguem a disposição característica, quase sempre retangular, com alpendre ou sala frontal ligada à cozinha por um corredor central, ladeado por quartos. As coberturas em duas águas. Configuram assim, um padrão intermediário entre os casebres de palha e barro e as tradicionais casas de fazenda, ora se confundindo com as primeiras ora com as segundas” (SILVA FILHO, 2007 c: 68. *grifo nosso*).

Observa-se que esse primeiro grupo tipológico descrito por Silva Filho (2007 c) assemelha-se à “casa do sertanejo” estudada por Paulo Thedim Barreto (1938). Exemplificam esse tipo tradicional, as sedes das fazendas Dona Alemã e Tranqueira.

A Fazenda Dona Alemã, localizada em Capitão de Campos, é datada do século XIX. Está assentada num alto e foi construída de alvenaria de pedra e adobe, com cobertura em duas águas com estrutura de carnaúba.

Sua planta é retangular (tendendo ao quadrado), com alpendre frontal e posterior. A distribuição interna se dá por meio de um corredor central. Apresenta internamente duas alcovas, cômodos que não possuem abertura para o exterior.



Figura 47: Fazenda Dona Alemã.
Fonte: Arquivo 19ª SR/IPHAN.

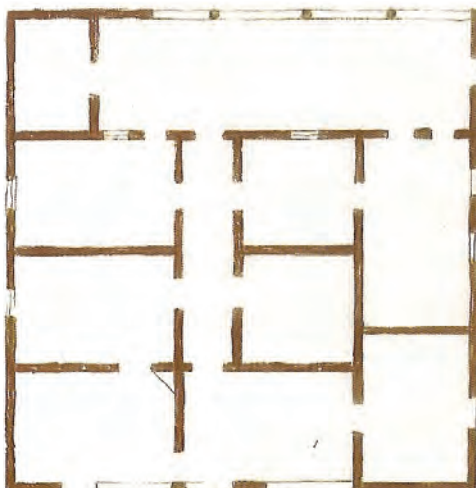


Figura 48: Levantamento arquitetônico da Fazenda Alemã: set/1987.
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 153.

³ Há dúvidas se a Fazenda Boa Vista corresponde à mesma propriedade registrada em 1761.

Seguindo a mesma tipologia de planta retangular, conforme informa Silva Filho (2007 c: 204), enquadra-se a casa sede da Fazenda Tranqueira, com o curioso detalhe de possuir um arco ogival na porta entre a saleta central e a varanda dos fundos.



A casa da Fazenda Tranqueira foi construída com alvenaria de adobe e a estrutura do telhado é de carnaúba e caibro roliço. Suas aberturas são vedadas por folhas cegas de madeira com dobradicas de leme-e-cachimbo e cravos de ferro batido. Em dois quartos há gradis de madeira com balaústres de secção quadrada a 45°.



Figura 49: Casa da Fazenda Tranqueira.
Figura 50: Levantamento arquitetônico: jan/1987.
Fonte: SILVA FILHO, 200 c: 204 - 205.

Investigando os remanescentes inventariados por Silva Filho (2007 c), conclui-se que apesar da rusticidade e ausência de técnicas inovadoras, não há padronização das plantas, como demonstraremos a seguir.

Também segundo o autor, na virada do século XVIII⁴ para o XIX nota-se uma mudança na casa rural do Piauí, com o redimensionamento e a reformulação do programa arquitetônico e funcional para abrigar a família do proprietário, que antes não habitava os *sertões*.

“No final do século XVIII e por todo o XIX, a casa de fazenda não é mais passageira como foram os primeiros abrigos desnorreados, levantados no rastro do boi mas, para a eternidade, para servir às gerações subsequentes. Presa às tradições absolutistas, numa época em que mais se habitava o campo que o domicílio urbano, a casa oitocentista imprimiu um arraço setorial característico [...] A arquitetura, que no passado acomodava patrão e empregados indistintamente, vai balisar diferenças sociais, estabelecendo limites de convivência, delimitando hierarquia de espaços e distinguindo funções” (FILHO, 2007: 80).

3.1.1 Topografia do terreno, implantação e orientação

As casas-sede de fazendas de gado foram implantadas, em geral, em suaves plataformas. Ao seu redor dispunham de um grande terreno por onde podiam identificar qualquer movimento estranho nas proximidades e que também permitia avistar os currais, sempre localizados nas suas imediações.

“As fazendas foram como matrizes cristãs assentadas em suaves plataformas, projetando teatralidade imprimindo respeito e controlando os costumes” (SILVA FILHO, 2007: 78).

⁴ Para detalhes sobre as casas do século XVIII Cf. SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí**. Belo Horizonte: Petrobrás, 2007. v. 1.

Não se observa um padrão quanto à orientação solar. Segundo o autor: “ventos e chuvas nunca foram determinantes de orientação, enquanto o sol queima por todos os lados” (SILVA FILHO, 2007: 78).

3.1.2 Caixa edílicia e modenatura

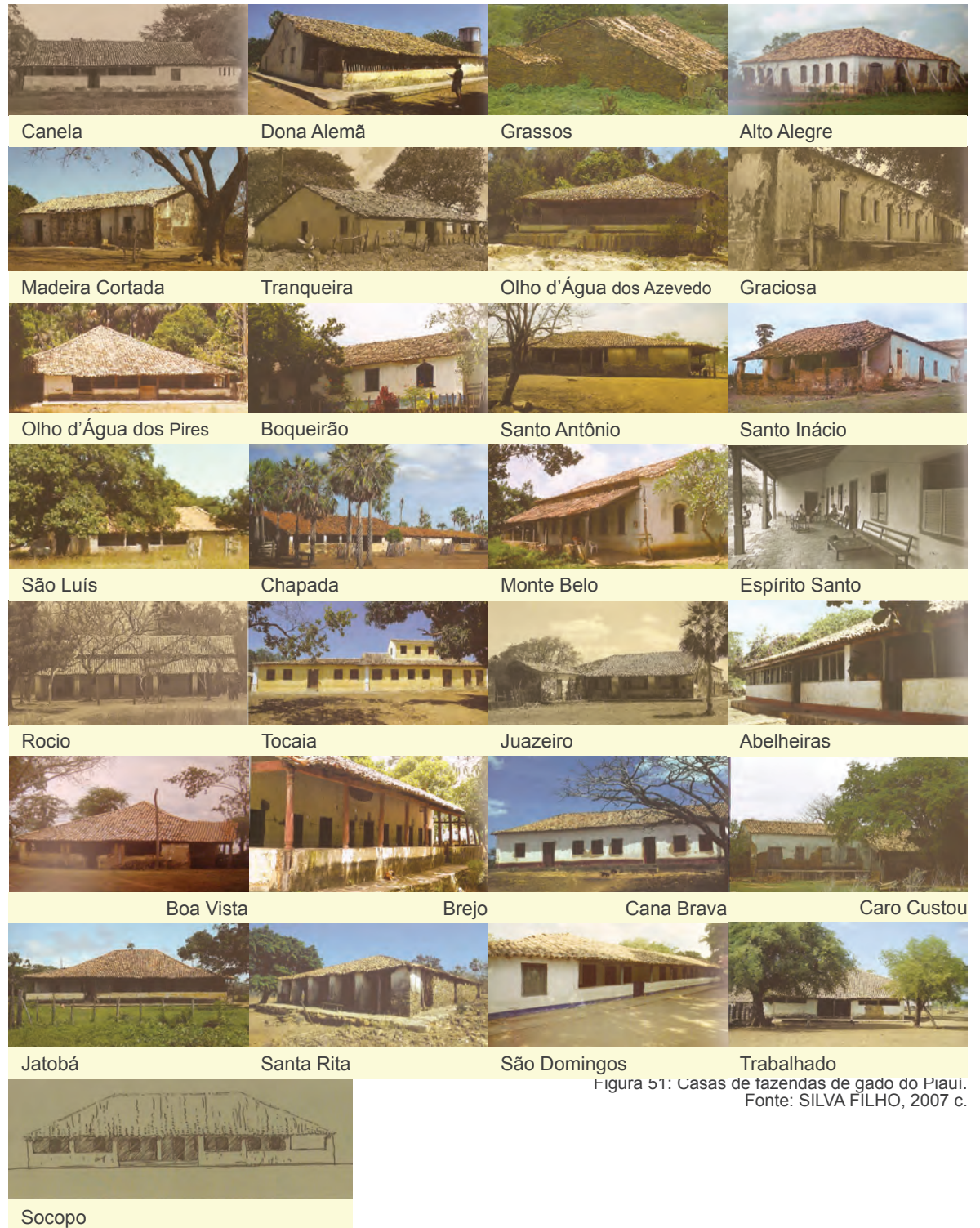


Figura 51: Casas de fazendas de gado do Piauí.
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c.

As casas analisadas por Silva Filho (2007 c) são, em geral, térreas, de formato cúbico e dotadas de generosos telhados. Na caixa edílicia, os cheios predominam aos vazios, e a relação entre eles é harmônica. Destacam-se alpendres na fachada frontal, nem sempre constantes. Quando existentes,

serviam para amenizar a alta temperatura e também como espaço de socialização, comportando-se como espaço de transição entre o ambiente externo e o interno. Apesar da maioria dos alpendres serem locados na fachada frontal da casa, há exemplos de alpendres laterais e também na fachada posterior.

Em casos excepcionais havia alpendres de telhado alto, servindo como abrigo de animais ou carros de boi, como no caso da casa sede da Fazenda Olho d'Água dos Azevedo.

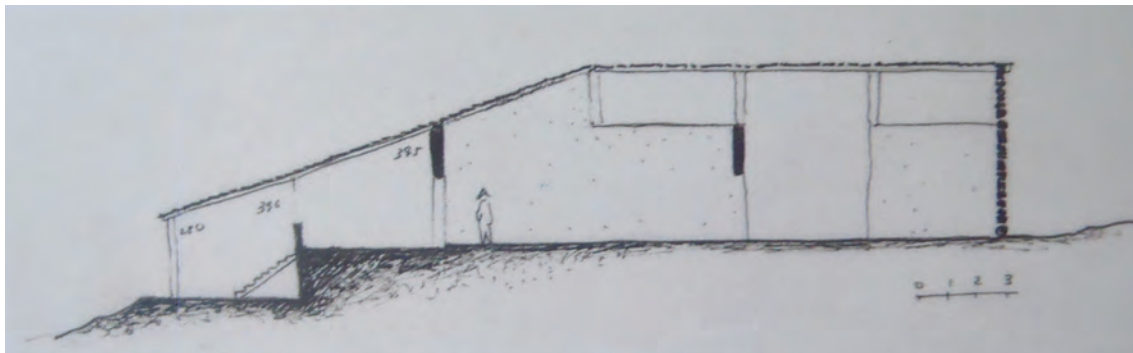


Figura 52: Corte esquemático da casa da Fazenda Olho d'Água dos Azevedo. Detalhe para o alpendre (em dois níveis).
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 95.



Figura 53: Alpendre da casa da Fazenda Chapada.
Detalhe para o beiral baixo, de altura 1,70 m.
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 151..

3.1.3. Programa arquitetônico (ambientes constituintes e seu arranjo espacial)

A heterogeneidade das casas rurais do Piauí é visível na variação de suas plantas. Malgrado percebamos semelhança no programa de necessidades, o arranjo dos espaços é diferenciado. Silva Filho identificou seis tipos diversos:

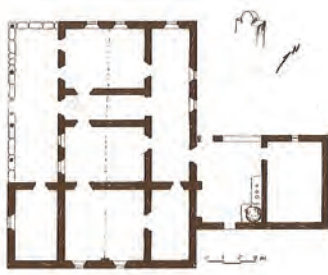
- 1 - Capela e oratórios no corpo da casa;
- 2 - Capelas isoladas;
- 3 - Casas de alpendre;
- 4 - Casas sem alpendre;
- 5 - Moradia de vaqueiro no corpo da casa;
- 6 - Instalações de produção em continuidade ao corpo da casa.

Os ambientes recorrentes eram: sala, quarto, varanda de refeição, cozinha e dependência de serviços. Alpendre e corredores podiam existir ou não. A diferença fundamental se dá na maneira com que esses ambientes eram interligados. Para tanto, havia dois padrões revelados pelos

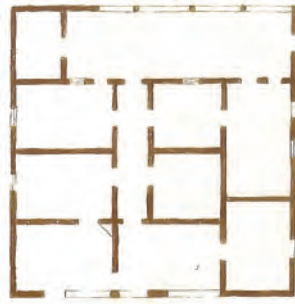
vestígios materiais:

- A distribuição dava-se através dos próprios cômodos, o que revela falta de privacidade nos ambientes e conseqüente promiscuidade quanto aos usos, devido à sobreposição de funções.

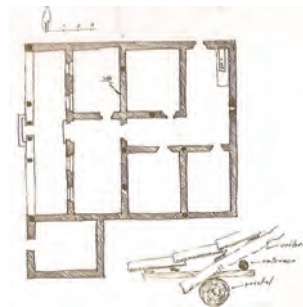
- Um corredor distribuía a circulação entre os ambientes da habitação, solução mais sofisticada que a anterior.



Canela



Dona Alemã



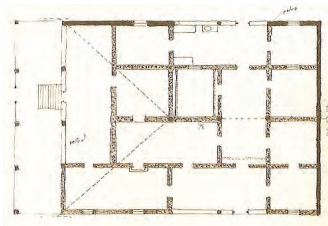
Grassos



Alto Alegre



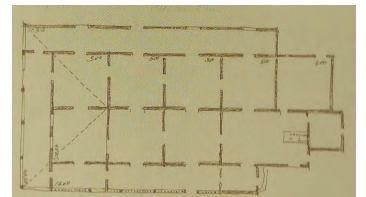
Tranqueira



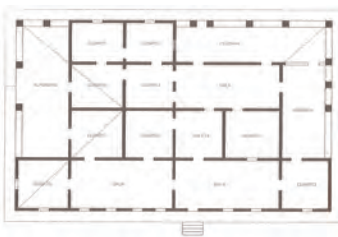
Olho d'Água dos Azevedo



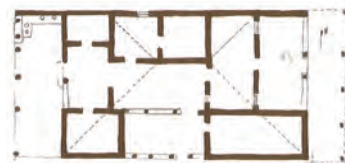
Graciosa



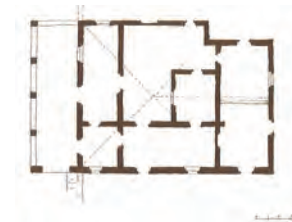
Olho d'Água dos Pires



Boqueirão



Santo Antônio



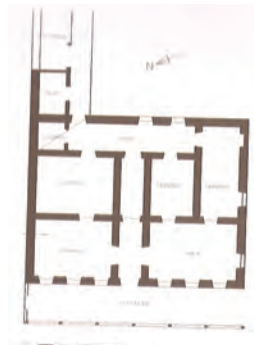
Santo Inácio



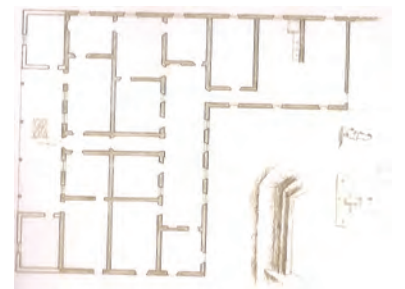
São Luís



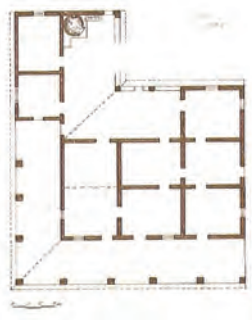
Chapada



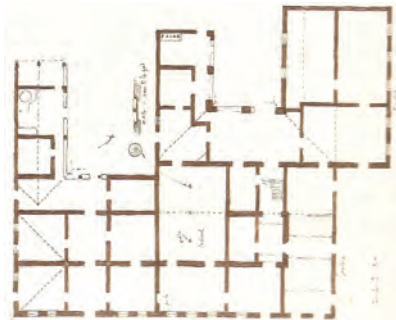
Monte Belo



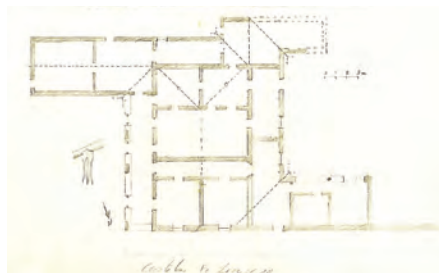
Espírito Santo



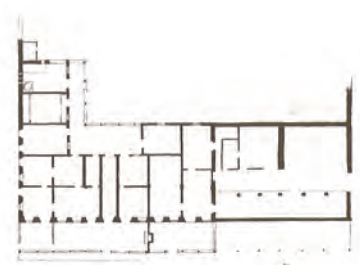
Rocio



Tocaia



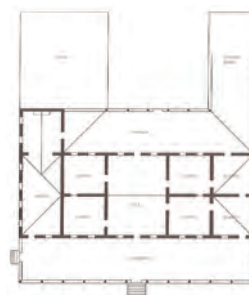
Juazeiro



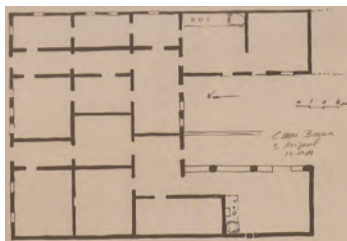
Abelheiras



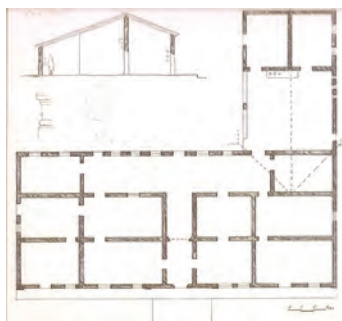
Boa Vista



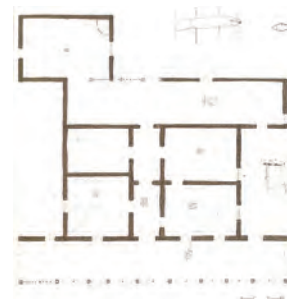
Brejo



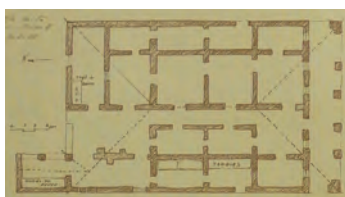
Cana Brava



Caro Custou



Jatobá



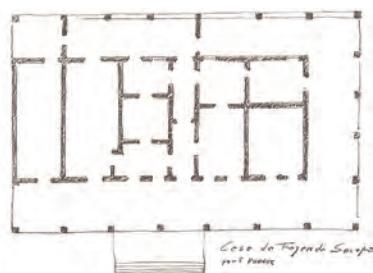
Santa Rita



São Domingos



Trabalhado



Santa Rita

Figura 54: Plantas arquitetônicas das casas de fazendas de gado do Piauí. Fonte: SILVA FILHO, 2007 c.

Como base no inventário de Silva Filho (2007) observa-se que os aposentos principais eram os dormitórios, as salas e a capela, que ficavam no bloco da frente. Havia quartos secundários para empregados e cozinha nos fundos. As divisórias de meia altura (comuns nas moradias urbanas) foram também muito empregadas no meio rural, favorecendo o controle e vigilância do que se passava no interior da casa, além de arejá-la contra o calor. Localizadas sob as linhas das cumeeiras e das águas mestras, tal recurso firma-se mais em decorrência das condições físicas e econômicas (evitando-se a construção de pesadas alvenarias além do estrutural e socialmente necessário), sendo ainda vantajoso para o arejamento.

Pautados no método de Carlos Lemos (1999), dividimos os espaços internos das habitações rurais do Piauí segundo suas funções principais: **receber/estar; estar íntimo/ repouso; e serviço**. No entanto, temos consciência que uma das características dessas habitações é a sobreposição de funções nos cômodos, aspecto que abordaremos na análise de alguns casos exemplares.

Receber/estar

Ao **receber/estar** correspondem os alpendres e as salas. Apesar do alpendre não constituir uma constante nessas habitações, quando existente, promove tanto a melhoria do conforto térmico na construção, como também propicia um espaço de convívio social, não somente da família que ali habita mas também dos forasteiros. Os alpendres e as salas não eram somente espaços de receber ou estar; esses cômodos eram também utilizados para dormir. Tal hipótese ancora-se na observância empírica: verificamos que inúmeros ganchos e toras de carnaúba distribuem-se pelas paredes e eram usados para armar redes, retratando a diversidade de funções ali vivenciadas.

Também nas salas e alpedres encontram-se inúmeros cabides (ou tórnos) e ganchos (ou armadores de rede) que serviam para pendurar utensílios, principalmente de couro, para o trato cotidiano com o gado.



Figura 55: Sala da Fazenda Trabalhado. Observe para os tórnos com utensílios de couro pendurados e as toras de carnaúba para armar redes
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c. p. 96.



Figura 56: Cabides e ganchos da Fazenda Cajueiro.
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c. p. 141.

Estar íntimo/ repouso

Atendendo a um programa que não privilegiava o uso especializado dos cômodos, os quartos das habitações aqui estudadas não resguardavam, em sua maioria, a privacidade íntima, sendo na sua grande maioria interligados aos demais cômodos através de diversas aberturas.

As alcovas foram raras nas casas rurais do Piauí investigadas.

Serviço

A varanda de refeição (que também agregava a função de estar), juntamente com a cozinha, eram os cômodos onde se realizavam os serviços domésticos, relacionados exclusivamente às mulheres.

“A cozinha da fazenda é a mais forte expressão da rusticidade rural, nas trepes de pedra, forno e fogão de alvenaria. Com telhado rebaixado em relação às águas mestras, dá continuidade aos avarandados traseiros, constantemente prolongando-se às áreas externas, especialmente com mesas de pedra, cepos e pilões. Em muitas fazendas se fazia o forno em pequeno puxado, por vezes afastado da casa. Junto às cozinhas ficam as despensas, onde se acumulam os mantimentos, ferramentas de lavoura e toda a tralha da fazenda” (SILVA FILHO, 2007 c: 100).



A varanda de refeição era um misto de sala e alpendre. Locada nos fundos da residência, fazia “[...] a *interligação fundamental entre as áreas de serviço, a íntima e a social que patroas e empregadas exerciam atividades domésticas, rompendo a formalidade das salas de visita*” (SILVA FILHO, 2007 c: 99).

Figura 57: Varanda de refeições da Fazenda Abelheiras.
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 125.



Figura 58: Cozinha em varanda aberta da casa sede da Fazenda Olho d'Água dos Azevedo
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 173.

Figura 59: Fogão a lenha da casa sede da Fazenda Iningá.
Fonte: Arquivo FUNDAC-PI

Segundo Silva Filho (2007), a configuração da planta em “L” é a mais frequente, com nítida separação do bloco principal das áreas secundárias, instaladas na lateral. Mas, por comparação, percebemos que as plantas retangulares também foram muito comuns. Observa-se poucas ocorrências em “U” e raramente em “T” ou em “O”, além de outras conjugações. Na amostragem estudada, percebe-se uma tendência de grandes frentes em relação à profundidade. As frentes são sempre contínuas e, só excepcionalmente, apresentam um puxado avançando.

O padrão de planta em “L”, com típica setorização (alpendre frontal e varanda de refeições na parte posterior, interligados por um corredor central, serviços nos fundos e os quartos nas laterais), pode ser verificado nas casas-sede das fazendas Canela, Jatobá, Espírito Santo e Abelheiras.



Fazenda Canela

Alvenaria de adobe.
Cobertura em estrutura de carnaúba.

Figura 60: Levantamento arquitetônico da Fazenda Canela: fev/1987

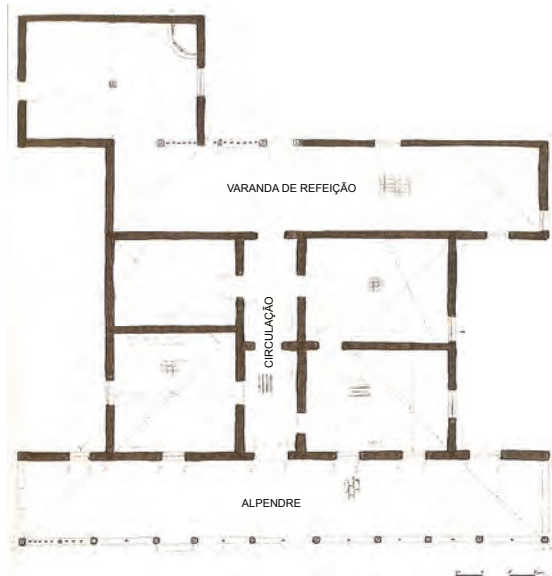
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 144 - 145



Fazenda Jatobá

Alvenaria de taipa de carnaúba.

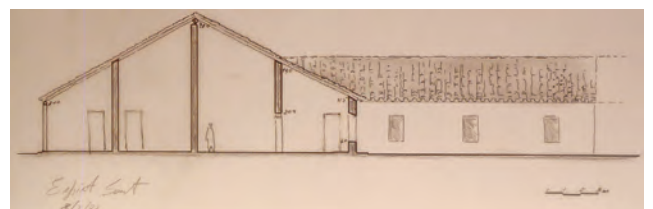
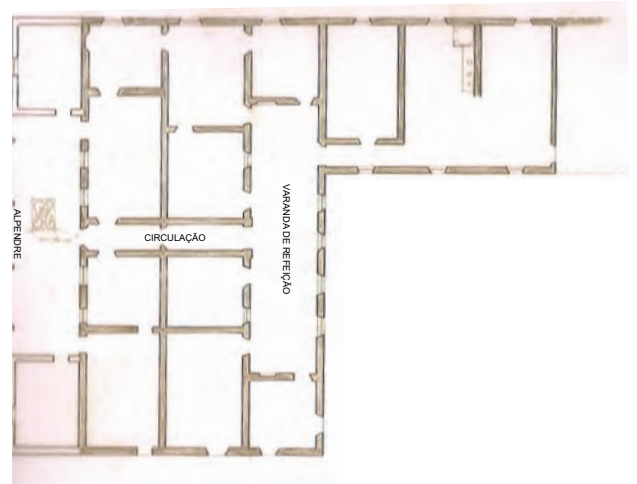
Figura 61: Levantamento arquitetônico da Fazenda Jatobá: mar/1985
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 164 - 165



Fazenda Espírito Santo

Cobertura em estrutura de carnaúba.

Figura 62: Levantamento arquitetônico da Fazenda Espírito Santo: fev/1987
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 154 - 155



Localizada em Campo Maior, a casa sede da Fazenda Abelheiras⁵ está assentada num alto, um pouco elevada em relação ao nível do chão. Sua planta é em “L”, com corpo principal retangular, alpendre frontal e o posterior comportando-se como varanda de refeições, com os serviços concentrados na lateral. Tem corredor central que liga a parte frontal da residência com os fundos. Os quartos e salas são interligados por diversas aberturas que distribuem a circulação interna. Tem quintal murado de pedra. Sofreu modificações e acréscimos ao longo dos anos, mas ainda conserva o mobiliário da época

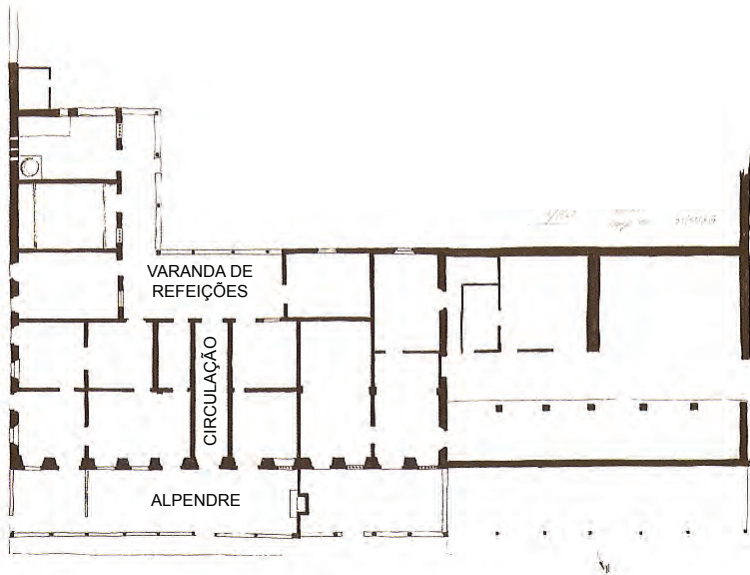


Figura 63: Levantamento arquitetônico da Fazenda Abelheiras: mai/1986 e ago/1987.

Fonte: SILVA FILHO, 2007 c. 153.

Figura 64: Fotos da casa da Fazenda Abelheiras.

Fonte: Arquivo FUNDAC-PI.

Seguindo o padrão de planta em “L”, na qual um corredor central interliga os cômodos (porém sem alpendre frontal), encontramos as casas-sede das fazendas Alto Alegre, Caro Custou, Graciosa e Monte Belo.

⁵ Segundo Silva (1991), a Fazenda Abelheiras era inicialmente propriedade dos Garcia D’Ávila (da Casa da Torre), em seguida passou para a família Castelo Branco Almendra, e depois para os Souza Gayoso, retornando aos Castelo Branco. A casa sede remanescente seria obra posterior à fundação da propriedade.

“Abelheiras era uma fazenda considerada a principal do estado. Situada em duas datas de terras, continha cerca de 8.000 (oito mil) cabeças de gado, beneficiadas em vários retiros, dos quais surgiram as atuais fazendas da raposa da Várzea, Capitão de Campo e outras. A casa da fazenda era uma construção imensa, toda de pedra, colocada sobre um outeiro. Centenas de escravos moravam nos grandes puxados, que estendiam pela esquerda da Casa Grande. Esta tinha a frente para o nascente. Do lado direito, sobre a ala norte do edifício, ficavam os currais. Para chamar a sorte, a fazenda deve olhar para o nascente e os currais devem ficar à direita... Em seus currais eram quatro grandes quadrado de pedra. cada um comportava no mínimo 500 (quinhentos) cabeças de gado. No cercado havia mais de 3.000 (três mil) cabeças de uma vez” (LIMA RABELO, 1935 apud SILVA, 1991)



Fazenda Alto Alegre

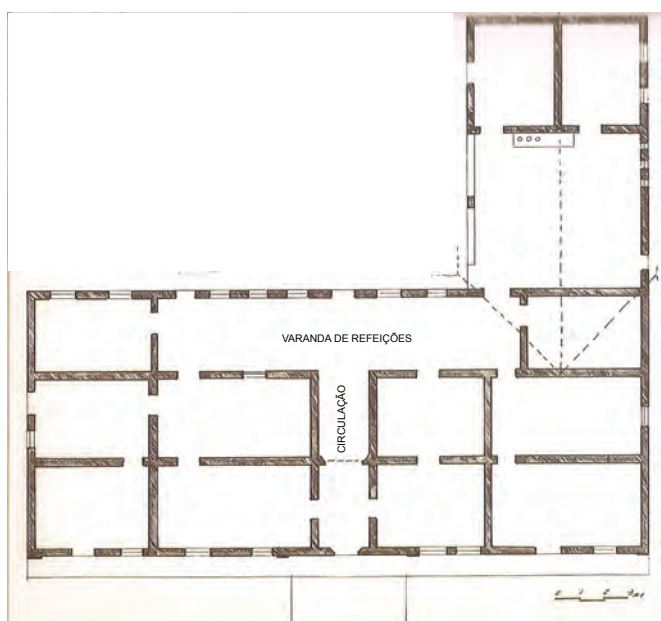
Figura 65: Levantamento arquitetônico da Fazenda Alto Alegre: fev/1983.
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 126 - 127.



Fazenda Caro Custou.

Alvenaria de taipa amarrada com relho cru.
Cobertura com estrutura de carnaúba.

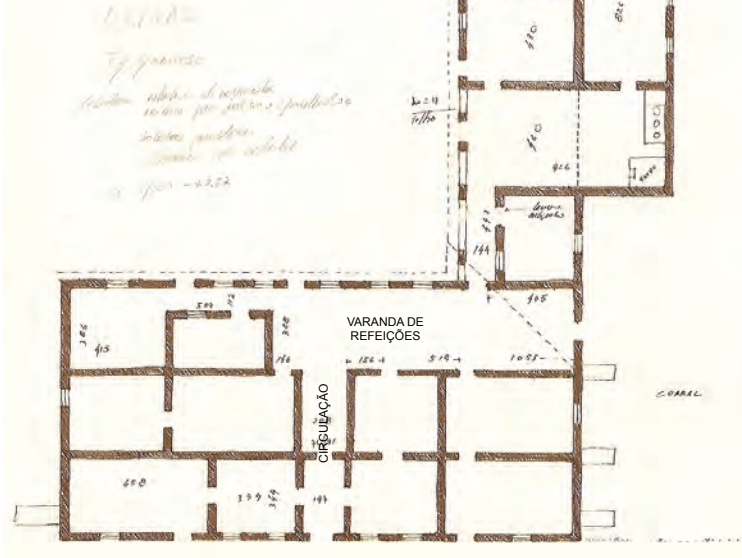
Figura 66: Levantamento arquitetônico da Caro Custou: fev/1987.
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 146 - 147.



Fazenda Graciosa

Alvenaria de adobe.
 Cobertura com estrutura de carnaúba com caibros roliços e aparelhados.

Figura 67: Levantamento arquitetônico da Fazenda Graciosa: fev/1987.
 Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 156 - 157

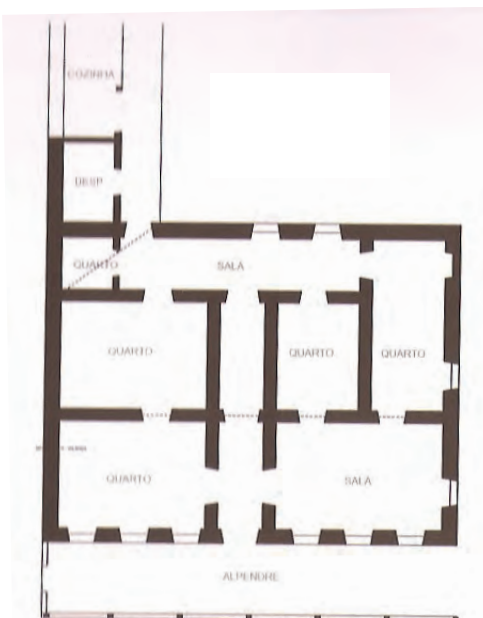


Silva Filho (2007 c: 170) indica, no caso da Fazenda Graciosa, que o alpendre é provavelmente um acréscimo posterior à construção original, pois o percebemos rebaixado em relação à cimalha que arremata a fachada frontal da edificação.

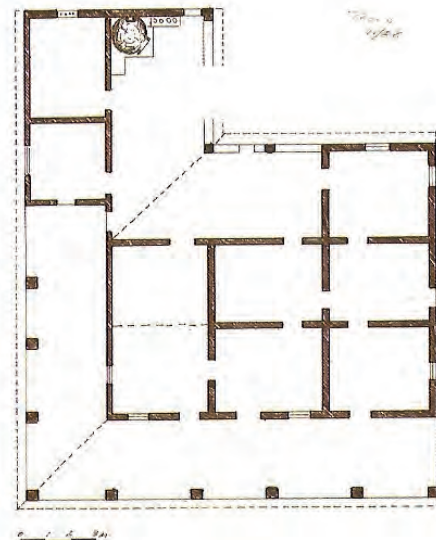
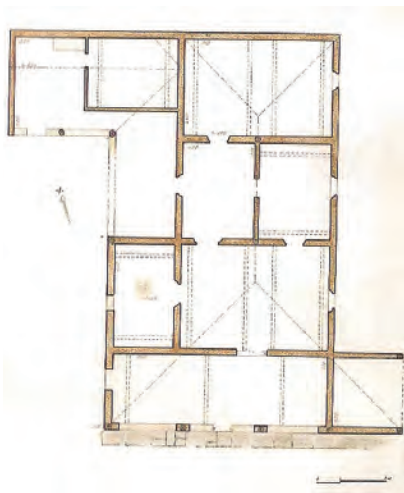
Fazenda Monte Belo

Alvenaria de adobe e tijolo, com embasamento de pedra.
 Cobertura em estrutura de carnaúba e caibros roliços de piquiá.

Figura 68: Levantamento arquitetônico da Fazenda Monte Belo: mar/2001
 Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 170 - 171



Ainda relacionados às plantas em “L”, há casos nos quais inexistem corredores e a circulação se dá através dos cômodos, interligados por diversas aberturas. Nesse tipo de distribuição a intimidade fica comprometida. Esse é o caso das fazendas Boa Vista, Chapada (casa-sede), Chapada (casa pequena), Rocio, São Luís e São Domingos. No caso da Fazenda Chapada observamos as unidades de produção - armazém e casa de farinha - contíguas ao corpo principal da sede.



Fazenda Boa Vista

Alvenaria de adobe.
Cobertura em estrutura de carnaúba.

Figura 69: Levantamento arquitetônico da Fazenda Boa Vista: jun/1986.
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 128 - 131.

Fazenda Rocio.

Alvenaria de adobe (e acréscimos de tijolo queimado).
Cobertura em estrutura de carnaúba e madeira emparelhada, com beirais encachorrados.

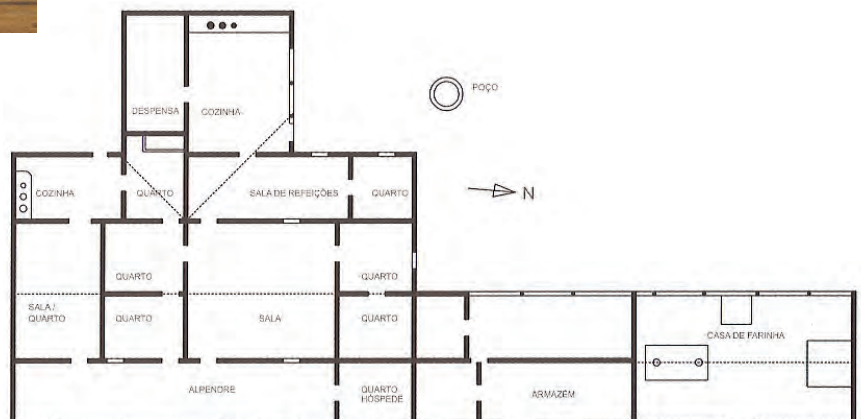
Figura 70: Levantamento arquitetônico da Fazenda Rocio: nov/1986.
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 177 - 178.

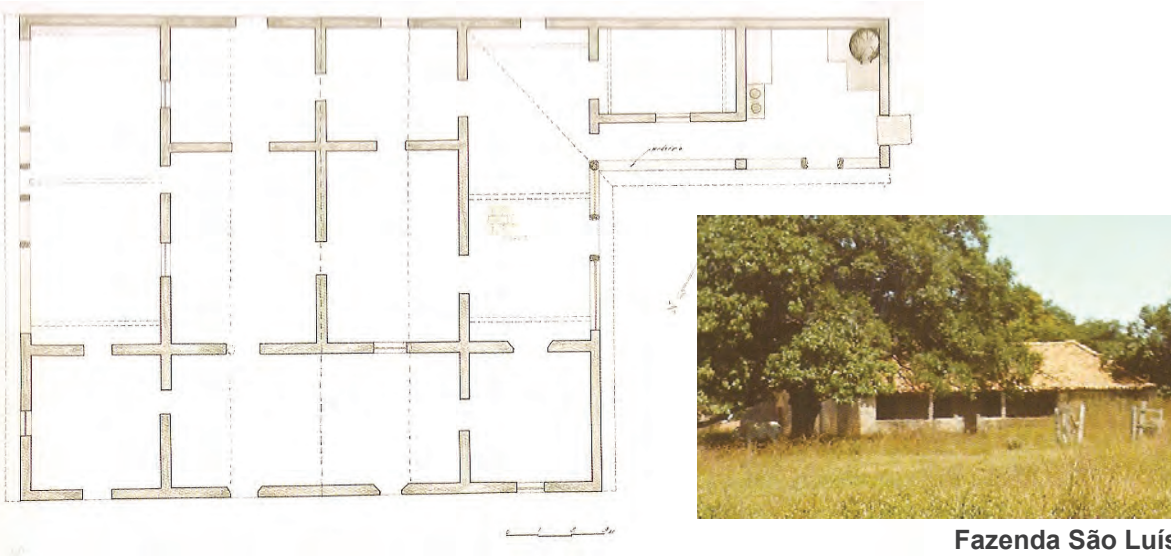


Fazenda Chapada

Alvenaria mista.

Figura 71: Levantamento arquitetônico da Fazenda Chapada: fev/2001 e out/2001.
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 148 - 149.





Fazenda São Luís

Figura 72: Levantamento arquitetônico da Fazenda São Luís: fev/1985.
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 188 - 189.

A Fazenda São Domingos⁶ localiza-se no município José de Freitas, e pertence à Bacia do Parnaíba que envolve o rio Maratão e seus afluentes (riachos Madeira Cortada, Palmeirinha, São José e da Areia, e os riachos dos Cavalos e São Domingos). A área construída da casa sede é de 710,50 m².

A casa foi edificada sobre alicerce de pedra e possui cômodos amplos e interligados, inclusive à cozinha. Possui diversos alpendres (frontal, lateral e posterior). Suas paredes são largas, variando de 30 a 60 cm de espessura, e caiadas de branco. A cobertura é de telhas de barro e sustentada por estrutura de carnaúba. Não há forro e, assim como nas demais, predomina a telha vã.



Figura 73: Fotos da casa da Fazenda São Domingos.
Fonte: Arquivo FUNDAC-PI.

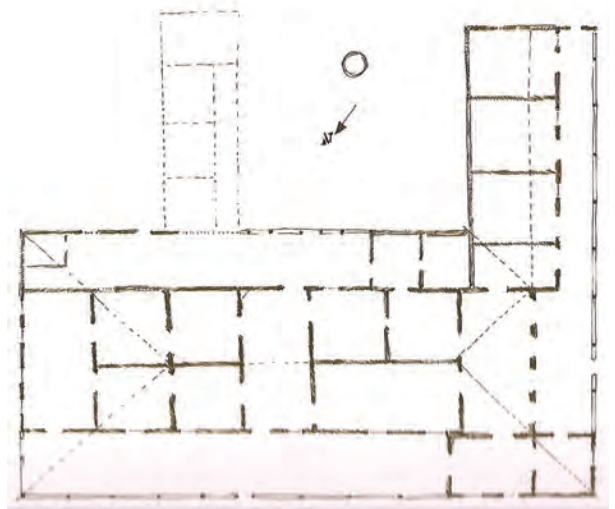
⁶ Segundo a FUNDAC-PI, a história da Fazenda São Domingos tem origem com a família Castelo Branco, e envolve outras casas senhoriais, como a dos Almendra e a dos Souza Gayoso, alargando-se desse modo o patrimônio econômico, enriquecendo genealogias seculares. Provavelmente, o sítio São Domingos, envolvendo o riacho, recebeu esta denominação em homenagem a São Domingos de Gusmão, fundador da Ordem dos Frades Pregadores Dominicanos e da Ordem das Monjas Dominicanas, e, santo de devoção muito difundido na Península Ibérica. Devoção essa depois transferida para outras regiões colonizadas pelos espanhóis e portugueses.

A transformação dos valores rurais dos herdeiros de Lina Leonor e Jacob Almendra Freitas levou ao declínio a Casa Grande São Domingos. A Casa Grande foi desmembrada entre inúmeros herdeiros. O atual sítio coube por herança a Dulce de Almendra Gayoso Franco de Sá, permanecendo de sua propriedade até seu falecimento, em 1961. No dia 4 de dezembro de 1963 e no dia 9 de junho de 1965, respectivamente, o tradicional casarão reviveu momentos de grande significação, quando os descendentes de Jacob Almendra de Souza Gayoso e João Henrique de Souza Gayoso e Almendra comemoraram o centenário de nascimento dos 2 ilustres membros da Casa Grande, ali nascidos. Na oportunidade, foram colocadas placas de bronze ladeando a porta de entrada da capela, alusiva aos acontecimentos. (Proposta de tombamento da Fazenda São Domingos pela FUNDAC.)

Fazenda São Domingos

Alvenaria de adobe.
Cobertura com estrutura de carnaúba e cachorrada.

Figura 74: Levantamento arquitetônico da Fazenda São Domingos: mai/1987 e nov/1987.
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 187.

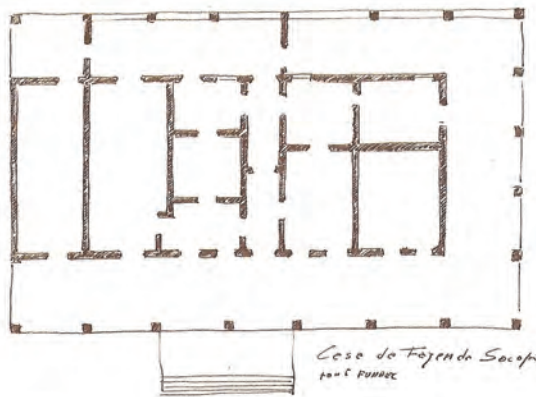


No que diz respeito às plantas retangulares, a despeito da aparente semelhança, apresentam diferenciação quanto à circulação interna:

- Corredor realizando a distribuição da circulação da frente até o fundo da residência: Fazenda Socopo.

- Cômodos intercomunicantes, distribuindo a circulação: fazendas Boqueirão, Brejo de Santo Inácio, Santo Antônio, Trabalhado, Olho d'Água dos Azevedo e Olho d'Água dos Pires. No caso desta última, a circulação também se faz pelos alpendres laterais.

- Sala e corredor realizando a distribuição da circulação da frente até o fundo da residência: fazendas Grassos e Santa Rita



Fazenda Socopo

Alvenaria de adobe e pedra.
Cobertura com estrutura de carnaúba com cachorrada.

Ilustração da Fazenda Socopo, representando o primeiro caso de distribuição interna

Figura 75: Levantamento arquitetônico da Fazenda Socopo: jul/1998.
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 195.

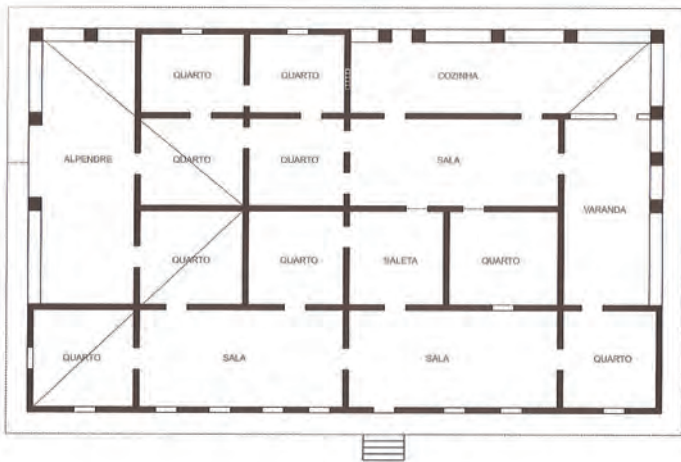
A seguir, destacamos as plantas das casas-sede nas quais a distribuição da circulação interna é feita através dos próprios cômodos.



Fazenda Boqueirão

Alvenaria de adobe e tijolo.

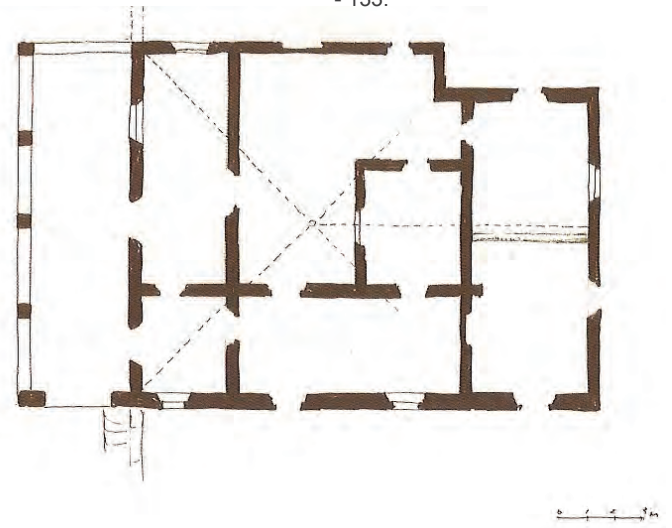
Figura 76: Levantamento arquitetônico da Fazenda Boqueirão: mai/2000. Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 132 - 133.



Fazenda Brejo de Santo Inácio

Alvenaria de adobe, taipa e mão e tijolo. Cobertura com estrutura de madeira.

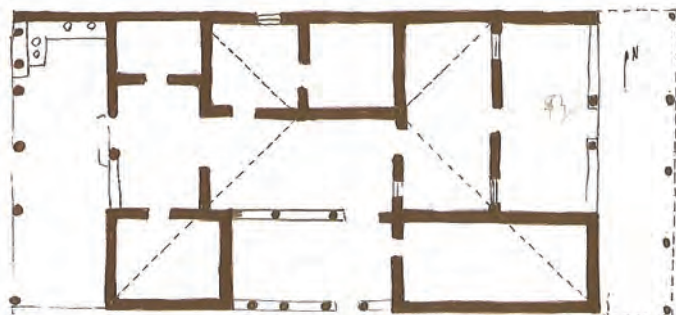
Figura 77: Levantamento arquitetônico da Fazenda Brejo de Santo Inácio: fev/1987. Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 132 - 133.



Fazenda Santo Antônio

Alvenaria de pedra e adobe. Cobertura em estrutura de carnaúba.

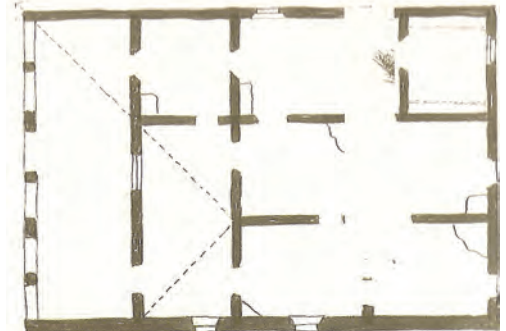
Figura 78: Levantamento arquitetônico da Fazenda Santo Antônio: nov/1987. Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 182 - 183.



Fazenda Trabalhado

Alvenaria de pedra e barro, e adobe em algumas paredes internas. Cobertura em estrutura de carnaúba.

Figura 79: Levantamento arquitetônico da Fazenda Trabalhado: nov/1987. Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 200 - 203.

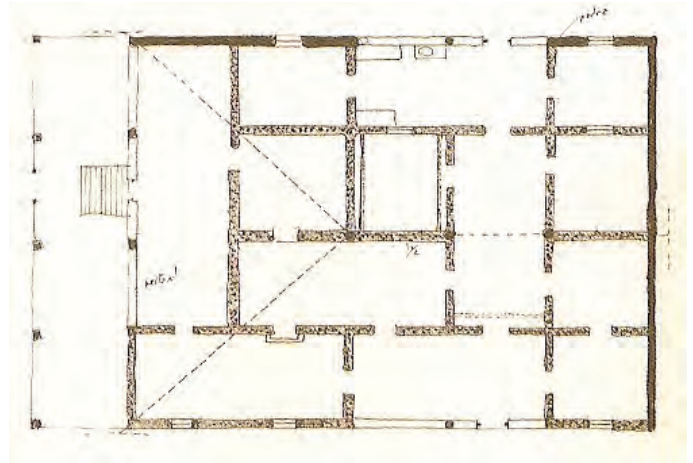




Fazenda Olho d'Água dos Azevedo

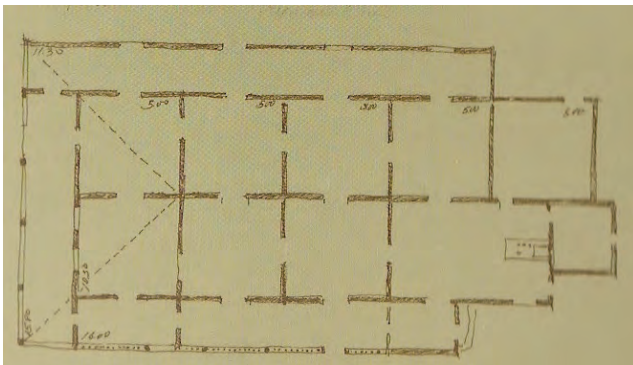
Alvenaria de pedra e adobe.

Figura 80: Levantamento arquitetônico da Fazenda Olho d'Água dos Azevedo: nov/1987
Fonte: SILVA FILHO, 200 c: 172 - 174.



A Fazenda Olho D'água localiza-se no município de Esperantina. O conjunto arquitetônico é composto pela residência (533,45 m²), a casa de farinha (69,37 m²) e o engenho (87,00 m²). Segundo a FUNDAC-PI, Mariano de Carvalho Branco e sua esposa Rosa Maria Pires Ferreira construíram a casa por volta de 1847. Essa data é sabida devido o proprietário ter gravado as datas em algumas telhas da cobertura.

A planta baixa é retangular com alpendres frontal e laterais. Esses alpendres distribuem a circulação entre os cômodos, que também são interligados entre si. A sala da frente abre-se para os alpendres e para os quartos, que seguem até os fundos, onde está a cozinha.

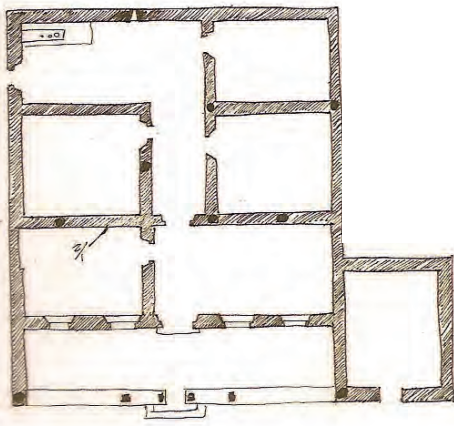


Fazenda Olho d'Água dos Pires

Alvenaria de adobe.
Cobertura em estrutura de carnaúba.

Figura 81: Levantamento arquitetônico da Fazenda Olho d'Água dos Pires: out/2001.
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 175 - 176.

Há ainda os casos em que a circulação no interior da habitação é realizada pela sala frontal e pelo corredor: fazendas Grassos e Santa Rita.



Fazenda Grassos

Alvenaria das paredes externas de pedra e barro, e nas paredes internas de taipa com enchimento de pedra. Cobertura em estrutura de carnaúba e caibramento roliço com cachorros estabilizados com retranca.

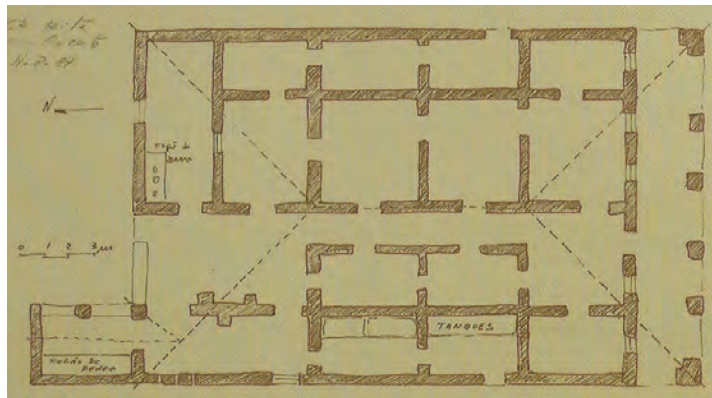
Figura 82: Levantamento arquitetônico da Fazenda Grassos: fev/1987. Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 158 - 159.



Fazenda Santa Rita

Alvenaria das paredes externas de pedra, e de adobe nas paredes internas.

Figura 83: Levantamento arquitetônico da Fazenda Santa Rita: out/1987. Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 180 - 181.

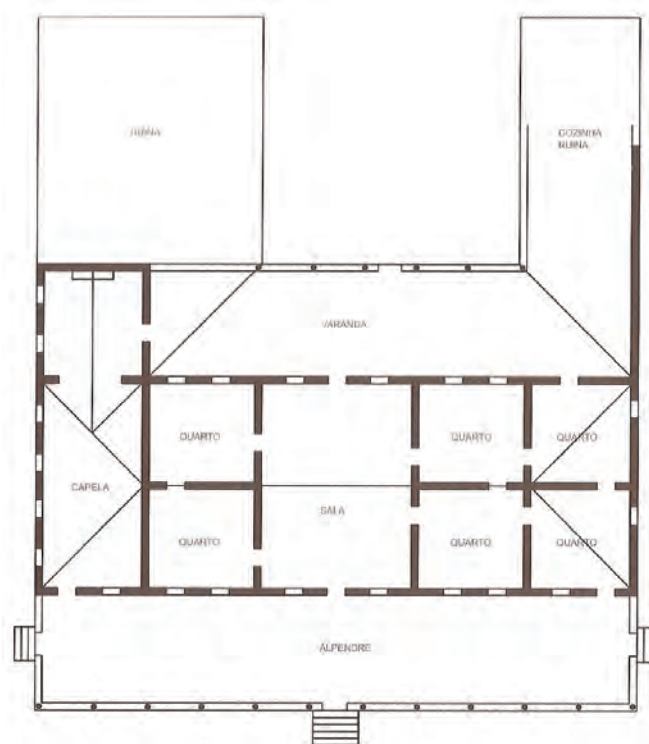


Por fim, há plantas que se constituem como exceções no acervo investigado, apresentando formato de “U” e “T”: fazendas Brejo, Cana Brava e Juazeiro.



Fazenda Brejo

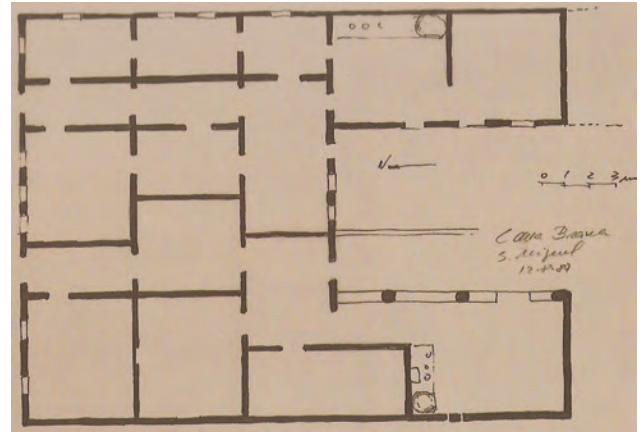
Figura 84: Levantamento arquitetônico da Fazenda Brejo: mai/2000. Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 136 - 137.





Fazenda Cana Brava

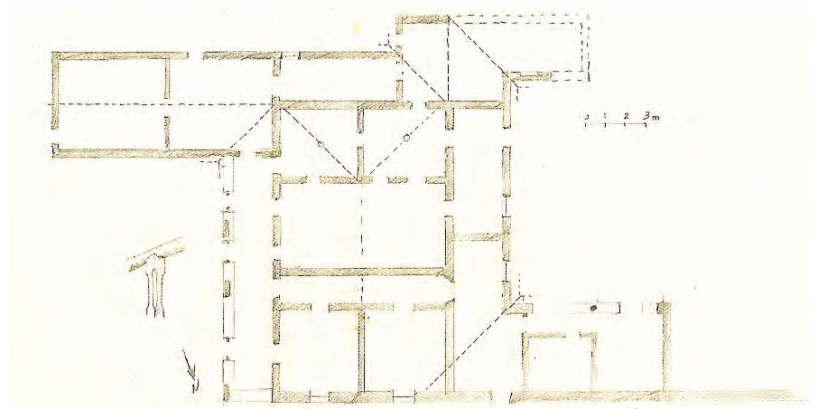
Figura 85: Levantamento arquitetônico da Fazenda Cana Brava: ago/1987.
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 142 - 143.



Fazenda Juazeiro

Alvenaria das paredes externas de pedra, e nas paredes internas adobe.

Figura 86: Levantamento arquitetônico da Fazenda Juazeiro: ago/1987.
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 166 - 167.



Como vimos, com a exceção da Fazenda Tocaia, todas as casas de fazendas de gado apresentadas são térreas.

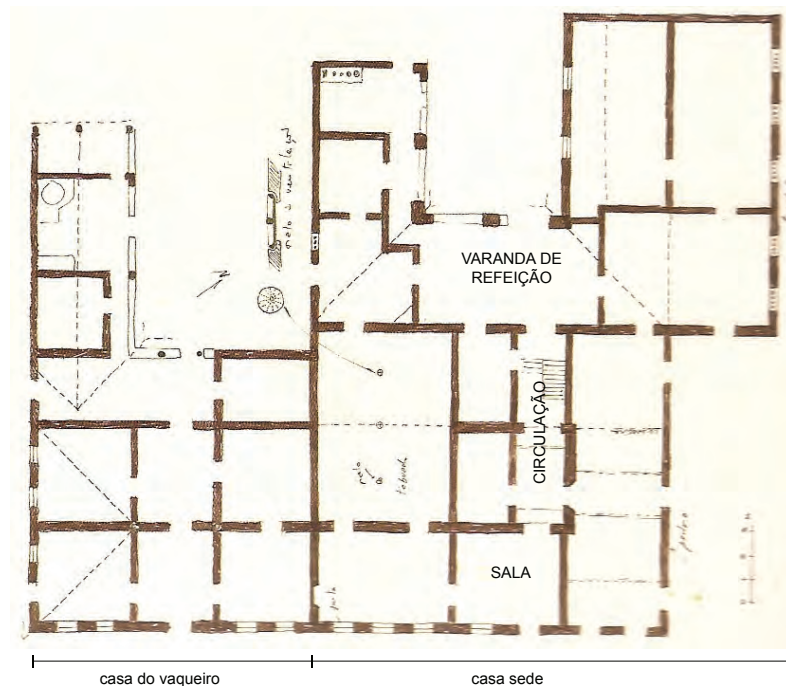
A casa da Fazenda Tocaia, localizada no município Campo Maior, está assentada em terreno plano e é resultado da composição contínua da casa-sede com a casa do vaqueiro. Não há ligação interna entre as duas residências. A alvenaria é de pedra e adobe. A casa-sede possui dois pavimentos e a planta arquitetônica é em “U”, com cobertura irregular e estrutura do telhado de carnaúba. A circulação no interior da habitação se dá por um corredor, provido de uma escada que dá acesso ao pavimento superior. Os quartos principais não possuem aberturas para o exterior e o cômodo na lateral esquerda da fachada frontal sugere poder ter sido utilizado com fins comerciais (como venda ou armazém para depósito), devido às suas inúmeras aberturas. O levantamento arquitetônico de Silva Filho (2007 c: 197) destaca ainda o piso em tabuado corrido provido com ralos de ventilação; o restante do piso é de ladrilho de barro cozido e lajeado nas áreas externas. A varanda de refeições localiza-se nas proximidades da cozinha, como tradicionalmente aparece nas casas rurais do Piauí. Já a casa do vaqueiro, contígua à moradia principal, é térrea, com planta em “L”. Ambas as residências conservam o ambiente de serviço nos fundos da edificação.



Figura 87: Fazenda Tocaia: fachada frontal e lateral
Fonte: Arquivo FUNDAC-PI



Figura 88: Levantamento arquitetônico da Fazenda Tocaia: nov/1987.
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 197



A camarinha que constitui o piso superior lembra soluções encontradas no meio urbano.

3.1.4. Materiais, técnicas e sistemas construtivos

Alicerce

As habitações foram construídas geralmente sobre alicerces rasos.

Alvenaria

“O clima seco e a pouca incidência de chuvas no território piauiense garantiam vida alongada às estruturas de terra crua, muitas despidas de qualquer revestimento. O meio oferecia também abundantes jazidas de arenito (grés calcário), favorecendo o levantamento de estruturas de pedra e barro” (SILVA FILHO, 2007 c: 103).

As paredes são feitas com material diversificado, tendo sido identificados por Silva Filho (2007 c) materiais como: pedra e junta seca, pedra e barro, taipa de carnaúba com enchimento de barro e

pedra, taipa de varas, adobe e tijolo queimado, além do uso de técnicas mistas.

“Por vezes as paredes são constituídas de estruturas monolíticas, por vezes autônomas com forquilhas de aroeira ou esteitos de carnaúba sustentando frechais. Os peitoris das varandas e alpendres seguem os sistemas das paredes de pedra, adobe ou tijolo, rematados com tabuado largo ou lajes de arenito, ou são vazados compostos de gradis de madeira serrada ou torneada. A empena não é uma raridade, sendo mais frequente aos fundos das cozinhas e, em menor escala, nas laterais do bloco principal. Resultam de uma maior facilidade na execução das coberturas de duas águas, dispensando o plano triangular das tacaniças, embora exigindo paredes mais altas” (SILVA FILHO, 2007 c: 104).

Seguem alguns exemplos da diversidade das alvenarias documentadas por Silva Filho (2007 c).



Figura 89: Alvenaria de adobe
Fazendas Chapada e Olho
d'Água dos Azevedo.
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c:
103.

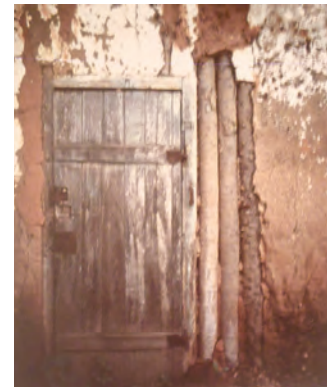


Figura 90: Alvenaria de tapiacanga intercalada com lajes e tijolos - Fazenda Abelheiras.
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 104.

Figura 91: Alvenaria de taipa de carnaúba - Fazenda Jatobá.
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 104.



Figura 92: Alvenaria de pedra -
Fazenda Santa Rita.
Fonte: SILVA FILHO, 2007 c:
105.

Essa diversidade demonstra que as habitações rurais do Piauí foram fortemente condicionadas pelos materiais disponíveis no local da construção, resultando num repertório rico em soluções.

Vãos, vedações e ferragens

Silva Filho (2007 c: 112) observou em seus levantamentos que a maioria das vergas das aberturas (portas e janelas) são retas, ocasionalmente em arco abatido. O arco pleno é restrito a uma ou outra divisão do corredor de entrada, quase sempre desprovido de vedação. As vergas, ombreiras, peitoris e soleiras são, via de regra, de madeira. Porém o autor alerta que:

“Nessa arquitetura, as esquadrias são os elementos mais frágeis, por conseguinte os que mais substituições demandaram. A maioria que chegou ao nosso tempo vem acompanhada de reparos quando não de completa substituição, sem maior acuidade com os elementos de origem perdendo-se muitas informações sobre esses componentes. Naturalmente ficaram ferragens, especialmente dobradiças, mais pela possibilidade de reaproveitamento que de manutenção dos sistemas antigos, sempre que possível substituídos por produtos industrializados” (SILVA FILHO, 2007 c: 112).

Assim, poucos são os vestígios originais encontrados intactos; e grande parte desses remanescentes materiais são posteriores à construção, fruto de substituições. Percebemos a mesma situação nos demais *confins sertanejos*, onde a dificuldade de acesso aos materiais construtivos, aliada ao seu alto custo, condicionou o uso de elementos que estavam disponíveis no momento, resultando no emprego não uniforme de madeiras e sua substituição futura.

Segundo Silva Filho (2007 c: 113), as vedações são em geral de folha cega e compostas predominantemente de tábuas de cedro ou umburana, dispostas na vertical, articuladas com entalhes macho-e-fêmea e contraventadas com relhas semi-lavradas.

As já citadas imposições do meio rural, conforme Silva Filho (2007 c: 113), dificultavam a aquisição de ferragens, limitadas às dobradiças (do tipo leme-e-cachimbo) e pequenos ferrolhos e raros espelhos de fechadura. Na ausência de ferragens, tramelas de madeira foram utilizados.

Obviamente, algumas exceções puderam ser documentadas por Silva Filho (2007 c). Por exemplo: arco ogival no corredor da Fazenda Tranqueira e a janela-mesa encontrada na casa da Fazenda Chapada (já arruinada na época do seu levantamento arquitetônico). Segundo Silva Filho (2007 c), trata-se de uma solução corrente nas casas mais rústicas.

“Nesse tipo de janela, a folha de vedação rebatida, por meio de dobradiças fixadas no peitoril, transforma-se em tampo de mesa de refeições ou bancada de serviço, tabuleiro, etc. Nesse imóvel, as 2 únicas janelas que ali havia, mais que na preocupação com a segurança, indicavam o alto custo da produção em madeira de lei para as esquadrias e mobiliário” (SILVA FILHO, 2007 c: 115).

Figura 93: Arco pleno nos corredores das casas de fazenda Espírito Santo e Alto Alegre; Arco ogival na Fazenda Tranqueira.

Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 97; 205.

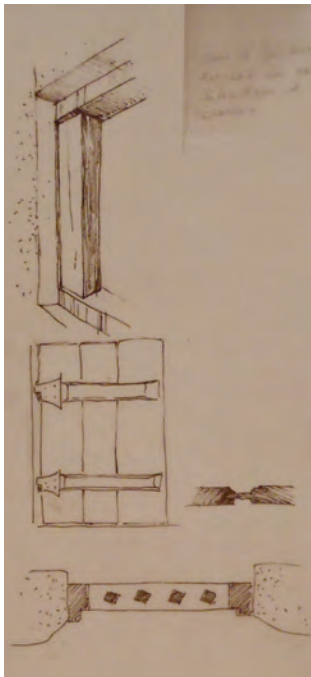
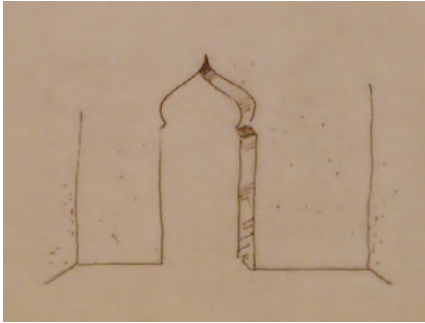


Figura 94: Ilustração da esquadria da casa de Fazenda Tranqueira; esquadria da casa de Fazenda Trabalhado.

Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 205; 112.

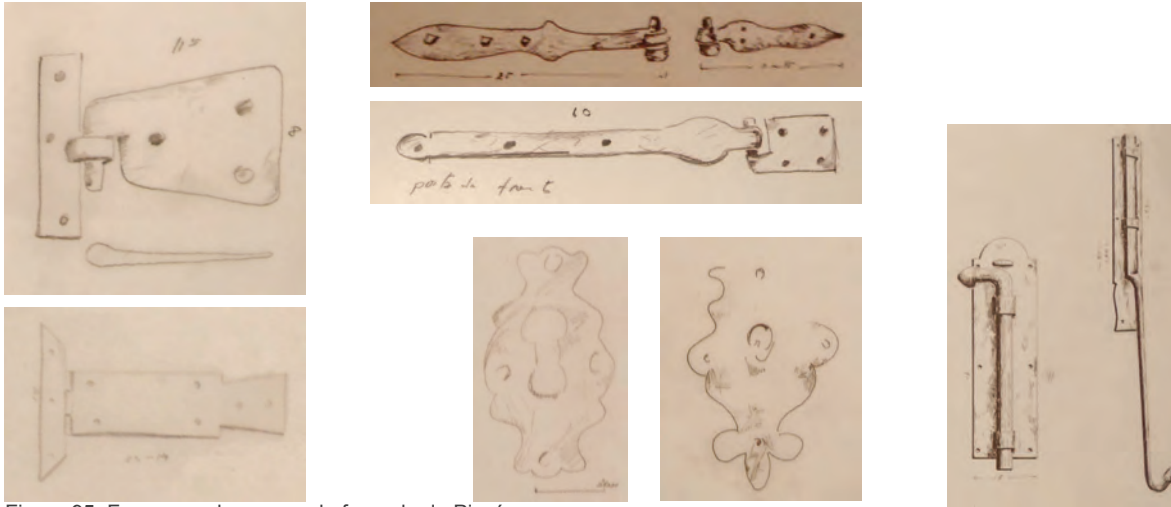


Figura 95: Ferragens das casas de fazenda do Piauí.
Fonte: SILVA FILHO, 2007.

Revestimento

O revestimento, em geral, é de argamassa de barro, com exceção dos casos de edificações de pedra, na qual não havia revestimento. Em se tratando de uma arquitetura de terra, a caiação era imprescindível para a conservação da edificação contra o sol e a chuva.

Os pisos eram, geralmente, de ladrilho de barro cozido.

Cobertura

Destacam-se os telhados esparramados, de beirais baixos e de cumeeiras altas. As águas mestras, em panos contínuos, derramam-se sobre os alpendres, evitando reentrâncias, e moldando um bloco compacto, mais apropriado à incidência das chuvas. No caso de águas convergentes, o uso da calha metálica foi a solução utilizada, favorecendo assim as construções com planta em “L”.



Figura 96: Casa da Fazenda Iningá: detalhe para o rincão de folha metálica e para os cachorros do beiral.
Fonte: Arquivo FUNDAC

Em resumo, as superfícies dos telhados são planas (maior facilidade de execução), característica comum na arquitetura tradicional brasileira. Quanto à sua forma⁷, os telhados das casas-sede das fazendas do Piauí apresentam as seguintes soluções:

- Em duas águas⁸: dois planos inclinados cuja intersecção define a cumeeira, resultando num plano triangular acima da linha do beiral, que recebe o nome de empena ou oitão, e aparece em ambas as paredes laterais.



Figura 97: Cobertura em 2 águas.
Fonte: IPHAN, 1999.

- Em três águas: três planos inclinados, dos quais dois são trapézios retângulos (chamados de águas mestras) e um triangular (chamado de tacaniça).

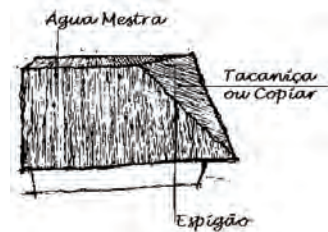


Figura 98: Cobertura em 3 águas.
Fonte: IPHAN, 1999.

- Em quatro águas, podendo ser de dois tipos:

- no caso de plantas retangulares: constitui-se de duas águas trapezoidais (águas mestras) e duas triangulares (tacaniças), resultando em uma cumeeira e quatro espigões.

- no caso de plantas quadrangulares: todas as águas são idênticas e triangulares, e suas intersecções geram quatro espigões e a cumeeira se reduz a um ponto, sendo então o telhado chamado de **pavilhão**.

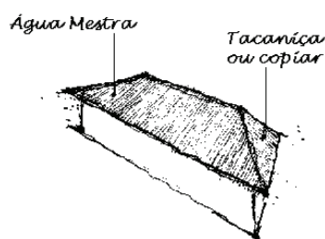


Figura 99: Coberturas em 4 águas.
Fonte: IPHAN, 1999.

- irregulares: quando as plantas dos edifícios apresentam corpos que se cruzam em ângulo reto ou não, gerando nos telhados ângulos diedros reentrantes que recebem o nome de **rincões**. Aos ângulos diedros salientes, resultantes do cruzamento das águas ou planos dos telhados, dá-se o nome de **espigões**.

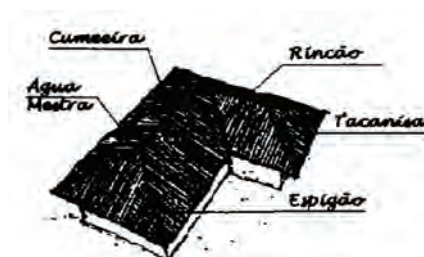


Figura 100: Cobertura irregular.
Fonte: IPHAN, 1999.

⁷ A classificação quanto a forma do telhado explanada na sequência foi baseada no PROGRAMA MONUMENTA. **Manual de Conservação de Telhados**. Brasília: MINC; IPHAN, 1999.

⁸ Dentre esses tipos de telhados, os de duas águas são os de mais fácil execução, talvez por isso tenham sido mais comuns nos confins dos *Sertões do Norte*.

Apesar da diferença, a maioria dessas coberturas comportam-se de maneira similar, ou seja, o pano do telhado declina do ponto mais alto da cobertura, “arrastando-se” até a frente e o fundo da edificação, resultando em altura até três vezes menor que a do seu ponto mais alto.

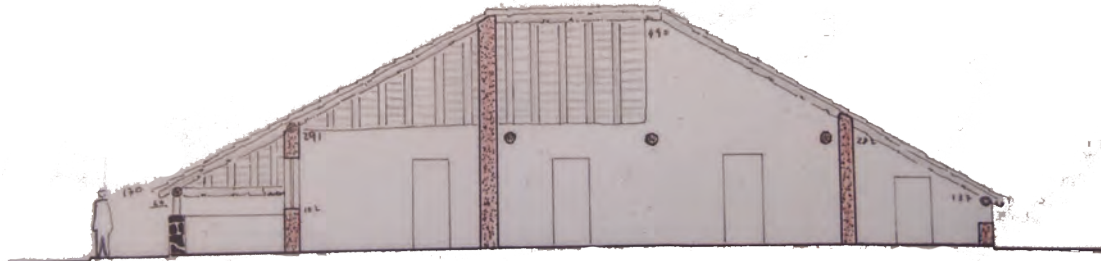


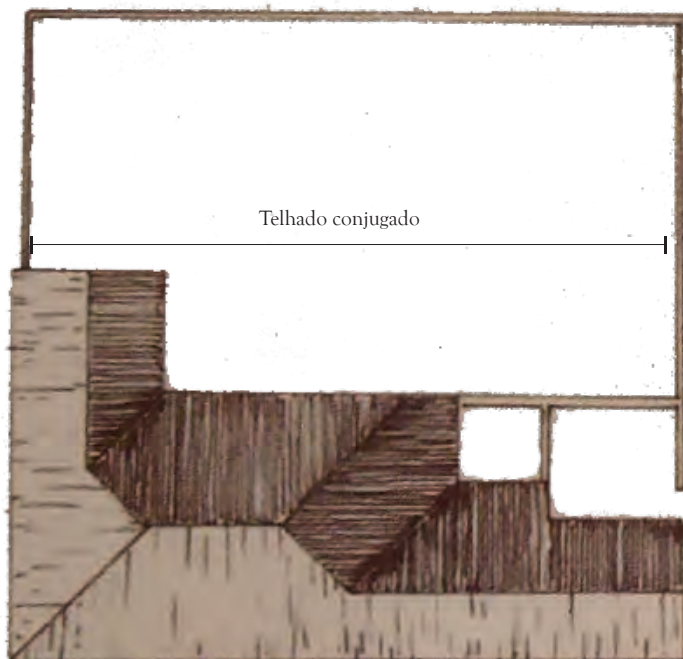
Figura 101: Corte esquemático da Fazenda Chapada (já demolida). O beiral frontal atingia 1,70 m na frente e 1,37 nos fundos.

Levantamento arquitetônico: mar/1985.

Fonte: SILVA FILHO, 2007 c.

Quanto à aparência da cobertura, percebemos que, em muitos casos, no corpo principal (ambientes social e íntimo) predominam coberturas de duas, três ou quatro águas. Os cômodos secundários e de serviço, algumas vezes anexos à edificação principal, merecem telhado conjugado.

Por exemplo, no caso da Fazenda Abelheiras, que agrupa em um só bloco a casa sede, a morada do vaqueiro e ainda o curral na continuidade da edificação, possuindo telhado conjugado.



Corpo principal predominantemente 4 águas

Figura 102: Planta de cobertura da Fazenda Abelheiras.

Levantamento arquitetônico: mai/1986 e ago/1987.

Fonte: SILVA FILHO, 2007 c: 125.

Predomina o quase total despojamento decorativo. As raras exceções de ornamento e adorno encontram-se nos alpendres, na alternância de saliências e reentrâncias nos seus pilares de sustentação

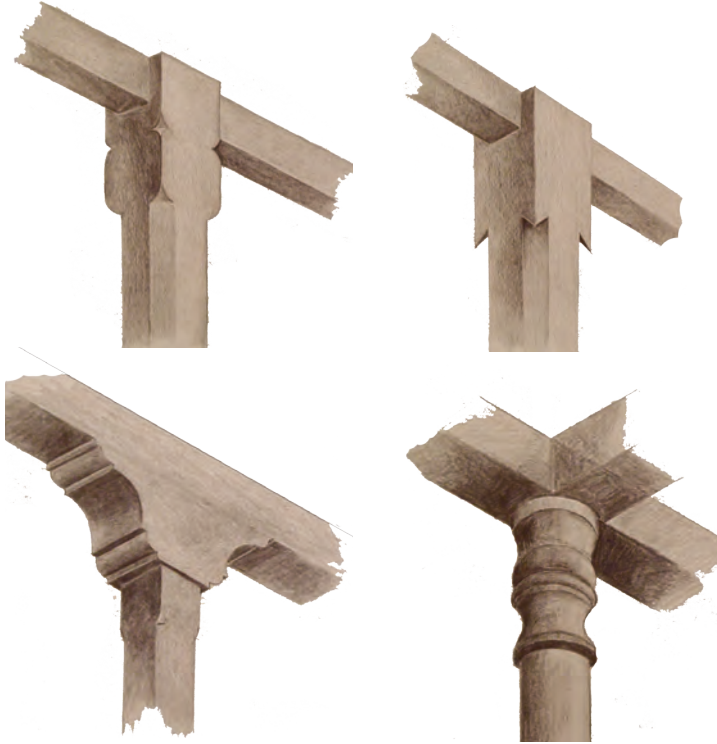


Figura 103: Detalhe dos pilares das casas das Fazendas Abelheiras e Brejo. Croqui de Blair McCormack a partir do levantamento arquitetônico de SILVA FILHO, 2007 c: 109.

Também predominam as telhas artesanais de barro, tipo colonial, em média de 50 cm.

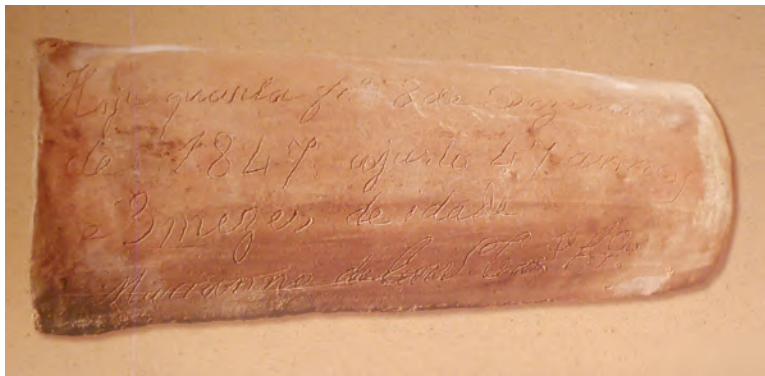
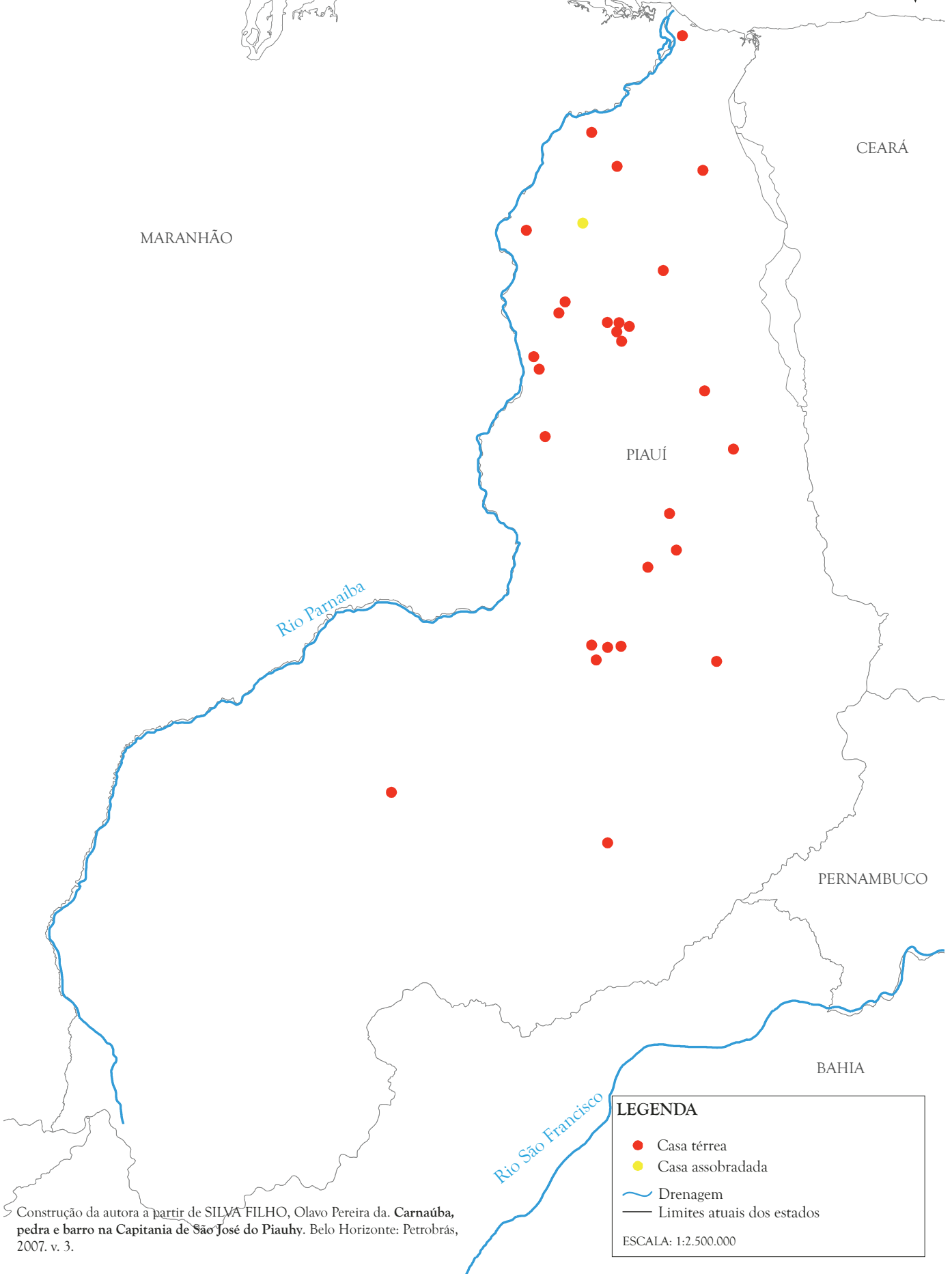


Figura 104: Telhas das casas de fazenda do Piauí. Fonte: SILVA FILHO, 2007 c.

A fim de demonstrar a diversidade das soluções e a inexistência de uma lógica que as agrupe por áreas geográficas, realizamos uma série de mapas temáticos, apresentados a seguir (figuras 106 - 109).

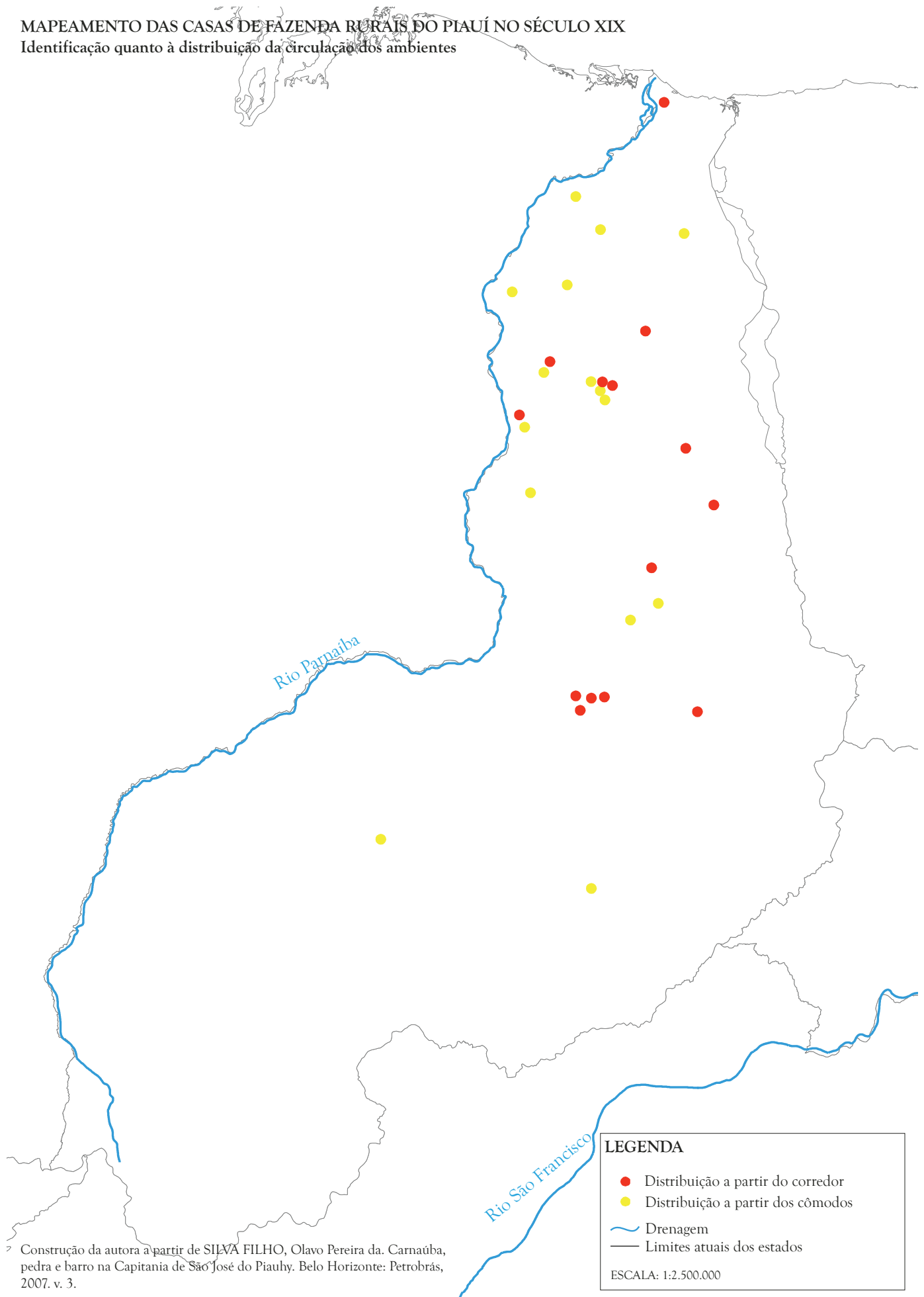
MAPEAMENTO DAS CASAS DE FAZENDA RURAIS DO PIAUÍ NO SÉCULO XIX
Identificação quanto ao número de pavimentos



Construção da autora a partir de SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí*. Belo Horizonte: Petrobrás, 2007. v. 3.

Figura 105

MAPEAMENTO DAS CASAS DE FAZENDA RURAIS DO PIAUÍ NO SÉCULO XIX
Identificação quanto à distribuição da circulação dos ambientes

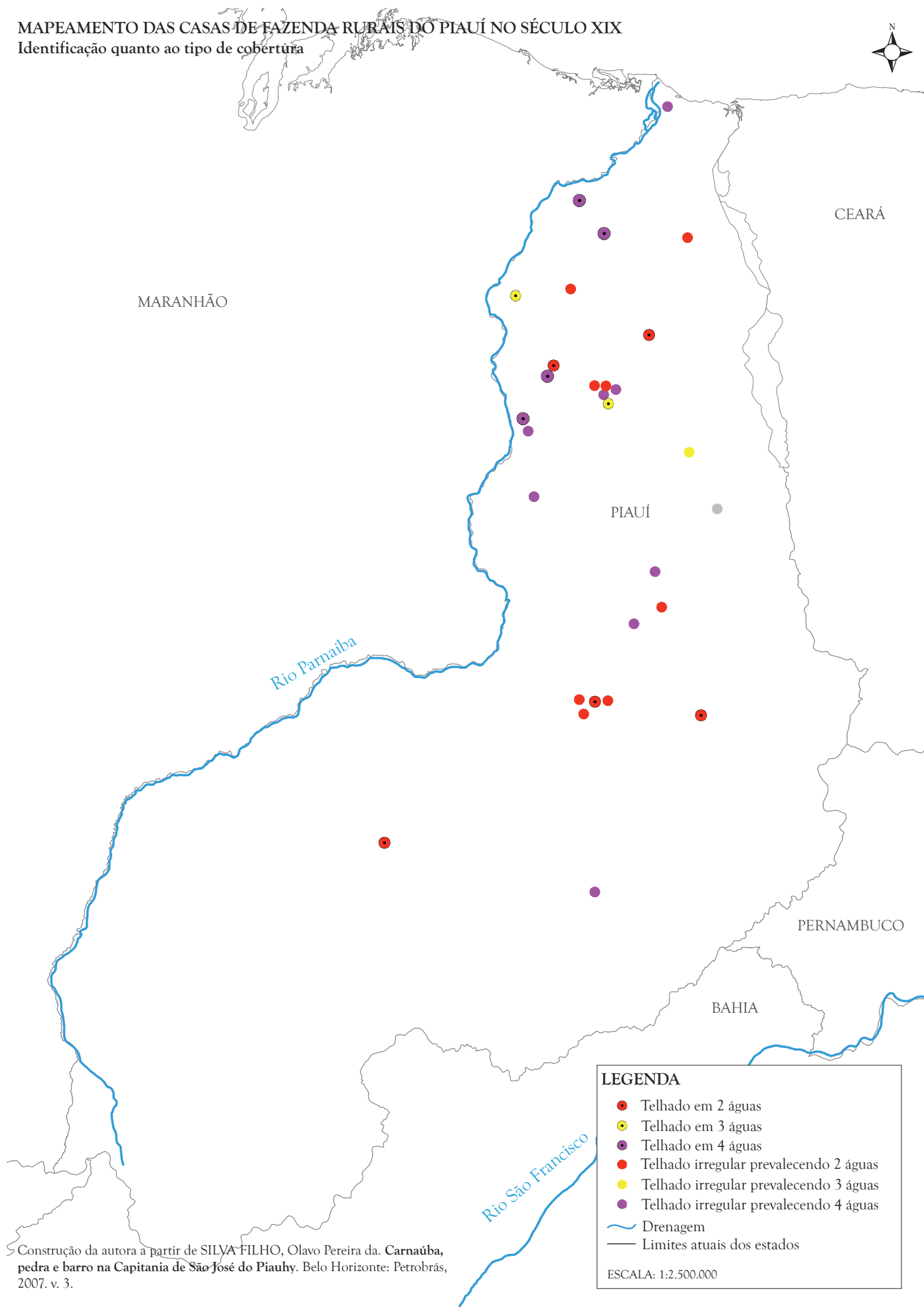


Construção da autora a partir de SILVA FILHO, Olavo Pereira da. Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí. Belo Horizonte: Petrobrás, 2007. v. 3.

Figura 106

MAPEAMENTO DAS CASAS DE FAZENDA RURAIS DO PIAUÍ NO SÉCULO XIX

Identificação quanto ao tipo de cobertura

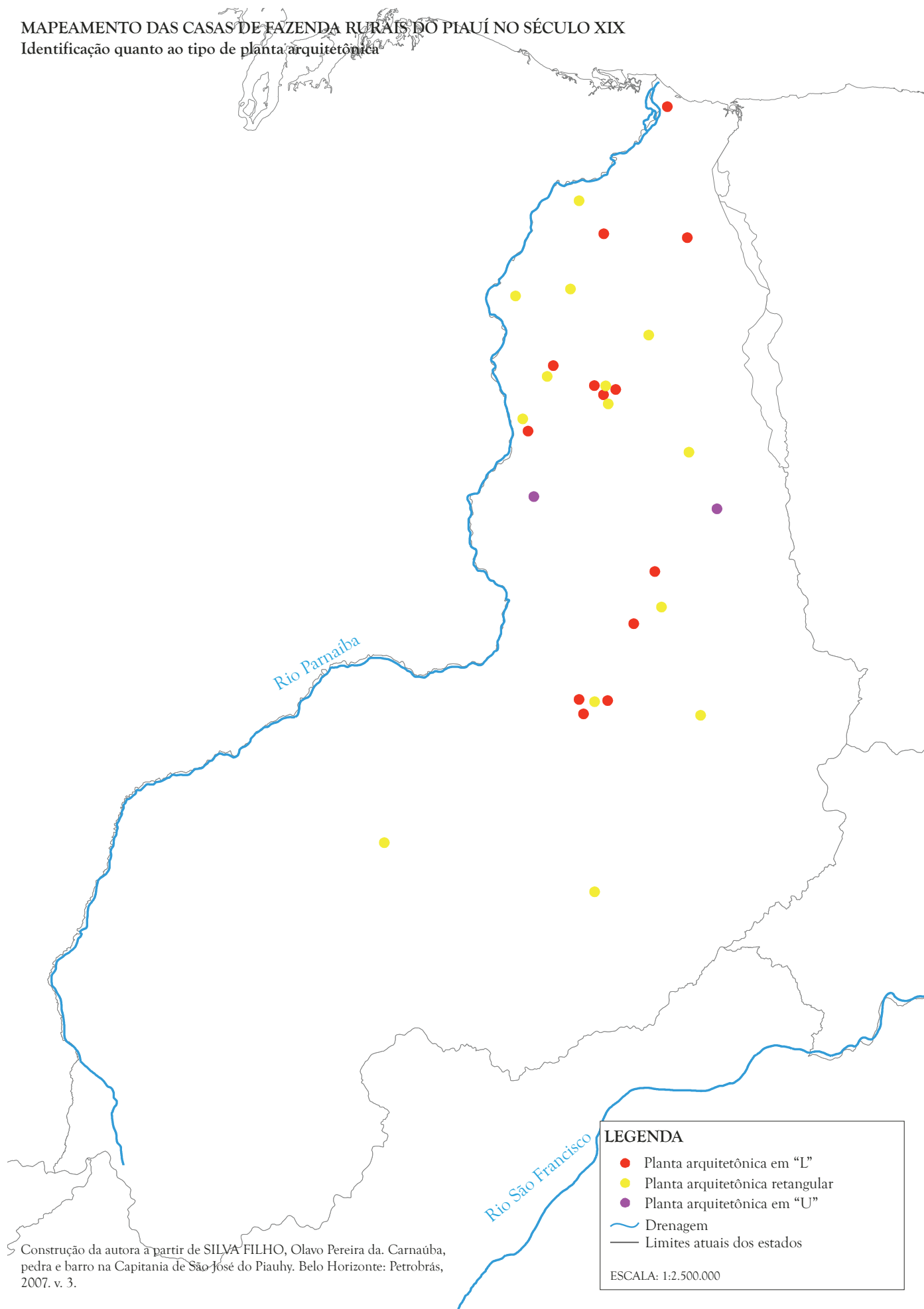


Construção da autora a partir de SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí*. Belo Horizonte: Petrobrás, 2007. v. 3.

Figura 107

MAPEAMENTO DAS CASAS DE FAZENDA RURAIS DO PIAUÍ NO SÉCULO XIX

Identificação quanto ao tipo de planta arquitetônica



Construção da autora a partir de SILVA FILHO, Olavo Pereira da. Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí. Belo Horizonte: Petrobrás, 2007. v. 3.

Figura 108

3.2 Ribeira dos Inhamuns

As primeiras fazendas de gado do Ceará desenvolveram-se na *Ribeira do Jaguaribe* e na *Ribeira dos Inhamuns*.

“No Ceará podemos destacar dois caminhos de maior significação que, cortando o território de leste a oeste, ligados por veredas secundária, quando áreas mais recentes vão sendo incorporadas à atividade pastoril, constituem os caminhos de escoamento não só do Ceará, mas do Piauí. Estes caminhos são: a estrada nova das boiadas que ligava a bacia do Jaguaribe aos campos criadores do Piauí, encurtando sensivelmente o caminho anterior, contribuindo para um esvaziamento maior do núcleo de povoamento do litoral da capitania. O outro caminho que desempenhou o mesmo papel, cortando o território no mesmo sentido e pouco mais ao sul do Ceará foi o ‘caminho dos Inhamuns’, posteriormente chamado de ‘a estrada que vai para o Piauí’. Mais do que a estrada nova das boiadas ‘o caminho dos Inhamuns’ foi a grande artéria tronco. Durante o período colonial ligou o sertão nordestino à zona marítima leste por onde transitavam os comboios de mercadorias rumo ao interior e desciam as boiadas com o gado de corte para as feiras e matadouros da Paraíba, Recife e Olinda” (BEZERRA, 1984: 25. grifo nosso)

Barroso (1912) foi o primeiro autor a caracterizar a típica “casa sertaneja” do Ceará. Segundo ele, a técnica construtiva utilizada era bastante rústica, de taipa ou adobe, muitas de vezes coberta de palha, e com acabamento pouco requintado. Eram rodeadas de alpendre, e ao seu lado situavam-se os telheiros que abrigavam os aviamentos de fabricar farinha, e os currais. Apesar da rusticidade, o autor diz que se tratava de construções fortes e seguras. O mobiliário era escasso. Certamente os vestígios materiais dessas casas descritas por Barroso (1912) desapareceram devido sua técnica pouco duradoura

No relatório de João José Rescala⁹, de 1941, há trechos que descrevem algumas casas de fazendas do Ceará: fazendas Belmonte, Monte Carmo e Santarém. As duas primeiras são na *Ribeira dos Inhamuns* e a última em Aracati, cidade litorânea. Mais de quatro décadas após as investigações de José Rescala, a pesquisadora Maria do Carmo Bezerra (1984) realizou outro levantamento arquitetônico, inclusive nas mesmas propriedades visitadas por Rescala e analisou a organização espacial das casas-sede de fazendas de gado da *Ribeira dos Inhamuns*. Das casas datadas do século XIX, apenas cinco foram documentadas através de fotografias pela autora.

3.2.1 Topografia do terreno, implantação e orientação

De acordo com que observou Bezerra (1984), as casas de fazendas da *Ribeira dos Inhamuns* foram implantadas prioritariamente em lugares elevados, o que possibilitava observar dali grande parte da propriedade. Como no Piauí, o sítio eleito era próximo à água para o abastecimento doméstico. Quanto à orientação, essas casas tinham suas fachadas principais voltadas para o norte, dispendo de melhor conforto térmico devido à adequada ação do sol e dos ventos.

Todos os exemplares residenciais rurais analisados por Bezerra (1984) foram assentados em plataformas, e quando o terreno não era compatível, era feito nivelamento com uso de alvenaria de pedra.

⁹ O artista João José Rescala percorreu o interior do Brasil na década de 1940, viagem que resultou em um relatório enviado ao então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

3.2.2 Caixa edílica e modenatura

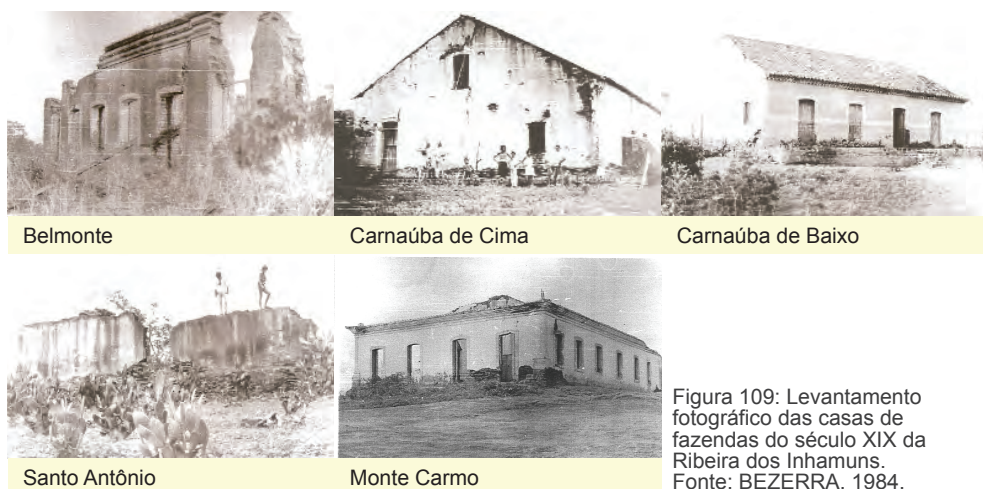


Figura 109: Levantamento fotográfico das casas de fazendas do século XIX da Ribeira dos Inhamuns. Fonte: BEZERRA, 1984.

As cinco casas de fazendas analisadas por Bezerra (1984) caracterizam-se pelo seu despojamento, onde o caráter decorativo resume-se às cimalthas, quando existentes à despeito da simplicidade, observa-se harmonia da modenatura na fachada principal. “O motivo rítmico porta/janela é característico na marcação da fachada. As janelas se agrupam com regularidade de um lado e do outro da porta e, por vezes, o motivo se constitui a própria alternância porta/janela” (BEZERRA, 1984: 55). Apesar de, em geral, os cheios prevalecerem sobre os vazios, a relação entre eles tende ao equilíbrio nas fachadas principais, mas nas demais fachadas os vazios predominam.

Inexistem alpendres nas edificações levantadas por Bezerra (1984). No entanto todas eram rodeadas por calçadas: “a função não se restringe à proteção das paredes externas, mas também para alojar os visitantes. Em alguns casos alcançam a largura de três metros” (BEZERRA, 1984: 55).

Quanto à cobertura, o telhado era em geral em duas águas, com empena lateral, à exceção do caso da Fazenda Monte Carmo, com telhado em quatro águas.

FAZENDA MONTE CARMO
5 LÉGUAS DE SABOEIRO, CEARÁ
PROPRIEDADE DO SR. SANTINO CLARO DOS SANTOS, RESIDENTE NA MESMA

Casa de grandes proporções, a mais bem acabada do Sertão dos Inhamuns. Construída em 1802 e pertenceu a filha do Visconde de Icó D. Vitória Fernandes Vieira.

Todas as paredes são revestidas de cal com clara de ovos e ainda conserva o brilho peculiar a este processo, tem 6 armários embutidos nas paredes de 3 salas sendo 2 em cada, teto sem forro chão coberto de tijolos idênticos aos encontrados no Sítio Umbuzeiro de grande resistência e tendo um ligeiro brilho. Madeiramento de cedro, telhado de quatro águas com 4 colunatas em cima uma em cada canto, iguais as que possui o “Castelo” do Visconde de Icó em Saboeiro. O atual proprietário não tem nenhum cuidado com a casa. Apesar deste abandono a conservação é boa.

Teto sem forro, chão de tijolos, o edifício é quadrado apresentando os 3 lados da fachada as mesmas aberturas de janelas com uma porta ao centro, posteriormente foi acrescentada uma sala e casinha com o telhado de meia água.

Atualmente é propriedade do Sr. Symphronio Braga residente na Fazenda Cachoeira município de Saboeiro” (IPHAN/CE, 1941)



Figura 110: Casa da Fazenda Monte Carmo. IPHAN/CE, 1941.

Na década de 1980, a casa da Fazenda Monte Carmo encontrava-se deteriorada e desabitada. Apesar disso, Bezerra (1984) pôde realizar excelente levantamento arquitetônico. Contradizendo a datação de João José Rescala (IPHAN/CE, 1941), Bezerra informa que a construção da casa data de meados de 1830. A documentação de João José Rescala apresenta algumas inconsistências em relação à planta arquitetônica levantada por Bezerra (1984): tratando-se de um retângulo, e não de um quadrado como apontando.

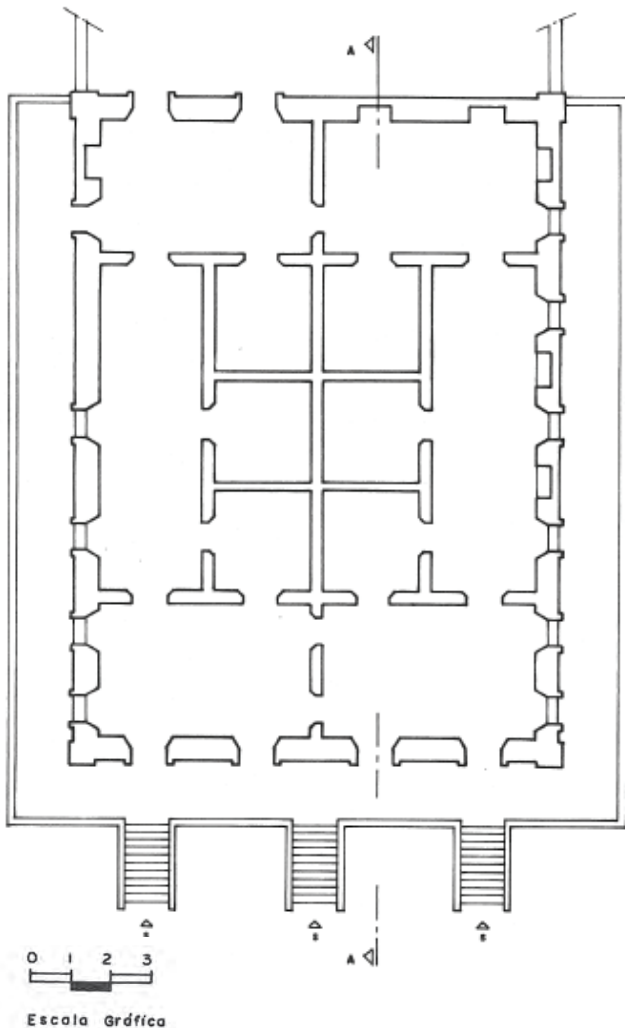


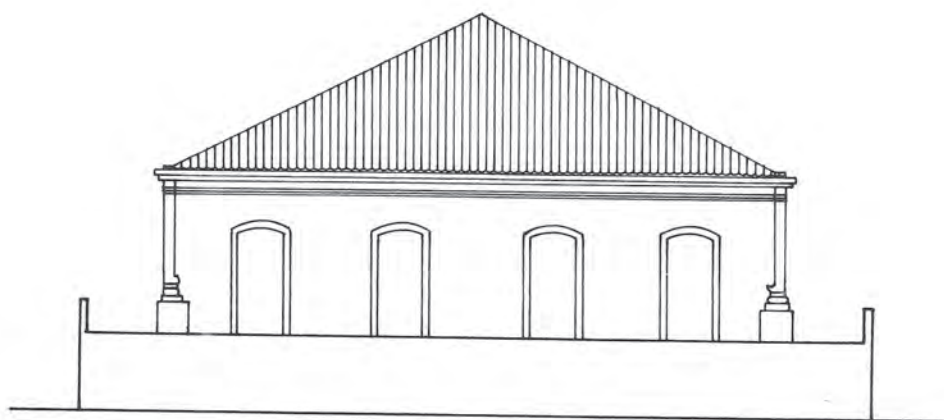
Figura 111: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Monte Carmo.

Fonte: BEZERRA, 1984.

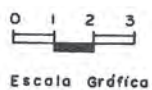
Podemos observar, pelo levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Monte Carmo, que se trata de uma planta retangular, com frente menor que a profundidade. Os quartos têm suas aberturas voltadas para os cômodos que o rodeiam e não possuem aberturas para o exterior. Sua configuração espacial garante a intimidade dos quartos de dormir, com exceção dos dois quartos da frente, que possuem abertura para as salas frontais. No entanto, todas as paredes internas estão a meia altura e não possuem forro, fato que permite o arejamento desses ambientes, apesar de restringir a privacidade. As dependências de serviço localizam-se nos fundos da casa. A cobertura é em quatro águas, com a cumeeira restringindo-se a um único ponto. Entre os elementos decorativos, além da cimalha, observa-se a presença do cunhal bastante elaborado.



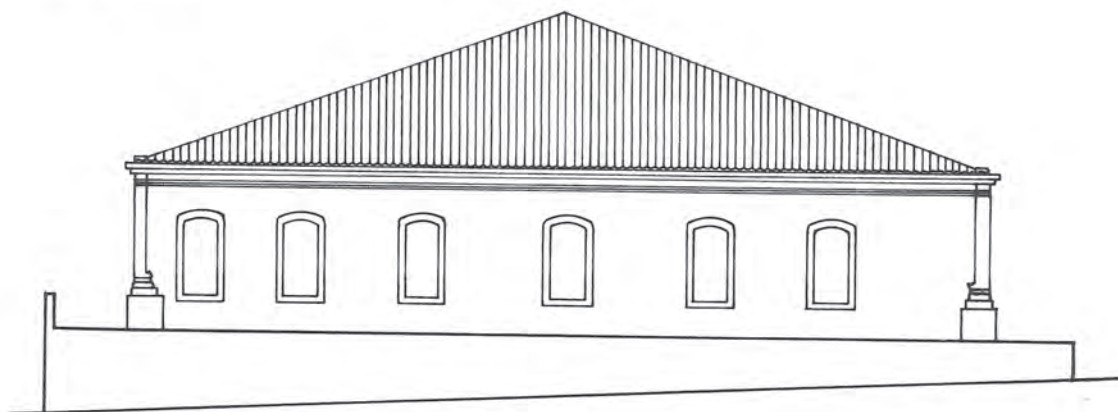
Figura 112: Ruína da casa da Fazenda Monte Carmo.
Fotografia: Clóvis Jucá
Data: 2012



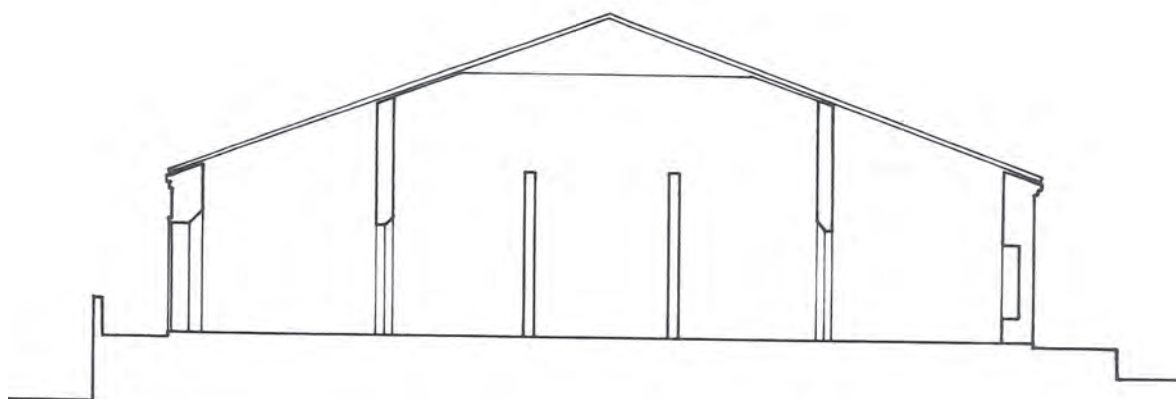
FACHADA NORTE



Escala Gráfica



FACHADA LESTE



CORTE AA

Figura 113: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Monte Carmo.
Fonte: BEZERRA, 1984: 106

3.2.3 Programa arquitetônico (ambientes constituintes e seu arranjo espacial)

Bezerra (1984) confirma a variedade de tipos, porém destaca dois predominantes quanto à organização espacial dos cômodos: “o primeiro obedece à seguinte distribuição: lateralmente os quartos de dormir e na parte central duas salas, uma localizada na frente da casa e a outra nos fundos; a segunda possui quartos num núcleo central rodeado de salas que se comunicam com áreas que conformam o perímetro da habitação” (BEZERRA, 1984: 55). Nesse segundo tipo a presença de alcovas e camarinhas é uma característica, enquadrando-se nessa categoria a casa da Fazenda Monte Carmo, anteriormente apresentada, como também a sede da Fazenda Belmonte.

“FAZENDA BELMONTE
A 3 LÉGUAS DE SABOIRO, CEARÁ
PROPRIEDADE DO SR. ANTÔNIO GOMES
DE OLIVEIRA RESIDENTE NA MESMA

Pertenceu ao Dr. Fernandes Vieira Gomes Leal, que herdou do Visconde de Icó. Construída de tijolos e cal, madeiramento de arueira, paredes com 1 metro de espessura, não tem forro no teto, chão de tijolos. Ao lado direito fica o antigo curral com os portões em arco sendo em número de 4 construídos de pedra e tijolos. É a única fazenda desta região que oferece esta particularidade. Possui a mesma 113 anos, demasiadamente grande” (IPHAN/CE, 1941)

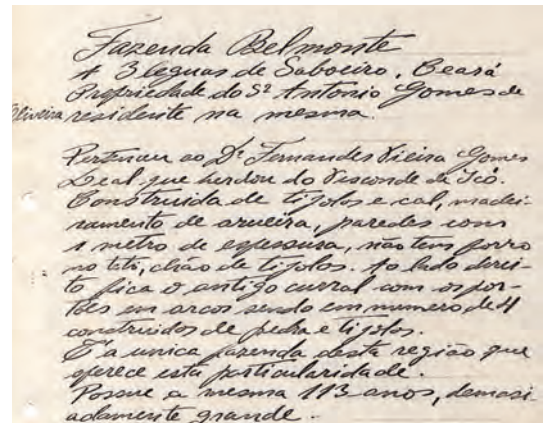


Figura 114: Curral com arcos que cita João José Rescala no relatório.
Fonte: IPHAN/CE, 1941



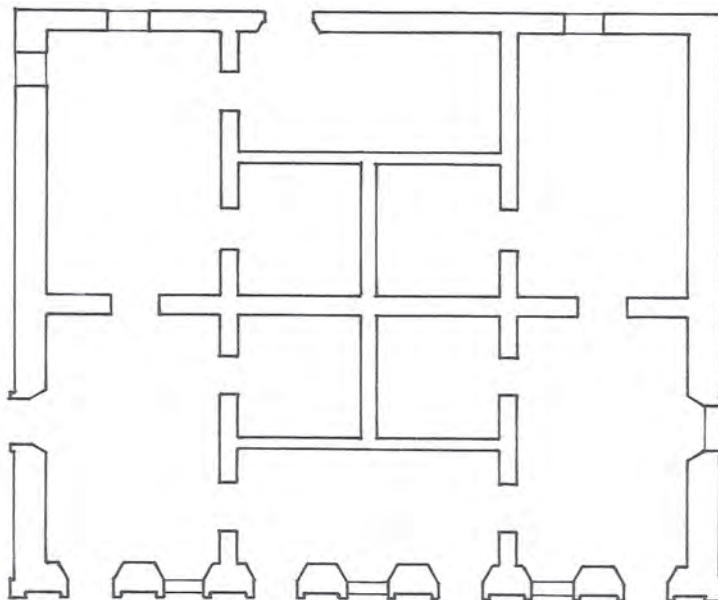
Figura 115: Casa da Fazenda Belmonte.
Fonte: IPHAN/CE, 1941

Entre o relatório de João José Rescala e o levantamento de Bezerra, a casa da Fazenda Belmonte passou por um longo processo de degradação. Atualmente está em ruínas.

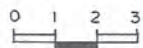


Figura 116: Ruína da casa da Fazenda Belmonte.

Fotografia: Clóvis Jucá
Data: 2012



PLANTA BAIXA - CASA DA FAZENDA BELMONTE



Escala Gráfica

Figura 117: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Belmonte.

Fonte: BEZERRA, 1984: 90.

Pertencentes ao tipo arquitetônico em que a distribuição espacial compreende quartos nas laterais e salas na parte central da edificação, são as casas das fazendas Carnaúba de Cima e Carnaúba de Baixo, ambas integrantes de uma mesma propriedade, a Fazenda Carnaúba¹⁰.

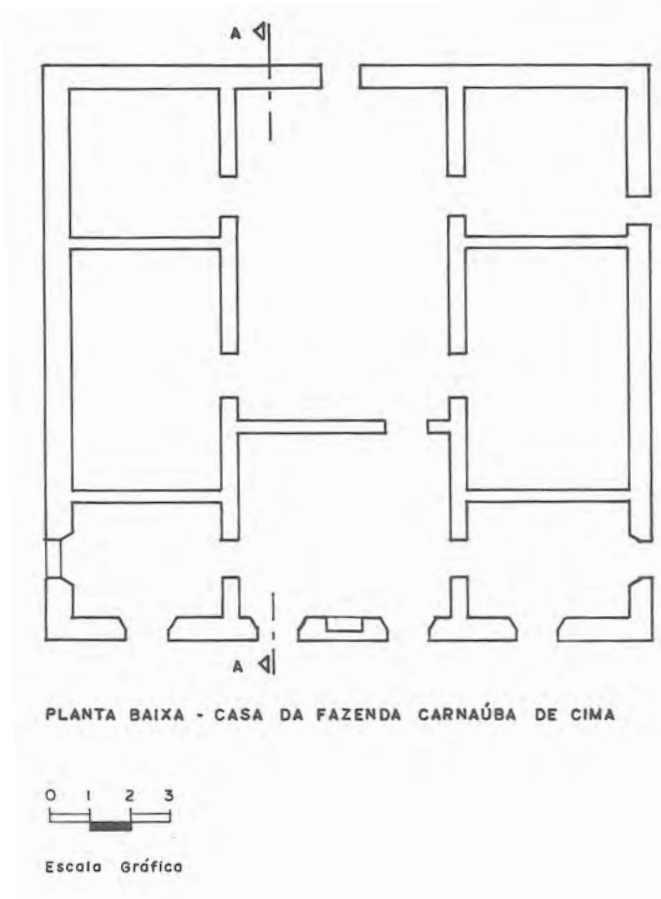
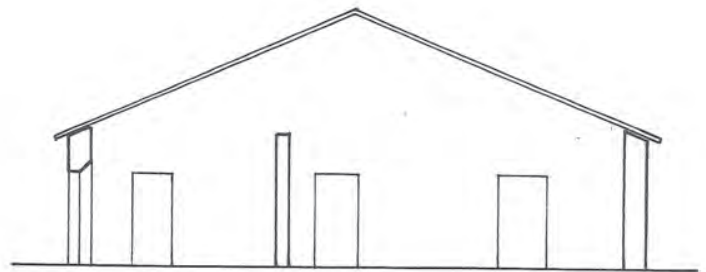


Figura 118: Casa da Fazenda Carnaúba de Cima.
Fonte: IPHAN/CE, 1941

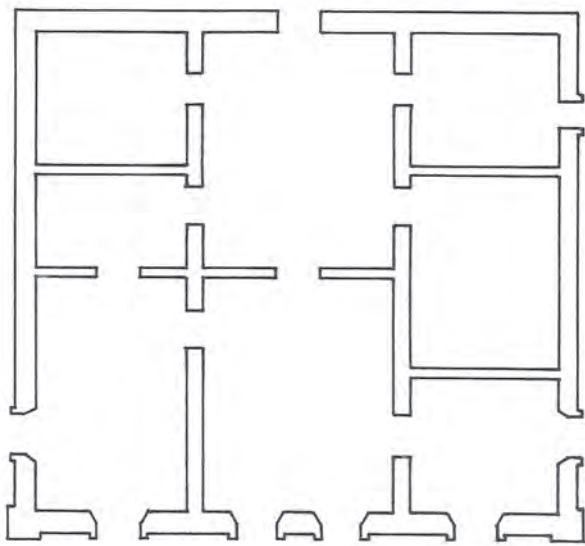


CORTE AA

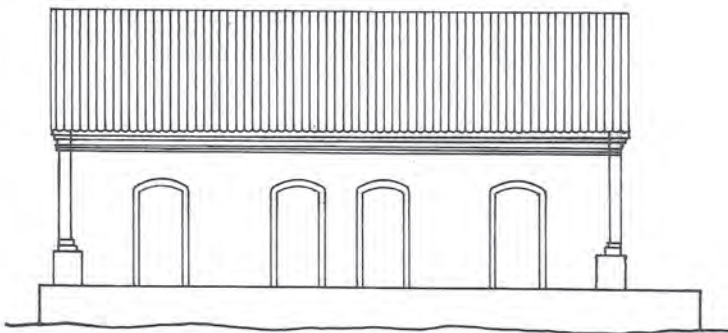
Figura 119: Levantamento arquitetônico da casa Carnaúba de Cima.
Fonte: BEZERRA, 1984: 95.

* Na dissertação de Bezerra (1984) os levantamentos das casas da Fazenda Carnaúba de Cima e Baixo estão trocadas.

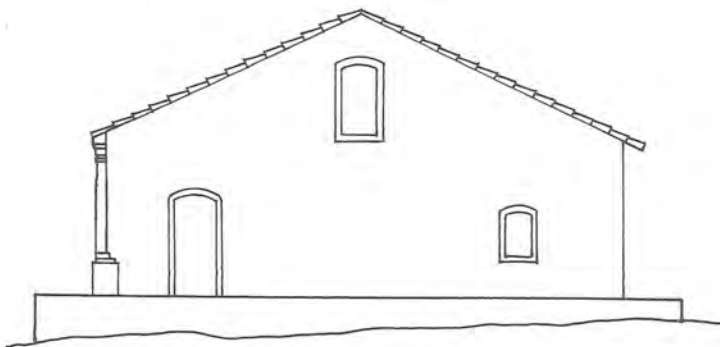
¹⁰ É comum nas zonas rurais atribuir complemento ao nome principal das fazendas para diferenciar a denominação das casas ali construídas.



PLANTA BAIXA - CASA DA FAZENDA CARNAÚBA DE BAIXO



FACHADA PRINCIPAL



FACHADA LATERAL - LADO DO SOTÃO



Figura 120: Casa da Fazenda Carnaúba de Baixo.
Fonte: IPHAN/CE, 1941

Figura 121: Levantamento arquitetônico da casa Carnaúba de Baixo.
Fonte: BEZERRA, 1984: 95.
* Na dissertação de Bezerra (1984) os levantamentos das casas da Fazenda Carnaúba de Cima e Baixo estão trocadas.

3.2.4. Materiais, técnicas e sistemas construtivos

Alicerce

Segundo Bezerra (1984), as casas foram assentadas sobre baldrame de pedra amarelada de lastro de rio. O baldrame, que tinha por objetivo regularizar o terreno para o assentamento da casa térrea, variava de altura ao longo do perímetro da edificação, atingindo até 2 m. Sobre o baldrame era colocada uma camada de tijolos para depois ter início a alvenaria das paredes.



Figura 122: Alicerce e alvenaria da casa da Fazenda Santo Antônio
Fonte: BEZERRA, 1984: 87.

Alvenaria

TABELA 45: RESUMO DO SISTEMA CONSTRUTIVO DAS CASAS DE FAZENDA DA RIBEIRA DOS INHAMUNS DO SÉCULO XIX
Levantamentos de Bezerra (1984)

FAZENDA	SISTEMA CONSTRUTIVO	OBSERVAÇÕES
Santo Antônio (2)	tijolo	
Monte Carmo	tijolo	
Belmonte	tijolo	
Carnaúba (1)	tijolo	
Carnaúba (2)	tijolo	
Cachoeira	-	calçada; casa de três a quatro vãos
Poço Comprido	taipa e tijolo	coberta em duas águas
Boa Vista	tijolo	telhado em duas águas; calçada; revestimento da parede em clara de ovo; piso em ladrilho
Tamanduá	tijolo	telhado em duas águas; calçadas
Lagedo	tijolo	
Lagoinha	taipa	coberta em duas águas; com alpendre na frente; os pilares eram em madeira
Curitiba	tijolo	cobertura em duas águas, calçada; casa em dois vãos

Quadro resumo do sistema construtivo das casas de fazenda dos Inhamuns do século XIX. Livre construção da autora.

(1) casa principal
(2) casa anexa à principal

Fonte: BEZERRA, Maria do Carmo Lima. **Notas sobre as casas de fazenda dos Inhamuns**. Dissertação (aperfeiçoamento em Arquitetura) - Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Ceará, 1984. p. 113 - 121.

Como podemos perceber na tabela 45, não há muita variação quanto ao uso de materiais construtivos nas casas de fazendas dos Inhamuns, resumindo-se a taipa e tijolo, sendo o último o mais utilizado nas edificações que subsistiram. Nesse caso, os tijolos eram de grandes dimensões e se emparelhavam em fiadas de 3 a 4 nas paredes externas, resultando em paredes estruturais

autoportantes. Já nas paredes internas, as fiadas eram de 1 a 2 tijolos e não alcançavam o teto, ficando numa altura média de 3,35 m. Entretanto, como observou Bezerra (1984), as paredes internas, paralelas ao oitão, sustentavam a coberta.

Vãos, vedações e ferragens

Em relação as esquadrias, Bezerra (1984) observou certa homogeneidade quanto à forma e aos materiais utilizados. Todas eram bastante simples. A verga era em arco abatido nas paredes externas e reta nas internas. Segundo a autora, as janelas eram de peitoril com rasgo em chanfro, formando uma diagonal com o alinhamento das paredes. As portas externas apresentavam também o mesmo rasgo em chanfro.

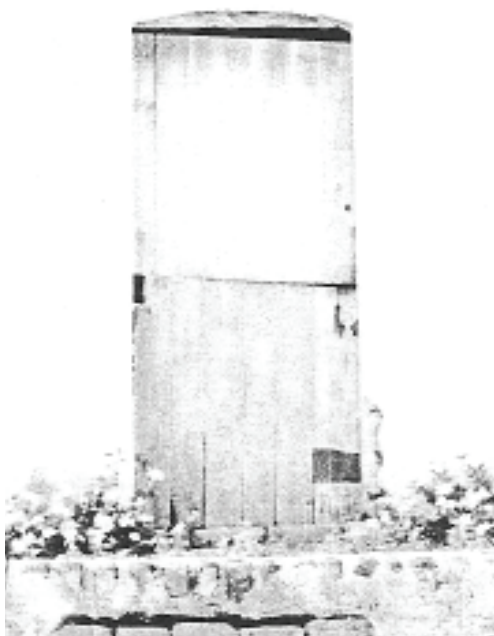


Figura 123: Porta da casa da Fazenda Carnaúba de Baixo.
Fonte: BEZERRA, 1984: 100.

As vedações eram de folha inteiriça até a verga. De acordo com o levantamento de Bezerra (1984), as folhas das vedações eram cegas, de cedro, compostas de tabuado comprido, com engaste embutido (tipo macho e fêmea) e quinas vivas do encontro das tábuas adoçadas com friso, executado em ambas as faces. As dimensões variavam de 1 m a 1,20 m. Em alguns casos de folha de porta, havia duas folhas divididas horizontalmente, conforme podemos perceber na fotografia da porta da fachada frontal da casa da Fazenda Carnaúba de Baixo.

Por vezes, havia molduras que enquadravam as portas e janelas, feitas de massa ressaltada do nível da parede. As folhas foram fixadas com dobradiças de cachimbo, presas por pregos de ferro batido e de cabeça redonda. Portas e janelas eram tracadas com ferrolhos, fechaduras e trancas de madeira, mas a autora não pôde concluir se os remanescentes remontam à data da construção original.

Revestimento

Todas as paredes foram revestidas de reboco de barro, cal e areia, e caiadas. O piso era de ladrilho de barro cozido (20 cm x 20 cm). Nenhuma das casas tinha forro.

Cobertura

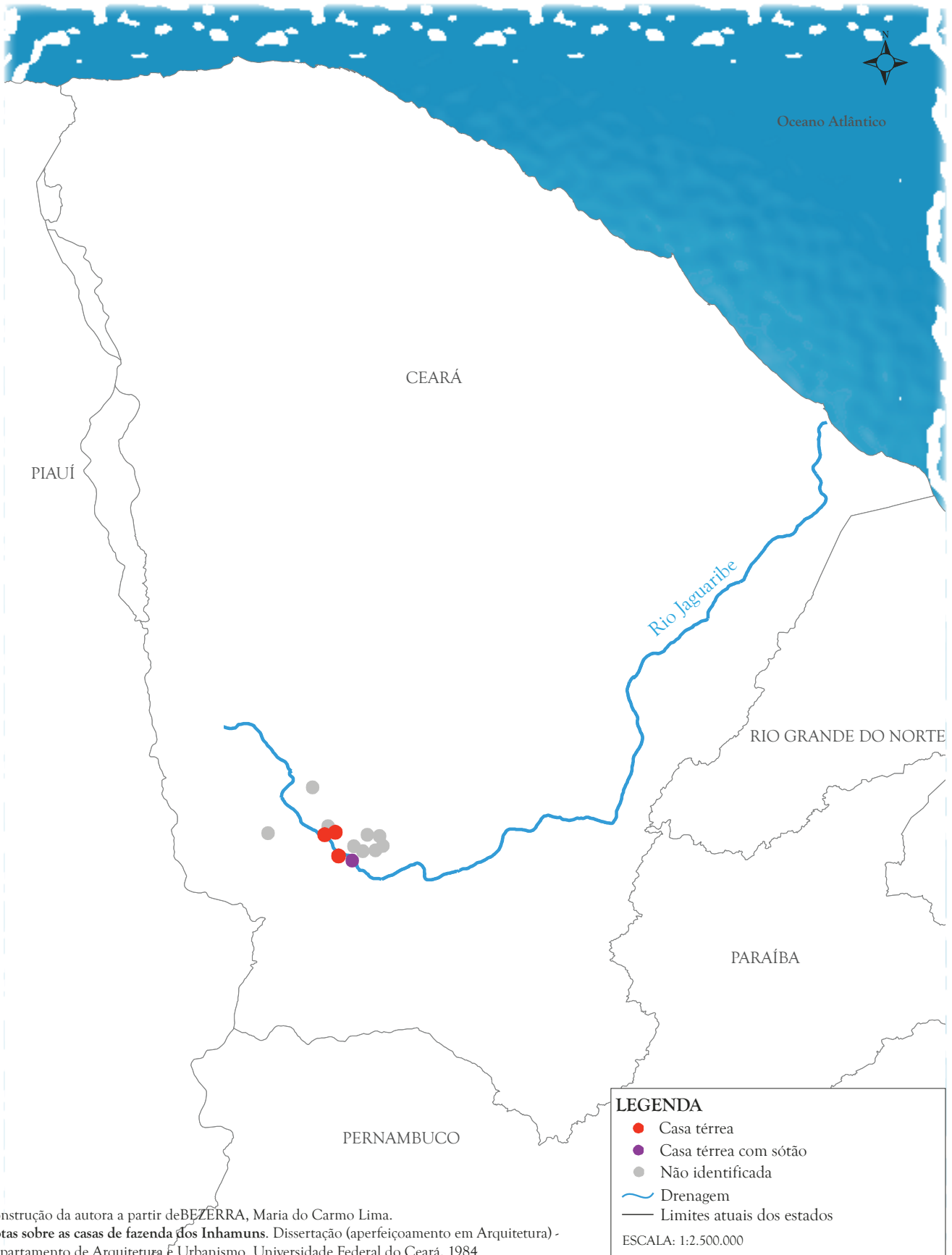
O telhado das edificações da *Ribeira dos Inhamuns*, do século XIX é preferencialmente de 2 águas, com empena lateral. A exceção é a casa da Fazenda Monte Carmo, em forma piramidal. Toda estrutura do telhado é de madeira e as telhas do tipo colonial.

Mobiliário

Bezerra (1984) documentou a existência de armários¹¹ embutidos em rebaixos nas paredes, que se restringem a simples nichos com soleira, verga reta e prateleiras de madeira. Ficavam a 50 cm de altura. Alguns parecem ter possuído porta, mas nunca forrado com madeira.

¹¹ Tais armários são recorrentes nas casas de fazenda da Ribeira do Seridó, e são chamados caritós.

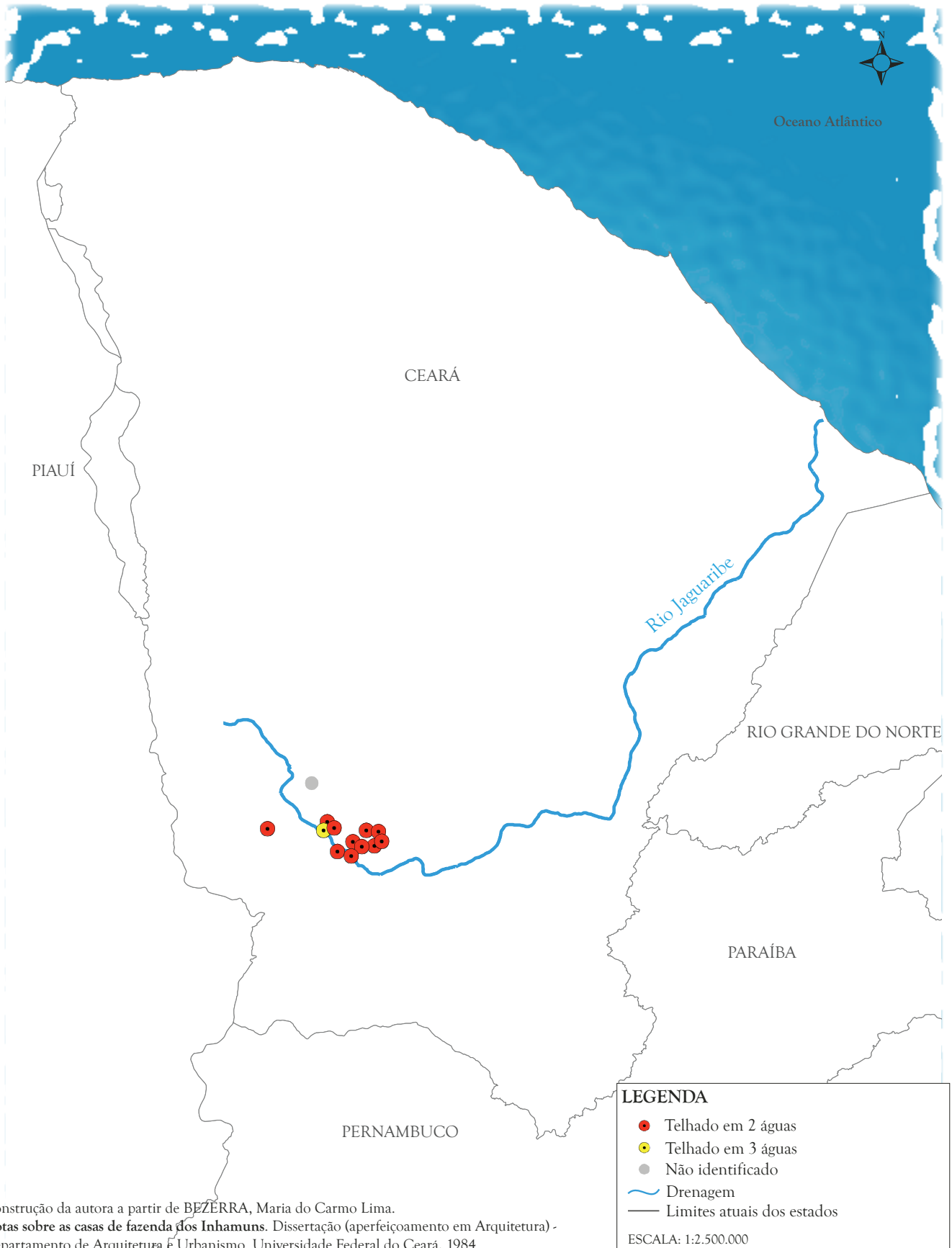
MAPEAMENTO DAS CASAS DE FAZENDA RURAIS DA RIBEIRA DOS INHAMUNS NO SÉCULO XIX
Identificação quanto ao número de pavimentos



Construção da autora a partir de BEZERRA, Maria do Carmo Lima.
Notas sobre as casas de fazenda dos Inhamuns. Dissertação (aperfeiçoamento em Arquitetura) -
Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Ceará, 1984.

Figura 124

MAPEAMENTO DAS CASAS DE FAZENDA RURAIS DA RIBEIRA DOS INHAMUNS NO SÉCULO XIX
 Identificação quanto ao tipo de cobertura



Construção da autora a partir de BEZERRA, Maria do Carmo Lima.
 Notas sobre as casas de fazenda dos Inhamuns. Dissertação (aperfeiçoamento em Arquitetura) -
 Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Ceará, 1984.

Figura 124

3.3 Ribeira do Seridó

As típicas casas-sede das fazenda de gado da *Ribeira do Seridó* foram assim descritas por Lamartine (1965):

“Assentada no alto – para melhor aproveitar a frescura dos ventos e oferecer posição mais vantajosa quando dos ataques de cangaceiros – era de construção sóbria, alpendrada, de duas águas e levantada com madeira, pedra, tijolo e telha da própria fazenda. Não oferecia a beleza artística dos casarões do açúcar, de grades de ferro-trabalhado e arabescos de argamassa e pedra. Nenhum enfeite transparecia de sua arquitetura e seu conforto maior parecia residir no frio das lajes do alpendre ou na carícia da rede armada no quarto do sótão” (LAMARTINE, 1965: 23).

Segundo o autor “*as casas construídas pelos fazendeiros para sua habitação pouco diferiam uma das outras, quer no seu aspecto externo, quer nos seus compartimentos, existindo, ainda hoje, muitas delas, edificadas há mais de um século*” (LAMARTINE, 1965:14).

O professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Paulo Heider Forte Feijó, em sua dissertação de mestrado, *A arquitetura tradicional de Acari no século XIX: estudo comparativo entre a casa grande de fazenda e a casa urbana*, constatou a inexistência de uma casa padrão, demonstrando a diversidade de soluções nas plantas a despeito da homogeneidade da caixa-mural. Contradizendo a máxima de Vauthier - “*quem viu uma casa brasileira já viu quase todas*” - e as generalizações de Juvenal Lamartine (1965), a pesquisa de Feijó (2002) foi a primeira a mostrar a diversidade na aparente homogeneidade das casas de fazenda da *Ribeira do Seridó*.

Seguindo os caminhos de Feijó (2002), reiteramos em nossa dissertação de mestrado, *Velhas Fazendas da Ribeira do Seridó*, defendida na FAUUSP em 2008, que os partidos arquitetônicos e o uso de materiais, técnicas e sistemas construtivos semelhantes ocultavam diferenças que individualizam os exemplares.

3.3.1 Topografia do terreno, implantação e orientação

As casas-sede das fazendas seridoenses foram implantadas em suaves plataformas, na parte mais elevada de sítios planos, sempre nas proximidades de riachos e arroios perenes, onde mais tarde foram construídos açudes. A fachada principal da edificação é, em geral, voltada para o nascente. Na maioria dos casos, da porta principal da casa vemos os currais e edificações de produção (fábrica de rapadura, casa de farinha e armazém de descarregar algodão). Essa implantação privilegiada permitia ao fazendeiro controlar sua propriedade e afirmar o seu domínio.

Os currais apresentavam-se de diversas formas: cercados de pedra, de alvenaria, de madeira, de arame, de ferro, como também envolvendo técnicas mistas. Eram, geralmente, construídos de forma muito frágil, sem o compromisso de se perpetuar no tempo, sendo refeitos periodicamente.

Nos arredores predominam as múltiplas faces da caatinga.

Figura 125: Paisagens da caatinga do Seridó.





Figura 126: Craibeira (Fazenda Cabaceira);
Mandacaru (Fazenda Timbaúba dos Gorgônios).
Fotos: Nathália Diniz e Adília Diniz



3.3.2 Caixa edilícia e modenatura



Figura 127: Casas da Ribeira do Seridó.

No que diz respeito à caixa edilícia e à modenatura, as casas-sede de fazendas de gado da *Ribeira do Seridó* são muito semelhantes. Todas são térreas, variando somente quanto à existência de sótão, paiol ou ambos. Observamos somente uma exceção que apresenta porão alto, o caso da Casa da Fazenda Pau Leite.

O corpo principal das casas é coberto por telhado de duas águas, enquanto o anexo de serviço (no qual se situa a cozinha na parte posterior), quando existente, é coberto por diversas águas. A caixa mural é inteiriça e nela se destaca o alpendre. Disso resulta um volume simples, com predominância dos cheios sobre os vazios. A disposição dos vãos é semelhante e arranjada em intervalos regulares. A alvenaria era predominantemente rebocada com argamassa de barro e caiada. Essas casas são visivelmente despojadas de elementos decorativos; só em raríssimos casos há cimalha, cimalha de boca de telha e platibanda. A grande maioria das edificações faz uso apenas de beiral. Esta solução assemelha-as aos padrões da arquitetura do período colonial, o que mostra a resistência desse modelo em pleno século XIX, quando entraram em moda novas linguagens estéticas arquitetônicas marcadas pelo neoclassicismo. Nota-se também semelhança com a típica casa urbana do período colonial, especialmente nos casos em que não há alpendre frontal.

O alpendre constitui-se como elemento recorrente nessas residências, encontrado na maioria delas, à exceção de cinco casas-sedes: Fazendas Pau Ferro, Bom Sucesso, Arroz, Palma e Toco.

Outra recorrência eram os sótãos, cujo acesso dava-se por uma escada de madeira.



A casa da Fazenda Pau Leite, a única com porão alto, também possui sótão, cujo acesso se dava originalmente por uma escada localizada na alcova, recentemente deslocada para a sala de refeições. O porão, neste caso, configura-se somente como espaço para depósito, com altura pequena e que teve sua construção condicionada pela inclinação do terreno.



No Seridó, observa-se também a presença constante de unidades de produção nas fazendas de gado (casas de farinha e engenhos de rapadura). A Fazenda Pau Leite¹², por exemplo, além da casa-sede, tinha casa de farinha e uma caldeira a vapor que era usada, junto com outro maquinário, para descarregar algodão. Havia três currais, um grande na frente e os outros dois, de pedra e interligados, situados próximos à casa.

Figura 128: Fachada frontal da Fazenda Pau Leite.
Foto: Nathália Diniz

Figura 129: Foto tirada por volta de 1950.
Fonte: Acervo do atual proprietário Genivaldo Barros.

¹² A fazenda Pau Leite pertenceu a Antônio Florêncio de Araújo Galvão, descendente de Cipriano Lopes Galvão Júnior (falecido em 1890), filho do Capitão-mor Cipriano Lopes Galvão (o segundo). O capitão-mor Cipriano Lopes Galvão, que sucedeu ao pai sua propriedade do Tororó, obteve uma data de sesmaria onde fundou uma fazenda chamada Currais Novos, que em seguida daria origem ao município de mesmo nome. Em 1808, o Capitão-mor Cipriano doou meia légua de terras para ereção de uma capela da senhora Santa'Anna (lavrado no Livro n° 5, folhas 69/70, 5 de janeiro).

As casas nas quais se observa a ausência do alpendre (fazendas Pau Ferro, Bom Sucesso, Arroz, Palma e Toco), são edificações de caixa mural inteiriça com pouquíssimas aberturas. Dessa solução resultam edificações muito semelhantes externamente. A casa da Fazenda Palma apresenta o diferencial de possuir cimalha na fachada frontal.



Figura 130: Casa da Fazenda Palma.



Figura 130: Casa da Fazenda Bom Sucesso

A planta arquitetônica da casa-sede da Fazenda Pau Ferro revela que dois dos quatro quartos não têm abertura para o exterior, fato que, com certeza, repete-se nas casas de fazendas supracitadas, predominando nas fachadas laterais enormes lanços de parede inteiriça.



Figura 132: Levantamento arquitetônico da casa Fazenda Pau Ferro (fev/2008).

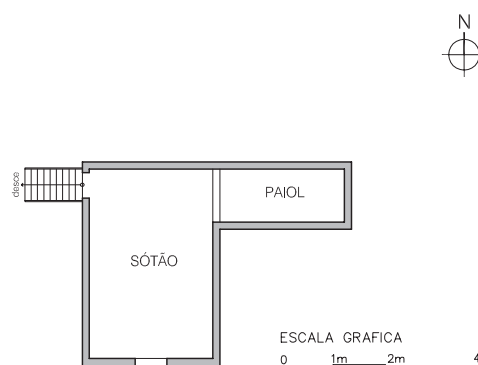
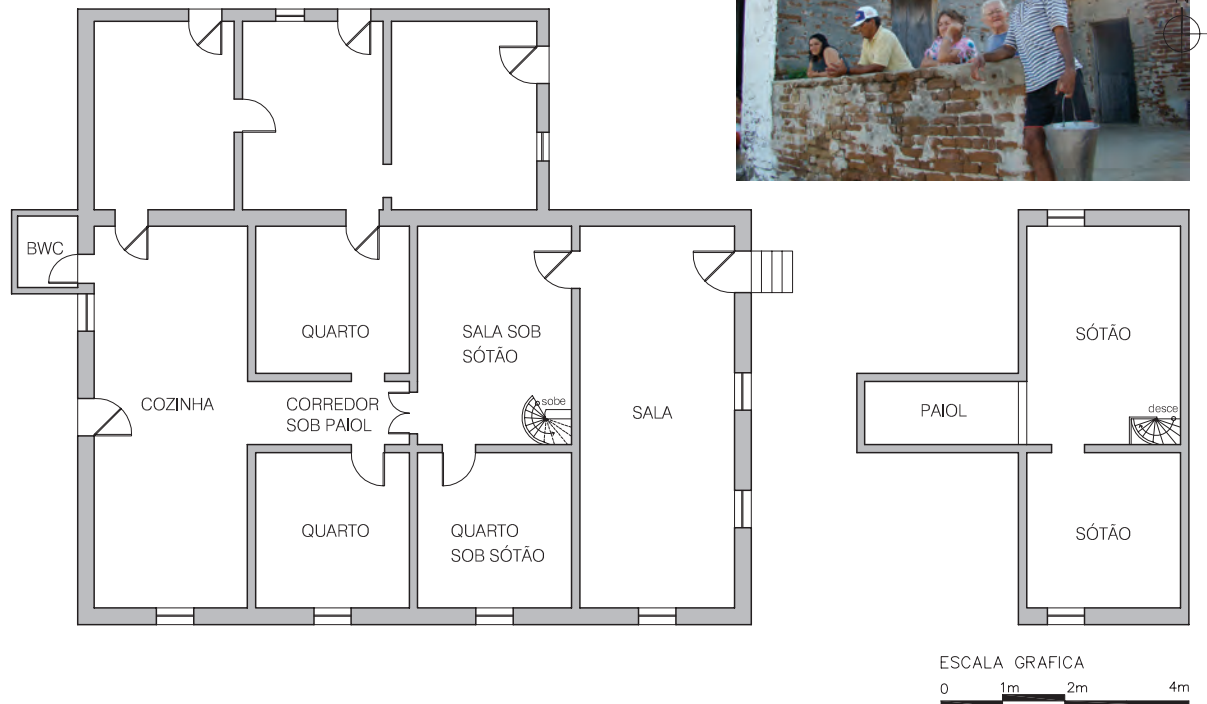


Figura 133: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Toco (fev/2008).



A disposição dos cômodos¹³ da casa de Fazenda Toco corresponde perfeitamente ao esquema predominante na arquitetura tradicional brasileira. A habitação está compartimentada em três faixas com uso distintos: a parte frontal da casa é destinada ao receber e ao estar; a parte central destina-se ao repouso e à intimidade; e os fundos da edificação relacionam-se às atividades de serviço.



Figura 134: Fachadas da casa da Fazenda Arroz.

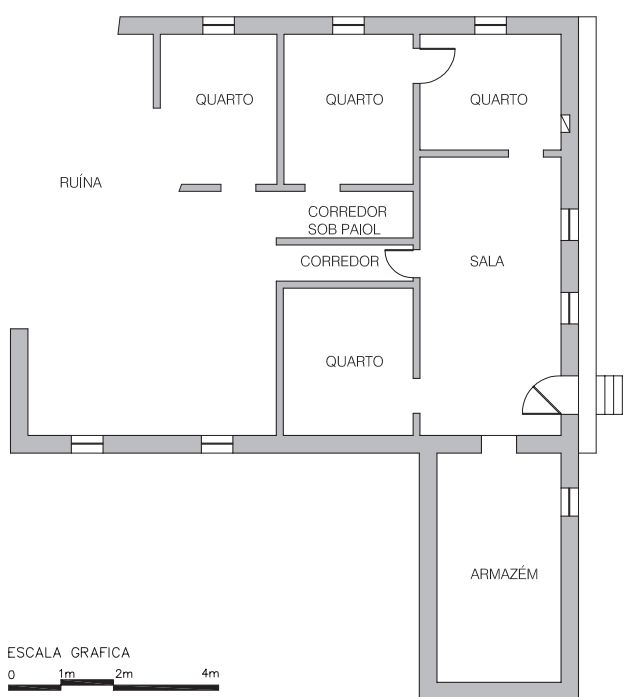
A casa-sede da Fazenda Arroz é térrea e possuía um sótão. Hoje em ruínas, nela só encontramos vestígios desse antigo compartimento. Pela imagem central percebe-se altura do baldrame que formava uma plataforma para nivelar o terreno. Havia fábrica de rapadura próxima à casa, mas o Sr. Manoel Paulino a demoliu e construiu o atual engenho mais afastado, mantendo a engenhoca à tração animal. Não pudemos confirmar se se trata da engenhoca original.

O dono da Fazenda Arroz era Manoel Álvares de Faria, conhecido por Major Faria, patente da Guarda Nacional. Nomeado pelo imperador D. Pedro II, os botões de sua farda tinham gravado em alto relevo “D. PEDRO II”. O Major Faria vendeu a propriedade por quatro contos de réis, com

¹³ Excluindo os três cômodos laterais, claramente posterior à construção original.

engenho montado, e comprou duas propriedades no estado do Ceará (fazendas Canoas e Bonito).¹⁴

Segundo Lamartine (2003), muito se falou a respeito de botijas¹⁵ arrancadas nesta antiga casa.



A solução utilizada na casa da Fazenda Arroz, com um armazém na parte frontal da habitação, é recorrente no universo investigado. Esse cômodo poderia estar situado também no interior da casa, sob forma de quarto de dormir. Na verdade, essas casas não apresentam um uso rígido e restrito dos cômodos, pelo contrário, os cômodos são facilmente adaptáveis a diversos usos.

Figura 135: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Arroz (jan/2008).

Apresentamos até então os exemplares do Seridó que não têm alpendre. Há diversos casos, como por exemplo da casa da Fazenda Tapuia, onde o alpendre é claramente um acréscimo posterior à construção original.

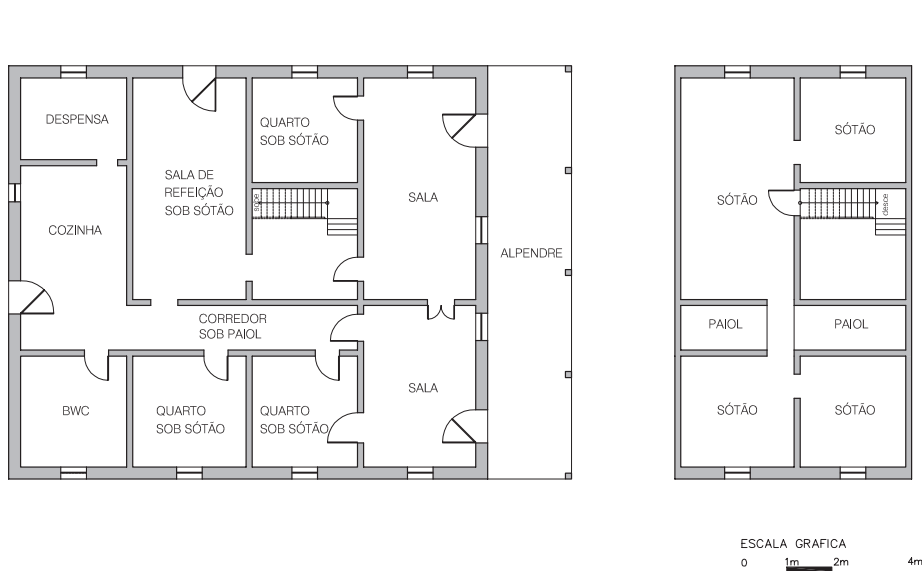


Figura 136: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Tapuia (jan/2008).

¹⁴ Memórias de Ramiro Monteiro Dantas da Fazenda Saudade in: LAMARTINE, Pery. Personagens serranegrenses. Natal: Sebô Vermelho, 2003. p. 68-69

¹⁵ Tesouro enterrado.

3.3.3. Programa arquitetônico (ambientes constituintes e seu arranjo espacial)

Conforme pode-se observar, a aparência externa das casas-sede da *Ribeira do Seridó* é muito semelhante, porém é no arranjo espacial de seu programa que residem as diferenças, apesar de muito sutis. Quanto ao formato da planta, a maioria é retangular, e mesmo quando se trata de plantas em “L”, há tendência ao retângulo. Observamos somente um caso de planta próxima ao quadrado, a casa da Fazenda Maxinaré, e um exemplar de planta em “U”, a casa da Fazenda Cabaceira, fruto de modificações posteriores, tratando-se anteriormente de planta retangular ou em “L”. Algumas casas possuem pátio interno e quintal de serviço murado.



A casa-sede da Fazenda Maxinaré está implantada num altiplano. À esquerda há a casa de farinha e, à direita, o curral.

A habitação é térrea, com sótão no meio, construída sobre alicerce de pedra e paredes de tijolos. A cobertura é de estrutura de madeira, com o corpo principal coberto de duas águas e empena lateral elevada.

Figura 137: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Maxinaré (jan/2008).



O levantamento arquitetônico não traz a planta do sótão, pois não foi possível acessá-lo pela inexistência de escada, deixando dúvidas se haveria também paiol.

No que diz respeito ao programa arquitetônico do acervo investigado, poucas casas mantiveram-se originais, pois a passagem do tempo trouxe a necessidade de modificações em sua configuração interna (mais comum é a construção de banheiros no interior da edificação, já que anteriormente as latrinas e cumoas localizavam-se no exterior do edifício). Identificamos nessas residências três funções principais relacionadas a seus cômodos: receber/estar, estar íntimo/ repouso e serviços¹⁶.

Receber/estar

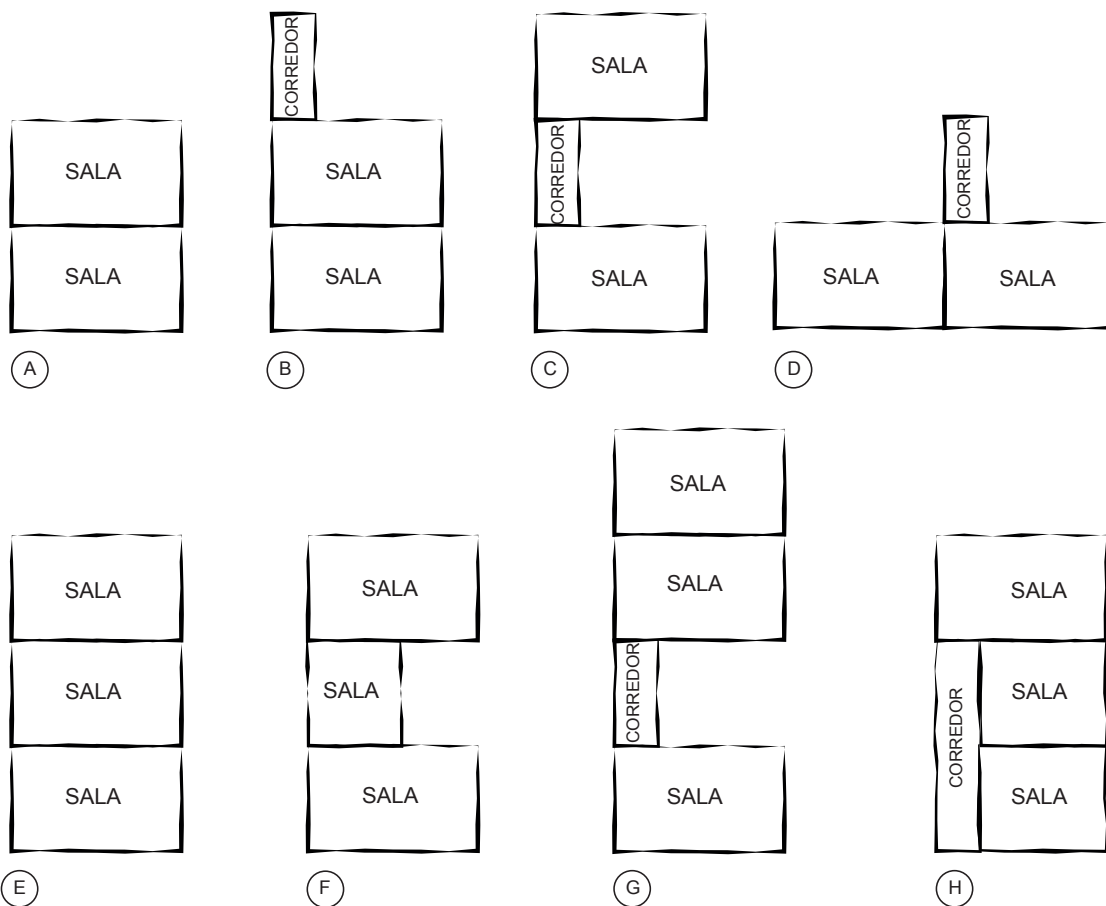
O alpendre é o acesso principal à casa. Além de ter a função de recepção, ele é um cômodo de estar. Através dele avista-se boa parte da fazenda e nele o proprietário e os trabalhadores reuniam para discutir a lida diária. Naquela época, não era um espaço permitido às mulheres. Na maioria dos casos, aparece na parte frontal da casa e, somente em algumas exceções, corre pelas laterais.

¹⁶ Seguindo método de Lemos (1999).

Porém, esses últimos referem-se a acréscimos, não fazendo parte da configuração original.

Há, em média, duas ou três salas nas casas rurais seridoenses. A primeira sala, chamada de “sala da frente”, é a que se segue ao alpendre (quando existente), podendo ocupar toda a largura da edificação. Há também uma segunda sala que pode estar disposta ao lado da sala da frente ou contígua a ela. É comum essas duas salas serem abertas para o exterior e interligadas com aberturas a diversos outros cômodos da edificação. A terceira sala é a de refeição, chamada no Seridó de “sala de trás” ou “sala de janta”. Ela se localiza na sequência da sala da frente ou da segunda sala, ou então no final do corredor. Nessa sala, o mobiliário é somente composto por bancos de madeira, tamboretas com assentos de couro, cadeiras de encosto cobertas de couro e de sola. Tal como o alpendre, as mulheres também não utilizavam esse cômodo, fazendo suas refeições na cozinha. O uso da “sala de janta” cabia somente aos homens, sem distinção social, reunindo-se ali proprietários e trabalhadores. O elo de ligação entre a parte frontal da casa e a parte posterior era o corredor, em geral dividido por uma porta que resguardava a zona íntima (reservada à família) da zona social.

A ligação e circulação entre as salas e os demais cômodos da residência dava-se de diversas maneiras, conforme podemos observar nos croquis abaixo.



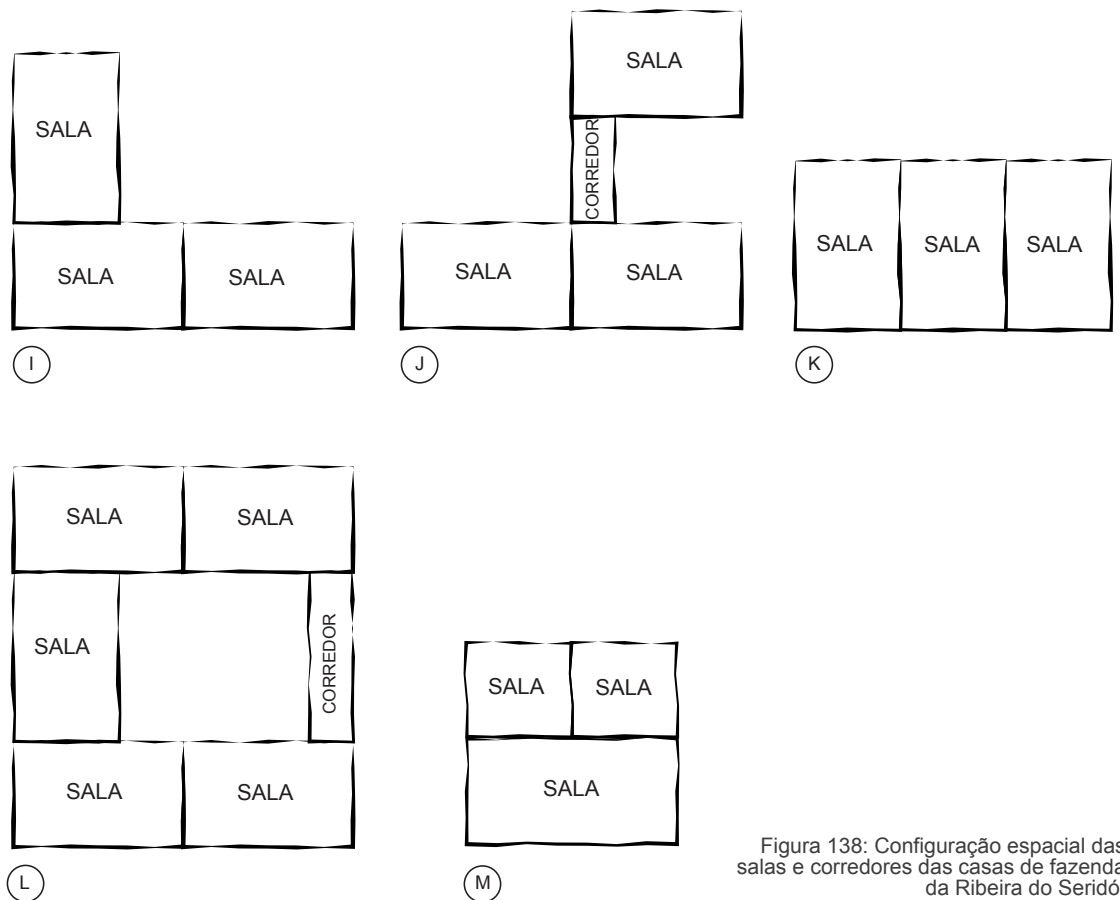


Figura 138: Configuração espacial das salas e corredores das casas de fazenda da Ribeira do Seridó.

Como podemos ver, num universo de 41 casas-sede de fazendas de gado seridoenses encontramos 12 diferentes modos de arranjo espacial entre as salas de estar, de refeição e corredor. Interessante notar que em todas as salas há inúmeros armadores de rede, comprovando que se durante o dia tinham função de receber e estar, à noite transformavam-se em espaço destinado ao repouso. Ainda conforme o arranjo das salas, a imagem “L” (figura X) trata-se de um caso excepcional, somente encontrado na casa da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios, na qual cinco salas rodeiam quatro alcovas.



Figura 139: Casa da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios

Esta fazenda foi fundada por Gorgônio Paes de Bulhões, em 1833, ano de seu casamento, inicialmente compondo-se de casa de taipa e curral. A casa-sede que nos referimos começou a ser construída em 1856 e foi concluída em 1862, datas registradas na fachada. No primeiro casamento, com Inácia Maria da Conceição, teve seu primeiro filho: Janúncio Salustiano da Nóbrega. Após a morte da primeira mulher, casou-se com a prima da esposa falecida, Mariana Umbelina da Nóbrega, com quem teve mais oito filhos (Francisco Pereira da Nóbrega, Justino Augusto da Nóbrega, Remígio, Venâncio, Belarmino, José Gorgônio da Nóbrega, Gorgônio Paes de Bulhões da Nóbrega e

Teodora). Estes construíram outras fazendas nas proximidades da do pai, entre elas a Fazenda Cabaceira, a Fazenda Buriti, a Fazenda Quebra Perna, a Fazenda Gurupá e a Fazenda Pedreira. Nenhuma dessas casas de fazenda seguiram disposição espacial da “casa-mãe”.

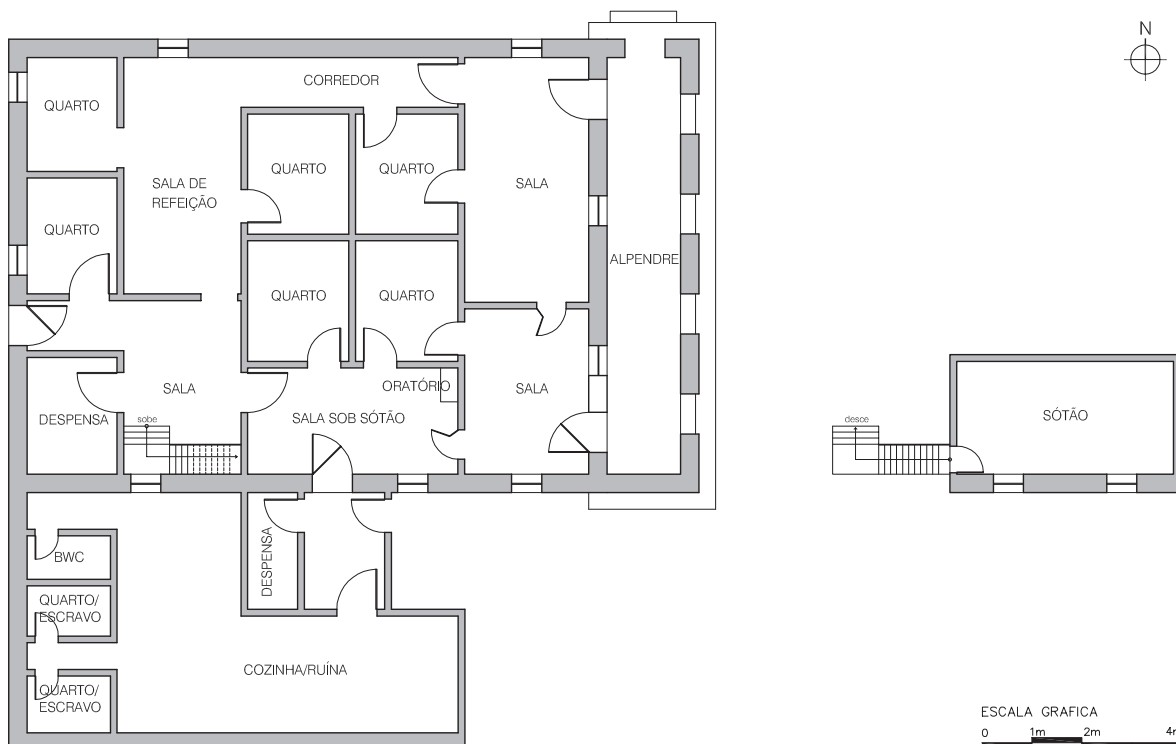


Figura 140: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios (mar/2008).

O patriarca da família, Gorgônio Paes de Bulhões, teve posição de destaque na região, sendo nomeado Alferes da 2ª Companhia do Esquadrão de Cavalaria da Guarda Nacional, em 1837, e “Coletor do Dízimo sobre a Carne nas Freguesias da Vila do Príncipe e Acary”.

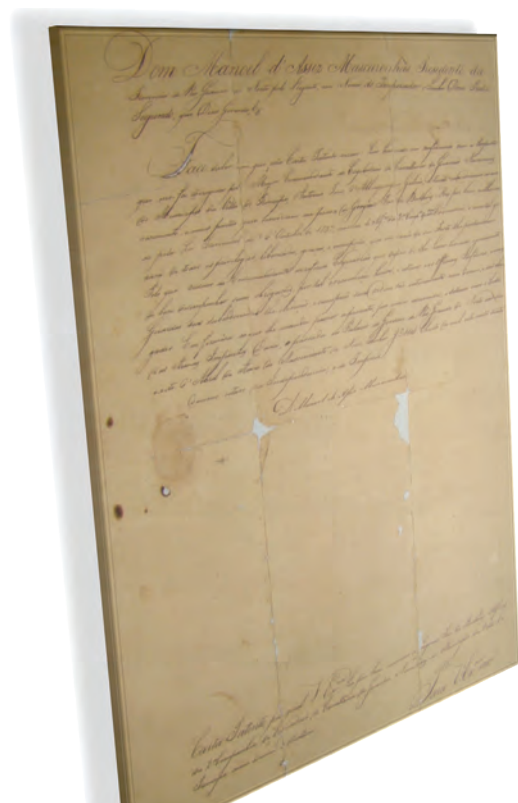


Figura 141: Carta Patente da nomeação de orgônio Paes de Bulhões.

Dom Manuel d’Assiz Mascarenhas, Presidente da Província do Rio Grande do Norte pelo Regente, em nome do Imperador e Senhor Dom Pedro Segundo, que Deus guarde,

Faço saber aos que esta Carta Patente virem: Que havendo mo conformado com a Proposta que me foi dirigida pelo Major Commandante do Esquadrão de Cavallaria de Guardas Nacionais do Municipio da Villa do Principe, Antonio Pires d’Albuquerque Galvão; e tendo consideração do merecimento, e mais partes que concorrem na pessoa de Gorgonio Paz de Bulhões: Hei por bem, authorisado pela Lei Provincial de 9 de Outubro de 1837, nomea-lo Alfes, da 2a Compa do mmo Esquadrão; e como tal gozará de todos os privilégios, liberdades, graças, e exempções, que em razão de seu Posto lhe pertencerem. Pelo que: ordeno ao commandante do referido Esquadrão que, depois de lhe haver tomado o juramento de bem desempenhar suas obrigações, por tal o reconheça, honre, e estime; e os officiaes Inferiores, e mais Guardas seus subordinados, lhe obedeção, e cumprão suas ordens tão inteiramente como devem, e são obrigados. Em firmêsa do que lhe mandei passar apresento, por mim assinada, e sellada no Placio do Governo do Rio Grande do Norte aos desoito d’Abril do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos trinta e cinco oitavo da Independencia, e do Imperio.

D. Manoel de Assis Mascarenhas
 Carta Patente, pela qual V. Excia ha por bem nomear a Gorgonio Paz de Bulhoes Alferes da 2a Companhia do Esquadrão da cavallaria de Guardas Nacionaes do Municipio da Villa do Principe, como acima o declara.
 Para V. Excia ver.

A Fazenda Timbaúba dos Gorgônios, datada do início do século XX, envolvia inúmeras atividades de beneficiamento agrícola e, dessa maneira, vivenciou momentos áureos.

Estar íntimo/ repouso

Havia uma nítida segregação em relação aos quartos de dormir. Dependendo a sua disposição espacial, eram destinados ao casal, aos homens, às mulheres ou aos empregados. O casal e as mulheres solteiras dormiam nas camarinhas ou alcovas, cômodos sem aberturas diretas para o exterior. Também se destinavam às mulheres quartos com janelas, porém com tinham balaustradas de madeira formando uma espécie de grade¹⁷.

Os sótãos também eram utilizados como dormitório para as mulheres, mas raramente serviam como tal. Isso nos leva a crer que surgiram mais como aproveitamento do espaço gerado pela alta cumeeira do que por necessidade. Rara era a presença de camas de armação, pois se usavam mais redes, além de malas cobertas de sola, arcas de madeira e baús. Há uma grande quantidade de caritós, espécie de nichos ou armários de alvenaria embutidos na parede, usados para colocar lamparinas, pequenos objetos ou imagens sacras. Nas salas da frente nota-se a presença de armários maiores, com portas de madeira.

Na parte da frente da casa há, recorrentemente, um quarto ao lado do alpendre. Em algumas situações, ele é chamado de “quarto dos vaqueiros”, com muitos tórnos onde se penduravam os apetrechos vinculados à lida diária. Eram o local de repouso desse trabalhador. Em alguns casos também funcionava como armazém/depósito de gêneros alimentícios e demais instrumentos vinculados à “indústria do criatório”.

Pouquíssimas fazendas tinham senzalas. Geralmente os escravos dormiam em cômodos no interior da casa-sede. Quando não, havia quartos na parte posterior da edificação, junto à cozinha, que serviam de repouso para eles.

Os banheiros da época eram chamados “cumoas” ou “latrinas”, localizadas fora do corpo principal da casa, na parte posterior. As “salas de banho” destinavam-se à higiene pessoal, consistindo num pequeno espaço onde a água era armazenada em um ou dois tanques, nos quais com uma cuia ministrava-se o banho. No século XX, foram instalados banheiros, tal qual conhecemos hoje.

Serviço

A cozinha das edificações oitocentistas seridoenses localizava-se, no princípio do século, na parte posterior da casa. Eventualmente era um anexo construído de taipa de mão, não fazendo parte do corpo principal do edifício. Com o passar dos anos, a cozinha passou a estar inserida na edificação, mas ainda se localizando nos fundos da casa. Seu mobiliário consistia de bancos, mesa, fogão e forno. Era nesse espaço que as mulheres e crianças faziam suas refeições.

O fogão era à lenha, construído de tijolos de barro e em alguns deles havia forno. Em algumas casas-sede, além do fogão à lenha na cozinha, havia também outro no alpendre de trás. Nesse mesmo local também havia fornos utilizados para o fabrico de bolos ou assados. Alguns desses fogões datam do século XX, pois foram sendo reconstruídos de acordo com a tradição nas diversas reformas ocorridas nas cozinhas.

¹⁷ Especula-se que esses quartos também eram utilizados por escravos, daí a razão de ter gradil de madeira.

Diante do número reduzido de exemplares inventariados *in loco* por nós, realizamos exaustiva pesquisa cartorial para entender a natureza das edificações rurais das *Ribeiras da Paraíba*. Relacionamos nas tabelas a seguir, os dados recolhidos nos livros de escritura de venda de propriedades rurais do século XIX (excluindo portanto testamentos, partilhas, doações, permuta, ratificações e vendas de propriedades urbanas). Através da análise desses dados perceberemos que as moradias rurais desta *ribeira* foram, em sua maioria, construídas de taipa de mão. As propriedades com casas de melhor qualidade e com benfeitorias (engenhos e aviamentos) constituem-se em exceções.

TABELA 44: Transcrição de terras do 1º tabelionato de notas e ofício do registro de imóveis Pombal/PB

Vendas de terras e benfeitorias nas zonas rurais - Livro dos anos 1893 - 1896

DESCRIÇÃO	BENFEITORIAS	SÍTIO	DATA	VALOR
parte de terras	cacimba	Cachoeira de Lucas	Castello	11\$000
parte de terras	6 casas de vivenda, acude, cercados, fruteiras e mais benfeitorias	São Vicente	Borges	38\$000
2 partes de terras	casa de morada com a frente de tijolo, curral de pau a pique, açude e mais benfeitorias		Barra V á r z e a Comprida	270\$000
parte de terras			Cipó	300\$000
parte de terras	casa de tijolo e 2 cercados de plantações	Queimado	Queimado	27\$000
parte de terras	cacimba	Cachoeira do Lucas	Castello	11\$000
parte de terras	casa de tijolo e cerado de plantações	Pauferrado	Pauferrado	5\$000
3 partes de terras	casa de taipa e cercado de plantações	Furquilha	Barra	
3 partes de terras	casa de taipa e tijolo, açudinho, cerceado de plantação e uma ilha abaixo do mesmo cercado	Capim-verde Mandante	Jenipapo de São João	28\$000
2 partes de terras	casa de taipa, cercado de plantações, vazante no rio, capoeira e mais benfeitorias	Maria dos Santos	Culandraca	65\$000
parte de terras	casa deteriorada, roça, cercado grande no rio e mais benfeitorias	Maria dos Santos	Culandraca	120\$000

Quadro resumo das vendas de terras e benfeitorias nas zonas rurais - Livro dos anos 1893 - 1896 de posse do 1º Tabelionato de Notas e Ofício do Registro de Imóveis - Pombal/PB
Livre construção da autora.



Figura 142: Fogões das casas de fazenda da Ribeira do Seridó.

Era frequente a existência de mais de uma cozinha e também de uma espécie de terraço posterior. Todos esses ambientes eram destinados à preparação de alimentos. Chamava-se “cozinha de queijo” o pequeno espaço destinado ao fabrico do laticínio. Nela havia jiraus para armazenar os alimentos, podendo estar incrustados ou não na alvenaria. De mobiliário, em geral, as cozinhas dispunham de tachos de cobre, tinas, bacias, gamelas, pilões, potes de barro conservados sobre cantareiras de madeira, mesa e bancos.

Para armazenar os gêneros alimentícios havia a despensa, nas quais eram dispostos vários caixões destinados a guardar farinha e outros produtos. Sobre os corredores havia os paióis, alguns deles com orifícios para a saída e farinha de mandioca ali estocada.



Figura 143: Paióis das casas de fazenda da Ribeira do Seridó.

3.3.4. Materiais, técnicas e sistemas construtivos

Alicerce e alvenaria

O alicerce de todas as construções é de pedra. As paredes externas são autoportantes e de tijolos, medindo cerca de 60 cm de espessura. A amarração mais comumente encontrada envolve um aparelho que alterna a disposição de duas fiadas, uma com os tijolos assentados ao comprimento e a outra com eles assentados peripiano. As paredes de vedação são também de tijolos e sua espessura média é de 20 cm. A argamassa utilizada nas construções é de barro/cal/areia, podendo ter mais algum aglutinante. Porém, devido à dificuldade de obtenção de cal na região, a argamassa pode ter sido fabricada somente de barro. Os pilares originais dos alpendres das edificações são de madeira, e comumente foram substituídos por pilares de alvenaria.



Figura 144: Exemplos de alicerce e amarração da alvenaria.

Vãos, vedações e ferragens

Figura 145:
Vergas.

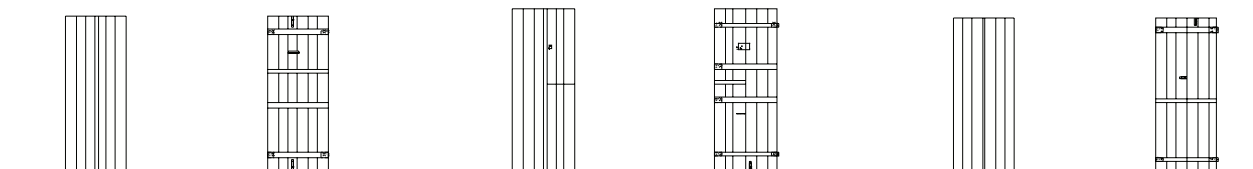
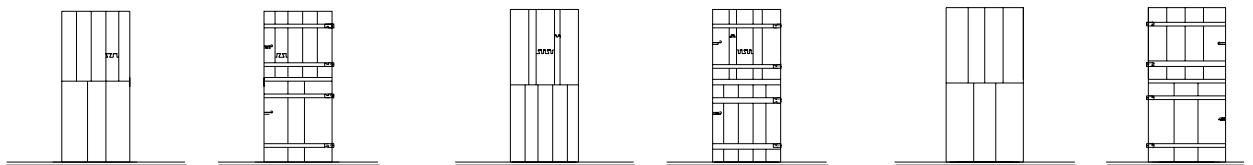
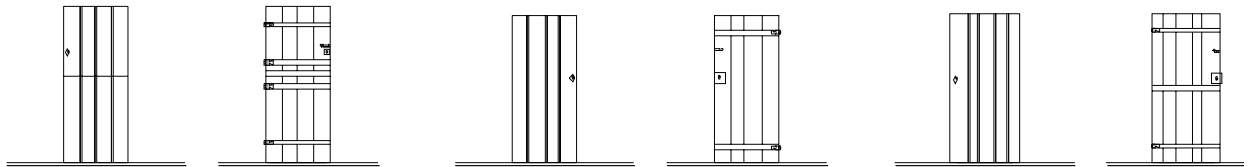
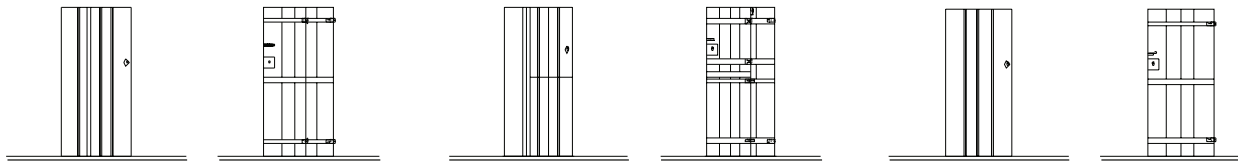
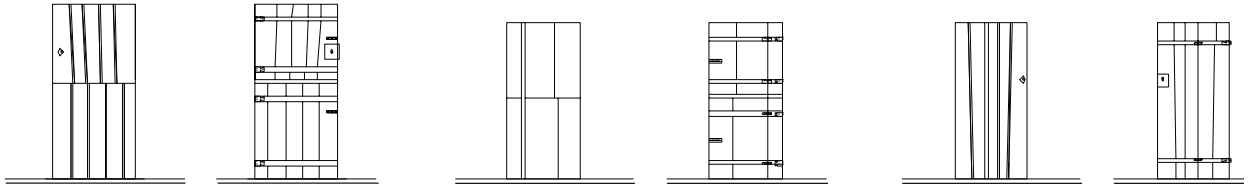


As vergas das portas e janelas são retas ou em arco abatido, raramente em arco pleno. A vedação dos vãos é feita com folhas cegas de tábuas de madeira, unidas com encaixe macho e fêmea. É mais freqüente o uso do Cumaru. As dimensões e modelos das portas variam bastante. Elas se apresentam em folha única ou em folha dupla (dividida vertical ou horizontalmente). Nessas tábuas estão fixadas as dobradiças de ferro, de modelos variados. O caixilho das portas e janelas é preferencialmente de Aroeira. Algumas janelas dos sótãos são do tipo entalada, e têm balaustres de secção quadrada.



Figura 146: Portas das casas de fazenda da *Ribeira do Seridó*.

A diversidade dos modelos de portas pode ser observada na figura 147 a seguir, referente às portas da casa-sede da Fazenda Cabaceira.



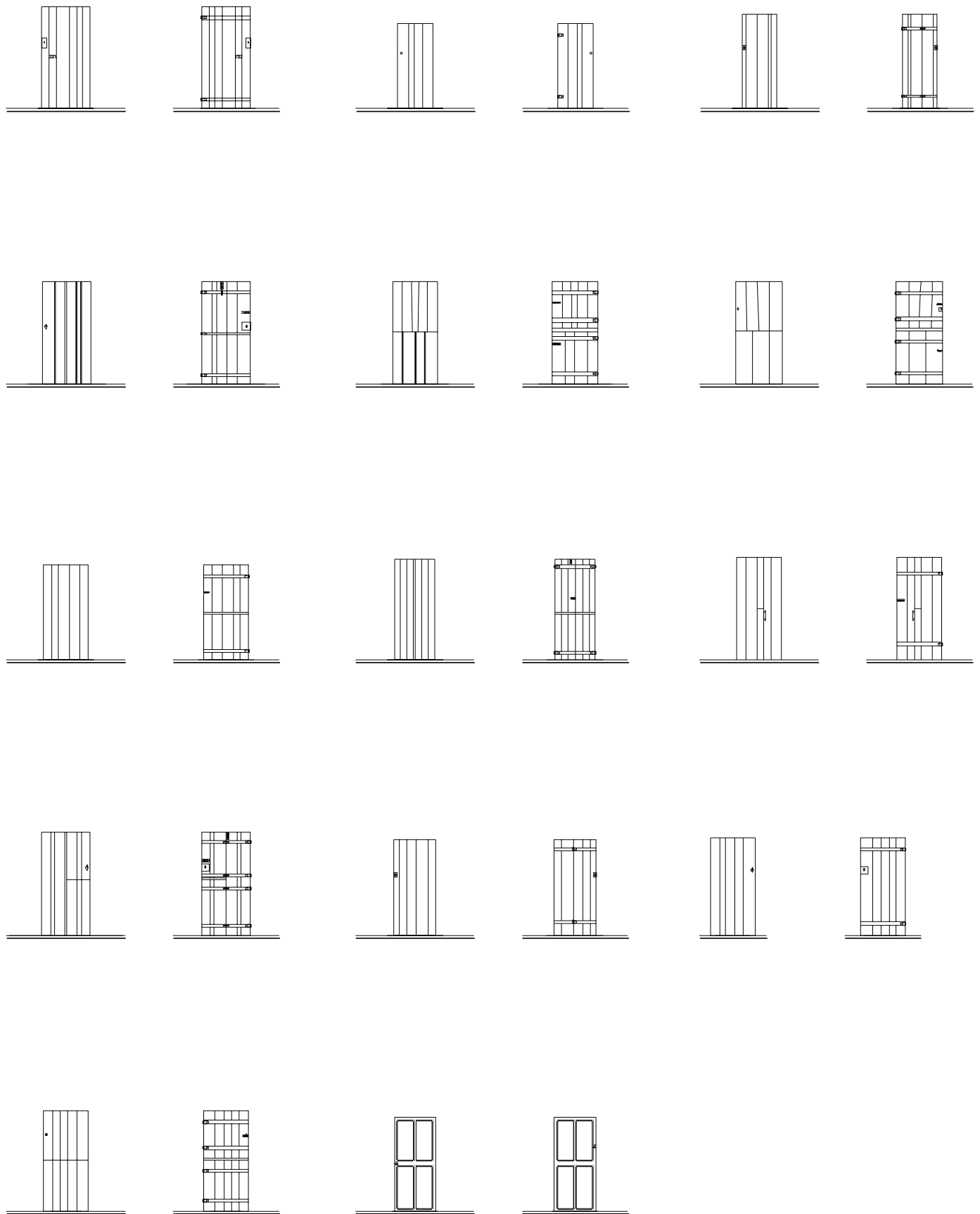


Figura 146: Levantamento das portas da casa da Fazenda Cabaceira.



Figura 148: Janelas das casas de fazenda da *Ribeira do Seridó*.

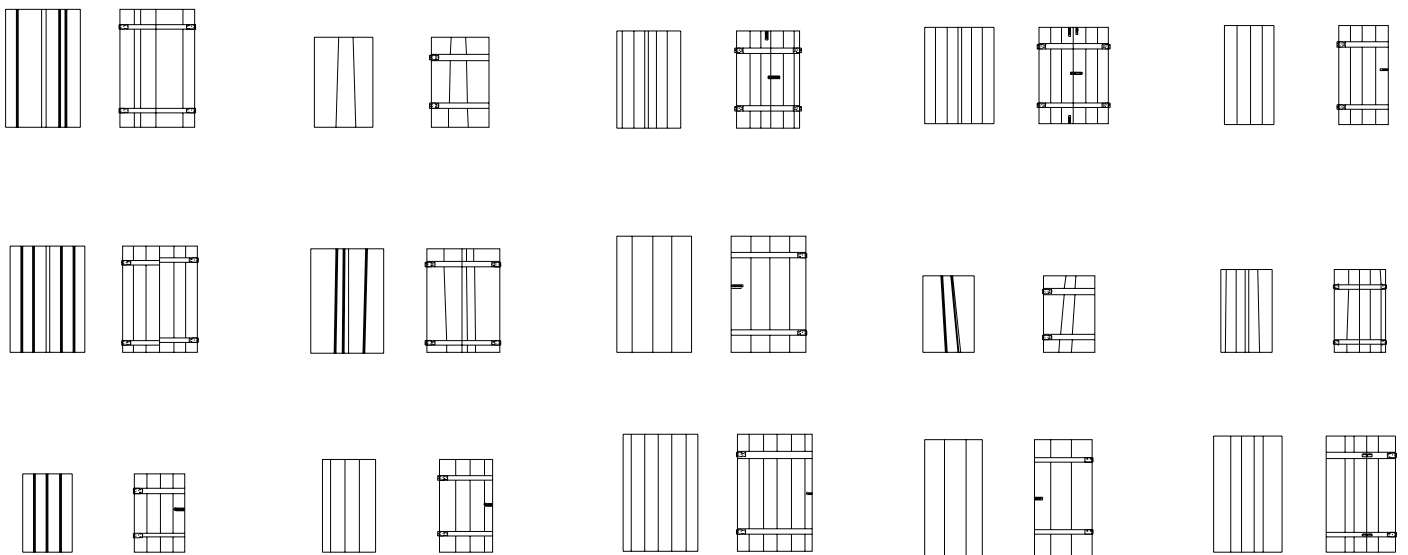


Figura 149: Levantamento das janelas da casa da Fazenda Cabaceira.

As portas e janelas eram fechadas com elementos de madeira (as tramelas e traves), sendo substituídos ao longo do tempo. Atualmente, as ferragens utilizadas são basicamente dobradiças, fechaduras e ferrolhos, além das chaves, que medem em média de 15 cm de comprimento. As portas têm comumente de três a quatro dobradiças e as janelas de duas a três.



Figura 150: Tipos de trancas.

Revestimento

Todas as casas são caiadas de branco. Qualquer outro material de revestimento é posterior à construção original das edificações.

Escada

Para acesso ao sótão, as escadas são originalmente de madeira e, em alguns casos, foram retiradas e substituídas por alvenaria.

Figura 151: Escadas das casas de fazenda da *Ribeira do Seridó*.



Cobertura

A maioria das coberturas das residências rurais seridoenses é telhado em duas águas, com empena lateral. Nas edificações de telhado irregular, o corpo principal é coberto com duas águas, enquanto os setores de serviço são cobertos por águas diversas. Em alguns casos, esses anexos não datam da construção original e foram construídas posteriormente. Era comum haver anexos construídos de taipa de mão para situar a cozinha, e que com o passar do tempo, foram substituídos por construções de alvenaria de tijolos.

Somente as casas das fazendas Timbaúba dos Gorgônios, Palma, Carrapateira e Apaga Fogo têm cimalha. Porém, nas duas últimas, a cimalha é de boca de telha, enquanto que nas demais edificações predominam o beiral simples. Há cachorros para sustentação do beiral apenas na casa da Fazenda Vapor.



Figura 152: Beirais: Cimalkas das casas das Fazendas Palma e Fazenda Timbaúba dos Gorgônios; cimalha boca de telha das casas das Fazendas Carrapateira e Apaga Fogo; cachorro da Fazenda Vapor.

As madeiras mais frequentemente utilizadas na estrutura do telhado são: para terças e brabos, a Aroeira, o Angico e a Oiticica; para os caibros, o Pau-Pereiro. Todas elas são oriundas da região.

Brabos são comumente usados para sustentação da cobertura, tratando-se de peças envergadas, postas na construção com a curvatura para cima, de modo a aumentar sua resistência. Essa peça é utilizada quando há um grande vão a vencer.



Figura 153: Brabos das casas de fazenda da *Ribeira do Seridó*.



Figura 154:
Brabos das casas
de fazenda da
Ribeira do Seridó.

Nas cumeeiras, as telhas estão dispostas longitudinalmente e argamassadas, cobrindo o encontro das duas águas. As casas têm cumeeira muito elevada, chegando a 8,26m na Fazenda Pedreira e 8,35m na Fazenda Timbaúba dos Gorgônios. Devido à essa solução, todas elas gozam de um excelente conforto térmico, apesar de estarem situadas em região de clima quente e seco. Por ser alta a cumeeira, muitas casas possuem sótão e paiol. As telhas são de barro, não havendo diferença de dimensões entre a capa e o canal, medindo ambas cerca de 50 centímetros.



Figura 155: Telha encontrada em uma casa de Fazenda da *Ribeira do Seridó*.
Fonte: Museu Histórico de Acari

3.2.5 Mobiliário

O mobiliário das casas das fazendas resume-se ao trivial: mesas, cadeiras, bancos, baús, malas, arcas, bilheiras, potes e utensílios de cozinha.

3.3.6 Alguns estudos de caso complementares

Fazenda Maravilha

Apresentamos a seguir os levantamentos arquitetônicos e fotográficos das demais casas de fazendas do Seridó ainda não mencionados, com breves informações históricas. Pouparemos o leitor das descrições já informadas anteriormente.



Figura 156: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Maravilha (mar/2008).

Fazenda Pedreira



A casa da Fazenda Pedreira está implantada num alto, voltada para o nascente, com açude na frente e engenho de rapadura à esquerda. A casa é térrea, com sótão, construída sobre alicerce de pedra e paredes de tijolos. A cobertura é de estrutura de madeira, com o corpo principal coberto em duas águas e empena lateral. Como pertences, há um oratório de madeira e uma imagem do Menino Jesus com vestimentas de tecido.

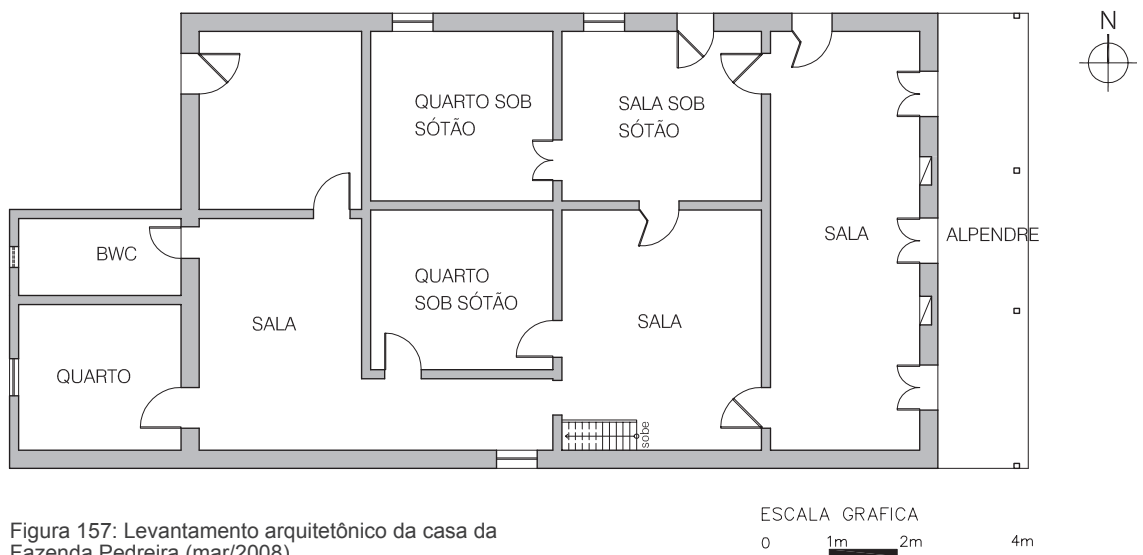


Figura 157: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Pedreira (mar/2008).

Fazenda Encampinado

Foi seu proprietário Manoel Batista dos Santos, casado com Coleta Cristina de Araújo. A casa é provavelmente da ultima metade do século XIX. Tinha engenho à tração bovina, do qual restam apenas algumas peças.



Figura 158: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Encampinado(mar/2008).

Fazenda Logradouro dos Enéias

A casa-sede da Fazenda Logradouro dos Enéias está implantada num plano, voltada para o nascente. Tem fábrica de rapadura localizada à direita da casa, num nível mais baixo em relação à habitação. A casa-sede começou a ser construída em 1872 e ficou pronta em 1876.

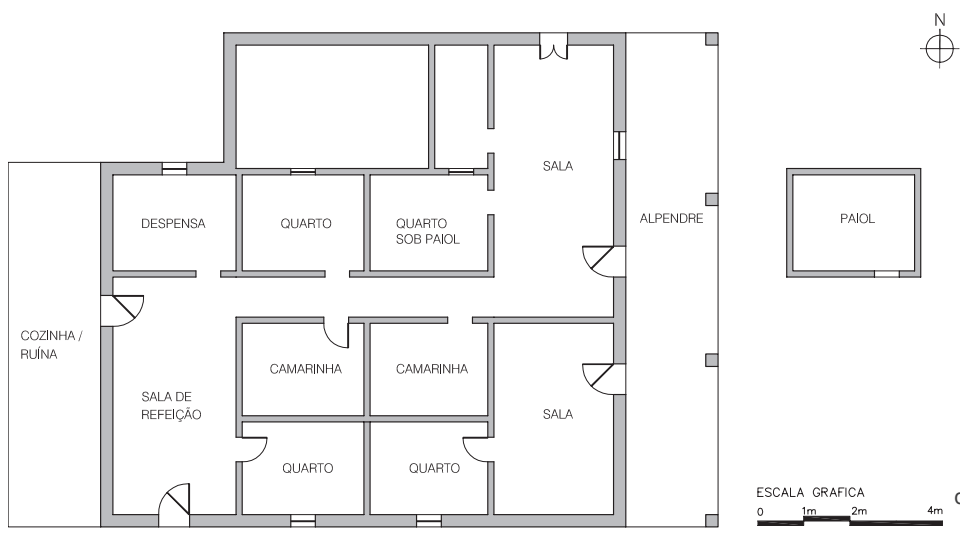


Figura 159: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Logradouro dos Enéias (mar/2008).

Fazenda Acauã

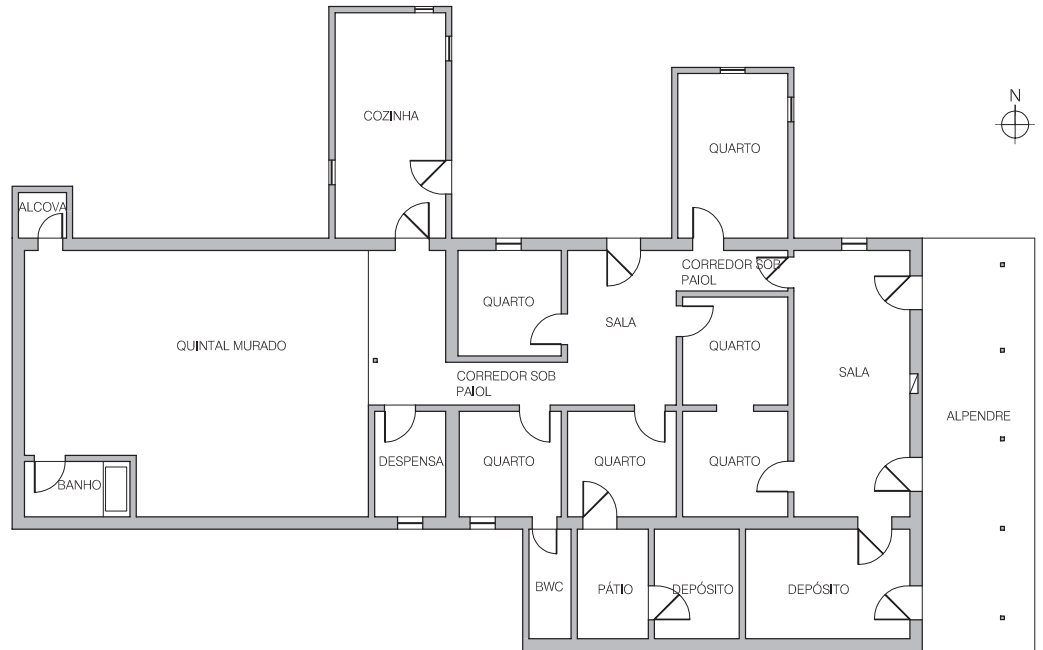


Figura 160: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Acauã (mar/2008).



Fazenda Cacimba do Meio

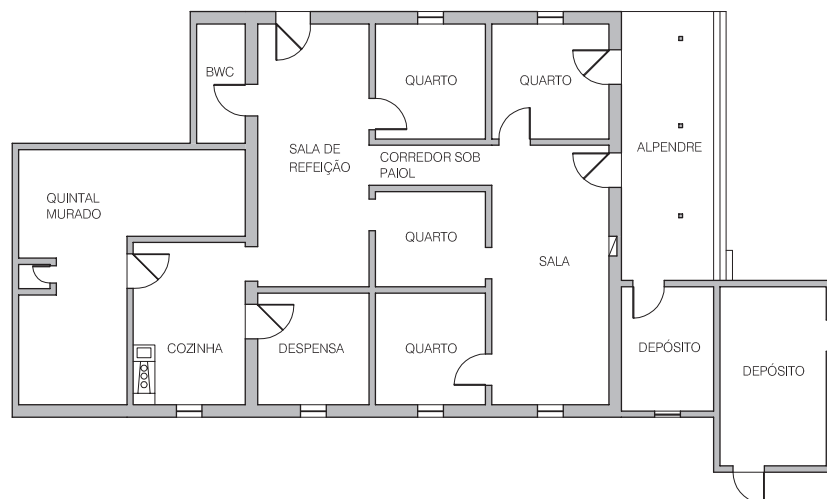


Figura 161: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Cacimba do Meio (mar/2008).

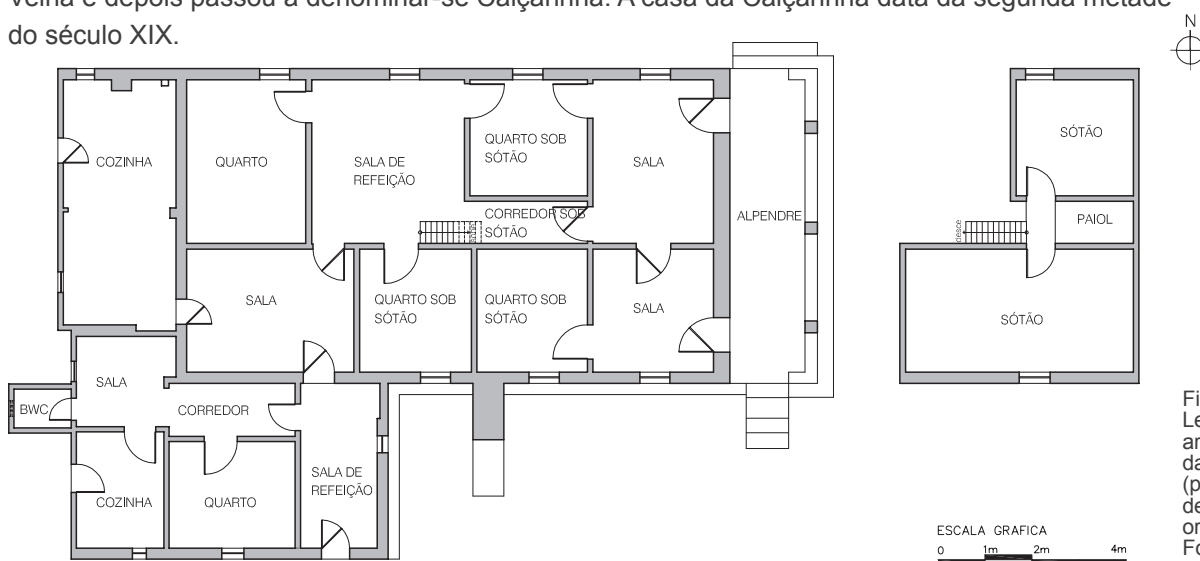


Fazenda Caiçarinha



Figura 162: Casa da Fazenda Caiçarinha

Este sítio pertencia à Fazenda Palma, propriedade de João Crisóstemo e Francisca Xavier Dantas. Depois, passou por herança a Manoel de Medeiros Dantas e Maria do Sacramento. Em meados de 1870, foi comprado por Antônio Galdino de Medeiros. Na época, o sítio chamava-se Cacimba Velha e depois passou a denominar-se Caiçarinha. A casa da Caiçarinha data da segunda metade do século XIX.



ESCALA GRAFICA
0 1m 2m 4m

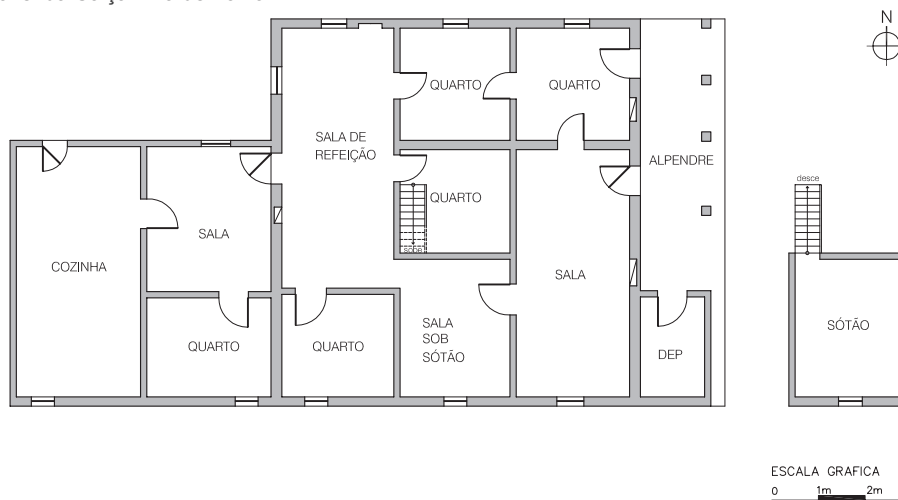
Figura 163: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Caiçarinha (planta reconstituída de como seria originalmente). Fonte: Feijó, 2002.

Fazenda Caiçarinha de Baixo



Figura 164: Casa da Fazenda Caiçarinha de Baixo

A exemplo do que comumente acontecia na região, esta fazenda deve ter sido um desmembramento da Fazenda Caiçarinha. Após a divisão das terras, a nova gleba recebeu o nome da fazenda original e denominou-se Caiçarinha de Baixo.



ESCALA GRAFICA
0 1m 2m 4m

Figura 165: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Caiçarinha de Baixo (planta reconstituída de como seria originalmente). Fonte: Feijó, 2002.

Fazenda Carnaubinha



Figura 166: Casa da Fazenda Carnaubinha

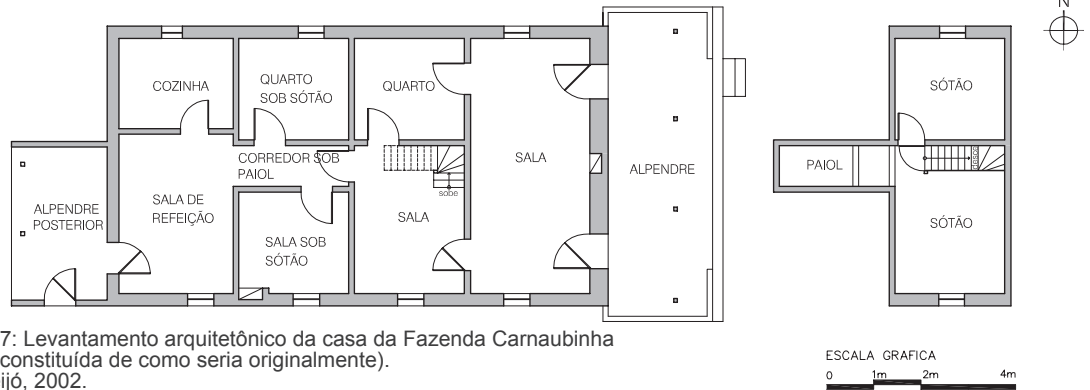


Figura 167: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Carnaubinha (planta reconstituída de como seria originalmente).
Fonte: Feijó, 2002.

Fazenda Ingá



Figura 168: Casa da Fazenda Ingá

Cipriano Bezerra Galvão foi proprietário da Fazenda Ingá, casado com Isabel Cândida de Jesus. Ele faleceu com 90 anos, em 1899. Era conhecido como Cipriano Bezerra “do Ingá”.

Esta casa depois pertenceu a Juvenal Lamartine, ex-governador do Rio Grande do Norte, que nasceu na Fazenda Rolinha.

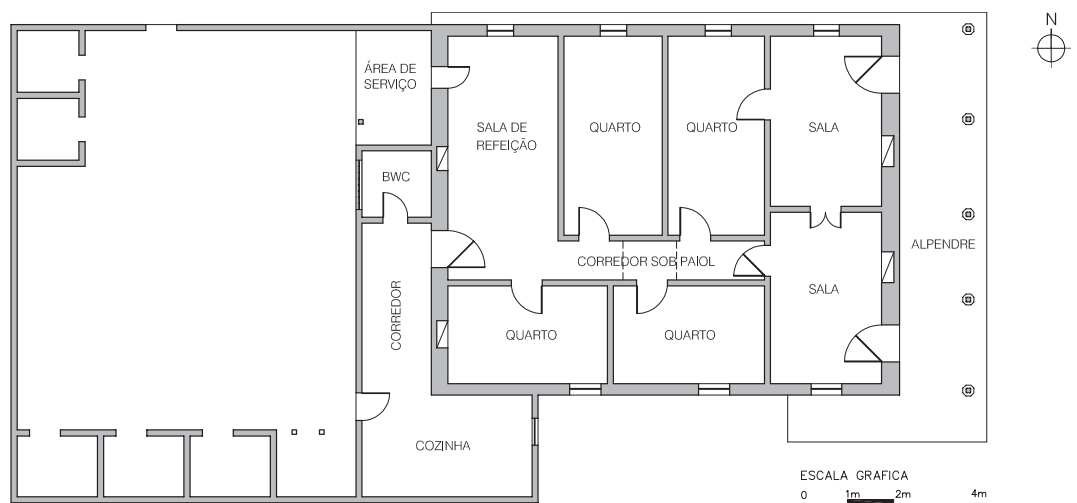


Figura 169: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Ingá (planta reconstituída de como seria originalmente).
Fonte: Feijó, 2002.

Fazenda Malhada Vermelha



Figura 170: Casa da Fazenda Malhada Vermelha

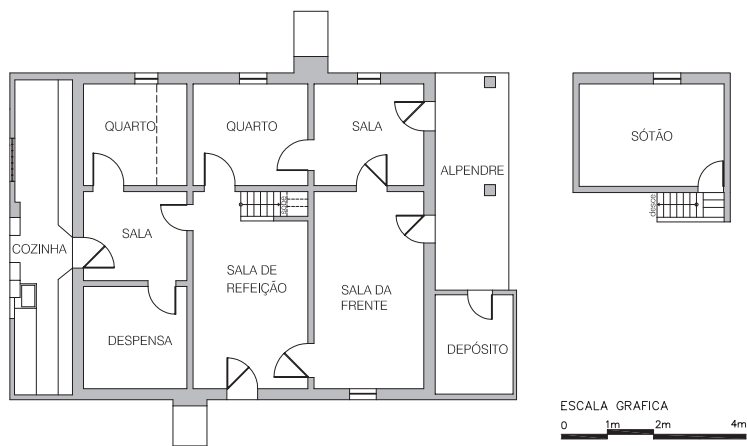


Figura 171: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Malhada Vermelha (planta reconstituída de como seria originalmente).
Fonte: Feijó, 2002.

Fazenda Pitombeiras

A Fazenda Pitombeiras pertenceu a Manoelzinho da Pitombeira e depois passou para Joaquim Servita. Em 1920, João Silvério de Araújo (1878 - 1966) comprou a propriedade da viúva Teresinha Servita. A casa data de meados de 1870. Conta-se que botijas foram arrancadas do casarão.



Figura 171: Casa da Fazenda Pitombeira
Fonte: FEIJÓ, 2002.



Figura 171: Casa da Fazenda Pitombeira (2008)

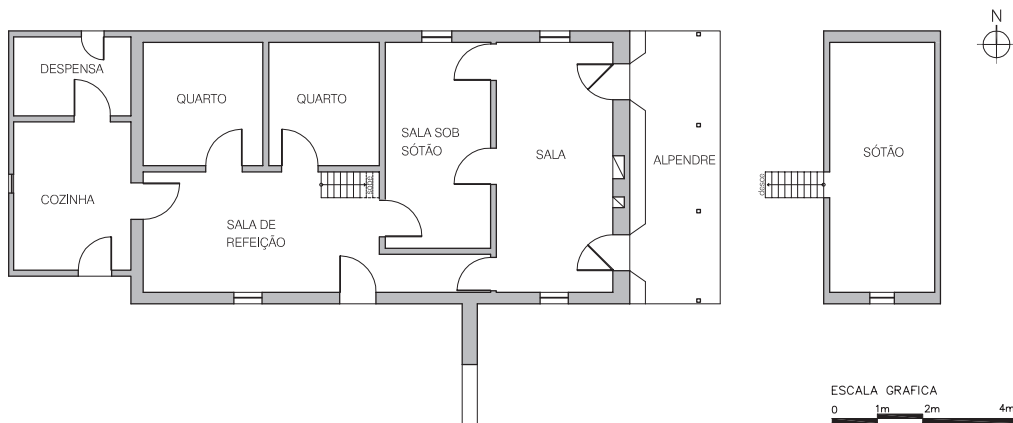


Figura 173: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Pitombeira (planta reconstituída de como seria originalmente).
Fonte: Feijó, 2002.

Fazenda Sobradinho



Figura 174: Casa da Fazenda Sobradinho

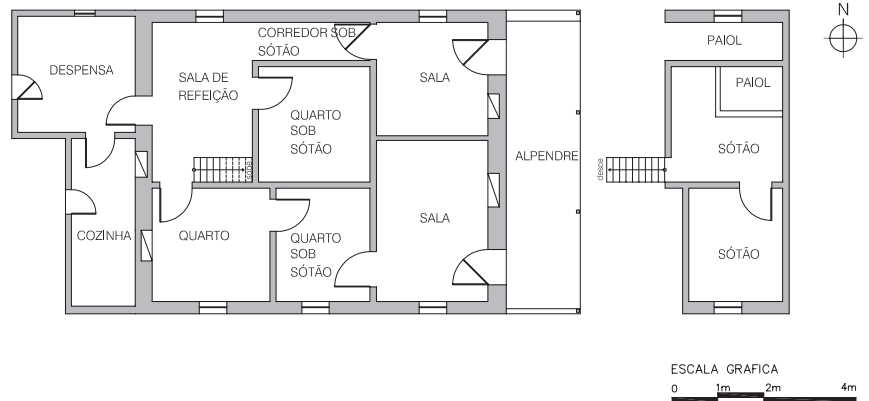


Figura 175: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Sobradinho (planta reconstituída de como seria originalmente).
Fonte: Feijó, 2002.

Fazenda Carnaúba de Baixo



Figura 176: Casa da Fazenda Pedreira Carnaúba de Baixo.

A casa da Fazenda Carnaúba de Baixo, localizada no município de Carnaúba dos Dantas, é a única casa deste acervo construída de taipa de mão. Data de 1825 e, em 1878, foram acrescentados cômodos de alvenaria de tijolos.

Era propriedade de José Estevão de Azevedo Cunha. Sua filha, Maria Senhorinha de Azevedo, casou-se com Antônio Francisco de Azevedo em 1877, que foram morar na parte de alvenaria, provavelmente construída para o casal. É interessante perceber que, mesmo a casa original sendo de taipa de mão (sistema construtivo mais frágil), adota o mesmo partido arquitetônico das de alvenaria, com elevada empena lateral, aproveitada para inserção de um paiol.

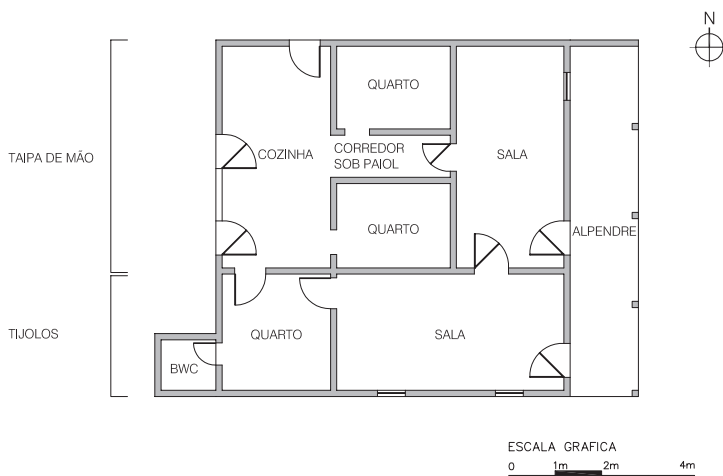
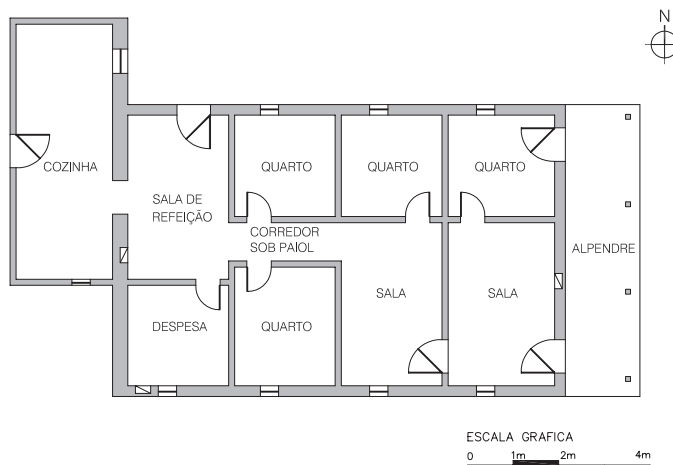


Figura 177: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Carnaúba de Baixo (mar/2008).

Fazenda Riacho Fundo



Figura 178: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Riacho Fundo (mar/2008).



Fazenda Cabaceira



Figura 179: Casa da Fazenda Cabaceira.

A Fazenda Cabaceira foi fundada por Justino Augusto da Nóbrega em meados de 1870. É composta por casa-sede, casa de farinha e engenho. Justino era filho de Gorgônio Paes de Bulhões, fundador da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios. Lá viveram Justino, sua esposa Joana (Dona Janoca) e seus filhos: Maria (26.05.1879), Arcênio (21.08.1880), Mariana (21.07.1881), Natalia (11.07.1882), Belísia (30.09.1883), Cristina (07.12.1884), Adalberto (23.04.1886), Gorgônio (20.05.1887), Ana (17.08.1888), Adalgiza (26.04.1889), Justino (16.04.1891), José (26.10.1892), Theodora (09.03.1894), Iria (19.04.1895), João (31.07.1896).

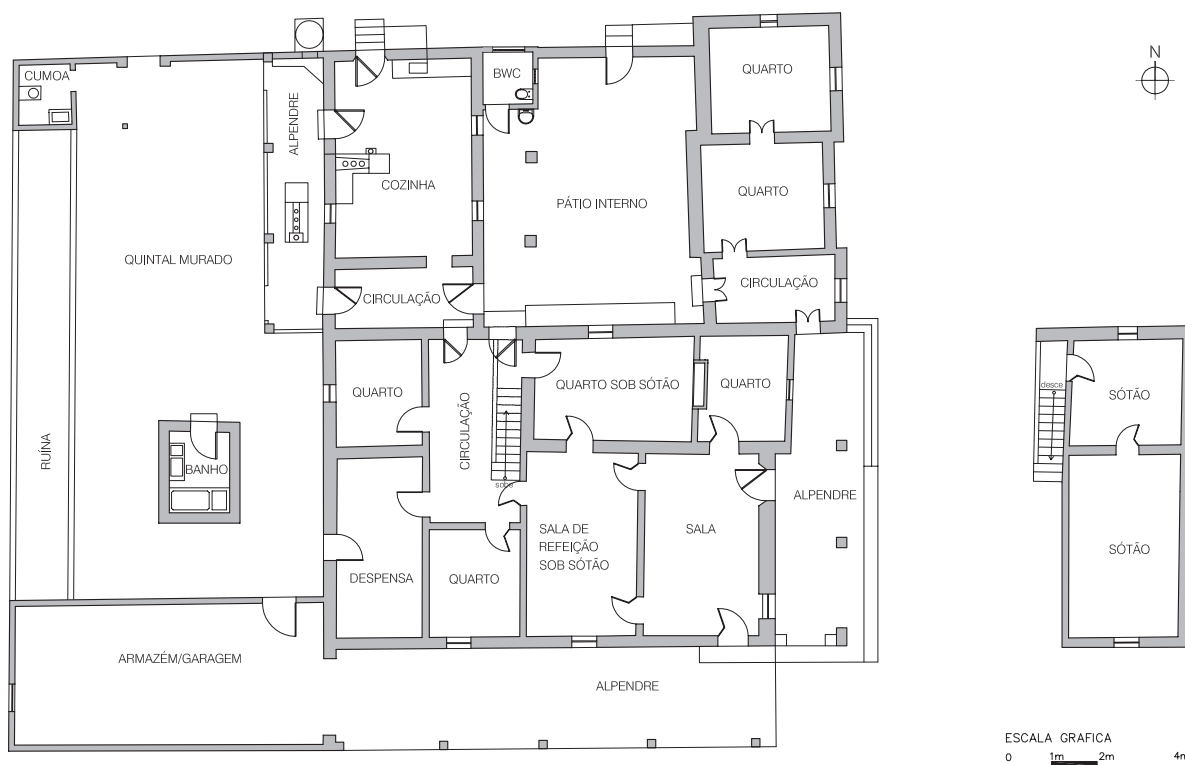


Figura 180: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Cabaceira (2004).

Fazenda Gurupá

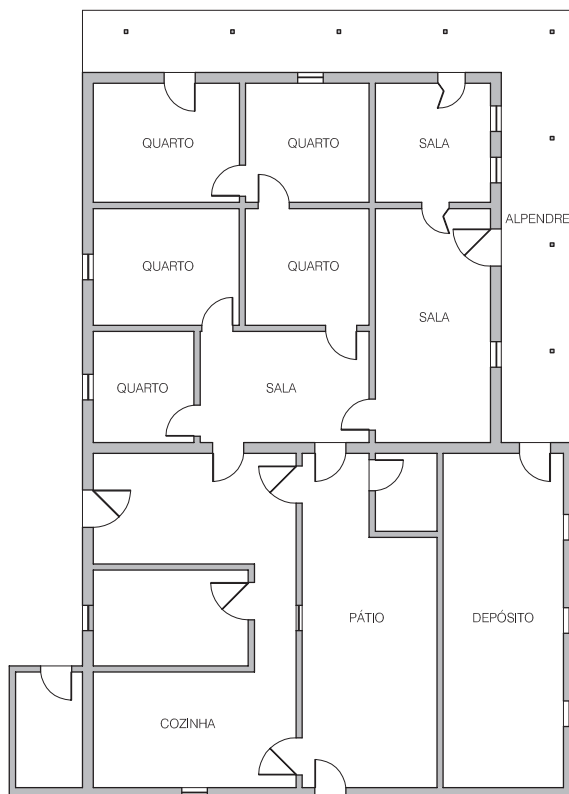


A Fazenda Gurupá foi fundada por Belarmino Pereira da Nóbrega, também filho de Gorgônio Paes de Bulhões, patriarca da Fazenda Timbaúba dos Gorgônios. Tem Casa de Farinha, mas bastante deteriorada.

No mesmo sentido, a Fazenda Quebra Perna foi fundada também por um dos filhos de Gorgônio Paes de Bulhões: Remigio Gorgônio da Nóbrega.

Figura 181: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Gurupá (mar/2008).

Fazenda Quebra Perna



ESCALA GRAFICA

0 1m 2m 4m

Figura 182: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Quebra Perna (mar/2008).

As três últimas fazendas supracitadas foram fundadas por irmãos. A casa de fazenda que apresentaremos a seguir foi construída pela tia deles, melhor dizendo, pelo marido da mesma, mas no mesmo sítio do pai (Cosme Pereira da Costa), que também era pai de Gorgônio Paes de Bulhões.

Fazenda Umary

A Fazenda Umary foi moradia de Ana Vieira Mimosa, que nasceu em 1831 e se casou com Francisco Antônio de Medeiros, filho de João Damasceno Rocha e Maria Joaquina dos Prazeres (natural da Freguesia de Patos). Francisco, que nasceu em 14 de agosto de 1822, casou-se com Ana Vieira Mimosa, na Freguesia do Seridó, dia 8 de novembro de 1842, quando Ana Vieira tinha 11 anos e meio de idade. Faleceram, respectivamente, dia 15 de março de 1896 e 15 de outubro do mesmo ano, ela em consequência tardia de uma picada de cascavel, abundantes nas áreas da caatinga.

Francisco Antônio foi figura de destaque nos meios políticos e sociais da região. Intendente de Caicó, em 1890 (onde já havia sido vereador em 1873 e delegado de polícia em 1878), foi também Tenente-Coronel da Guarda Nacional, da qual chegou a ser Comandante no Caicó.

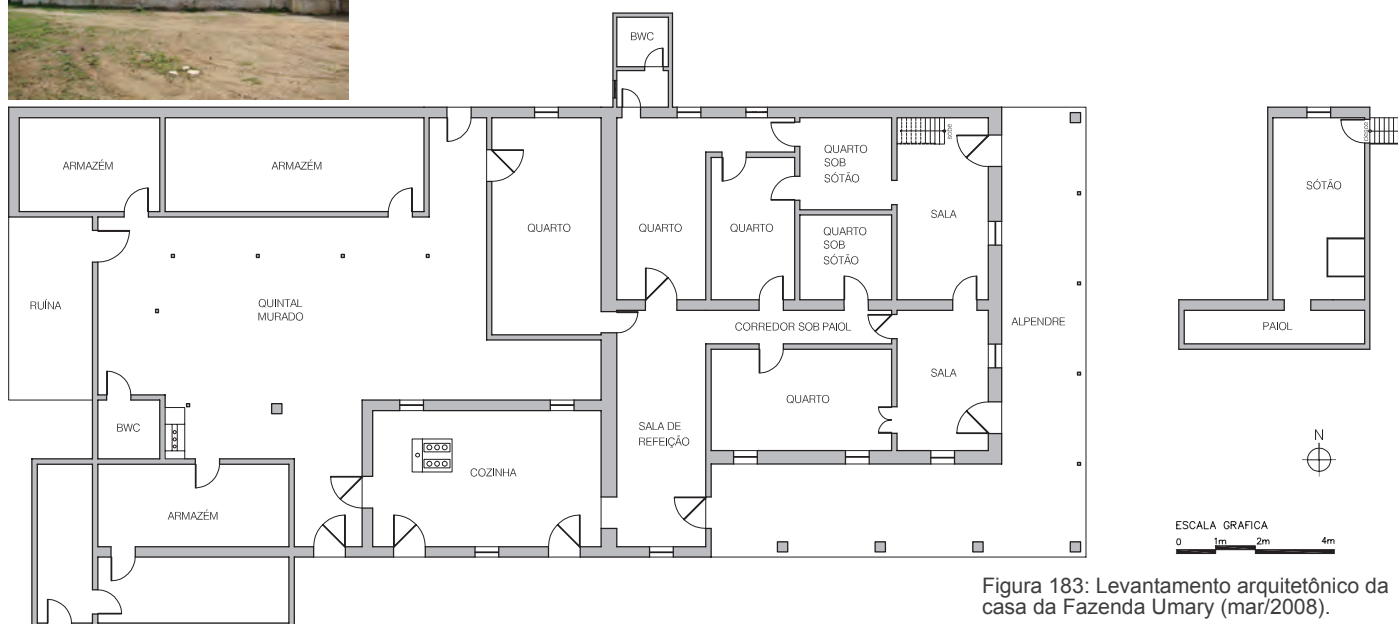


Figura 183: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Umary (mar/2008).

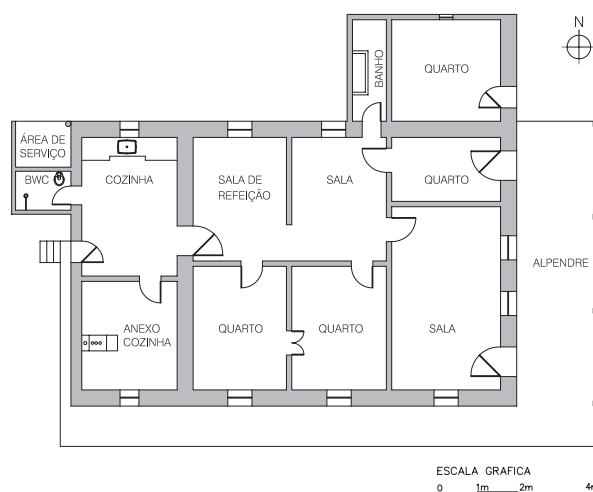
Fazenda Barra da Carnaúba



A casa sede da Fazenda Barra da Carnaúba é térrea. Antigamente tinha sótão, mas hoje só restam as aberturas das janelas e portas do piso superior. O pé-direito dessas casas tem em média 7 m.

A cozinha, que foi construída posteriormente à construção da casa, localiza-se na sua parte posterior, num puxado com cobertura. Antigamente a cozinha era um apêndice ao lado da casa (a atual moradora não soube precisar se era de taipa ou tijolos).

Figura 184: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Barra da Carnaúba (jan/2008).



Fazenda Carnaubinha



Figura 185: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Carnaubinha (jan/2008).

O atual proprietário da casa da Fazenda Carnaubinha, situada no município de São João do Sabugi, Jocival José de Figueiredo encontrou uma telha da casa com data de 1886.



Fazenda Apaga Fogo

A Fazenda Apaga Fogo pertenceu a Antônio Pereira Cangalha. Ela se chamava Dinamarca, mas foi ao longo do tempo desmembrada em Fazenda Dinamarca e Fazenda Apaga Fogo. Contam que, na antiga Fazenda Dinamarca nasciam dois mil e quinhentos bezerros por ano. Na seca de 1898, pastavam ali dez mil cabeças de gado. Era na época considerado o fazendeiro mais rico do Seridó (LAMARTINE, 2003, p. 74-75). A casa data da primeira metade do século XIX. Aparentemente foi construída em duas etapas: a primeira correspondente à lateral direita da casa, cujo beiral é de boca de telha.

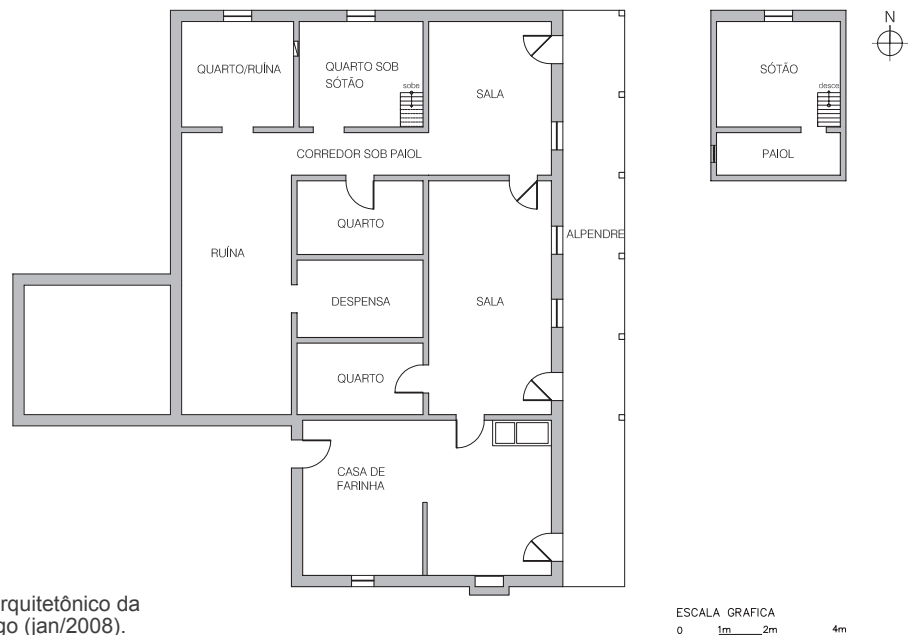


Figura 186: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Apaga Fogo (jan/2008).

Fazendas Boa Vista, Santa Teresinha e Ipueira

Em 1833, João Paulino de Medeiros construiu a casa da Fazenda Boa Vista. A fazenda tem Casa de Farinha, mas já em desuso, e seus componentes estão guardados no “quarto do vaqueiro”. Já em 1859, José Evangelista de Medeiros (Tenente Cazuzza), irmão de João Paulino de Medeiros (que construiu a Boa Vista), edificou a casa da Fazenda Ipueira. Ele construiu também a Fazenda Santa Teresinha para Francisco Severino de Medeiros (sobrinho de sua esposa). A casa passou depois para João Manuel de Medeiros (sobrinho da esposa) e, em seguida, para João Alencar de Medeiros (filho de João Manuel de Medeiros). Hoje pertencem a seus herdeiros. A casa tinha sótão, do qual só restam vestígios.

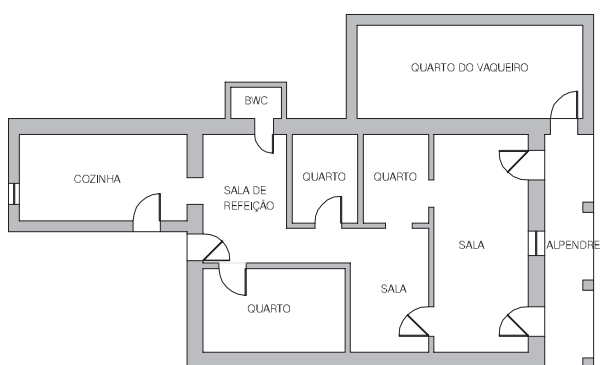


Figura 187: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Boa Vista (jan/2008).

Observa-se que as plantas arquitetônicas das casas da Fazenda Boa Vista e Santa Teresinha tem distribuição idêntica se considerarmos o espaço entre o alpendre e a sala de refeição. Ambas a casa também tem o mesmo sistema de sustentação do telhado.



Não pudemos constatar se o mesmo ocorre na casa da Fazenda Ipueira, pois não pudemos realizar levantamento na mesma.



Figura 188: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Santa Teresinha (jan/2008).



ESCALA GRAFICA
0 1m 2m 4m



Figura 189: Casa da Fazenda Ipueira.

Figura 190: Estrutura da cobertura das casas das fazendas Boa Vista e Santa Teresinha.

Fazenda Cipó

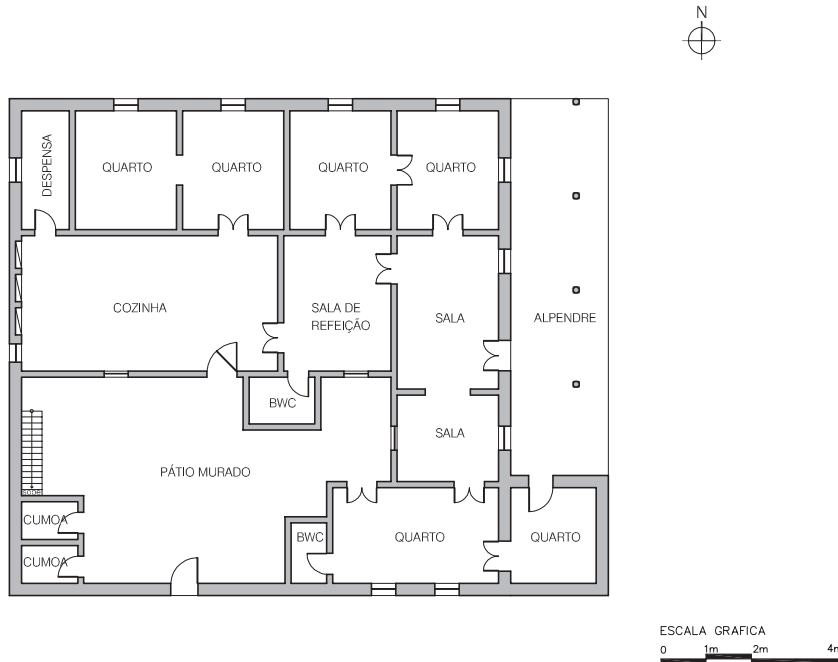


Figura 191: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Cipó (jan/2008).

Manuel Marcelino de Brito (nascido em 1852) construiu esta casa para morar, após seu matrimônio com Maria Paulina de Brito. A Fazenda Cipó também tem um engenho, construção um pouco deteriorada, mas com seus componentes preservados.

Espacializamos e georreferenciamos os casos seridoenses em mapas-base temáticos, com vistas a mostrar a heterogeneidade das soluções e algumas lógicas.

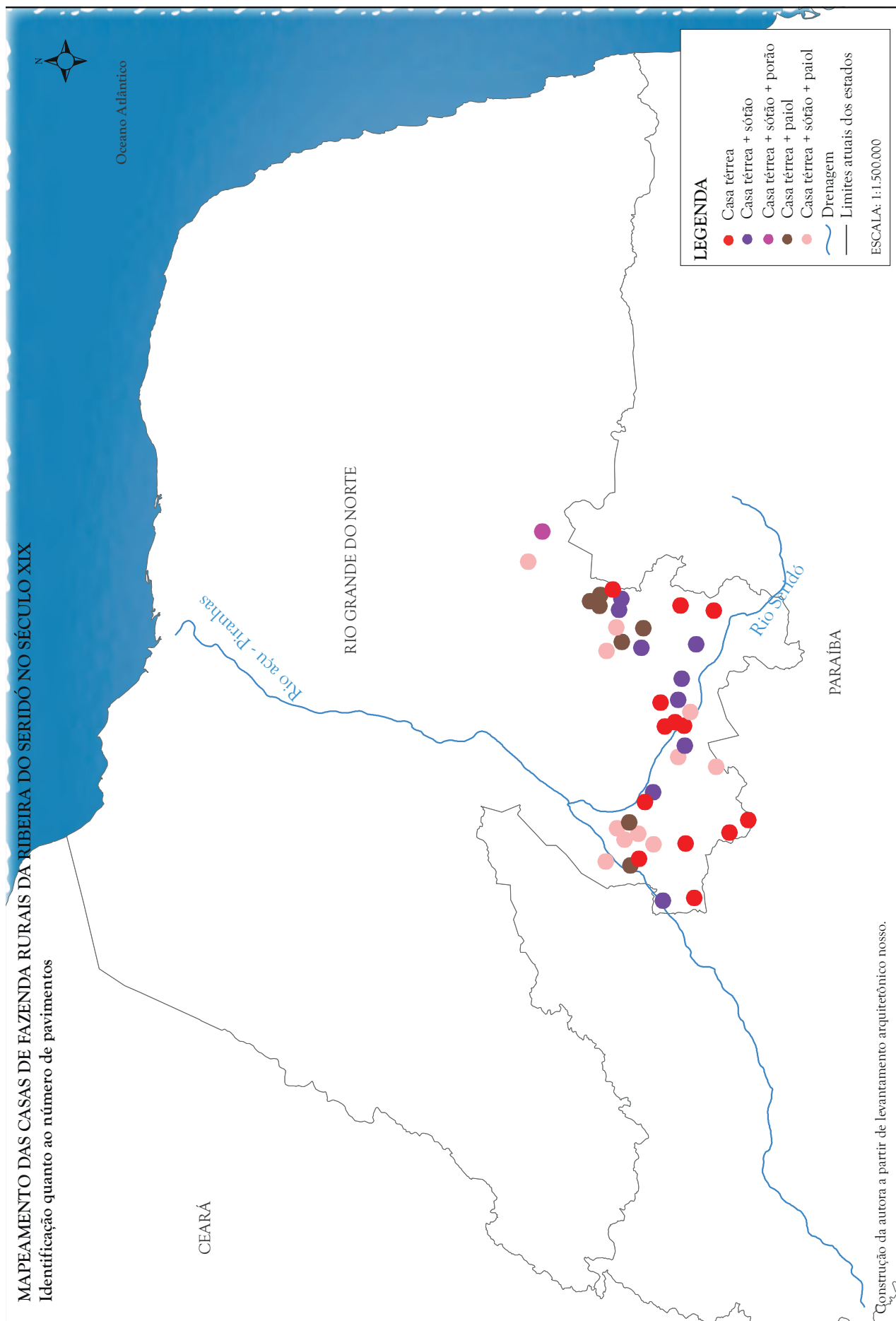


Figura 192

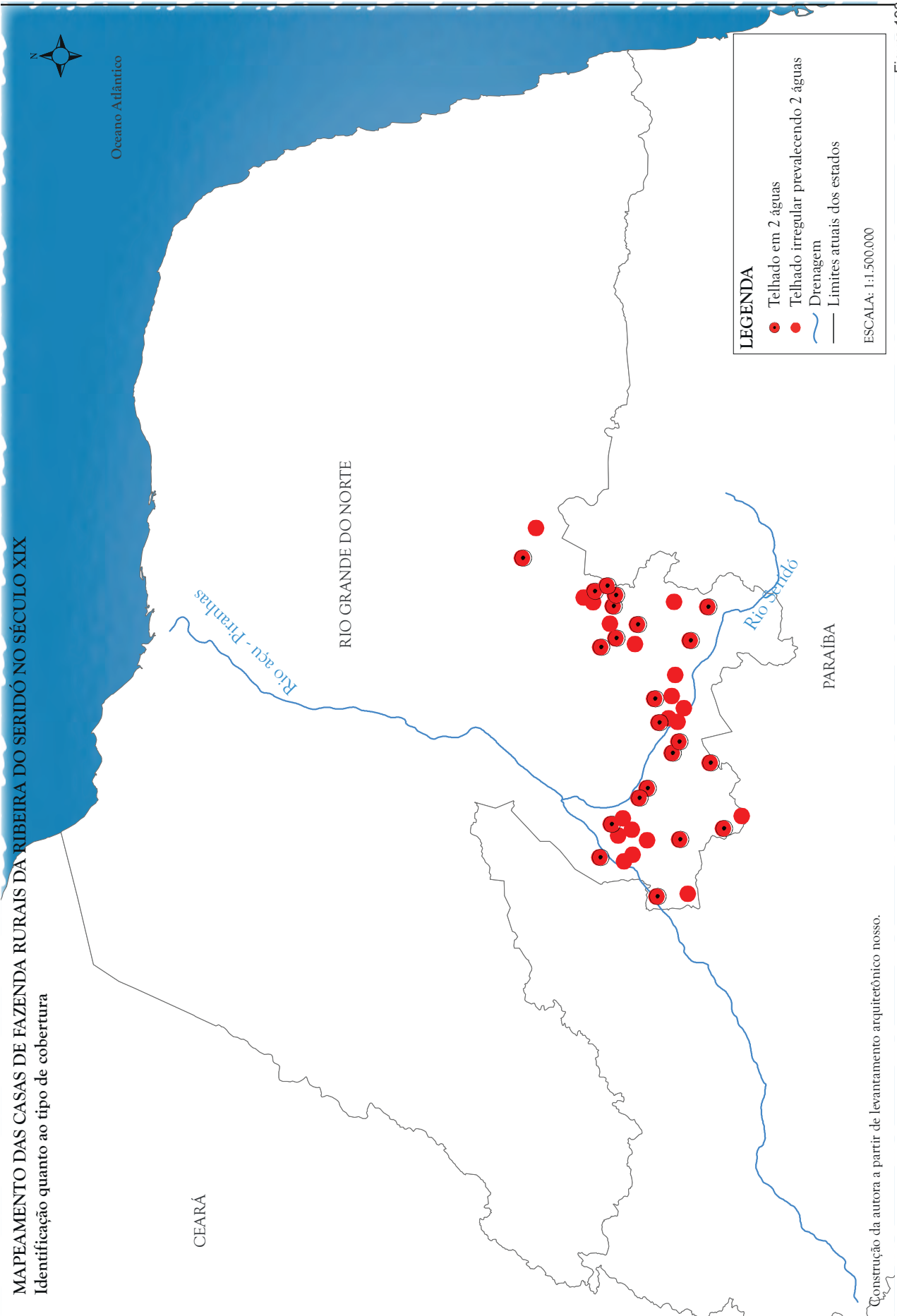
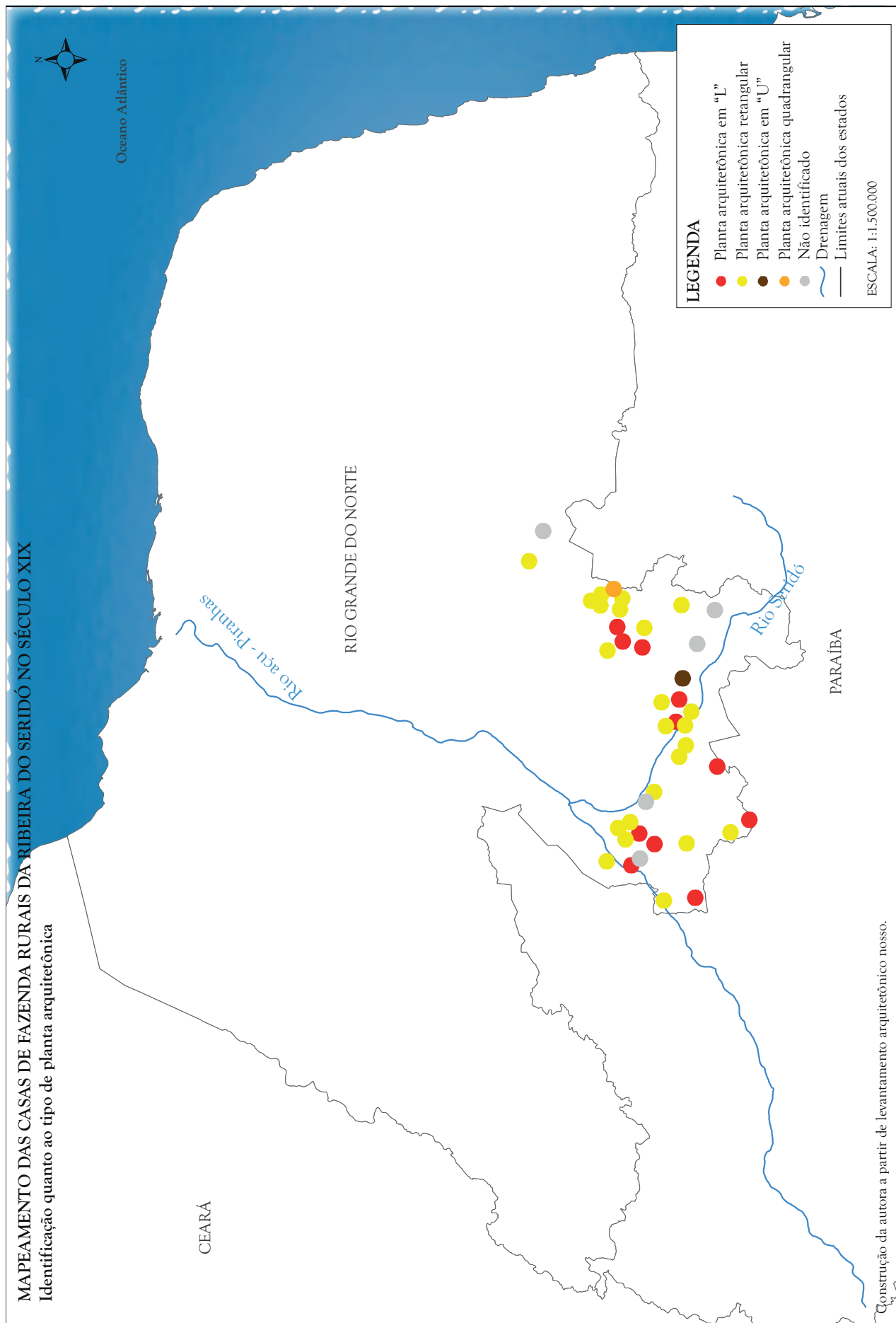


Figura 193

Construção da autora a partir de levantamento arquitetônico nosso.



Construção da autora a partir de levantamento arquitetônico nosso.

Figura 194

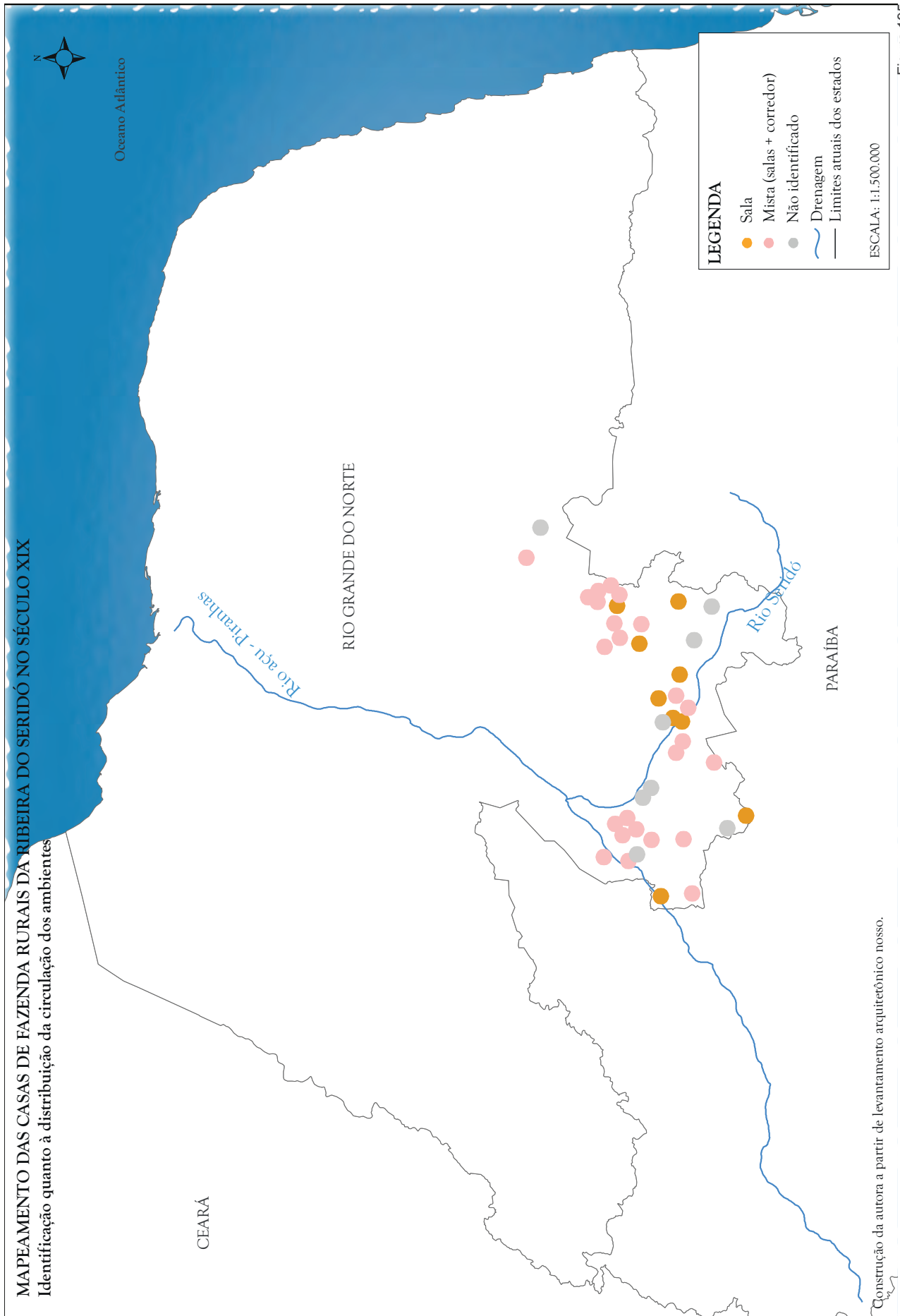


Figura 195

3.4 Ribeiras da Paraíba

As fazendas de gado do sertão da Paraíba foram implantadas nas *Ribeiras do Piancó, do Piranhas, das Espinharas, do Saboji, do Patu e do Rio do Peixe*. Apesar de termos percorrido todas essas localidades, somente um total de sete exemplares arquitetônicos foram encontrados. Para suprir tal lacuna, realizamos exaustiva pesquisa em documentação cartorial para entender a natureza das moradas rurais das *Ribeiras da Paraíba*.

3.4.1 Topografia do terreno, implantação e orientação

As casas de fazenda foram implantadas em altiplanos próximos de riachos e arroios perenes, onde mais tarde foram construídos açudes. Relacionam-se harmonicamente com a paisagem natural envoltória. A fachada principal da edificação é, em geral, voltada para o sudeste.

Figura 196: Envoltório das casas das fazendas Dois Riachos (1), Sobrado e Timbaúba.



3.4.2 Caixa edílica e modenatura



Figura 197: Casas das fazendas das Ribeiras da Paraíba..

Muito semelhantes às casas rurais da *Ribeira do Seridó*, as moradas rurais das *Ribeiras da Paraíba* são, em geral, térreas com sótão. Observamos somente uma exceção de edificação assobradada, não por acaso chamada de Fazenda Sobrado. À exceção das Fazendas Dois Riachos 2 (que passou por uma atualização estilística, recebendo elementos decorativos tipicamente ecléticos) e Sobrado, as demais habitações ou requinte estilístico.

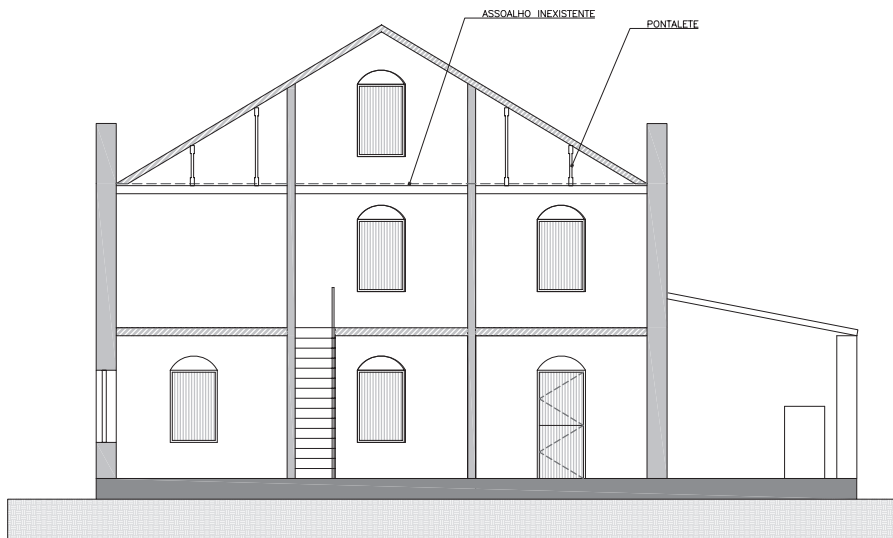
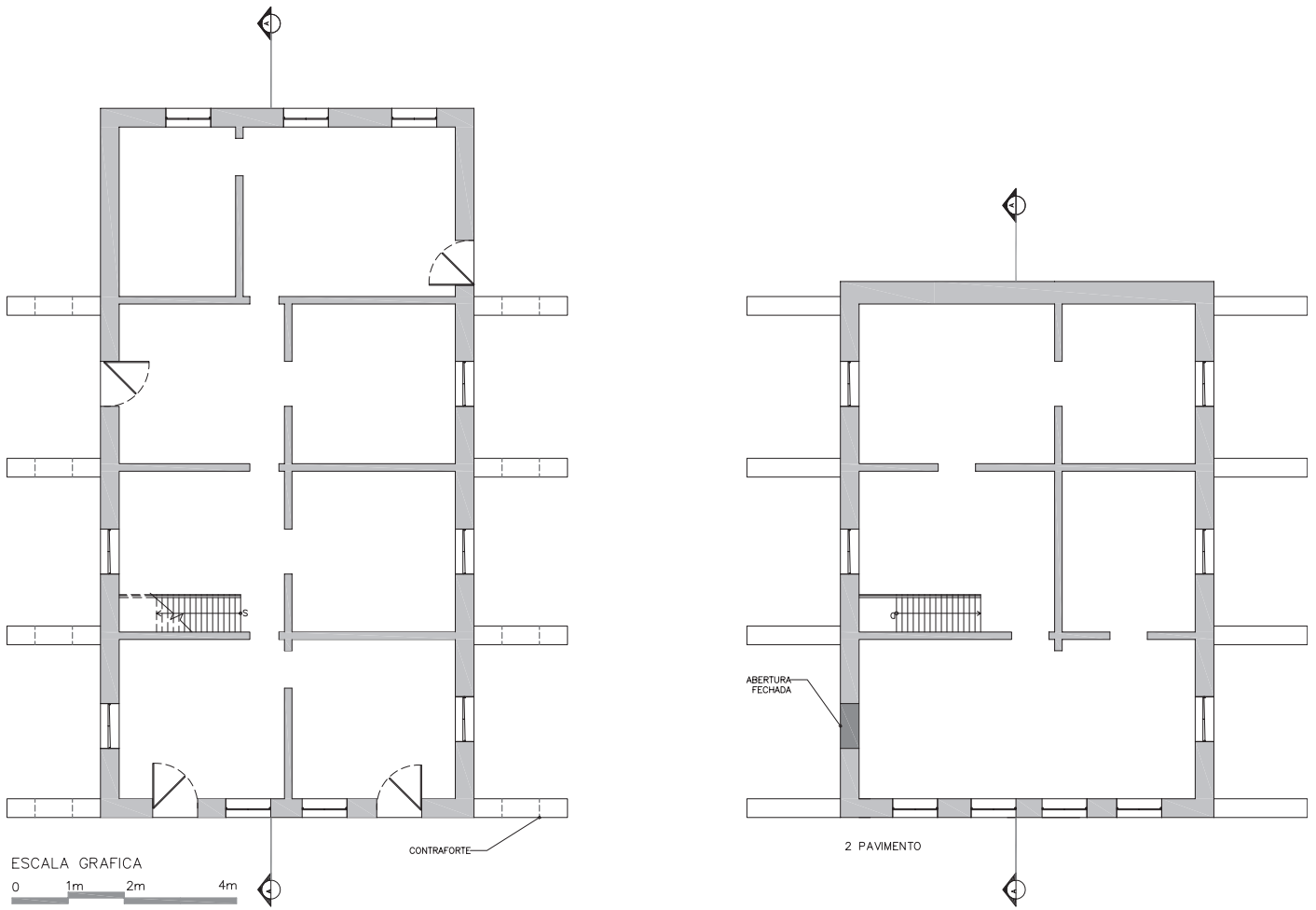
Todas as casas são cobertas com telhado de duas águas. A caixa mural é inteiriça, podendo ou não haver alpendre. O volume resultante é simples, com predominância dos cheios sobre os vazios. A disposição dos vãos é semelhante e arranjada em intervalos regulares. A maioria delas assemelha-se ao partido arquitetônico das casas urbanas coloniais e imperiais.



No caso da Fazenda Sobrado, cuja casa-sede é um interessante exemplar do final do século XIX, apresenta platibanda e contrafortes. Apesar de se tratar de arquitetura rural, sem dúvida, suas feições dão a impressão de uma “mansão burguesa” rica e urbana em pleno *sertão*. Esta casa tem dois pavimentos e sótão. Apesar da sua aparente sofisticação externa, sua configuração interna repete o arranjo espacial típico da arquitetura tradicional brasileira.



Figura 198: Casa da Fazenda Sobrado.

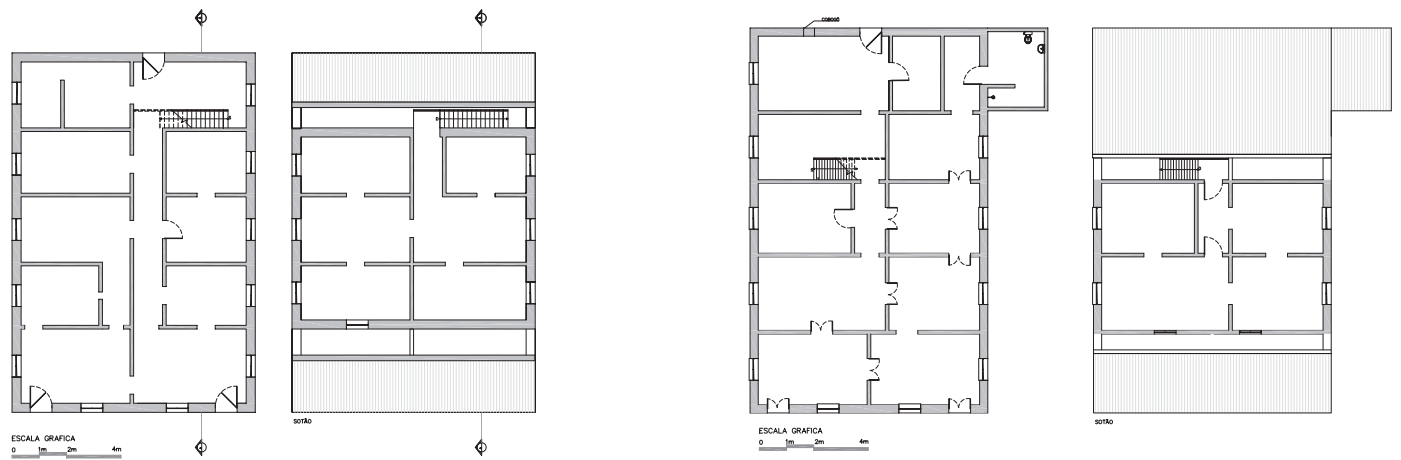


CORTE AA



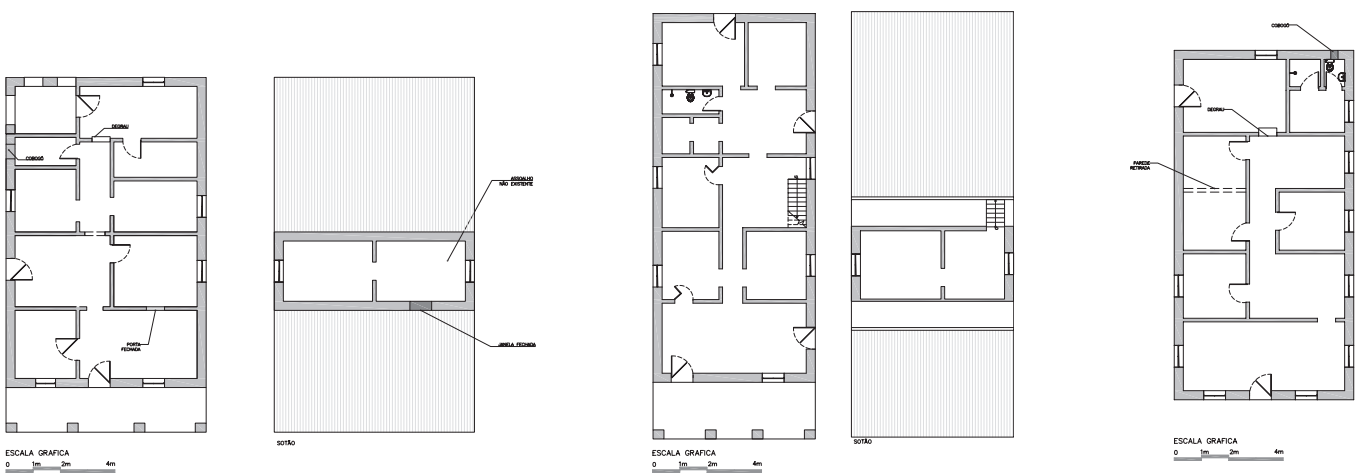
Figura 199: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Sobrado (nov/2010).

3.4.3. Programa arquitetônico (ambientes constituintes e seu arranjo espacial)



Dois Riacho 1

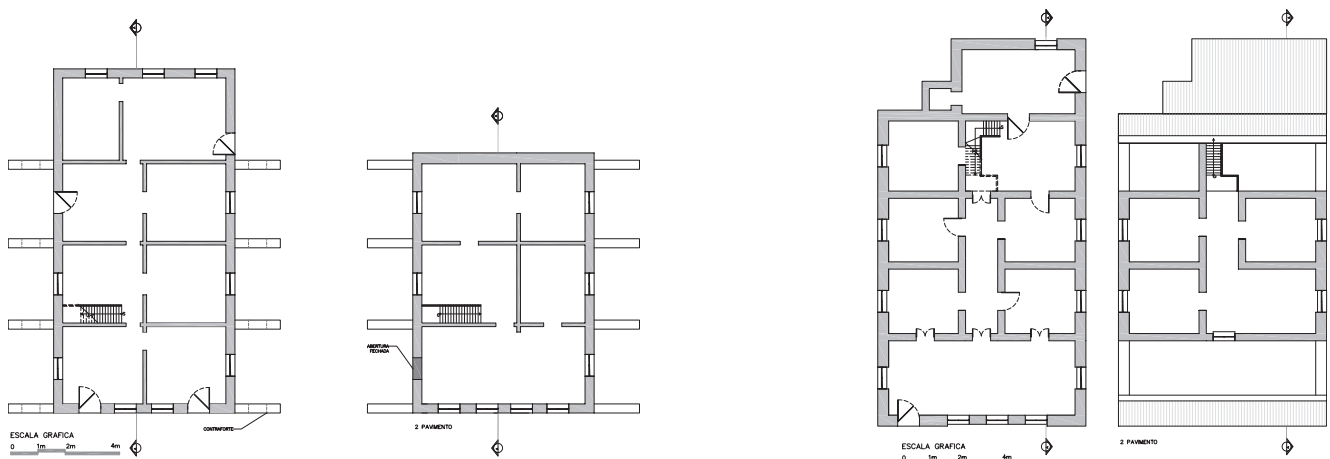
Dois Riachos 2



Bonfim de Cima

Bonfim de Baixo

Arruda



Sobrado

Timbaúba

Figura 200: Plantas arquitetônicas das casas de fazenda das *Ribeiras da Paraíba*.

Como se pode observar, as plantas das casas investigadas são predominantemente retangulares, com profundidade maior que a largura. A configuração espacial dos ambientes é bastante semelhante à das casas da *Ribeira do Seridó*. Os cômodos recorrentes (salas, quartos, alpendre e cozinha) organizam-se para cumprir funções de receber/estar, estar íntimo/repouso e serviço, apesar de, a exemplo da *ribeira* supracitada, as salas, com seus inúmeros armadores de rede, sobrepõem as funções de receber, estar e repousar.

A circulação pode distribuir-se através de um corredor central ou através das diversas salas.



Figura 201: corredor da casa da fazenda Dois Riachos (1).

Receber/estar

O acesso principal à morada se dá pelo alpendre ou pela sala da frente. Há de duas a quatro salas na habitação, sendo a dos fundos destinada às refeições.

Estar íntimo/repouso

Alcovas eram raras no caso nas *Ribeira da Paraíba*, e os quartos, diferentemente dos exemplares das demais *ribeiras* analisadas, resguardam melhor a intimidade, pois não é comum a presença de diversas aberturas interligando-os aos demais cômodos da casa.

Serviço

Seguindo o padrão da arquitetura tradicional brasileira, a cozinha localiza-se nos fundos da habitação e é dotada com fogão à lenha (construído de alvenaria de tijolo).



Figura 201: Fogão da casa da fazenda Dois Riachos (1).

3.4.4. Materiais, técnicas e sistemas construtivos

Alicerce e alvenaria

O alicerce das casas de fazenda das *Ribeiras da Paraíba* é de pedra bruta.

As paredes externas são autoportantes, medindo cerca de 60 cm, e de tijolo cozido. As paredes internas, que também recebem carga da estrutura do telhado, medem 20 cm.



Cada tijolo mede 60 cm x 20 cm x 10 cm.



Figura 203: Exemplos de alicerce e alvenaria

Vãos, vedações e ferragens

As vergas dos vãos são, predominantemente, retas e de madeira. Nos vãos dos corredores centrais há casos de arco “pleno” (mal traçados).



Figura 204: vãos



Figura 205: vãos da Fazenda Sobrado

Os vãos das portas e janelas medem aproximadamente de 1m a 1,20m de largura com vedação de folhas cegas (retangulares) de madeira inteira ou dividida em duas partes (divididas horizontalmente no caso das portas, ou verticalmente). As folhas são compostas por tábuas de madeira com encaixe macho e fêmea. Em alguns vãos de janela têm balaustres de secção quadrada.

Na ausência de ferrolhos, o fechamento das portas e janelas fazia-se com traves de madeira ou pedaços de couro. As dobradiças são do tipo leme e a utilização de fechaduras restringem-se, prioritariamente, às portas que se abrem para o exterior.

Estas casas estão sofrendo constante deterioração pela falta de manutenção adequada, muitas vezes decorrente do abandono (algumas destas casas não são mais habitadas). Há muitos elementos ausentes, principalmente portas e janelas.



Figura 206: janelas e portas das casas de fazenda das Ribeiras da Paraíba

Revestimento

A alvenaria era predominantemente rebocada com argamassa de barro e caiada.

Os pisos eram originalmente de ladrilho de barro cozido, mas ao longo do tempo receberam revestimento de cimento queimado. Não há uso frequente de soleiras, quando são de madeira ou pedra. Nos pavimentos superiores (sótãos) o piso é de tabuado corrido fixado sobre barrotes.



Figura 207: pisos

Escada

Todas as escadas são de madeira e apresentam inclinação acentuada. Predominantemente em um lance.



Figura 208: Escadas das casas de fazenda das *Ribeiras da Paraíba*.

Cobertura

A cobertura de todas as casas-sede de fazendas das *Ribeiras da Paraíba* inventariadas por nós é de duas águas, com empena lateral. A estrutura da cobertura é constituída por brabos, terças, frechais, pontalotes, caibros e ripas, e apoia-se diretamente nas paredes de alvenaria de tijolos.



Figura 209: Estrutura de cobertura

3.4.5 Mobiliário e utensílios

De mobiliário original, quase nada restou. Sabemos que se resumia a simples mesas, cadeiras, bancos, baús, malas, arcas, bilheiras, potes e utensílios de uso doméstico.

3.4.6 Levantamentos arquitetônicos complementares

Fazenda Dois Riachos (1)

Esta casa, atualmente, é habitada por uma moradora que nasceu e viveu nesta fazenda. Esporadicamente os proprietários frequentam a moradia.

Apresenta o típico formato das casas da *Ribeira da Paraíba*: térrea com sótão, caixa mural inteiriça, coberta por duas águas e elevada empena.

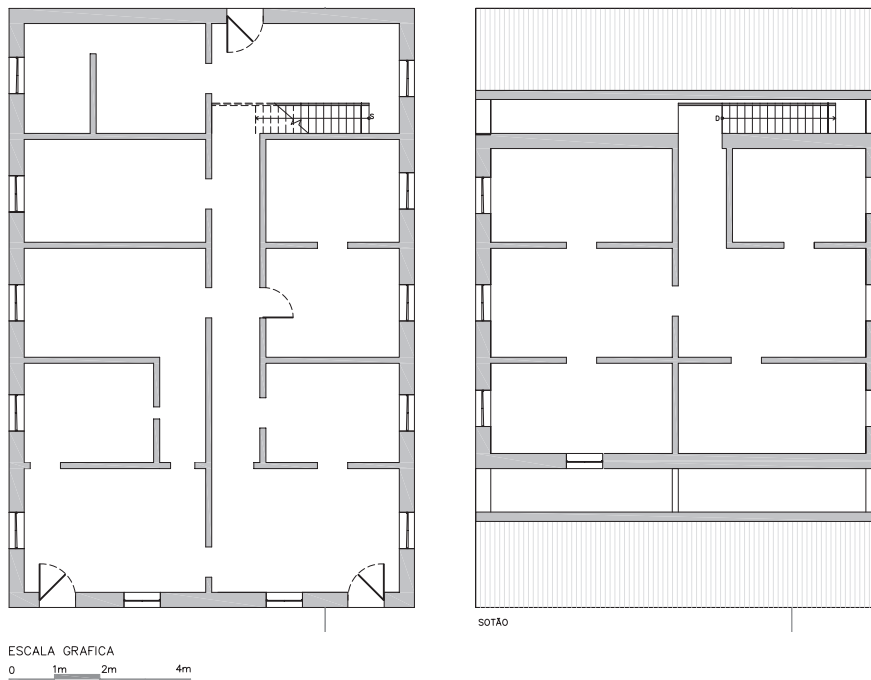


Figura 210: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Dois Riachos (1) (nov/2010).

Fazenda Dois Riachos (2)

Esta casa data de 1885, conforme informações dos atuais moradores, e foi construída para ser habitação do filho do proprietário da primeira casa da Fazenda Dois Riachos.

Seu arcabouço externo, estilisticamente filiado às casas urbanas do ecletismo. Corpo de tijolo, composto de diversas aberturas em arco pleno encimado por requintada platibanda, adornada com pináculos.



Esta casa tem um oratório de alvenaria com portas de madeira.

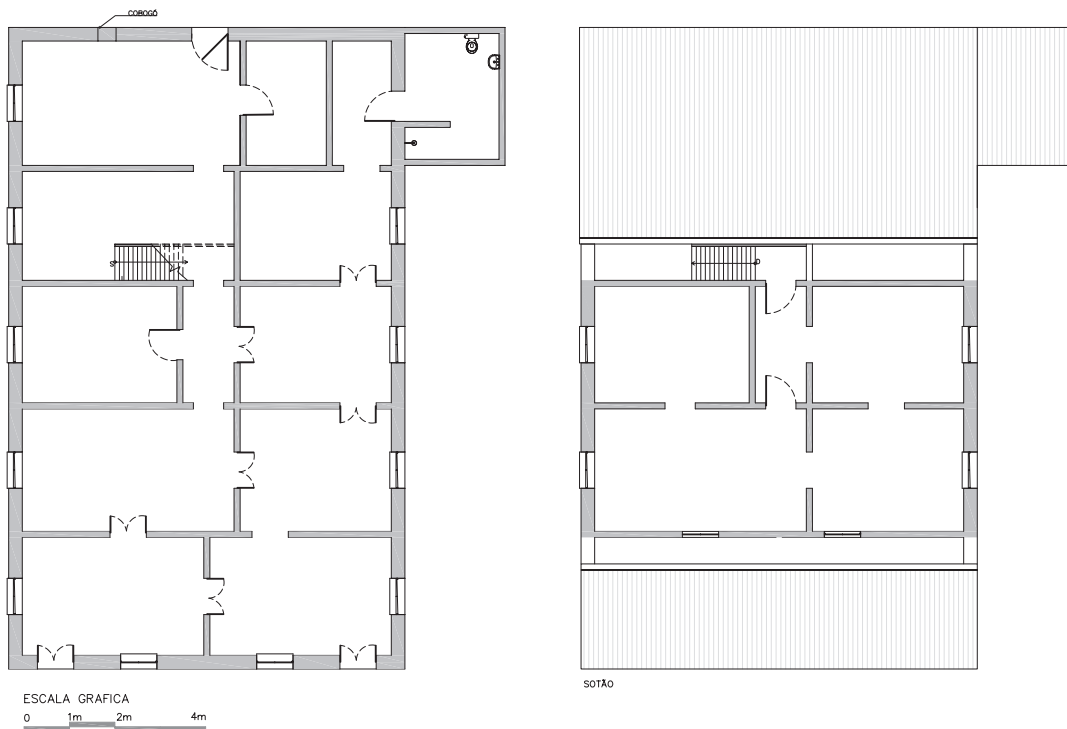


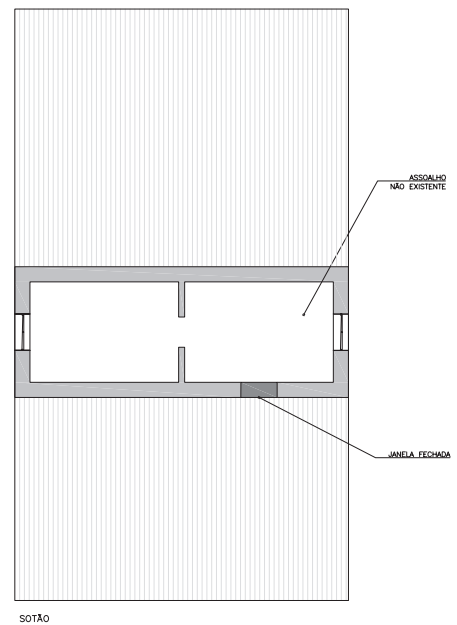
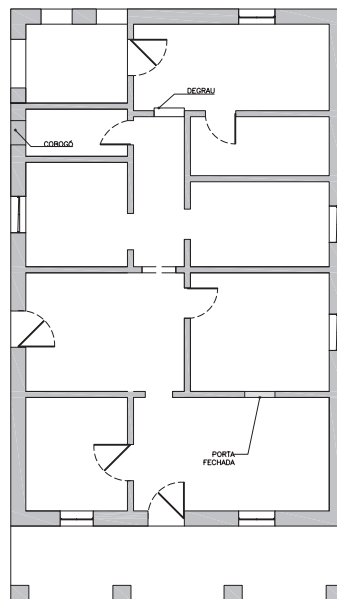
Figura 211: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Dois Riachos (2) (nov/2010).



Figura 212: Oratório da casa da Fazenda Dois Riachos (2) (nov/2010).

Fazenda Bonfim de Cima

Durante uma reforma realizada em 1992 foi encontrada uma telha datada de 1832.



ESCALA GRAFICA
0 1m 2m 4m

Figura 213: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Bonfim de Cima (nov/2010).

Fazenda Bonfim de Baixo

Esta casa data de 1878. Segundo relatos, durante a seca de 1877, o fundador desta fazenda extraiu e lavrou as madeiras que foram usadas na construção desta casa e das casas das fazendas Monte Formoso e Riacho do Meio (ambas não mais existentes).

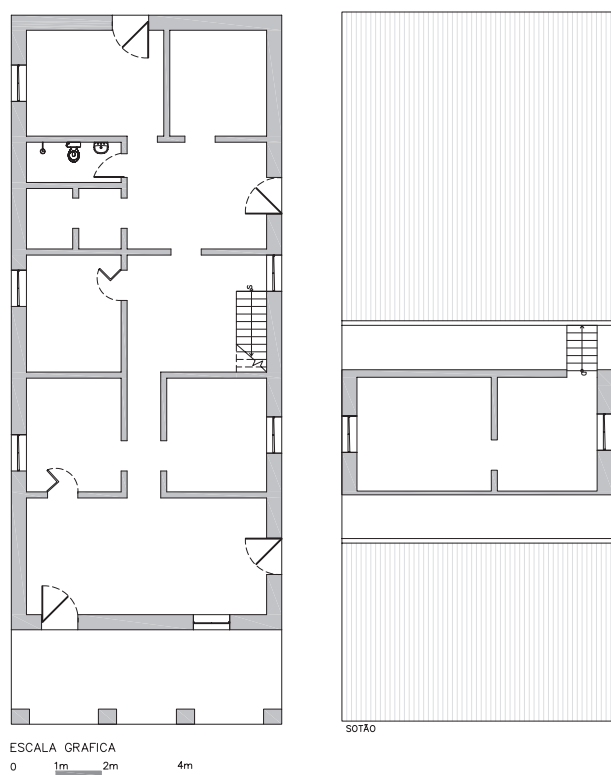


Figura 214: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Bonfim de Baixo (nov/2010).



Figura 215: Ferros de marcar gado dos proprietários da casa da Fazenda Bonfim de Baixo (nov/2010).

Fazenda Arruda

A casa está implantada num altiplano, com açude e curral à sua esquerda. Por trás da parede do açude localiza-se o antigo engenho de rapadura.

A construção da casa-sede foi iniciada em 1874, mas devido à seca de 1877 foi interrompida.

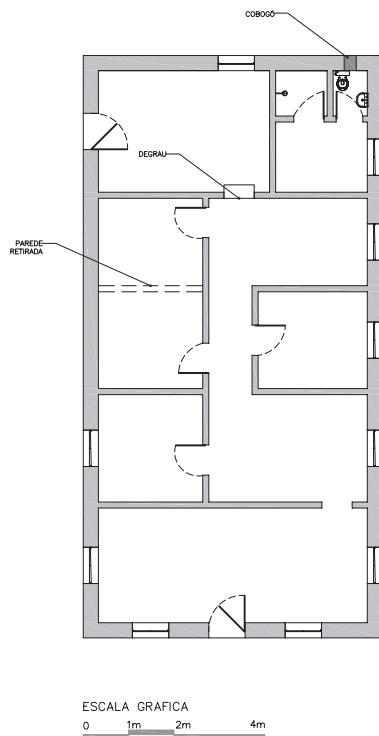


Figura 216: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Arruda (nov/2010).

Fazenda Timbaúba

A casa, como as demais apresentadas, está implantada num altiplano. Havia um engenho de rapadura movido à tração animal. Atualmente o engenho é usado como residência e as suas peças foram vendidas.

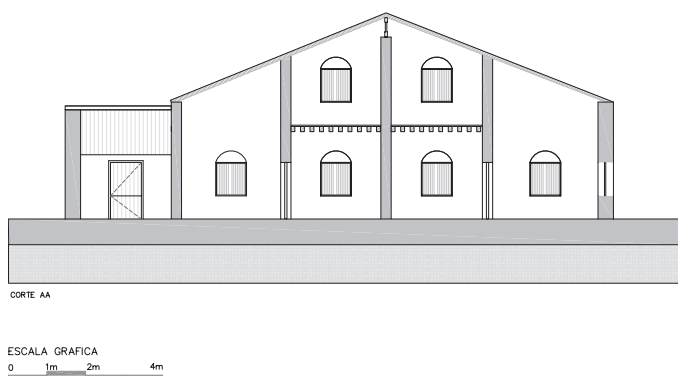
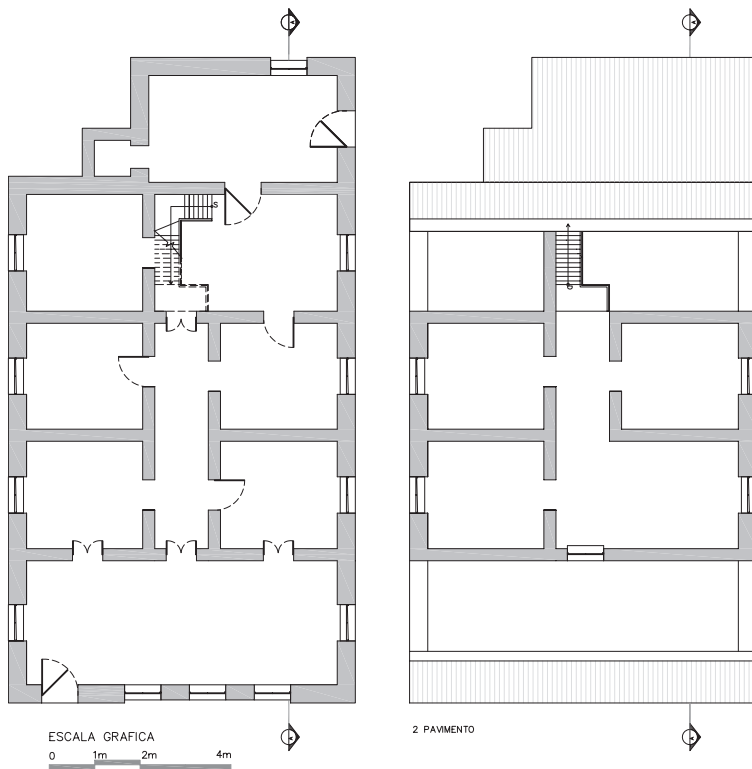
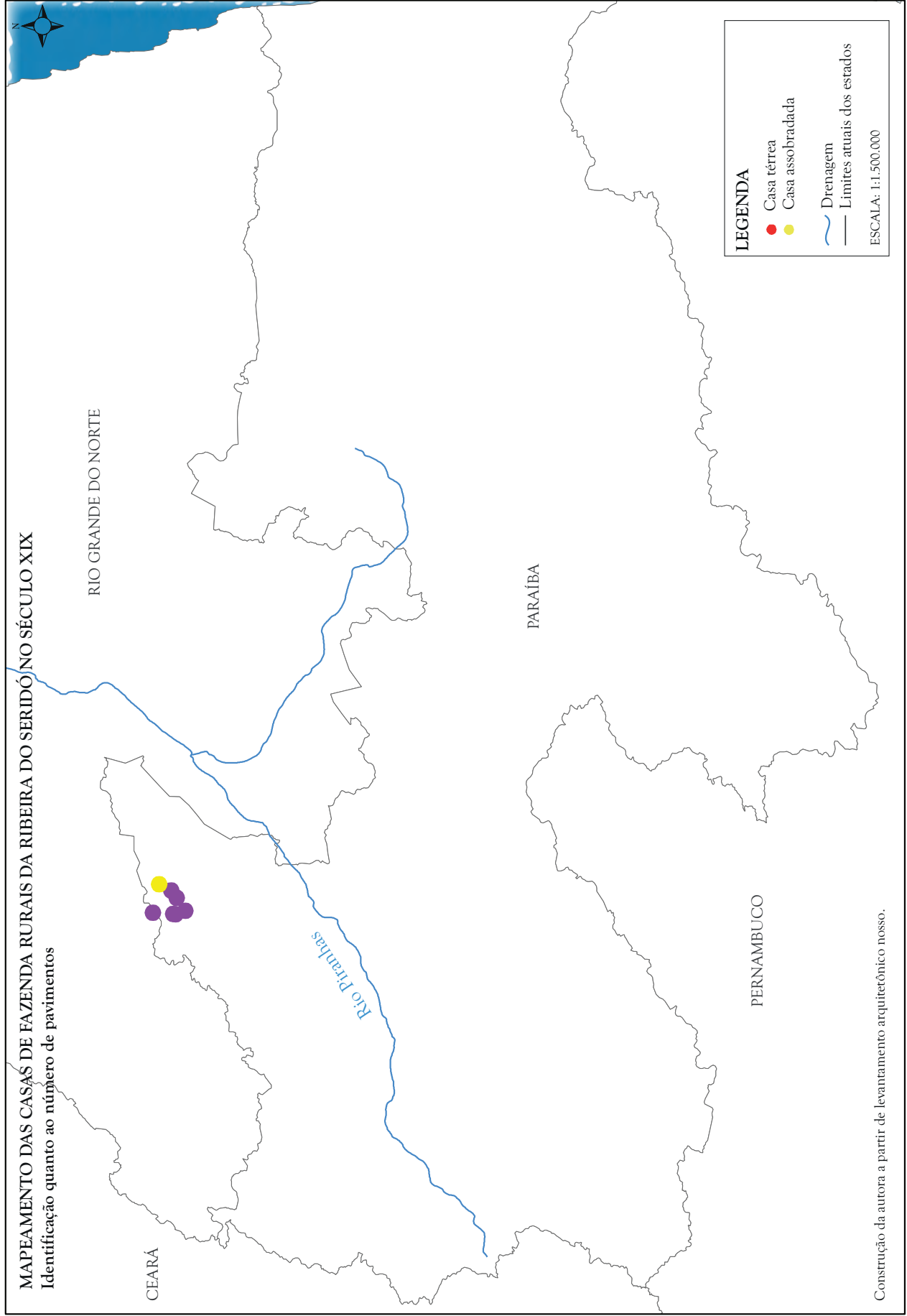


Figura 217: Levantamento arquitetônico da casa da Fazenda Timbaúba (nov/2010).



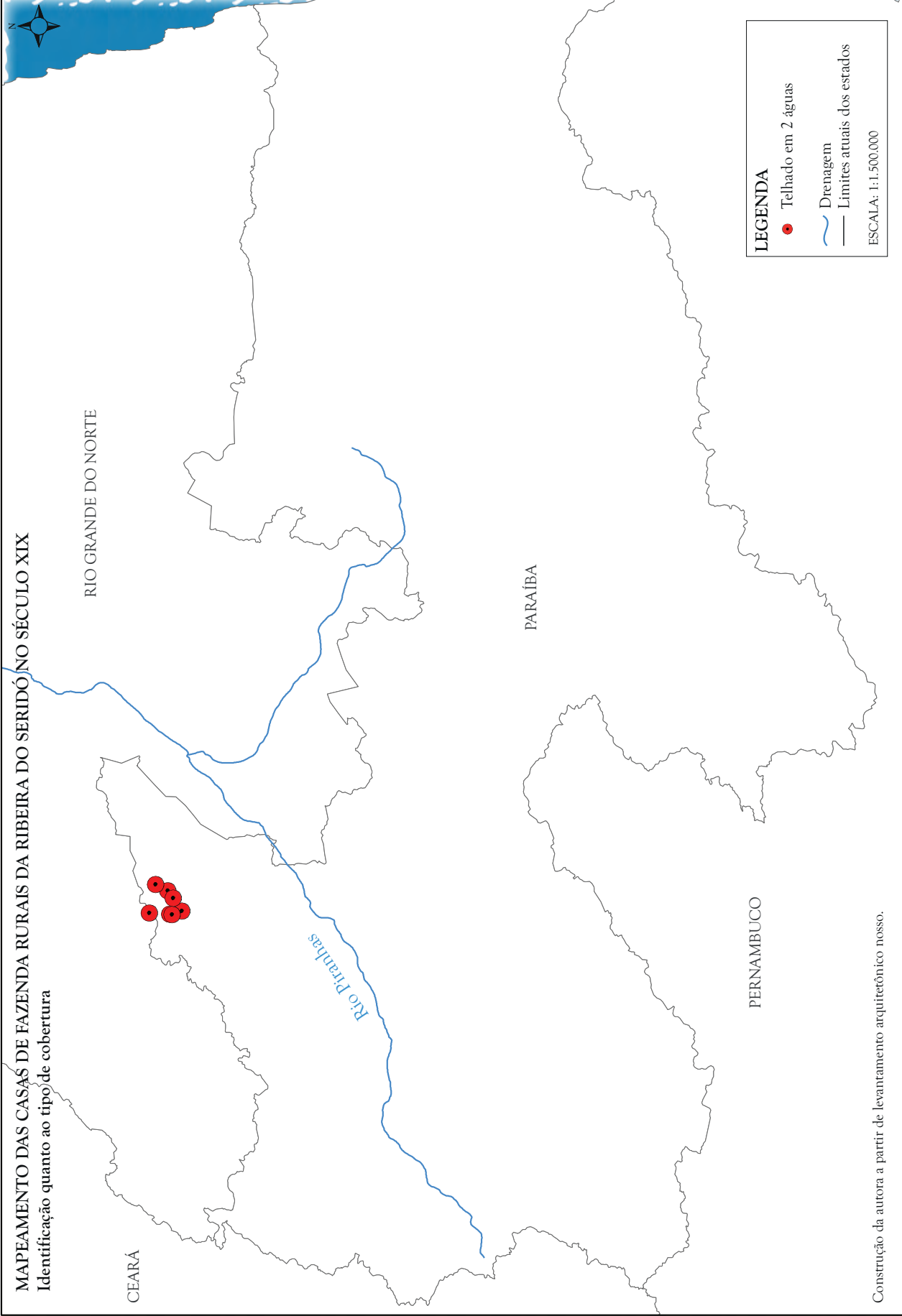
Figura 215: Ferros de marcar gado da Ribeira da Paraíba (à esquerda) e do proprietário da Fazenda Timbaúba (nov/2010).

A seguir, seguem mapas georreferenciados com as casas de fazenda analisadas nas Ribeiras da Paraíba.



Construção da autora a partir de levantamento arquitetônico nosso.

Figura 215



Construção da autora a partir de levantamento arquitetônico nosso.

Figura 217

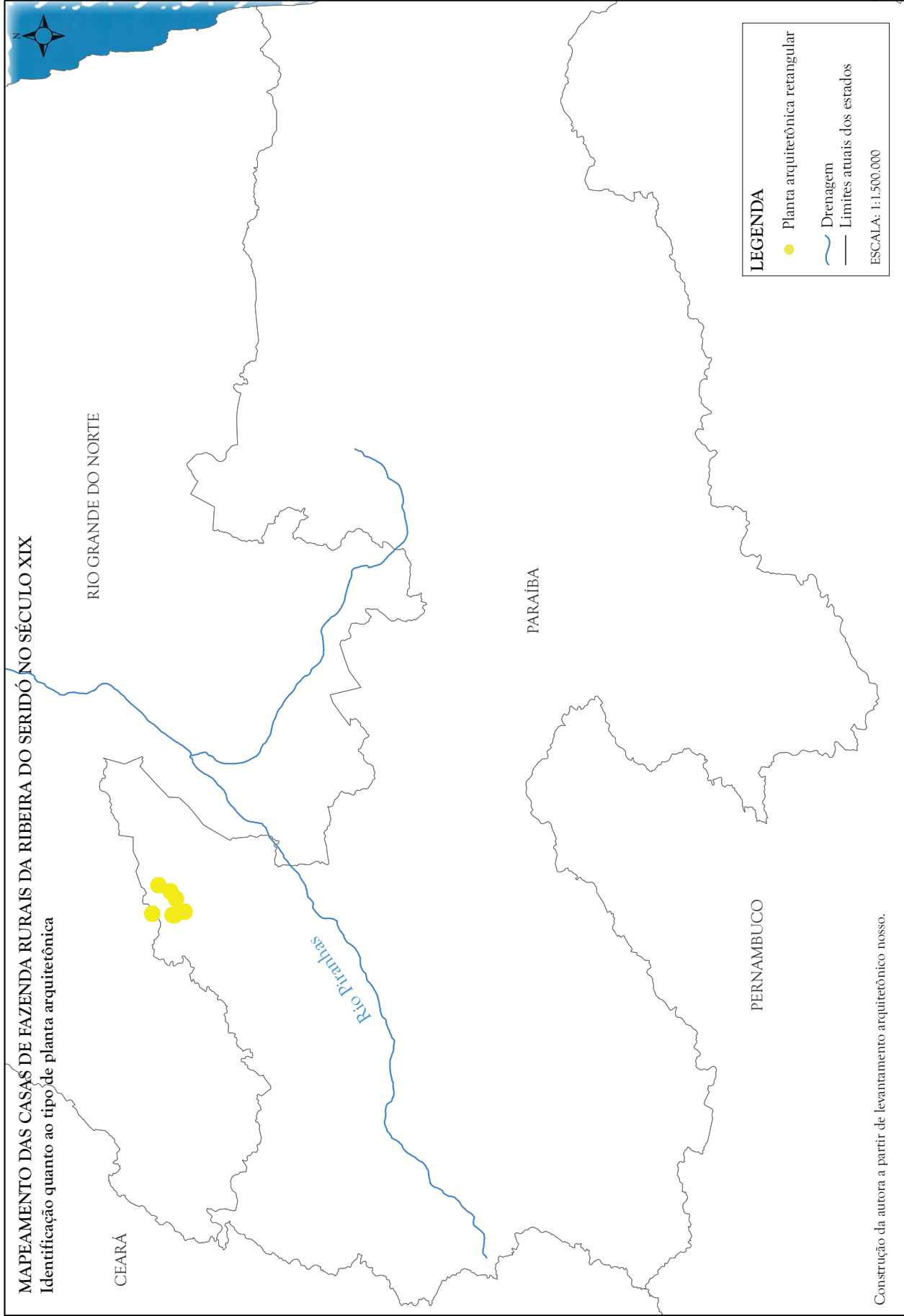


Figura 218

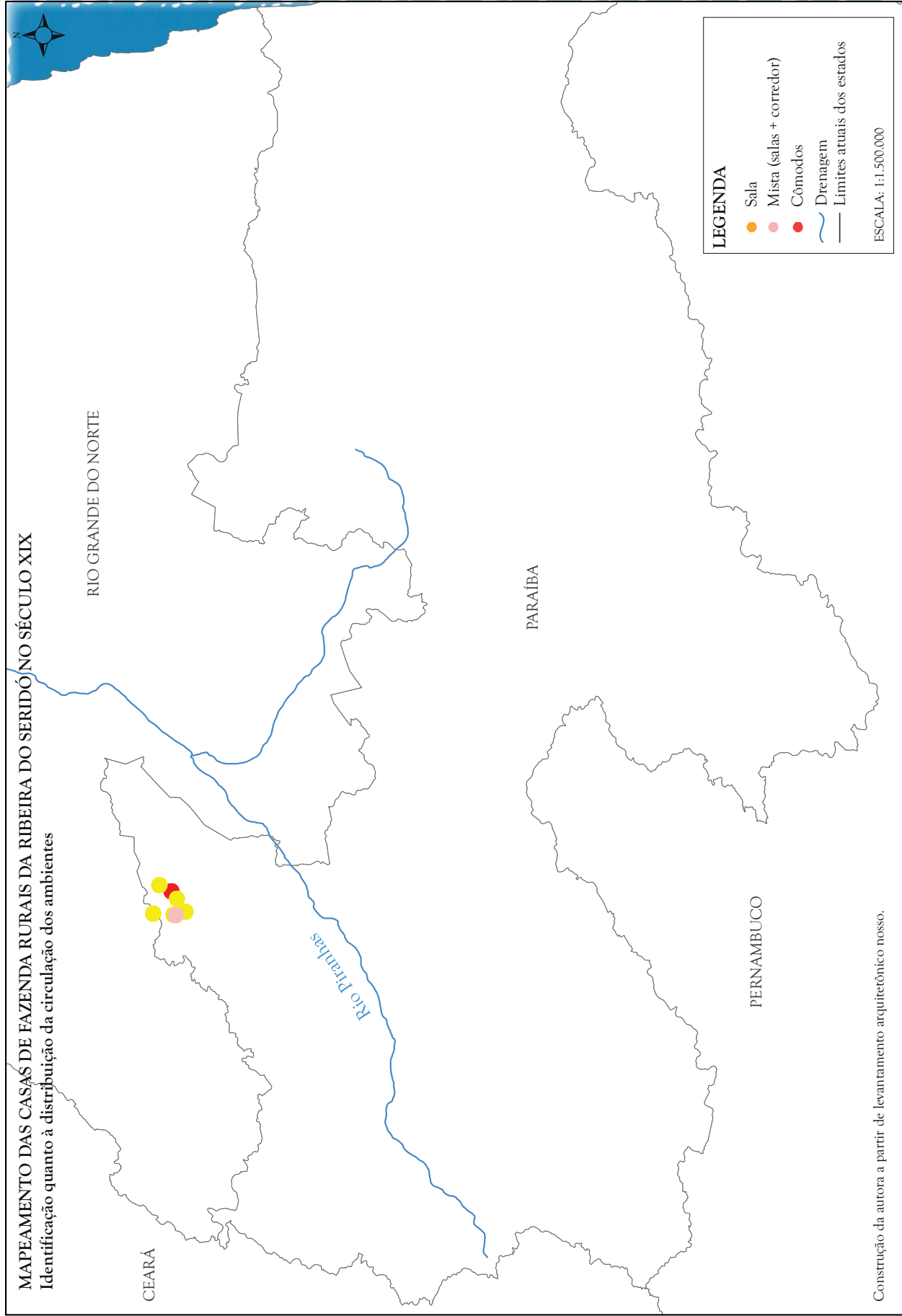


Figura 219

**TABELA 45: Transcrição de terras do 1º tabelionato de notas e ofício do registro de imóveis Pombal/PB
Vendas de terras e benfeitorias nas zonas rurais - Livro dos anos 1896 - 1898**

DESCRIÇÃO	BENFEITORIAS	SÍTIO
parte de terras e parte nas benfeitorias	() casas de vivendas, 2 açudes, cercados, engenho de ferro e seus utensílios	Jardim
parte de terras	casa de tijolo, 3 partes no açude, vazante e fruteiras	Gado Bravo
légua de terra	casas e posses	Jatobá
2 partes de terras	2/3 partes de uma casa de taipa, um cercado atrás e outro adiante da dita casa e mais posses e benfeitorias	Gado Bravo
parte de terras de 175 braças	casa de taipa, cercado de plantação e uma ilha	Riacho do Condado
parte de terras	posse coberta de telhas, uma ilha na frente da posse e parte na cacimba do gado	Gado Bravo
parte de terras	casas, cercados e mais benfeitorias	São Francisco
parte de terras	casa de taipa deteriorada e capoeira	Flores
parte de terras	2 partes em benfeitorias	Jardim
parte de terras	casas, cercados e mais benfeitorias	São Francisco
parte de terras	partes no açude e na represa do dito açude, todo o terreno de plantação, 15 pés de coqueiro, casas de engenho e de morada e 105 braças de terra abaixo do açude	Navio
parte de terras	parte no açude e na vazante da represa do mesmo açude	Navio
parte de terras	posse () somente com forquilhas levantadas no Riacho do Barro Branco	São Francisco
parte de terras	casa de tijolo e taipa, casa de taipa com máquina, umas partes no açude eno cercado abaixo do mesmo açude com coqueiros e mais frutíferas e posses *	São Francisco Recanto
parte de terras	casinha de taipa e duas capoeiras	Retiro
parte de terras	posse de casa de taipa coberta de telha	Flores
parte de terras	2 casas de taipa, cercado de plantação e mais benfeitoria	Casaforte
parte de terras		Ramada

VENDEDOR(ES)	COMPRADOR(ES)	DATA	VALOR PAGO
()	Candida Umbelina de Sá Benevides	São Lourenço	723\$000
Tenente Coronel Luis Antonio de Souza e sua mulher Dona Geracina () de Souza	Raimundo Jozé da Silva	Caiçara de Baixo	57\$888
Francisco Avelino Pereira e sua mulher Dona Monica Avelino Nobre	viúva do Capitão João Jerônimo Pereira, Dona Francisca Esmeraldina de Jesus	Cipó	()
João Pereira do Nascimento, Inácio Gomes de Araújo e sua mulher Maria Raymunda dos Santos	João Ferreira de Queiroga	Pocoró	()
Caetano Pedro de Souza e sua mulher Maria Amélia da Conceição	Manuel de Sá Cavalcante	Timbaúba	300\$000
Julessiano Soares Ferreira e sua mulher Dona Francisca Maria da Conceição	Antonio Guilhermino dos Santos	Caiçara de Baixo	14\$000
Dionisio da Costa Palma e sua mulher Dona Alexandrina Maria da Conceição	Antonio Ferreira Lima	()	()
Tertuliano Soares de Maria	Manoel Martins Lopes	()	9\$900
Luis Antonio de Sá e sua mulher Guilhermina Xavier de Sá e Luis Joze Xavier de Sá e sua mulher Dona Laura Candida de Sá Garrido	Aristides Rabello da Costa e Sá	São Lourenço	()
Dionisio da Costa Palma e sua mulher Dona Alexandrina Maria da Conceição	Antonio Ferreira Lima	Castello	()
Cláudio Virgulino de Souza	Coronel João Leite Ferreira Primo	Formiga	131\$000
Claudio Virgolino de Souza	Capitão Lindolpho Vicente de Paula Leite	Formiga	40\$000
Bernardino Ferreira de Almeida e sua mulher Dona Candida Maria Roza	João Fernandes de Freitas	Castello	10\$000
Capitão Francisco José de Assis, Cassiano () de Madeiros e sua mulher Dona Maria Carolinda da Nobrega	Antonio Ferreira Lima	Castello	560\$000
Maoel da Silva Leite e sua mulher Dona Jovelina da Silva Lacerda	João de Paula Leite	Canôa	300\$000
Basilio Leite de Mello e sua mulher Dona Maria Francisca da Conceição	Ricardo Torres Bandeira	()	85\$000
Dona Martiniana Virgolina Rodrigues	Olympto José de Souza	Casaforte	350\$000
João Nunes de Souza e sua mulher Raymunda Maria da Conceição	João Antonio de Oliveira Correia	Culandraca	14\$004

Quadro resumo das vendas de terras e benfeitorias nas zonas rurais - Livro dos anos 1896 - 1898 de posse do 1o Tabelionato de Notas e Offício do Registro de Imóveis - Pombal/PB.

Livre construção da autora.

() palavra não identificada.

TABELA 46: Transcrição de terras do 1º tabelionato de notas e ofício do registro de imóveis Pomba/PB Vendas de terras e benfeitorias nas zonas rurais - Livro dos anos 1898 - 1900	DESCRIÇÃO	BENFEITORIAS	SÍTIO
	meia légua de terras	(sem)	Bonito, Redondo e Areal
	parte de terras	parte em uma casa de taipa e em uma capoeira	Cantinho
	parte de terras	roçado e casa de taipa	Paraguay
	parte de terras	casa de taipa e um cercado conhecido por Roça Velha	Cajazeiras
	parte de terras	casa de taipa e 2 roçados com cercas deterioradas	Casa Forte
	parte de terras	casa velha de taipa deteriorada	São João
	parte de terras	casa de taipa, capoeira, ilha e cacimba de gados	Cachoeira do Lucas
	parte de terras	casa de taipa, 2 posses e 2 cercados	Pocoró
	4 partes de terras	(sem)	Umary
	3 partes de terras	1/3 parte de uma capoeira e casinha de taipa coberta de telhas	Viração
	parte de terras	2 casinhas de taipa, uma dita de tijolo, cacimba no Riacho do Jenipapo conhecida por Cacimba de Nué, açudinho, 3 capoeiras, ilha, 2 currais, telheiro e mais benfeitorias	Diamante
	parte de terras	parte da cacimba de gado e da capoeira no Riacho do Jenipapo (conhecido como Cercado Velho)	Monte Alegre
	parte de terras	parte da cacimba de gado e da capoeira no Riacho do Jenipapo (conhecido como Cercado Velho)	Monte Alegre
	2 partes de terras	3 casas de taipa e mais uma levantada em forquilhas e cobertas de telhas e os terrenos de plantações inclusives roças de capoeiras e mais benfeitorias	()
	parte de terras	cacinha de taipa e pequeno cercado de plantação	São José
	parte de terras	casa de taipa e cercado de plantação conhecido por Roça Velha	Cajazeiras
	parte de terras	casa de tijolo e uma vazante a margem do Rio Piancó	Pauferrado
	parte de terras	casa de taipa, curral, cercado de plantação e duas capoeiras	Prado
	parte de terras	casa de taipa, capoeira e ilha	São Francisco
parte de terras	casa de tijolo, casa de taipa, 2 currais de pau a pique, cercado de plantação, açudinho, 3 capoeiras e uma ilha e lagoa na frente das casas	Sacco de André	

VENDEDOR(ES)	COMPRADOR(ES)	DATA	VALOR PAGO
Capitão Rogello Alpiniano Virgolino Urtiga e sua mulher Francisca Urçulina d'Amor Divino	João Vieira Carneiro	Calundraca	300\$000
Jozé Ribeiro Campos	Pedro Felinto dos Santos	Flores	35\$000
Francisco Pereira Leite e sua mulher Dona Maria Francisco da Conceição	Antonio Barboza de Almeida	Boa Vista	100\$000
Dona Anna Izaura de Almeida	Tenente Antonio da Silva Pereira	Cajazeiras	14\$442
Dona Januária Maria dos Santos	Olyntho Jozé de Souza	Casa Forte	250\$000
Antonio Ferreira Nobre e sua mulher Francisca Maria da Conceição	Manoel Honorio de Souza	São João	29\$000
Dona Antonia Alexandrina de Jezus	menores Eulina e Izolina representadas por seu pai Manoel Candido de Farias	Castello	750\$000
Manoel Egidio Pereira e sua mulher Dona Dina Maria de Jezus	Miguel Felinto dos Santos	Pocoró	300\$000
Dona Jozefa Francisca de Sá Oliveira e seus filhos Dona Anna Augusta de Oliveira e Sá e Pedro Martiniano de Oliveira e Sá	Joaquim Jozé de Assis, Antonio Ferreira de Assis e Antonio Ferreira Lima	São Lourenço	400\$000
Jozé da Rocha Trigueiro e sua mulher Dona Francisca Maria da Conceição	Justino Bezerra de Lima	Maniçoba	40\$000
Noé Luis de de Santo e sua mulher Joaquina Maria da Conceição, Nesio Goveia () e sua mulher Raymunda Maria da Conceição	Clementino Basilio da Silva, Basilio Clementino de Carvalho Filho e Manoel Basilio das Neves	São João ou Jenipapo	370\$000
Dona Leopoldina Maria de Santo	Francisco Basilio da Silva	São João ou Jenipapo	80\$000
Noé Luis de Santo e sua mulher Joaquina Maria da Conceição	Clementino Basilio da Silva	São João ou Jenipapo	70\$000
Dona Januária Maria dos Santos	João Lucio Pereira	Caza Forte e Sitio	650\$000
Dona Josefa Maria da Conceição, Jozé Henrique de Moura e sua mulher Maria Paulina da Conceição, Jozé Soares de Almeida e sua mulher Victoriana Maria da Conceição	João Pereira da Silva	São Jozé	100\$000
Tenente Antonio da Silva Pereira e sua mulher Dona Francisca de Jezus Maria	Jozé Antonio de Almeida Sobrinho	Cajazeiras	250\$000
João Gualberto Leite da Silva e sua mulher Dona Maria Josefina de Lacerda	Antonio Mamedes Pereira de Oliveira	Pauferrado	800\$000
Dona Januaria Maria dos Santos	João Jozé de Oliveira Capuchu (representando os filhos menores)	Casa Forte	250\$000
Benjamim Florencio de Lima e sua mulher Dona Jozefa Maria da Conceição	Francisco Antonio Ferreira Linhares	Castello	200\$000
Alvaro Pareira Monteiro e Dona Manuela Maria da Conceição	Dona Sibyla Avelina Duarte de Arruda	André	700\$000

Quadro resumo das vendas de terras e benfeitorias nas zonas rurais - Livro dos anos 1898 - 1900 de posse do 1º Tabelionato de Notas e Ofício do Registro de Imóveis - Pombal/PB.
 Livre construção da autora.
 () palavra não identificada.

TABELA 47: Transcrição de terras do 1º tabelionato de notas e ofício do registro de imóveis Pombal/PB

Vendas de terras e benfeitorias nas zonas rurais - Livro dos anos 1898 - 1900

DESCRIÇÃO	BENFEITORIAS	SÍTIO
parte de terras	2 casinhas de taipa, cercado de plantação e açudinho arrombado	Ipoeira
parte de terras	casa de taipa, cercado de plantação e capoeira	Riacho das Éguas
parte de terras	2 casinhas de taipa e cercado de plantação	Santa Maria
2 partes de terras	casa de taipa, posse de casa, 2 cercados de plantação, capoeira, açudinho e engenho de pau deteriorado	Alagoa
parte de terras	casa de taipa, cercado de plantação e capoeira	Casa Forte
parte de terras	casa de taipa, currais, cercado e partes de uma cacimba e um açudinho	São Joaquim
parte de terras	posse no Riacho da Caiçarinha	Flores
parte de terras	parte no açude velho	Maniçoba
3 partes de terras	açudinho, 2 casas de taipa, casa de tijolo e taipas, cercados e mais benfeitorias	Capim Verde
5 partes de terra	casa de residência de tijolo e taipa, casa de taipa com avia-mento de fabricar farinha, cercado de plantação, vazante, 3 capoeiras e parte em outra, curral com a frente de pau a pique () e mais benfeitorias	Calandraca
60 braças de terras	posse de casa já queimada	Riacho do Codado

TABELA 48: Transcrição de terras do 1º tabelionato de notas e ofício do registro de imóveis Pombal/PB

Vendas de terras e benfeitorias nas zonas rurais - Livro do ano 1891

DESCRIÇÃO	BENFEITORIAS	SÍTIO
parte de terras	4 casas de vivenda já deterioradas, sendo uma pequena junto a uma casa que tem oitão de tijolo, um cemiterio, 2 currais de pau a pique também deteriorados, 3 cercados de plantações muito deterioradas, uma capoeira já em ilha e posse de casa atrás da casa do oitão de tijolo, posse de um cercado de criação encostado as roças da Ilha do bode	Várzea Comprida

VENDEDOR(ES)	COMPRADOR(ES)	DATA	VALOR PAGO
Joaquim Gomes de Olinda e sua mulher Dona Joaquina Maria da Conceição	Antonio Felix de Andrade	Paulista	200\$000
Jozé Luis de Almeida e sua mulher Martinha Maria da Conceição	Antonio Felix de Andrade	Queimado	100\$000
Jacinto Alves Ribeiro	Jozé Jeronymo Pereira	Santa Maria	180\$000
Serafim Leite da Cruz e sua mulher Raquel Maria de Jezus	Lourenço Pereira da Silva	Pauferrado	300\$000
Jozé Vieira da Silva e sua mulher Dona Maria Severiana da Conceição	Olymtho Jozé de Souza	Casa Forte	200\$000
Joaquim Gemeniano Pereira e sua mulher	Candido Ferreira dos Santos	Pocoró	200\$000
João Rodrigues dos Santos	Antonio Joaquim de Maria	Flores	50\$000
Doutor Francisco Fernandes Vieira	Capitão Antonio Vieira de Torres Bandeira	Culandraca	50\$000
Candido Dantas de Assis e sua mulher Dona Anna Maria de Freitas	Capitão Antonio Vieira de Torres Bandeira	Jenipapo ou São João e Mandante	1:000\$000
Dona Adelaide Luzia de Jezus Figueiredo	Joaquim Alves da Nobrega	Calandraca e Areial	400\$000
João Fernandes de Freitas e sua mulher Dona Alexandrina Maria da Conceição	Manoel de Sá Cavalcante	Timbaúba	200\$000

Quadro resumo das vendas de terras e benfeitorias nas zonas rurais - Livro dos anos 1898 - 1900 de posse do 1º Tabelionato de Notas e Ofício do Registro de Imóveis - Pombal/PB.
Livre construção da autora.
() palavra não identificada.

VENDEDOR(ES)	COMPRADOR(ES)	DATA	VALOR PAGO
Capitão Raymundo Alves de Souza e sua mulher Dona Rita Maria de Jezus	Francisco Avelino Pereira	Riachão	150\$000

Idem. Livro do ano 1891.

3.5 Ribeiras do São Francisco e do Alto Sertão Baiano

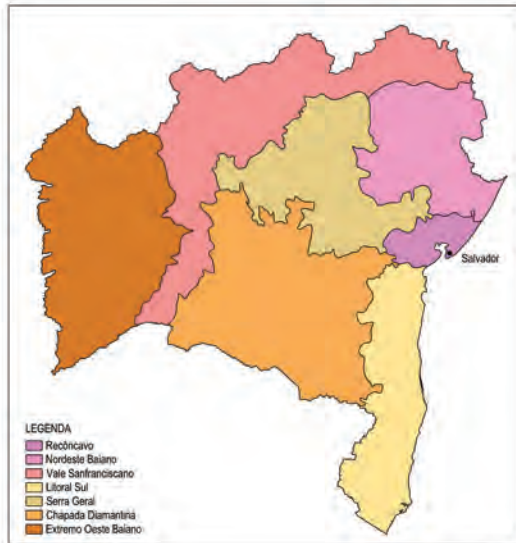


Figura 223: Mesorregiões da Bahia seguidas no inventário arquitetônico do IPAC-BA. Construção da autora.

Nos anos 1970 e 1980, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC-BA) realizou diversos levantamentos arquitetônicos e a catalogação das diversas edificações julgadas relevantes, de modo que fossem inseridas no rol dos bens tombados nas diferentes esferas (municipal, estadual ou federal). Esses levantamentos foram reunidos em quatro grupos, considerando-se as seguintes regiões: Recôncavo; Serra Geral e Chapada Diamantina; Litoral Sul; Nordeste Baiano, Vale Sanfranciscano e Extremo Oeste Baiano.

O IPAC-BA concluiu que nas mesorregiões Sanfranciscana e no Extremo Oeste “*as casas rurais apresentam plantas tendentes ao quadrado, com dependências no fundo, que em alguns casos delimitam um pátio de serviço. Uma varanda com guarda-corpo de alvenaria serve de transição entre o salão de jantar*

e o pátio posterior. Algumas casas possuem sótão” (BAHIA, 1999: 30). Já na Chapada Diamantina e Serra Geral, teriam predominado casas de fazendas térreas, de planta retangular (preferencialmente mais largas que compridas), com cobertura do corpo principal em quatro águas (eventualmente em duas ou três águas) e distribuição da circulação é feita por um corredor central. Nota-se a presença menos recorrente de alpendres.

Para nossa análise, excluímos os levantamentos das mesorregiões litorâneas (Recôncavo, Nordeste Baiano e Litoral Sul) e analisamos as edificações situadas no *sertão* baiano, a maioria delas concentradas no que se denomina de *Alto Sertão da Bahia*, região ocupada pela economia da pecuária e na qual se desenvolveu também a policultura. O conjunto reúne 25 exemplares.

3.5.1 Topografia do terreno, implantação e orientação

Não há uniformidade em relação aos terrenos onde foram implantadas as casas de fazendas do acervo em questão, variando principalmente entre terrenos planos e vales. Algumas poucas residências estão situadas sobre: \ pequena colina, barranco, terreno ligeiramente elevado, sopé de serra ou cume de pequena elevação. No caso de terrenos acidentados, as casas foram construídas sobre plataforma erguida sobre o alicerce. Esse é o caso das fazendas Gameleira, Santo Antônio, Torrinha, Pé da Serra e Caldeirão.

Duas das residências do acervo pesquisado (casa da antiga Fazenda Bom Jesus e casa da Fazenda Recreio) hoje pertencem a zonas urbanas.

3.5.2 Caixa edífcia e modenatura

O acervo de casas de fazendas analisado é bastante variado, o que torna difícil traçar um perfil com base em respeito das características típicas, apesar de haver aspectos dominantes.



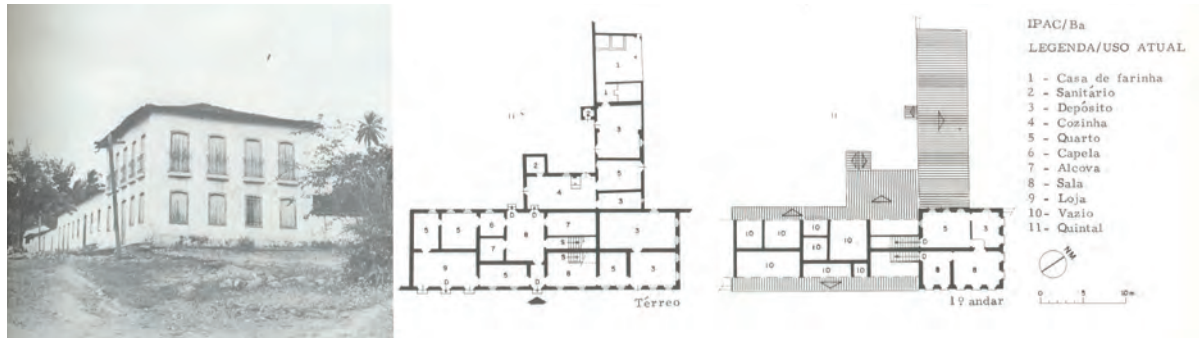
Figura 224: Casas de fazenda das *Ribeiras do São Francisco* e do *Alto Sertão Baiano*.

À exceção das fazendas Recreio e Santa Bárbara, todas as casas em questão são térreas, tendo variações quanto a existência de sótão e/ou porão. A casa da fazenda Santa Bárbara não chega a constituir um sobrado, mas apresenta um mirante, que a torna distinta das demais.

Fazenda Recreio

Alvenaria autoportante de adobe.

Figura 225: Levantamento arquitetônico da Fazenda Recreio: 1978.
Fonte: BAHIA, 1997: 115 - 116.



A casa da Fazenda Recreio tem planta arquitetônica em “T” e onde o corpo principal (retangular com frente maior que profundidade) é coberto por telhados independentes, cuja parte correspondente ao sobrado é de quatro águas. Os fundos da edificação acomodam os serviços, inclusive com a instalação de uma Casa de Farinha.

Fazenda Santa Bárbara

Alvenaria autoportante de adobe e mirante de pau a pique.

Figura 226: Levantamento arquitetônico da Fazenda Santa Bárbara: 1979.
Fonte: BAHIA, 1997: 65 - 66.



Devido à ausência de documentação histórica correspondente ao original e a presença de elementos de diferentes épocas (vergas em arco abatido, retas e em arco pleno), o inventário do IPAC-BA não soube precisar a real data da construção da casa da Fazenda Santa Bárbara, mas deve de um exemplar da segunda metade do século XIX. Além do mirante (excepcional), a distribuição dos pilares nas fachadas frontal e lateral é também algo raro no *sertão* baiano. segundo o inventário do IPAC-BA (1999) as edificações “perípteras” (no caso da casa da Fazenda Santa Bárbara foi chamada de “períptera incompleta”) começaram a ser construídas no início do século XIX no Recôncavo baiano e são típicas de regiões chuvosas.

Além da Fazenda Santa Bárbara, a casa da Fazenda Caldeirão apresenta a mesma solução (tipo períptero incompleto), com pilares de madeira (de secção oitavada) rodeando parte da edificação.

Os gradis e o piso do alpendre também são de madeira.

Fazenda Caldeirão

Alvenaria autoportante de adobe.

Figura 227: Levantamento arquitetônico da Fazenda Caldeirão: 1978.
 Fonte: BAHIA, 1997: 137 - 138.



A caixa mural tanto pode ser em volume único como composta por volumes justapostos e/ou interpenetrantes e/ou justapostos. Em ambos os casos é visivelmente despojada de elementos decorativos, reduzidos a poucas exceções como, cimalthas ou beirais de boca de telha. As vergas dos vãos são retas, em arco abatido ou arco pleno.

Na fachada principal, na maioria dos casos, há equilíbrio entre os cheios e vazios, e os vãos, que tendem a ser mais altos que largos, são dispostos em intervalos regulares. No caso das demais fachadas os cheios predominam sobre os vazios, salvo exceções, e o intervalo entre os vãos tende a ser irregular.

Quanto à existência de alpendre, esse elemento está presente em aproximadamente metade das casas em questão, situados de maneira variada em relação à planta arquitetônica, porém a maioria localiza-se na fachada frontal.

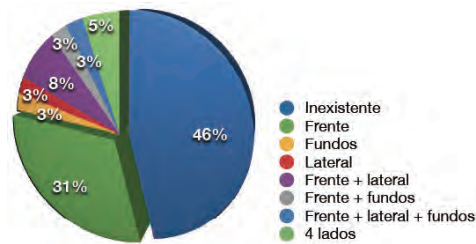
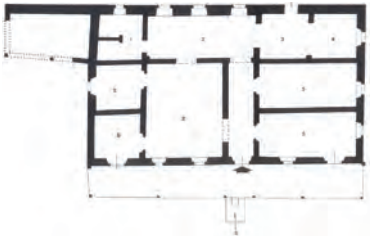


Gráfico 9: Ocorrência de alpendre nas casas dos sertões da Bahia.

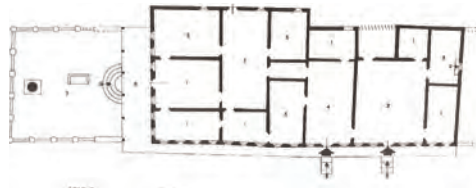
3.5.3. Programa arquitetônico (ambientes constituintes e seu arranjo espacial)

Assim como a maioria das edificações dos sertões, a planta arquitetônica desenvolve-se seguindo um partido horizontal, no qual predominam as circulações horizontais, de formato retangular, apesar de haver casos de plantas com outros formatos (quadrangular, “L”, “H” e “T”). No caso das plantas em “L”, nota-se a clara divisão entre as zonas sociais e íntimas, das de serviço, normalmente situadas num anexo ao corpo principal da edificação.

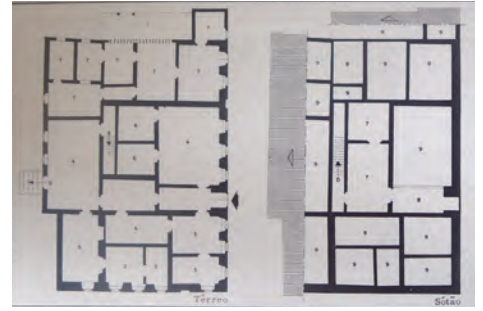
Observando as plantas arquitetônicas, perceberemos que malgrado a heterogeneidade das configurações, são muitas as semelhanças no que diz respeito à forma de distribuir a circulação e no arranjo do zoneamento das funções (receber/estar, estar íntimo/repouso e serviços).



Batalha



Lagoa da Vaca



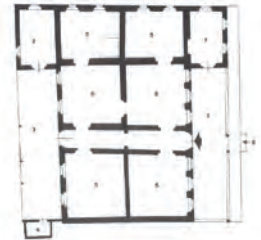
Gameleira



Boqueirão



Saco



Capim da Raiz



Bom Jesus



Pau de Colher



Santa Bárbara

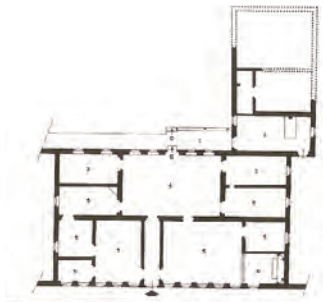


Santo Antônio



Recreio

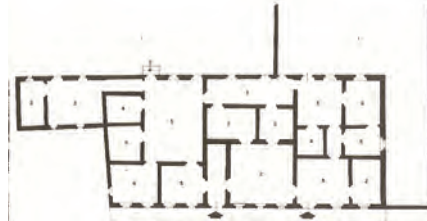




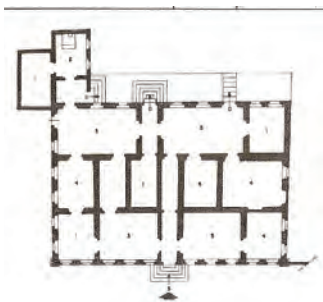
Lagoa



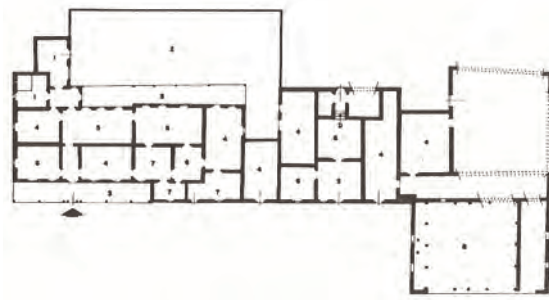
Coqueiros



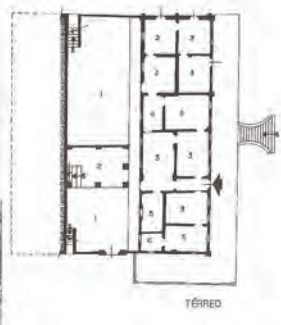
Casa Grande



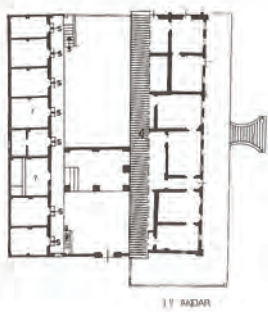
Lameirão



Domingão



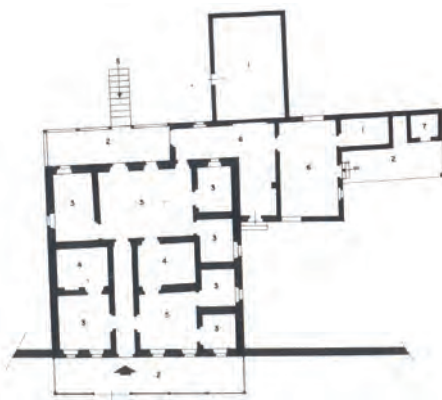
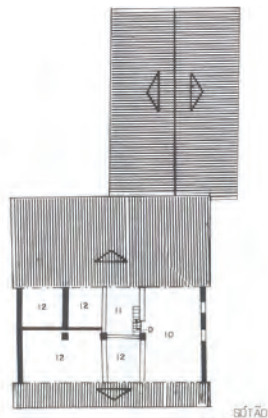
Torinha



Bom Retiro



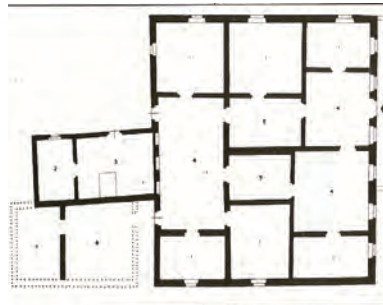
São Félix



Pé da Serra



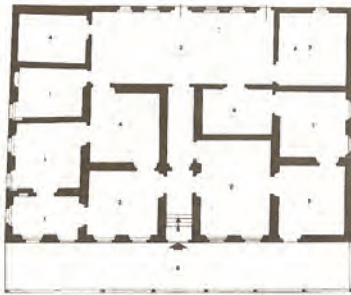
Caldeirão



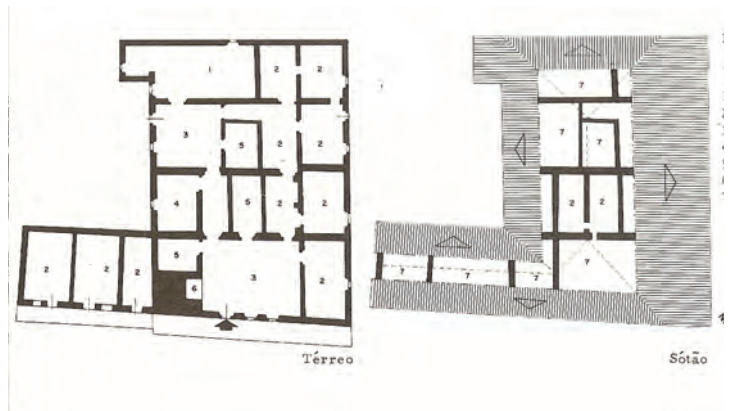
Casquilho



Poço Comprido



Poço



Curral de Varas

Figura 228: Plantas arquitetônicas das casas de fazenda das Ribeiras do São Francisco e do Alto Sertão Baiano. Fonte: BAHIA, 1997; BAHIA, 1999.

O acesso principal se dá por meio do alpendre (quando existente), ou da sala da frente, ou, em raros casos, através de um vestíbulo. Grosso modo, a circulação no interior das edificações é realizada por um corredor central e/ou através das salas. Quanto aos ambientes recorrentes são: sala, quarto, sala de refeição, cozinha e depósito/despensa. Já alcovas e os vestíbulos são esporádicos no acervo investigado.

São facilmente identificadas três partes que organizam a vida cotidiana nessas moradias: a primeira reúne o alpendre e as salas (eventualmente o vestíbulo), e realizam a função de **receber/estar**; a segunda, agrupa os quartos, alcovas e salas, cumpre a função de **estar íntimo/repouso**; e o terceiro (às vezes fora do corpo principal da casa), aloja a cozinha, a sala de refeição e o depósito/despensa (em alguns exemplares há pátio ou quintal murado). No entanto, traço comum da arquitetura tradicional brasileira, principalmente no ambiente rural, é a sobreposição de funções em alguns cômodos, aqui também observada.

Receber/estar

Como já apontamos, os ambientes de recepção são o alpendre e a sala da frente, enquanto que o vestíbulo foi identificado apenas na casa da Fazenda Saco. O alpendre configura-se como um espaço aberto para o exterior, de onde o proprietário podia espiar sua propriedade e recepcionar visitantes, funcionando como elemento de transição entre o externo e o interno.



Figura 229: Alpendres das Fazendas Batalha e Capim Raiz.

Fonte: BAHIA, 1999: 292; 370.

Há também quartos localizados na faixa frontal da edificação, servindo para sediar os hóspedes.

Estar íntimo/ repouso

Salas, quartos e alcovas relacionam-se à função do estar íntimo, apesar de em muitas situações a intimidade não estar resguardada, já que muitos desses cômodos possuem inúmeras aberturas interligando-os.

Em relação às salas, além de comportar em função de estar, nelas também eram realizadas as tarefas vinculadas às prendas femininas. Os quartos eram utilizados exclusivamente para recolhimento noturno e o mobiliário era reduzido, resumindo-se a malas e baús .

Serviço

A parte posterior da edificação era destinada prioritariamente aos serviços, localizando-se a cozinha, os depósitos e despensa. Tal como as casas de fazenda das *Ribeiras do Piauí*, as do *sertão* baiano também apresentam “varanda de refeição” na parte posterior da edificação ao lado da cozinha.

3.5.4. Materiais, técnicas e sistemas construtivos

Alicerce e alvenaria

As casas foram construídas sobre alicerce de pedra bruta, e estão ligeiramente elevadas em relação ao terreno. Quanto à alvenaria, o tijolo de adobe foi a solução mais utilizada, seguida das estruturas autônomas e mistas, entre elas: tijolo cozido e taipa, adobe com reforço de esteios de madeira, adobe e pau a pique.

Vãos e vedações

As aberturas (portas e janelas) apresentam bastante diversidade, como também sofreram muita deterioração e alterações ao longo dos anos. As vergas são retas, em arco abatido e em arco pleno. Em muitos casos, observam-se diferentes formatos, como por exemplo na casa da Fazenda Santa Bárbara, nela as vergas do corpo principal são em arco abatido, as das aberturas do mirante são em arco pleno e as do anexo são em verga reta. No entanto, as vergas retas e em arco abatido são predominantes.

A precariedade de execução destas construções rurais pode ser percebida, por exemplo, nos arcos plenos mal traçados. Geralmente, somente na fachada principal havia um melhor tratamento e execução dos vãos. No interior da edificação prevalecia a simplicidade. As cercaduras das aberturas são prioritariamente de madeira.

As vedações são, em geral, de folhas cegas de madeira. Nos casos das janelas rasgadas, que abrem-se do sótão sobre o interior da edificação, a proteção dá-se por um balcão de madeira. Há casos de janelas tipo guilhotina, presentes nas fazendas Torrinha e Lagoa.



Figura 230: Portas e janelas das casas de fazenda das *Ribeiras do São Francisco* e do *Alto Sertão Baiano*.

Revestimento

O piso mais recorrente é de lajota de barro cozido, em muitos casos substituído por outros ou coberto por cimento queimado. Nos pavimentos superiores o piso é de tabuado corrido sobre barrotes de madeira. Porém, em alguns cômodos há pisos diferentes. Por exemplo, na Fazenda Santo Antônio, o piso do compartimento anexo à edificação principal é de terra batida sobre barroamento de madeira; na casa da Fazenda Lameirão há um vestíbulo, uma sala e um quarto com piso assoalhado e esses ambientes também são os únicos a possuir forro de madeira com encaixe do tipo macho e fêmea; na casa da Fazenda Pé da Serra uma sala e dois quartos também são assoalhados; na casa da Fazenda Caldeirão há vestígios que indicam a presença, na sala de refeição e cozinha, piso de lajões de pedra; na casa da Fazenda Casquilho o piso é de terra batida e com lajota de barro cozido; na Fazenda Curral de Varas o piso da cozinha é de terra batida.

Mesmo em meio à simplicidade material das habitações rurais das *ribeiras* da Bahia, há casos excepcionais que apresentam pequenos sinais de requinte em pleno *sertão*, tal como na casa da Fazenda Torrinha, onde o setor social apresenta paredes ornadas com barrados pintados com motivos decorativos, contrastando com a simples caiação predominante.

Cobertura

Quanto à cobertura, os telhados são de duas águas, três águas, quatro águas ou irregulares, terminando em beiral simples, em beira-seveira ou com cachorros. Em alguns casos há cornija. A estrutura do telhado descarrega seus esforços sobre a alvenaria autoportante. No alpendre, o telhado é sustentado por pilares de madeira. Forros são exceção, prevalecendo assim a telha-vã. No entanto, quando há forro, ele não se estende por toda a edificação, retringindo-se aos cômodos principais, como nos casos das fazendas Poço Comprido e Lameirão.

3.5.5 Mobiliário e utensílios

O mobiliário restringia-se ao trivial, mas infelizmente poucos itens subsistiram ao tempo. Dentre os bens móveis documentados pelo IPAC-BA, destacam-se um missal de 1899, um livro de registro de missas de 1887, uma marquesa e duas cadeiras de braço de madeira e palhinha, pertencentes à Fazenda Casa da Lagoa. Nessa casa há uma capela contígua, com o forro ornamentado com pintura policromada e retábulo datado do final do século XIX.

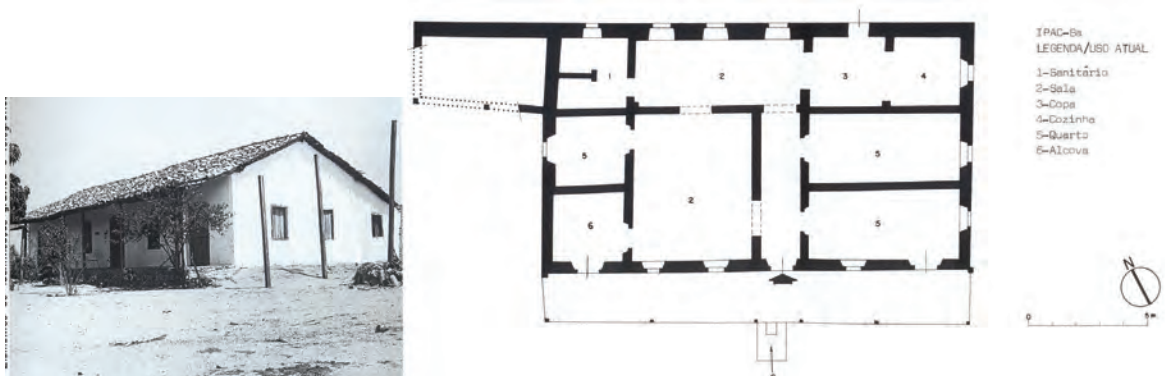
Na casa da Fazenda Coqueiros havia, na época do inventário do IPAC-BA, algumas camas e cadeiras. Na casa da Fazenda Torrinha destacam-se dois oratórios de estilo rococó, dourados.

3.5.6 Levantamentos arquitetônicos complementares

Fazenda Batalha

Alvenaria autoportante de adobe.
Cobertura de duas águas sustentada por esteios de madeira.

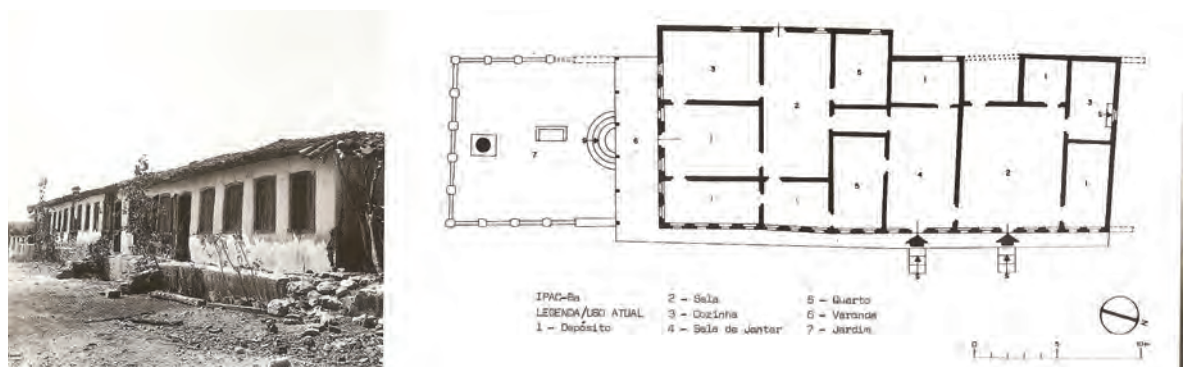
Figura 231: Levantamento arquitetônico da Fazenda Batalha: 1988.
Fonte: BAHIA, 1999: 291 - 292.



Fazenda Lagoa da Vaca

Alvenaria em estrutura autônoma de madeira, vedação externa de adobe e interna de taipa de mão.

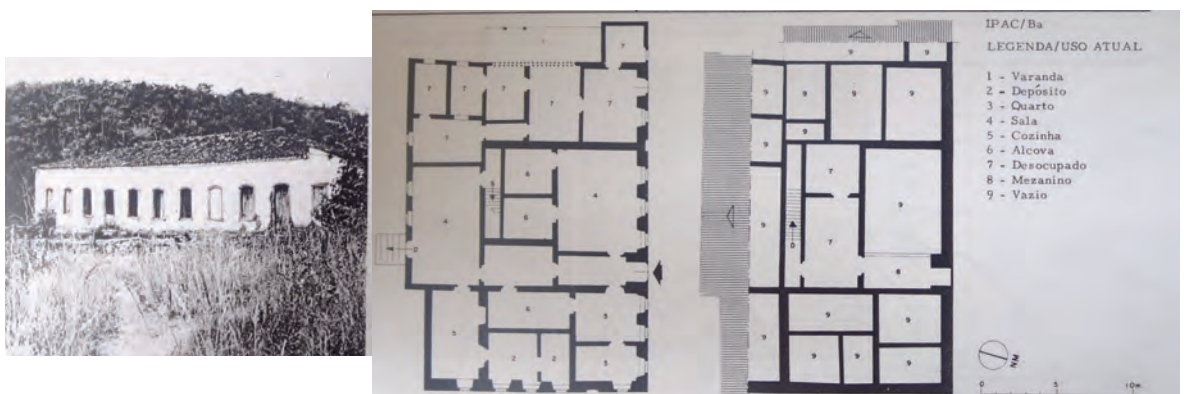
Figura 232: Levantamento arquitetônico da Fazenda Lagoa da vaca: 1982.
Fonte: BAHIA, 1999: 309 - 310.



Fazenda Gameleira

Alvenaria autoportante de adobe.

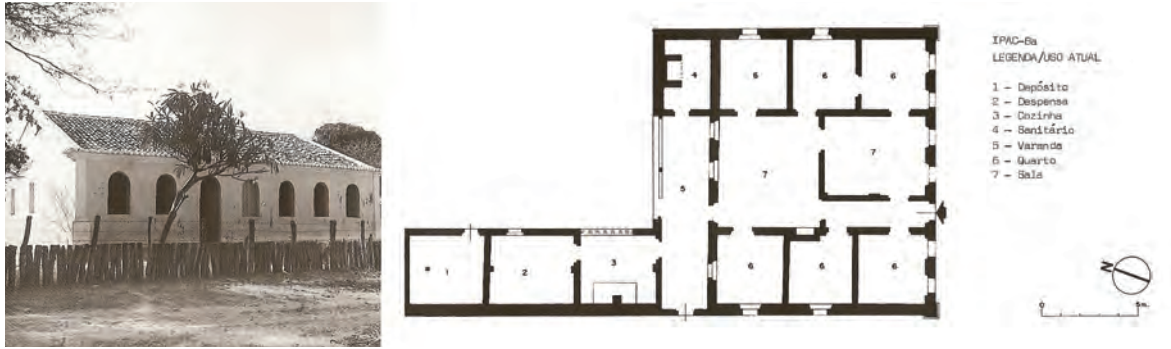
Figura 233: Levantamento arquitetônico da Fazenda Gameleira: 1978.
Fonte: BAHIA, 1999: 353 - 354.



Fazenda Boqueirão

Alvenaria autoportante de adobe.

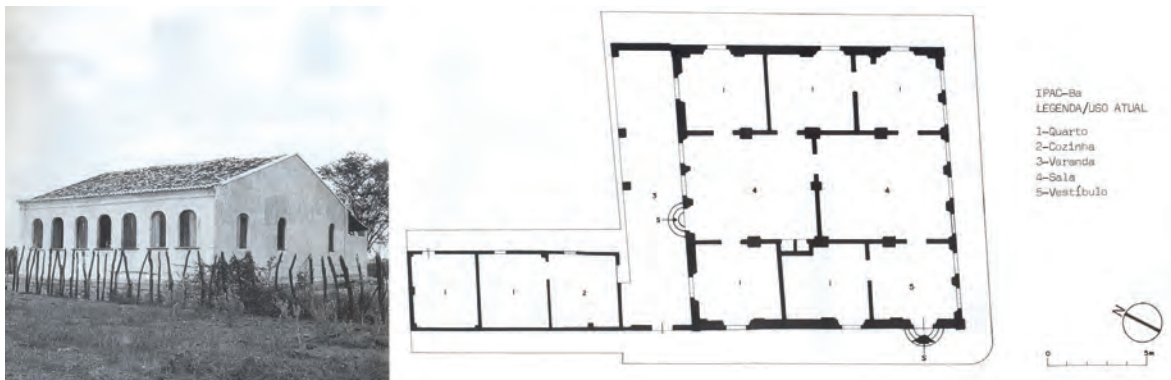
Figura 234: Levantamento arquitetônico da Fazenda Boqueirão: 1982.
 Fonte: BAHIA, 1999: 275 - 276.



Fazenda Saco

Paredes externa de tijolo cozido e internas de taipa de mão.

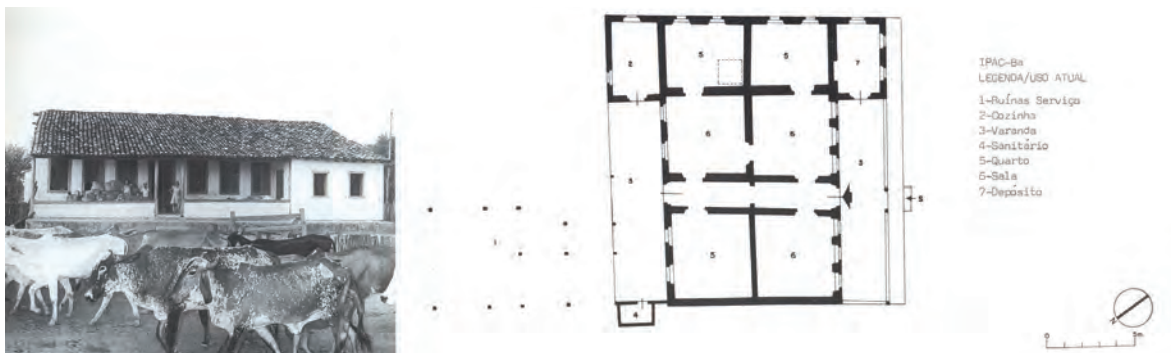
Figura 235: Levantamento arquitetônico da Fazenda Saco: 1981.
 Fonte: BAHIA, 1999: 367 - 368.



Fazenda Capim de Raiz

Alvenaria de adobe reforçada com esteios de madeira.

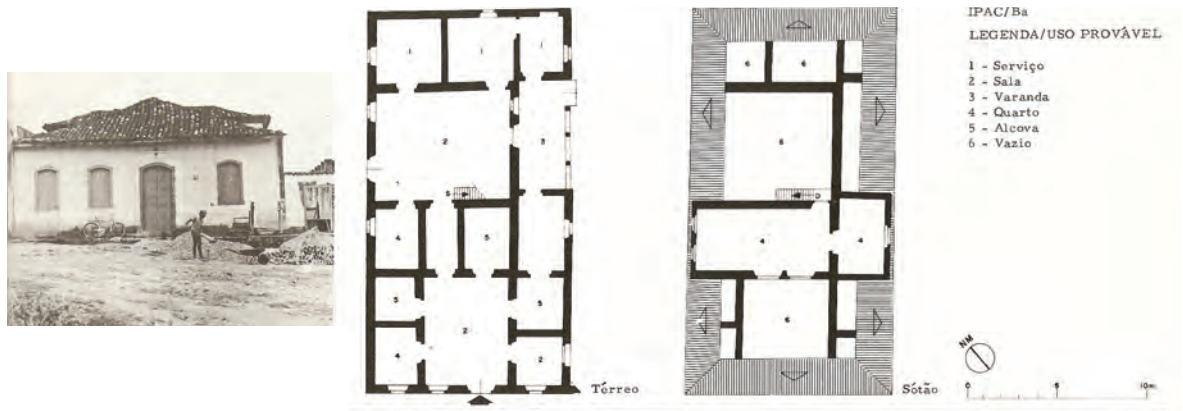
Figura 236: Levantamento arquitetônico da Fazenda Capim de Raiz: 1980.
 Fonte: BAHIA, 1999: 369 - 370.



Fazenda Bom Jesus

Alvenaria autoportante de adobe.

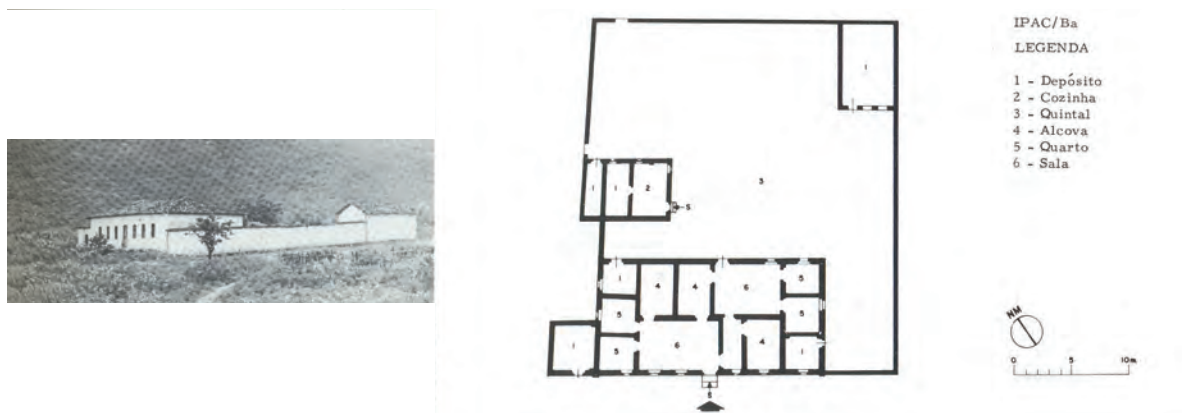
Figura 237: Levantamento arquitetônico da Fazenda Bm Jesus: 1980.
Fonte: BAHIA, 1997: 35 - 36.



Fazenda Pau de Colher

Alvenaria autoportante de adobe.

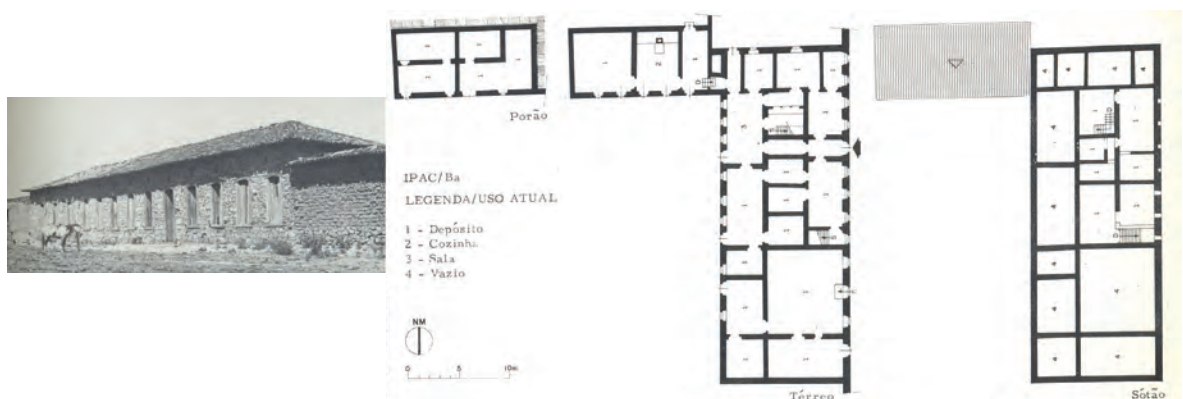
Figura 238: Levantamento arquitetônico da Fazenda Pau de Colher: 1978.
Fonte: BAHIA, 1997: 37 - 38.



Fazenda Santo Antônio

Caixa mural de alvenaria de pedra e paredes internas de adobe.

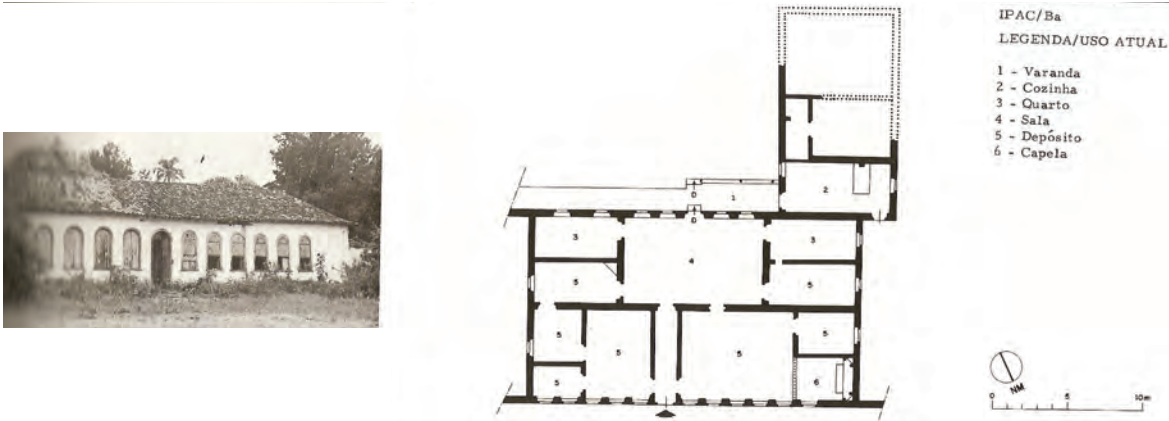
Figura 239: Levantamento arquitetônico da Fazenda Santo Antônio: 1978.
Fonte: BAHIA, 1997: 95 - 96.



Fazenda Lagoa

Alvenaria autoportante de adobe.

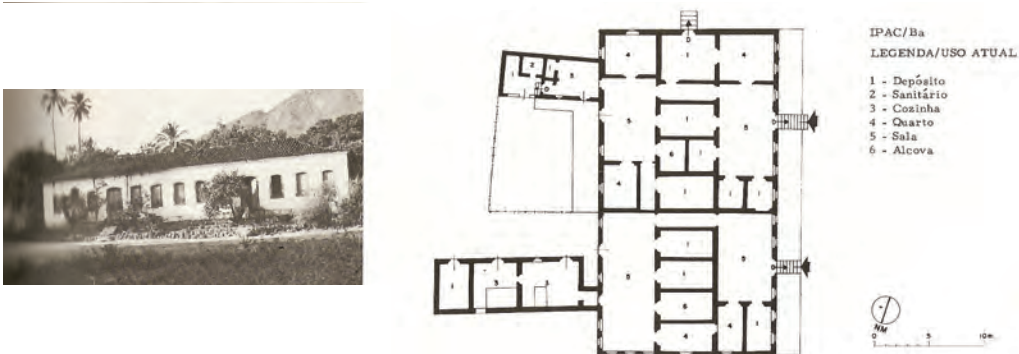
Figura 240: Levantamento arquitetônico da Fazenda Lagoa: 1978.
 Fonte: BAHIA, 1997: 117 - 118.



Fazenda Coqueiros

Alvenaria autoportante de adobe.

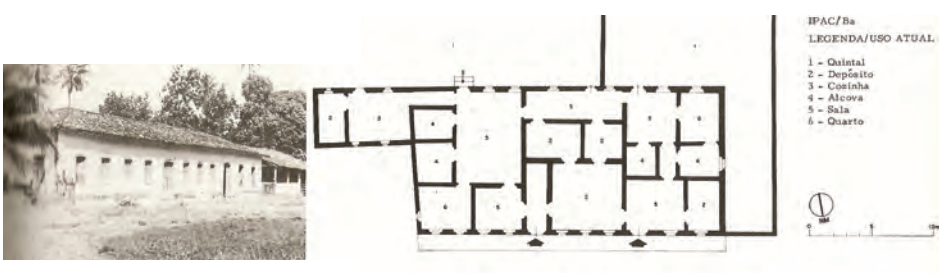
Figura 241: Levantamento arquitetônico da Fazenda Coqueiros: 1980.
 Fonte: BAHIA, 1997: 119 - 120.



Fazenda Casa Grande

Alvenaria autoportante de adobe.

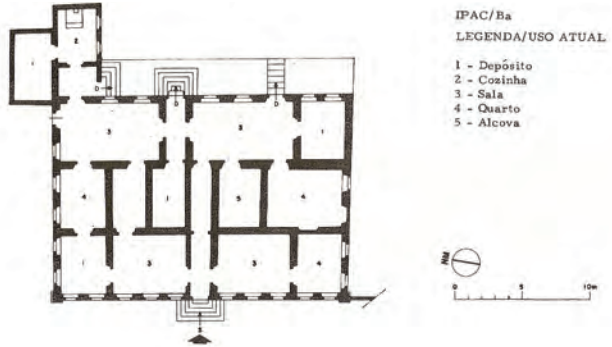
Figura 242: Levantamento arquitetônico da Fazenda Casa Grande: 1980.
 Fonte: BAHIA, 1997: 121 - 122.



Fazenda Lameirão

Alvenaria autoportante de adobe.

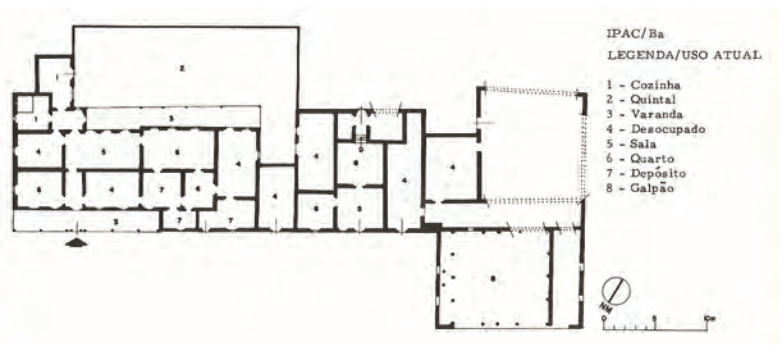
Figura 243: Levantamento arquitetônico da Fazenda Lameirão: 1978.
Fonte: BAHIA, 1997: 135 - 136.



Fazenda Domingão

Alvenaria autoportante de adobe.

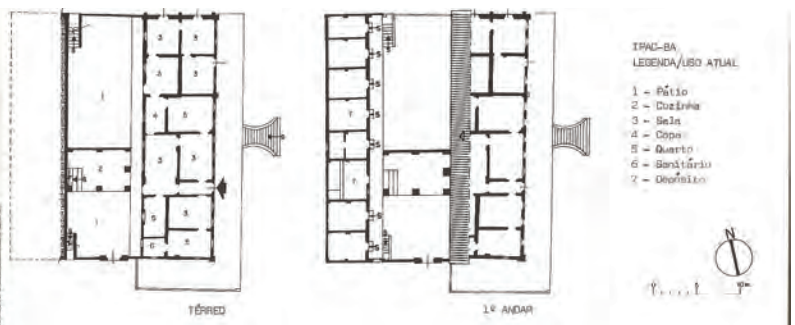
Figura 244: Levantamento arquitetônico da Fazenda Domingão: 1978.
Fonte: BAHIA, 1997: 145 - 146.



Fazenda Torrinha

Alvenaria de tijolo cozido.

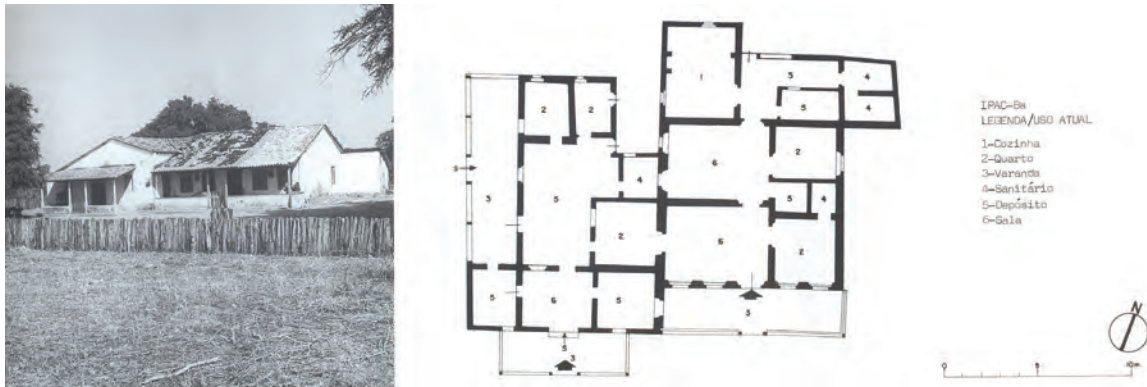
Figura 245: Levantamento arquitetônico da Fazenda Recreio: 1981.
Fonte: BAHIA, 1999: 273 - 274.



Fazenda Bom Retiro

Alvenaria de estrutura autônoma de madeira e vedação de adobe.

Figura 246: Levantamento arquitetônico da Fazenda Bom Retiro: 1978.
 Fonte: BAHIA, 19979: 293 -294.



Fazenda São Félix

Caixa mural de adobe e paredes internas de taipa de mão.

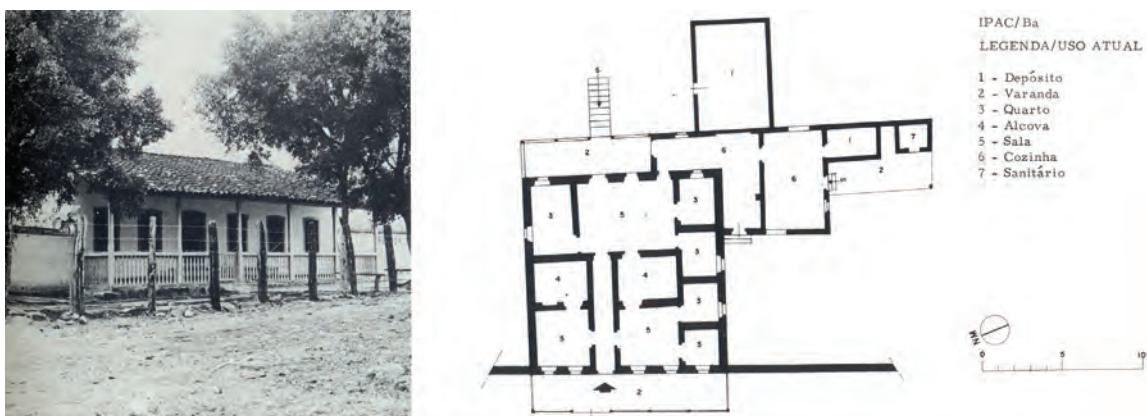
Figura 247: Levantamento arquitetônico da Fazenda São Félix: 1992.
 Fonte: BAHIA, 1999: 407 - 408.



Fazenda Pé da Serra

Alvenaria de estrutura autônoma de madeira com vedação de adobe.

Figura 248: Levantamento arquitetônico da Fazenda Pé da Serra: 1978.
 Fonte: BAHIA, 1997: 85 - 86.



Fazenda Casquilho

Alvenaria autoportante de adobe.

Figura 249: Levantamento arquitetônico da Fazenda Casquilho: 1978.
Fonte: BAHIA, 1997: 289 - 290.



Fazenda Poço Comprido

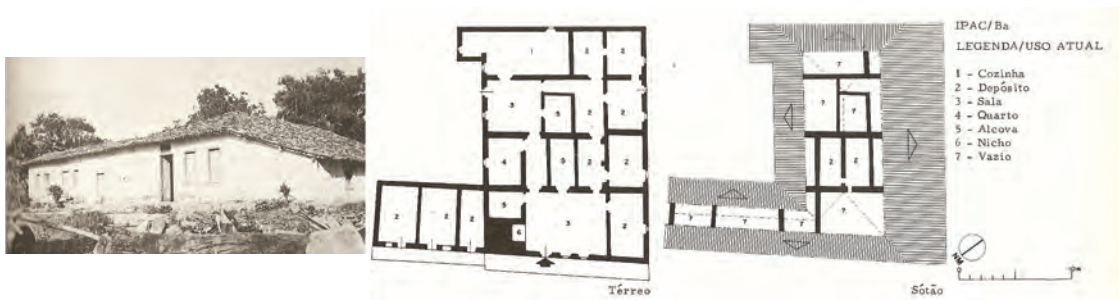
Alvenaria autoportante de adobe.

Figura 250: Levantamento arquitetônico da Fazenda Poço Comprido: 1979.
Fonte: BAHIA, 1997: 89 - 90.



Fazenda Curral de Varas

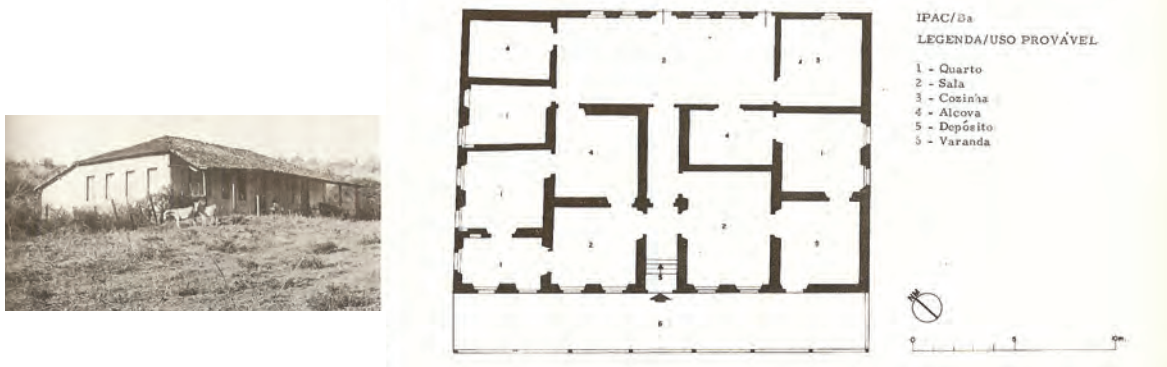
Figura 251: Levantamento arquitetônico da Fazenda Curral de varas: 1978.
Fonte: BAHIA, 1997: 305.



Fazenda Poço

Alvenaria de estrutura autônoma de madeira com vedação de adobe.

Figura 252: Levantamento arquitetônico da Fazenda Recreio: 1978.
Fonte: BAHIA, 1997: 115 - 116.



Georreferenciamos os exemplares em mapas temáticos, com vistas a verificar a variedade de soluções.

MAPEAMENTO DAS CASAS DE FAZENDA RURAIS DA BAHIA NO SÉCULO XIX

Identificação quanto ao número de pavimentos

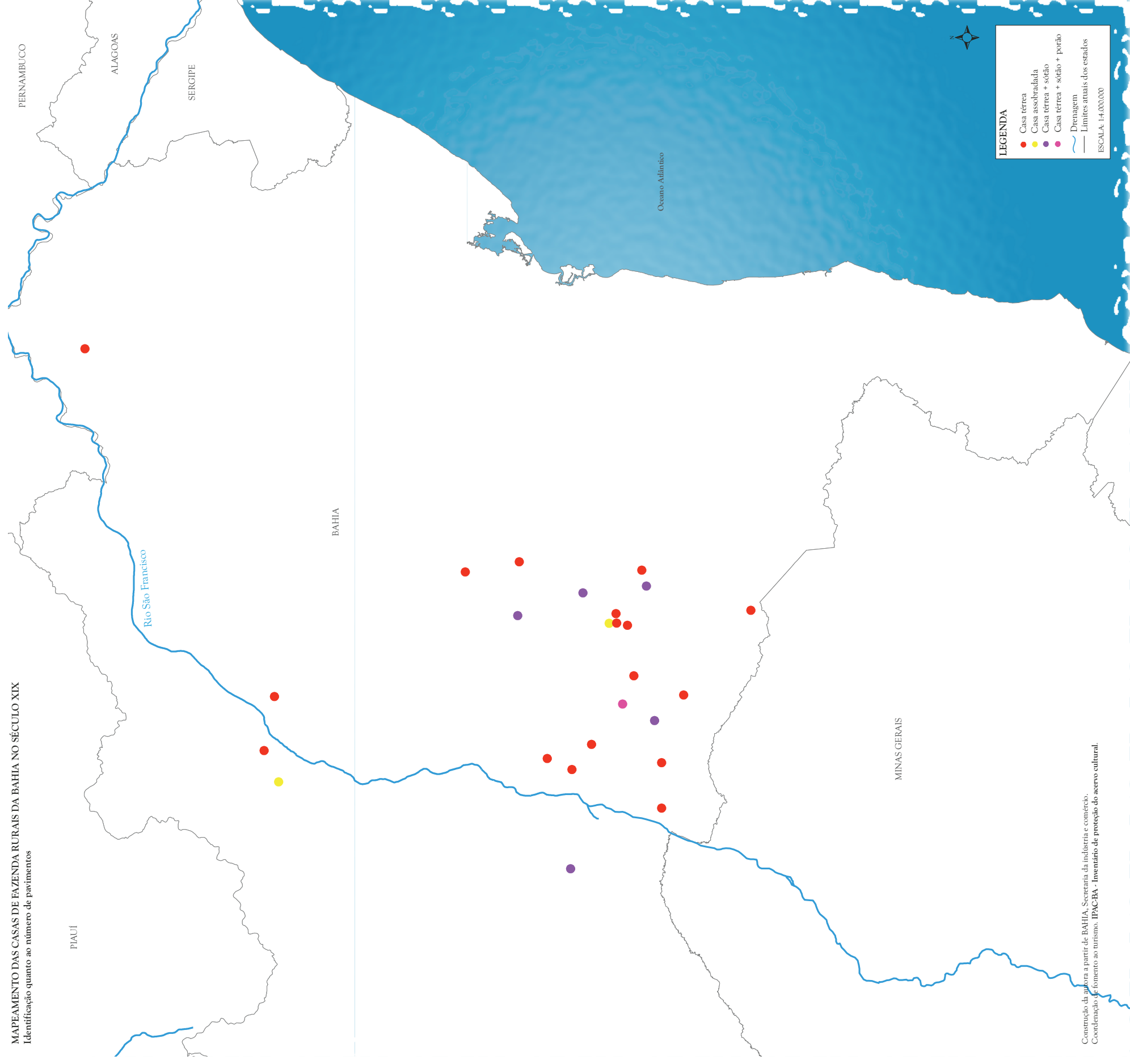
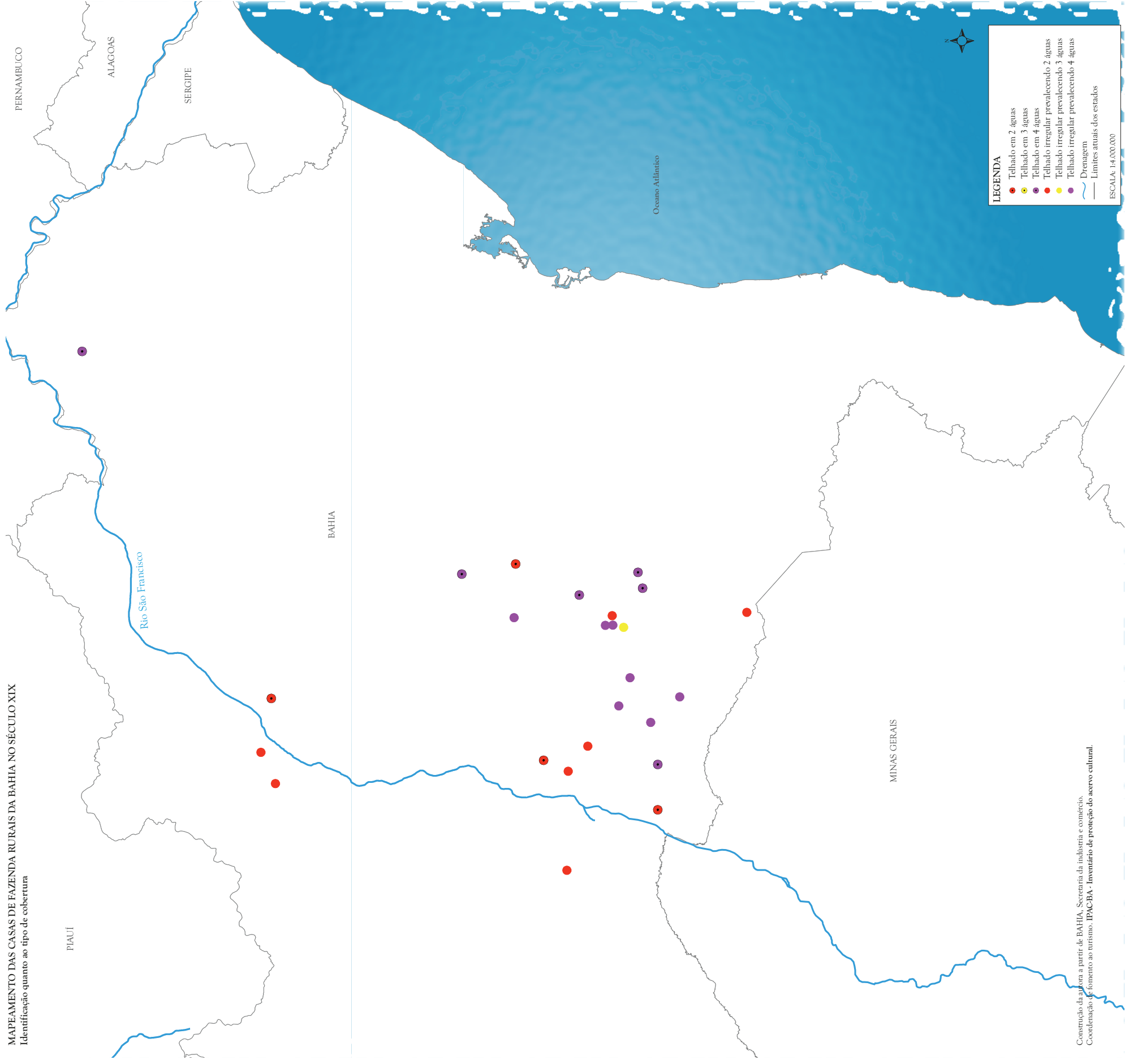


Figura 253

MAPEAMENTO DAS CASAS DE FAZENDA RURAIS DA BAHIA NO SÉCULO XIX

Identificação quanto ao tipo de cobertura

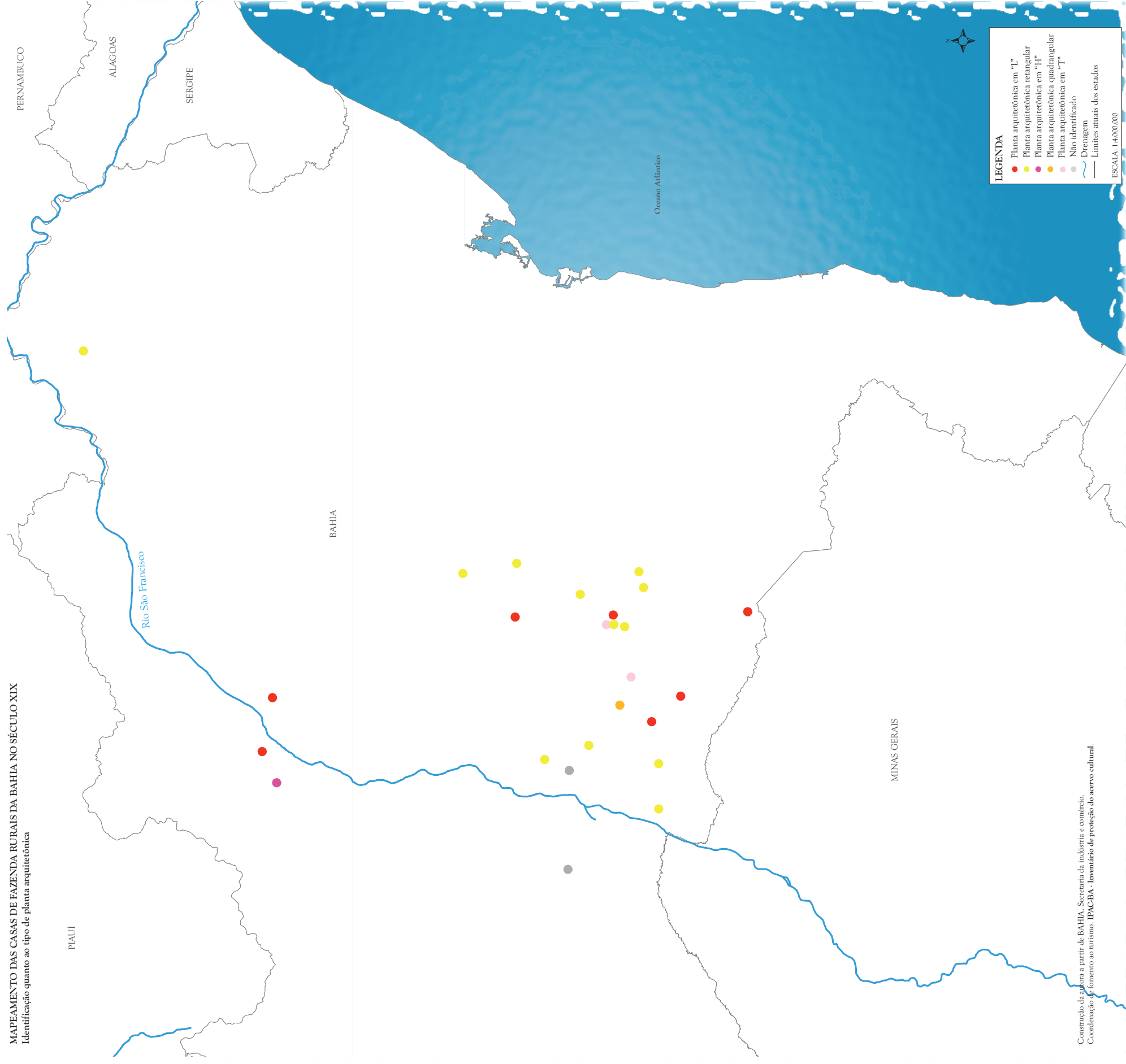


Construção da obra a partir de BAHIA, Secretaria da Indústria e Comércio.
Coordenação de fomento ao turismo. IPAC/BA - Inventário de proteção do acervo cultural.

Figura 254

MAPEAMENTO DAS CASAS DE FAZENDA RURAIS DA BAHIA NO SÉCULO XIX

Identificação quanto ao tipo de planta arquitetônica



Construção da obra a partir de BAHIA, Secretaria da Indústria e Comércio.
Coordenação de fomento ao turismo. IPAC/BA - Inventário de proteção do acervo cultural.

Figura 255

MAPEAMENTO DAS CASAS DE FAZENDA RURAIS DA BAHIA NO SÉCULO XIX

Identificação quanto à distribuição da circulação dos ambientes

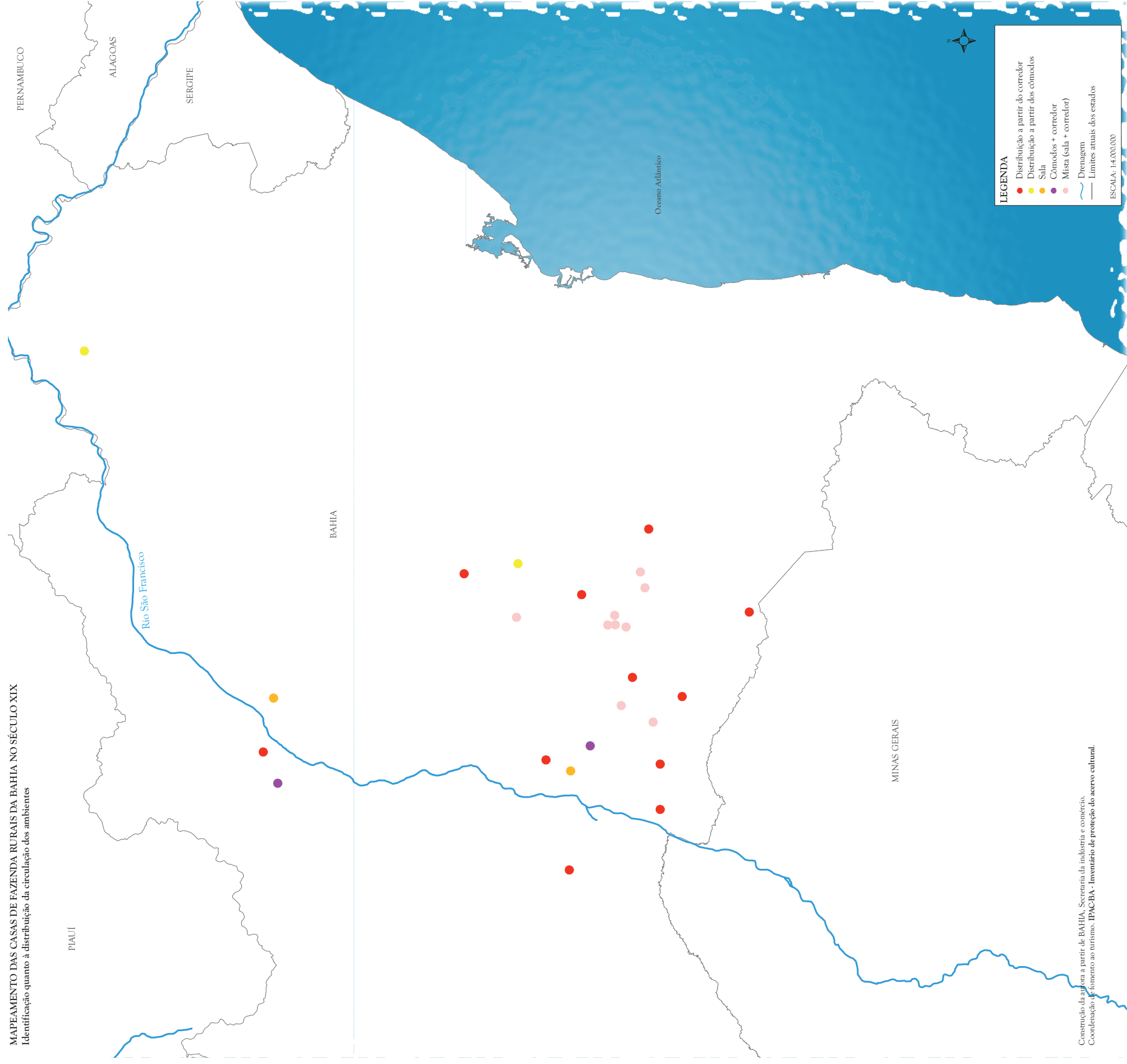


Figura 256

Considerações Finais

Fazendas de gado nas Ribeiras do Norte

A

As organizações administrativas dos *Sertões do Norte* baseou-se, nas áreas envolvidadas com a pecuária, no sistema das *Ribeiras*. As sesmarias e fazendas de gado aparentemente dispersas e consedidas aleatoriamente, não se distribuíram ao acaso. Situavam-se junto de cursos d'água e de caminhos terrestres, alinhando-se através delas aos centros urbanos mais ou menos próximos. Nesse sentido, articulam-se em rede e estabelecem vincunlações sociais com outros contextos. O Piauí especialmente com a Bahia, mas através do rio Poti também com a capital de Pernambuco. Enquanto o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba relacionavam-se mais com Pernambuco do que com a Bahia.

O número de fazendas de gado nos *Sertões do Norte* no século XIX era bastante elevado e suas glebas não tinham fronteiras físicas claramente definidas, assim, era o sistema de ferra do gado que garantia e controlava suas posses. Também era a marcação do gado a garantia do controle por parte do fisco, sendo o Governo um ávido perseguidor dos “gados de vento” (aqueles sem a marca do dono).

Basicamente, as fazendas de gado eram compostas de casa-sede e curral. No entanto, devido a dispersão em que estavam inserida, desenvolveu-se em algumas dessas fazendas atividades de beneficiamento de cana-de-açúcar e mandioca, que garantia a produção de rapadura e farinha, que juntamente com a carne de sol (ou carne seca, ou charque) constituiu a base da alimentação *sertaneja*.

Um número significativo de casas-sede de fazendas de gado foram implantadas nas *ribeiras do Sertões do Norte* no século XIX. Nesse vasto território, essas casas configuram-se como manifestações arquitetônicas que atenderam as imposições de ordem social e cultural decorrente da economia da pecuária e suas relações com o meio.

As casas de fazendas foram analisadas em grupos: **Ribeiras do Piauí, Ribeira dos Inhamuns, Ribeira do Seridó, Ribeiras da Paraíba e Ribeiras do São Francisco e do Alto Sertão Baiano**. Percebemos que essas casas apresentam bastante semelhança, na medida que seguem as técnicas construtivas tradicionais brasileiras. Os *Sertões do Norte* mantiveram, em pleno século XIX, preferência às técnicas vernáculas.

A carência de mão de obra especializada e de materiais manufaturados condicionaram o uso dos materiais disponíveis no local. A disponibilidade de materiais diferenciados para cada localidade aqui analisada confere diferenças às suas edificações. Por exemplo, as casas das Ribeiras do Piauí utilizaram amplamente carnaúba para a estrutura dos telhados, enquanto as casas da Ribeira do Seridó utilizaram aroeira. Em todas as ribeiras o alicerce era de pedra bruta, no entanto, quanto à alvenaria, as *Ribeiras do Piauí e da Bahia* se irmanam pela utilização de terra crua, enquanto nas *Ribeiras do Seridó, Inhamuns e da Paraíba* o tijolo cozido predominou. Em relação às coberturas,

os telhados são planos em todos os exemplares, em 2 águas, 3 águas, 4 águas ou irregulares, com altura da cumeeira elevada.

Concluimos que não existe uma planta padrão para as casas-sede de fazenda nos *Sertões do Norte*. Mas, todas seguem a típica setorização de acordo com principais atividades exercidas: os serviços no fundo da edificação, a intimidade da vida doméstica no miolo da edificação, e a recepção na parte frontal. Uma característica presente em um número significativo de edificações deste acervo é a interligação de cômodos através de diversas aberturas, indicando sobreposição de funções.

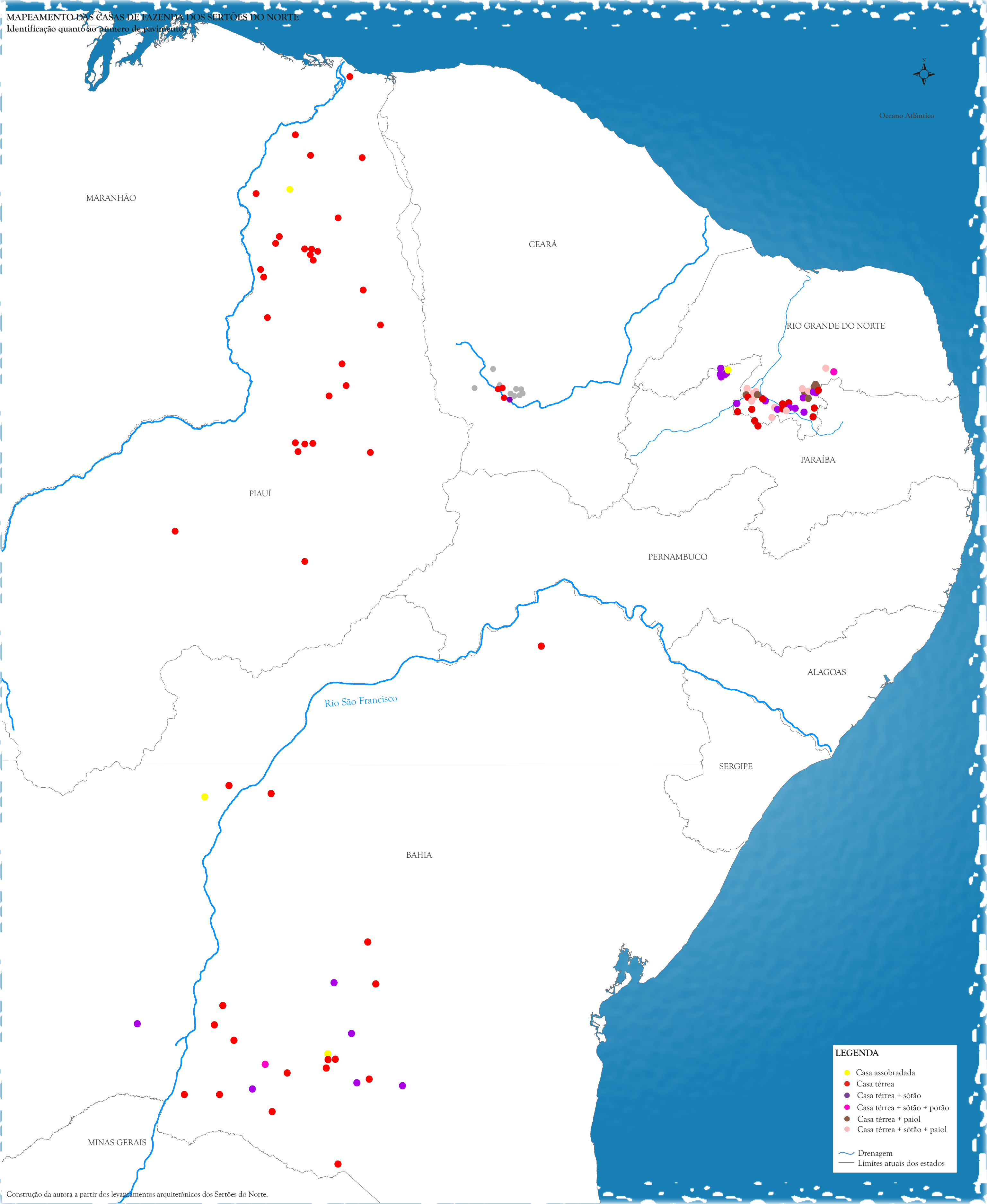
O mobiliário do *sertanejo* compunha-se do trivial: bancos, mesas rústicas, redes, potes etc. Nos espaços de convívio social eram comuns: bancos de madeira, tamboretas com assentos de couro, cadeiras de encosto cobertas de couro e de sola, mesas, marquesas (espécie de canapé ou sofá bastante largo). Nos espaços íntimos: camas de armação (raras, pois se usava mais redes), malas cobertas de sola, arcas de madeira e baús, cômodas. Já nos espaços de serviço: tachos de cobre, tinas, bacias e gamelas, pilões, potes de barro conservados sobre cantareiras de madeira, mesa da cozinha e bancos. Porém, alguns fazendeiros mais abastados tinham o privilégio de adquirir mobiliário e utensílios mais requintados.

A simplicidade deste acervo, frente às outras arquiteturas rurais vinculadas a estilos arquitetônicos consagrados alcançaram grande visibilidade e acabaram ocultando a face da arquitetura do gado. No entanto, não reduz sua importância para a História da Arquitetura Brasileira. Sabemos que esta tese não esgota a questão da arquitetura do gado nos *Sertões do Norte*, por acreditarmos que há inúmeras edificações ainda por serem inventariadas, como também há diversas questões sobre a História Social *sertaneja* por ser elucidada.

Seguem mapas temáticos que dão uma dimensão geral da heterogeneidade de soluções ao mesmo momento que se configuram coerentemente na rede em que estavam inseridas.



Oceano Atlântico

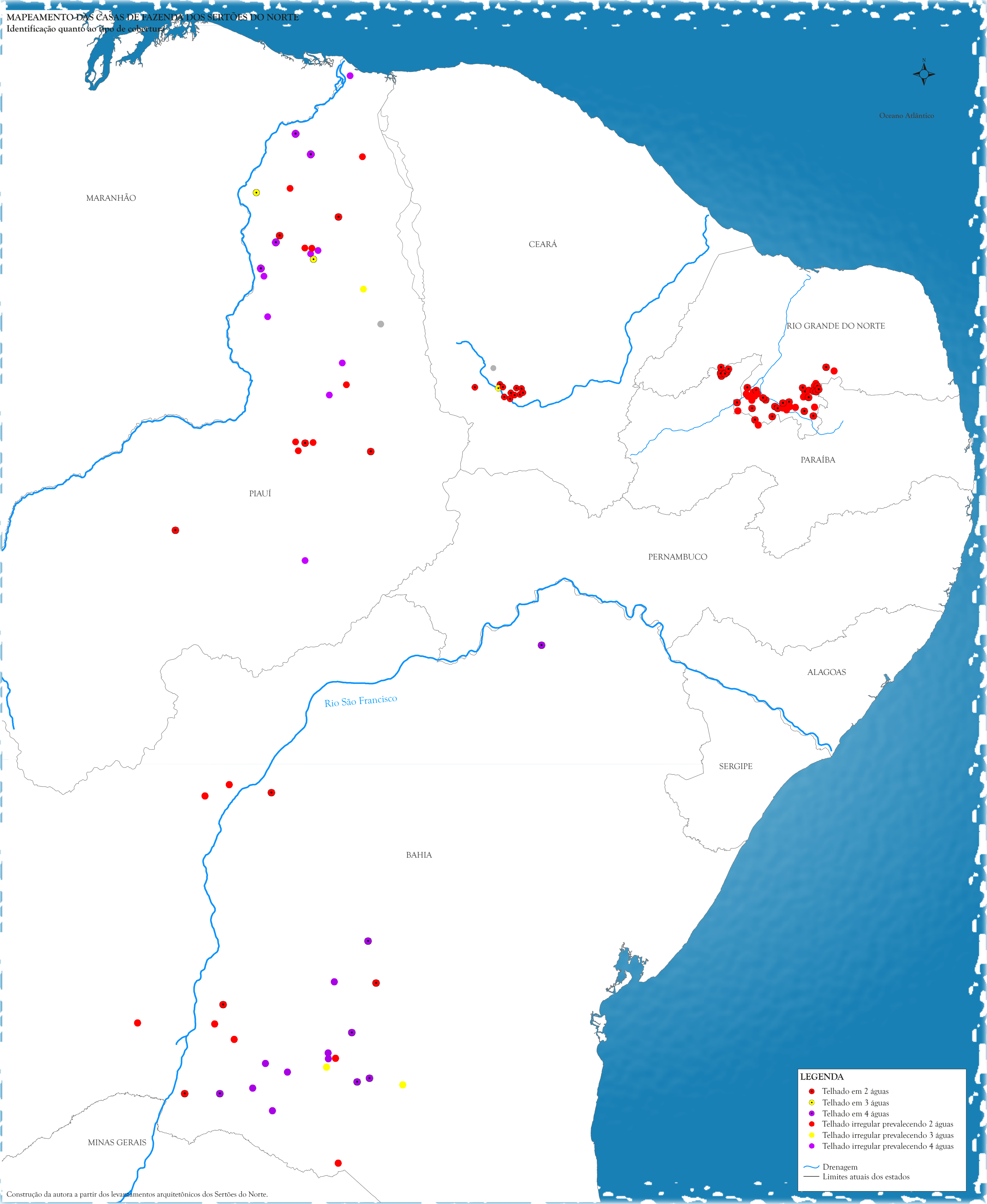


LEGENDA

- Casa assobradada
- Casa térrea
- Casa térrea + sótão
- Casa térrea + sótão + porão
- Casa térrea + paiol
- Casa térrea + sótão + paiol
- Drenagem
- Limites atuais dos estados



Oceano Atlântico



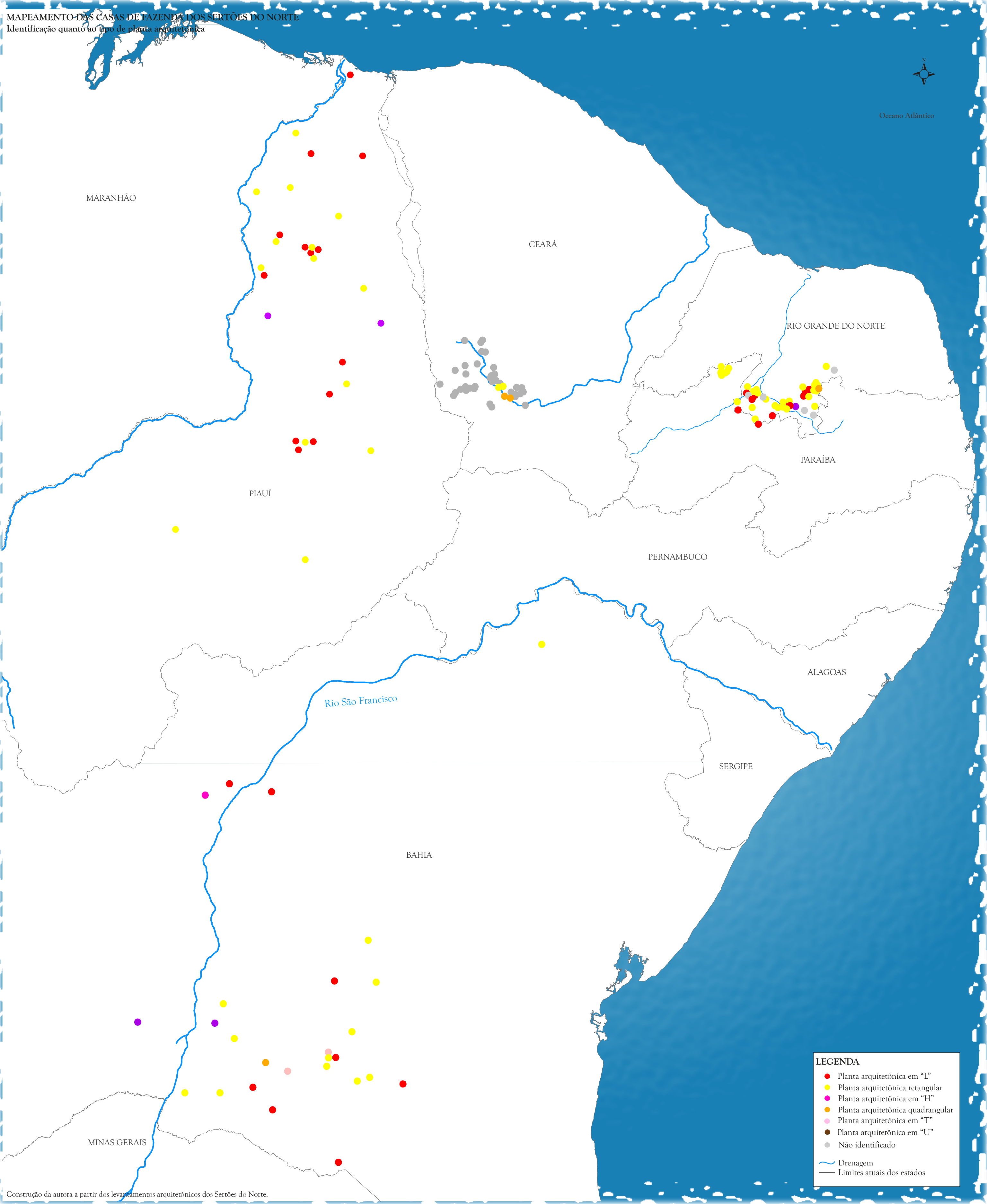
LEGENDA

- Telhado em 2 águas
- Telhado em 3 águas
- Telhado em 4 águas
- Telhado irregular prevalecendo 2 águas
- Telhado irregular prevalecendo 3 águas
- Telhado irregular prevalecendo 4 águas

— Drenagem
— Limites atuais dos estados



Oceano Atlântico

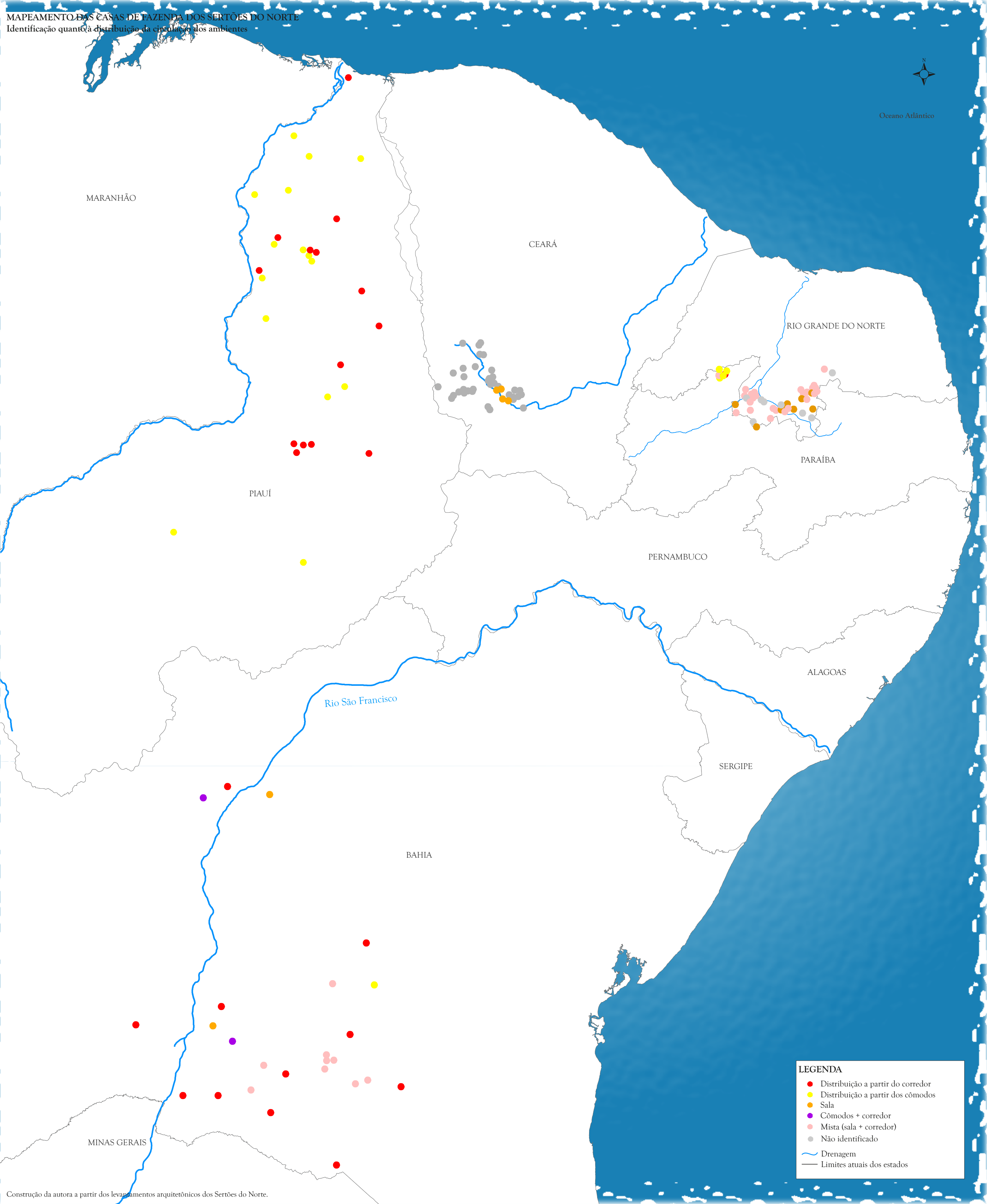


LEGENDA

- Planta arquitetônica em "L"
- Planta arquitetônica retangular
- Planta arquitetônica em "H"
- Planta arquitetônica quadrangular
- Planta arquitetônica em "T"
- Planta arquitetônica em "U"
- Não identificado
- Drenagem
- Limites atuais dos estados



Oceano Atlântico



LEGENDA

- Distribuição a partir do corredor
- Distribuição a partir dos cômodos
- Sala
- Cômodos + corredor
- Mista (sala + corredor)
- Não identificado
- Drenagem
- Limites atuais dos estados

Referências Bibliográficas

- ABREU, José Capistrano. **Capítulos de história colonial (1500 - 1800)**. 4 ed. Livraria Briguiet, 1954.
- ABREU, José Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1975.
- ABREU, José Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. 7 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.
- ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **Senhores e escravos do sertão: Espacialidades de poder, violência e resistência**. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2011.
- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de; REIS, Arthur César Ferreira; CARVALHO, Carlos Delgado de. **Atlas histórico escolar**. 7 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FENAME, 1977
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1981.
- ALVES, Vicente E.L. **As bases históricas da formação territorial piauiense**. Geosul, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 55-76, jul./dez. 2003.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da Província do Ceará**. Fortaleza: Minerva, 1958.
- AUGUSTO, José. **Seridó**. Brasília, 1980.
- BAHIA, Secretaria da indústria e comércio. Coordenação de fomento ao turismo. IPAC-BA- **Inventário de proteção do acervo cultural: monumentos e sítios da Serra Geral e Chapada Diamantina**. 2. ed. Salvador: IPAC, 1997. v. 4.
- _____. IPAC-BA - **Inventário de proteção do acervo cultural: Nordeste Baiano, Vale Sanfranciscano e Extremo Oeste Baiano**. Salvador: IPAC, 1999. v. 6.
- BARRETO, Paulo Thedim. O Piauí e sua arquitetura. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Nacional**. Rio de Janeiro: MES, 1938. n. 2. p. 187 - 223.
- BARBOSA, Tanya Maria Brandão. **A elite colonial piauiense: Família e Poder**. (Tese de doutorado) Programa de Pós-graduação em História social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.
- BARROSO, Gustavo. **Margem da história do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.
- BARROSO, Gustavo. **Os criadores da civilização do couro**. Rio de Janeiro, 1956.
- BARROSO, Gustavo. **Terra de sol: natureza e costumes do norte**. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilã Editor, 1912.
- BEZERRA, Maria do Carmo Lima. **Notas sobre as casas de fazenda dos Inhamuns**. (Dissertação de Especialização) Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará. 1984.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez & Latino:aulico, anatomico, architectonico...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. p. 328.
- BRASIL, Thomaz Pompêo de Souza. **Diccionario topographico e estatistico da provincia do Ceará**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1861.
- BRÍGIDO, João. A capitania do Ceará: seu comércio. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza: 1910. tomo XXIV.
- CASAL, Aires de. **Corografia Brasilica**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947 [*fac-simile* da edição de 1817].
- CARVALHO, Reinaldo Forte. **Governança das terras no Siará Grande: poder político e administração colonial na capitania do Ceará (1777-1799)**. (Tese de doutorado em andamento) Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife.
- CASCUDO, Luis da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa, 1955.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Tradições populares da pecuária nordestina**. Rio de Janeiro:

Ministério da Agricultura, 1956.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Vaqueiros e Cantadores**. São Paulo: Editora Itatiaia, 1984.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Viajando o sertão**. Natal: Imprensa Oficial, 1934.

CHANDLER, Billy Jaynes. **Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns**: a história de uma família e uma comunidade no nordeste do Brasil (1700 - 1930). Rio de Janeiro; Fortaleza: Civilização brasileira; UFC, 1980.

DANTAS, Dom Adelino. **O coronel de milícias Caetano Dantas Correia**. Natal: Sebo Vermelho: 2010.

DANTAS, Dom José Adelino. **Homens e fatos do Seridó antigo**. Garanhuns: O monitor, 1961.

DINIZ, Nathália Maria Montenegro. **Velhas fazendas da ribeira do Seridó**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008 (Orientador: Beatriz P. S. Bueno).

DUSSEN, Adriaen van der. **Relatório sôbre as capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses (1639)**: suas condições econômicas e sociais. Tradução José Antonio Gonsalves de Mello. Rio de Janeiro: Instituto do açúcar e do álcool, 1947.

FARIA, Osvaldo Lamartine de. **Ferros de ribeiras do Rio Grande do Norte**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1984.

FARIA, Osvaldo Lamartine de. **Sertões do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

FEIJÓ, Paulo Heider Forte. **A arquitetura tradicional de Acari no século XIX**: estudo comparativo entre a casa grande de fazenda e a casa urbana. (Dissertação de mestrado) Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2002.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: ed. Fundo de Cultura, 1959

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GIRÃO, Raimundo. **História econômica do Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1947.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena história do Ceará**. 4 ed. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1984.

GODOFREDO FILHO. A Torre e o Castelo de Garcia d'Ávila: os Ávilas e a conquista do Nordeste. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Nacional**. Rio de Janeiro: MES, 1939. n. 3. p. 250 - 282.

GOULART, José Alípio. **O ciclo do couro no Nordeste**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1966.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. **A colonização do sertão da Paraíba**: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos. (Dissertação de mestrado) Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. **O sertão da Paraíba**: cultura, poder político e criminalidade (1740-1799). (Tese de doutorado em andamento) Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

GUERRA, M. J. Julio. **Diccionario topographico para uso dos engenheiros civis e seus auxiliares**. Lisboa: Typographia Universal, 1870: 104.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). **História Geral da Civilização Brasileira**: a época colonial (do descobrimento à expansão territorial). Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 1989. v. 2.

IPHAN/CE. Relatório manuscrito atribuído a João José Rescala. Fortaleza, 1941. Xérox. Transcrição: José Clewton do Nascimento.

JOFFILY, Irineo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus Editora e Sistemas de Áudio Visuais: 1977. [Fac-símile da primeira edição publicada no Rio de Janeiro em 1892, com prefácio de Capistrano de Abreu]

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. **A urbanização do Ceará Setecentista**: as vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati. (Tese de Doutorado) Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

- KOCH, Rudolf. O livro dos símbolos. Rio de Janeiro: Editora Renes, s/d.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil séculos XVII e XVIII. **Revista Tempo**. Niterói: 1996. v. 1, n. 2, p. 132-150.
- LIRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 2 ed. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982.
- MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Vivências índias, mundos mestiços**: relações interétnicas na Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó entre o final do século XVIII e início do século XIX. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caicó, 2002.
- MACEDO, Jozé Norberto. **Fazendas de gado no Vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: Ministério da agricultura, 1952.
- MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó**: Espaço e história no regionalismo seridoense. (Dissertação de mestrado) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 1998.
- MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (séc. XVIII). (Tese de doutorado) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2007.
- MACHADO, Marina Monteiro. Entre fronteiras: posses e terras indígenas nos sertões (Rio de Janeiro, 1790 - 1824). Guarapuava: Unicentro, 2012.
- MARIANI, Anna. **Paisagens, impressões: o semi-árido brasileiro**. São Paulo: Campanha das Letras, 1992.
- MAIA, Virgílio. **Rudes brasões** – ferro e fogo das marcas avoengas. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. 2 ed. João Pessoa, 1980.
- MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte. **Portugal o sabor da terra**: um retrato histórico e geográfico por regiões. Portugal: Circulo de leitores, 2010.
- MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. **Vila do Príncipe (1850-1890)**: Sertão do Seridó – um estudo de caso de pobreza. Dissertação (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1985.
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhos inventários do Seridó**. Brasília, 1983.
- MEDEIROS FILHO, O. de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília, 1981.
- MEDEIROS FILHO, Olavo. Caicó, cem anos atrás. Natal: Sebo Vermelho, 2004.
- MENESES, Djacir. **O outro Nordeste**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.
- MENEZES, Mozart Vergetti de. **A provedoria real da Capitania da Paraíba: 1647-1755**. (Tese de doutorado) Programa de Pós-graduação em História econômica da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.
- MIRANDA, Agenor Augusto de. **Estudos piauienses**. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1938. Série 5ª Brasileira. vol 116.
- MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Em busca da liberdade**: os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750. (Dissertação de mestrado) Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2009.
- MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Entre mobilidades e disputas**: o sertão de Piranhas e Piancó no século XVIII. (Tese de doutorado em andamento) Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza.
- MORAIS, Ione Rodrigues. **Seridó norte rio-grandense**: uma geografia de resistência. (Tese de doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2004.
- MORAIS, Maria Dione Carvalho de. **Memórias de um sertão desencantado**: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerados do sudoeste piauiense. (Tese de doutorado) Pós-graduação em Ciências sociais da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.
- MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **Evolution et transformations récentes de l'organisation**

- agraire de l'état de la Paraíba.** (Tese de doutorado) Programa de Pós-graduação em Geografia da Université Sorbonne Nouvelle. Paris, 1988.
- MOTT, Luiz R. B. **Piauí colonial:** população, economia e sociedade. Teresina: Projeto Pretônio Portella, 1985.
- NASCIMENTO, Joana Medrado Nascimento. **Terra, laço e moirão:** relações de trabalho e cultura política na pecuária (Geremoabo, 1880-1900). (Dissertação de Mestrado) Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.
- NASCIMENTO, José Clewton do. **(Re)descobriram o Ceará?** Representações dos sítios históricos de Icó e Sobral: entre Areal e Patrimônio Nacional. (Tese de Doutorado) Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009.
- NUNES, Odilon. **Estudos de História do Piauí.** 2 ed., Teresina: COMEPI, 1983.
- PEREIRA, José Saturnino da Costa. Dicionário topographico do Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1834.
- PINTO, Irineu. **Datas e notas para a História da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977. [Reprodução da edição de 1908]
- POMPA, Maria Cristina. **Religião como tradução:** missionários, tupi e “tapuia no Brasil colonial. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2011.
- PORTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí.** MEC. s/d. 1955.
- PRADO, Darién E. As caatingas da América do Sul. In: LEAL, Inara R.; TAARELLI, Marcelo; SILVA, José Maria Cardoso da. **Ecologia e conservação da caatinga.** 2 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005.
- PRADO JÚNIOR. **História econômica do Brasil.** 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1953
- PRADO Jr, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- Revista Preá. n. 15. nov/dez 2005.
- REIS FILHO, Nestor Goulard. **Evolução Urbana do Brasil 1500/1720.** 2 ed. São Paulo: Editora Pini Ltda, 2001
- RIEDEL, Diulas (org). **O sertão, o boi e a sêca:** Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. 3 ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1962.
- ROSA, Ricardo S.; MENEZES, Naércio A.; et al. Diversidade, padrões de distribuição e conservação dos peixes da caatinga. In: LEAL, Inara R.; TAARELLI, Marcelo; SILVA, José Maria Cardoso da. **Ecologia e conservação da caatinga.** 2 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005.
- RUFFIER, Fernand. Manual prático de criação de gado bovino no Brasil. 2 ed. São Paulo: Chácaras e Quintaes, 1924.
- SANTOS FILHO, Lycurgo. **Uma comunidade rural do Brasil antigo.** São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1956.
- SECRETARIA DE CULTURA DO CEARÁ. **Sesmarias cearenses.** Fortaleza: 1970.
- SILVA, Francisco Carlos T. da & LINHARES, Maria Yedda L.. Região e História Agrária. Estudos Históricos, **revista do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas**, n. 15, 1995. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1998> > Acesso em 12 set. 2012.
- SILVA, Josias Clarece Carneiro. **Abelheiras** - último reduto da Casa da Torre (um estudo de história social). Teresina: Gráfica e Editora Júnior LTDA, 1991.
- SILVA, Kalina Vanderlei Paiva. **Nas solidões vastas e assustadoras:** os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. (Tese de Doutorado) Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004.
- SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí.** Belo Horizonte: Petrobrás, 2007. v. 1-3.
- STUDART FILHO, Carlos. Vias de comunicação do Ceará colonial. **Revista do Instituto do Ceará.** TOMO LI, ANNO LI, Ramos & Pouchain, Fort – CE, 1937.
- VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. **Entre paredes e bacamartes:** história da família no sertão (1780 - 1850). Fortaleza: Demócrito Rocha, Hucitec, 2004.

SUASSUNA, Ariano. **Ferros do Cariri**: uma heráldica sertaneja. Recife: Guariba Editora de Arte, 1974.

VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. **A família na Seara dos sentidos**: domicílio e violência no Ceará (1780-1850). (Tese de doutorado) Programa de Pós-graduação em História social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

Documentação Primária

Arquivo Histórico Ultramarino. Disponível em: <http://www.cmd.unb.br/resgate_busca.php>

Carta geográfica da Capitania do Piauí, e parte das adjacentes / levantada em 1761 por João Antonio Galuci. 1 mapa ms.: col., desenho a nanquim ; : 58,5 x 85cm. em f. 61,5 x 88cm.

[**Carta Geral do Brasil**]. [1797]. Escala [ca. 1:2.600.000]. Um mapa em 16 folhas coladas. ms., color. 199cm x 202cm. Direcção dos Serviços de Engenharia, Lisboa.

[**Carta da Capitania do Ceará Levantada por ordem do Governador Manoel Ignacio de Sampaio**, por seu ajudante de ordens Antonio Joze da Silva Paulete [1818].

Idea da População da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão de suas Costas, Rios, e povoações notaveis, Agricultura, numero de Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido & desde o anno de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas capitancias o Governador e Capitam General Jozé Cezar de Menezes. In: **ANNAES DA BIBLIOTHECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO**. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1923. v. XL.

Livro nº 36, bloco nº 04 do Arquivo da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó - RN.

Livro de Ferros da *Ribeira do Seridó*.

Relatório dos Presidentes de Províncias. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil>>